

“E DEU NOME A TODAS AS COISAS”

As relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015)

Tayanná Santos de Jesus Sbrana



São Luís – MA

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sbrana, Tayanná Santos de Jesus.
"E deu nome a todas as coisas": as relações entre
violência, território e desenvolvimento na formação da
Zona Rural II de São Luís, Maranhão 1996-2015 / Tayanná
Santos de Jesus Sbrana. - 2017.
236 f.

Coorientador(a): Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.
Orientador(a): Victor de Oliveira Pinto Coelho.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís -
MA, 2017.

1. Conflitos ambientais. 2. Desenvolvimento. 3.
História social. 4. Território. 5. Zona Rural II de São
Luís, MA. I. Coelho, Victor de Oliveira Pinto. II.
Sant'Ana Júnior, Horácio Antunes de. III. Título.

Fotografia produzida por Joiner Santiago Ornelas, em junho de 2014
Parnaíba, Zona Rural de São Luís – MA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
NÍVEL MESTRADO

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA

“E DEU NOME A TODAS AS COISAS”: as relações entre violência,
território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São
Luís, Maranhão (1996 – 2015)

São Luís – MA

2017

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA

**“E DEU NOME A TODAS AS COISAS”: as relações entre violência,
território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São
Luís, Maranhão (1996 – 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do grau de mestra.

São Luís – MA

2017

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA

**“E DEU NOME A TODAS AS COISAS”: as relações entre violência,
território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São
Luís, Maranhão (1996 – 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do grau de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Coorientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

São Luís, 04 de maio de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho (orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (coorientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (interno)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Bartolomeu Rodrigues Mendonça (externo)
Universidade Federal do Maranhão

Aos que resistem.

AGRADECIMENTOS

Nossa duração enquanto seres humanos é complexa e permeada por outras trajetórias que coincidem com a nossa, transformam nosso rumo, esbarram em nossas certezas ou desviam do nosso caminhar. Esta dissertação é fruto de escolhas feitas em horas tranquilas de leitura, aprendizado, estudo, reflexão, mas sobretudo de momentos turbulentos de reclusão, ansiedade, insônia, discussões e autoanálise. Escrever sobre desenvolvimento em tempos de golpe foi difícil e a característica desta pesquisa é ser inconclusa e conflituosa.

Agradeço a colegas, amigos, companheiros, familiares, pesquisadores, pesquisados, professores e orientadores pelas conversas, diálogos, monólogos, grupos focais, palestras, discursos e tantos outros momentos em que suas vozes soaram aos meus ouvidos como fontes de análise ou de ânimo, em entrevistas, manifestações, conselhos e lições.

Nenhuma página é fruto apenas do meu exercício imaginativo baseado em fontes históricas, pois não escrevemos histórias sozinhos. Esta dissertação possui um horizonte e é para os filhos e filhas daqueles que hoje vivem a indefinição dos que lutam e que disponibilizaram suas histórias para minhas palavras. A teoria sem práxis é repetição da velha dominação, e eu não escolhi este caminho.

Sou grata a muitas pessoas, aquelas que me acompanham nesta caminhada há bastante tempo e aquelas que passaram a construir comigo novos caminhos há pouco tempo. Agradeço ao meu orientador, professor Victor, ao meu coorientador, professor Horácio, e também ao professor Lyndon, que foi componente da banca de qualificação do mestrado, por todas as orientações, críticas, sugestões, composições criativas, paciência e equilíbrio me ajudaram a compor esta dissertação – porque ela é isso mesmo: uma composição. Agradeço especialmente ao Victor, esta pessoa que tem sido muito companheira, respondendo todos os meus questionamentos até mesmo em horários ruins, apresentando novas leituras, discordando das minhas opiniões e, dialeticamente, construindo uma dissertação de mestrado.

Talvez como uma música, mas creio ser mais como uma daquelas poesias que costumo escrever quando os dias de chuva trazem ventos desconhecidos. E por isso também agradeço às professoras Cíndia e Fernanda, a primeira pela sugestão pontual de que eu utilizasse os estudos de Pierre Bourdieu para entender a nomeação, o que está presente

desde o título deste trabalho; a segunda por ter também feito uma sugestão certa durante o exame de qualificação, a fim de que eu utilizasse a região como poder especializado, e não o espaço simplesmente, como eu vinha fazendo.

Agradeço à minha família: minha mãe, meu pai e minha irmã, aqueles que me conhecem em todas as minhas qualidades e, principalmente, defeitos. Gosto de pensar em família a partir de um trecho d'*A Caverna*, de Saramago: "...dizemos pais, dizemos filhos, cremos que sabemos perfeitamente de que estamos a falar, e não nos interrogamos sobre as causas profundas do afecto que ali há, ou a indiferença, ou o ódio". É uma caminhada profunda a que estamos fazendo e este passo é um dos que eles me auxiliaram a trilhar, com todos os sim e os não que acompanham nossa existência enquanto seres imperfeitos.

Sou grata ao meu esposo Darlan, o companheiro que eu um dia sonhei ter. Todas as angústias da escrita, os medos da criação, as descobertas da análise, o tempo dispendido na pesquisa e, sobretudo, a música que alicerça minha trajetória, nada disso seria possível sem a sua presença. Nos últimos anos ele teve sua pesquisa, algo inteiramente seu, alienada de si, e esta situação ampliou nosso horizonte de lutas, já que como nos disse um dia um grande amigo, "o não já está dado, vocês têm que lutar pelo sim". Eu partilhei desses momentos com ele e hoje posso dizer que é doloroso escrever uma canção e vê-la sendo cantada por uma voz que o compositor não escolheu. Ele sabe, porém, que esta dissertação é fruto de nós dois. De nosso encontro, nosso caminho, nossas dores e sonhos. Eu ainda não entendo a profundidade das palavras. Talvez por ver nela um dos nossos sonhos, aqueles que não nos deixam morrer diante do mundo. Darlan, "eu lhe prometo que trarei boas notícias quando eu voltar. Se eu não voltar as boas notícias estarão lá". Você sabe que, como sonhadores, nós nunca aprendemos.

Agradeço grandemente às pessoas que me escutaram e falaram para que este estudo fosse feito. Guilherme Zagallo, Alexandre Soares, Élio Pantoja, Rosana Mesquita e Alberto Cantanhede, os entrevistados durante o mestrado, mas também Rafaela Mesquita, Leila Letícia, Máxima Pires, e tantos outros com os quais compartilhei meus objetivos vários, de pesquisa e de transformação, os quais persigo desde 2011, quando me encontrei no GEDMMA. Essas são pessoas que admiro e que possibilitaram que eu olhasse com outros olhos histórias de resistência, cortando arestas, apontando caminhos, escrevendo comigo e sentindo o chão da existência com os pés descalços.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFMA pela concessão de bolsa CAPES, sem a qual não seria possível executar esta pesquisa, ainda que tenha sido feita com várias dificuldades, especialmente referentes a recursos para participação em eventos. Faço votos de que seu corpo docente consiga superar a histórica condição da universidade pública brasileira e, especialmente, maranhense, nesses tempos difíceis que já assombram nosso país. Sou grata a todos os professores pelos ensinamentos, sugestões e críticas que recebi durante o processo seletivo, as disciplinas e as inúmeras conversas que tivemos durante os dois anos do mestrado.

Também faço votos de que uma das turmas mais ecléticas desse programa possa obter êxito em seus objetivos. Foi muito bom poder estudar e pesquisar com todos os meus colegas, conhecer suas histórias, muitas vezes reivindicar demandas, e também analisar criticamente nossos trabalhos. Obrigada, Marcos, Meriam, Isa, Yane, Antonia, Kalil (nosso querido colega já doutorando), Carlos, Luciano, Francisco, Alessandra, Antonio, Cláudia, Marzoni e Darlan, foi bom conviver com diferentes vidas e aprender um pouco mais sobre a multiplicidade que é a existência humana.

Sou muito grata à minha amiga Kelly, pessoa com a qual tenho contato muito próximo derivado de pesquisas em comum, entrevistas, estudos e, sobretudo, anseios, questionamentos, decepções, vitórias e planos de futuro. Nessa dissertação ela foi maravilhosa ao transcrever entrevistas que eu já não conseguia nem ouvir (!), por conta do volume de informações. Sem a bondade da Kelly, eu não conseguiria... Desejo, de todo coração, que seus planos mais felizes sejam cumpridos.

Agradeço, ainda, aos meus irmãos e irmãs da congregação Sá Viana 4, com os quais convivi por um ano. Sua compreensão, apoio, orações e também amizade me ajudaram a compreender uma face da igreja que eu não estava conseguindo ver nos últimos anos. Isso me trouxe a fé que eu estava perdendo – o pequeno grão de mostarda que me fez enxergar para além da instituição, abrindo os olhos para a igreja invisível que é sal e luz. Obrigada ao dirigente Robert, irmã Elizângela, irmã Islândia, e todo o corpo de Cristo que fez dos meus tempos de tristeza convite à comunhão.

Em tempos de repetição da história como farsa faço deste texto um convite à resistência. É uma estrada sem volta, com percalços gigantes, mas possui sabor doce ao fim, ainda que não o possamos sentir. Agradeço, finalmente, a Cristo pela sede de justiça que ainda corre nesta terra. É o que me faz sonhar.

– Como pode uma cidade tão bela ser tão violenta?

– História.

(O poderoso chefão – Parte III, Francis Ford Copolla)

RESUMO

Este estudo objetiva compreender a formação da Zona Rural II de São Luís como um *território de conflitos*, no período compreendido entre 1996 – ano em que iniciam-se os debates acerca da implementação de uma unidade de conservação como alternativa de salvaguarda territorial de doze comunidades auto identificadas como tradicionais (Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro, Porto Grande, Jacamim, Porto das Arraias, Parnauçu, Jacamim, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim), em resposta aos processos de expulsão derivados de projetos de desenvolvimento, como o Programa Grande Carajás (1980) – e 2015 – ano em que as referidas comunidades auto instituem a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Buscamos compreender como comunidades, gestores empresariais e governamentais entram em conflitos por conta de um mesmo território (Zona Rural II de São Luís – MA), a partir de projetos distintos para região, como RESEX ou como Distrito Industrial de São Luís (DISAL), e como são traçadas estratégias diversas no interior destes grupos em oposição ou articulação entre setores. Analisamos, portanto, fontes orais (entrevistas, gravações de palestras e outras manifestações públicas), documentação escrita (relatórios, laudos, pareceres e processos judiciais) e bibliografia, realizando trabalho de campo, coleta das fontes e sua análise conjugada, e revisão bibliográfica para nivelamento teórico.

Palavras-chave: Território de conflitos; Desenvolvimento; Violência; Zona Rural II de São Luís; RESEX de Tauá-Mirim.

ABSTRACT

This study aims to understand the formation of the Zona Rural II of São Luís as a *territory of conflicts*, in the period between 1996 – the year in which discussions begin on the implementation of a conservation unit as a territorial safeguard alternative for twelve communities auto identified as traditional (Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro, Porto Grande, Jacamim, Porto das Arraias, Parnauçu, Jacamim, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá and Tauá-Mirim), in response to the expulsion processes derived from development projects, such as the Programa Grande Carajás (1980) – and 2015 – year in which these communities institute the Extractive Reserve of Tauá-Mirim. We seek to understand how communities, business and governmental managers enter into conflicts on the same territory (Zona Rural II de São Luís - MA), from different projects for region, such as RESEX or as Industrial District (DISAL), and how they do strategies within these groups in opposition or articulation between sectors. We analyze, therefore, oral sources (interviews, recordings of lectures and other public manifestations), written documentation (reports, opinions and judicial processes) and bibliography, carrying out fieldwork, collecting the sources and their conjugated analysis, and bibliographical review for theoretical leveling.

Key-words: Territory of conflicts; Development; Violence; Zona Rural II of São Luís; Extractive Reserve of Tauá-Mirim.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender la formación de la Zona Rural II de São Luís como un *territorio de conflictos* en el período entre 1996 – el año en que comienza el debate sobre la aplicación de una unidad de conservación territorial como alternativa de salvaguardia de doce comunidades auto identificadas como tradicionales (Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro, Porto Grande, Jacamim, Porto das Arraias, Parnauçu, Jacamim, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá y Taua Mirim) en respuesta a los procesos de expulsión derivados de los proyectos de desarrollo tales como el Programa Grande Carajás (1980) – y 2015 – el año en que estas comunidades sí se establecen como Reserva Extractiva Tauá-Mirim. Buscamos entender cómo las comunidades, los gerentes de empresas y del gobierno entran en conflicto debido a un mismo territorio (Zona Rural II de São Luís - MA), a partir de diferentes proyectos para la región, como RESEX o como Distrito Industrial (DISAL), y cómo se dibujan varias estrategias que se describen dentro de estos grupos en la oposición o la coordinación entre los sectores. Por lo tanto, fueron analizados fuentes orales (entrevistas, conferencias, grabaciones y otros eventos públicos), documentación escrita (informes, dictámenes y casos judiciales) y la literatura, con la realización de trabajos de campo, recopilación de fuentes y su análisis combinado, y revisión de la literatura para nivelación teórico.

Palabras clave: Territorio de Conflictos; Desarrollo; Violencia; Zona Rural II de São Luís; RESEX de Tauá-Mirim.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Página 1 do site da Vale	125
Figura 2. Seção Início do site da Vale	125
Figura 3. Seção Institucional do site da ALCOA	126
Figura 4. Página inicial do site da ALUMAR	126
Figura 5. A Vale é o Brasil	137
Figura 6. Item Pessoas do Relatório de Sustentabilidade de 2013 (Vale S.A.).....	139
Figura 7. Item Pessoas do Relatório de Insustentabilidade de 2015 (Justiça nos Trilhos)	140
Figura 8. Esferas de influência da Vale	142
Figura 9. Gastos da Vale com comunidades a partir do Relatório de Sustentabilidade de 2010	144
Figura 10. Algumas ações do voluntariado Alcoa.....	146
Figura 11. Voluntariado da ALCOA em números	147
Figura 12. Voluntariado da Alcoa em comunidades	148
Figura 13. Desenvolvimento local e regional em forma de voluntariado em 2014	149
Figura 14. Benefícios da Vale para comunidades vizinhas e comunidades tradicionais	157
Figura 15. Proposta de síntese do território de conflitos	205

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Proposta Inicial da RESEX Taim, com destaque para a comunidade Cajueiro	27
Mapa 2. Composição colorida a partir de imagens de satélite, ilustrando a localização da RESEX de Tauá-Mirim, evidenciando o limite inicialmente proposto, o novo limite proposto pelo ICMBio e locais de interesse, com destaque para a comunidade Cajueiro	28
Mapa 3. Distrito Industrial de São Luís com proposta de novo zoneamento.....	29
Mapa 4. Classificação no interior e no entorno da pretensa RESEX de Tauá-Mirim (polígono vermelho), de acordo com a lei de zoneamento vigente (Lei nº 3.523/1992).	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Listagem da mídia audiovisual analisada	37
Quadro 2. Listagem da documentação escrita analisada	38
Quadro 3. Continuação da listagem da documentação escrita analisada	39
Quadro 4. Grandes projetos do regime civil-militar	49
Quadro 5. Roteiro de entrevistas	120

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABC – Academia Brasileira de Ciências
Abdid – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
ADECON – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Norte
AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil
AGED – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGU – Advocacia Geral da União
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
Alcoa – empresa de alumínio com sede nos Estados Unidos (pode vir da forma Alcoa/ALUMAR)
Alcominas – Companhia Mineira de Alumínio
ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão (pode vir da forma Alcoa/ALUMAR)
ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTF – Associação Nacional dos Transportes Ferroviários
APA – Área de Proteção Ambiental
ATP – Associação dos Terminais Portuários Privados
BHP Billinton – Mineradora e petrolífera anglo-australiana
Biac – Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE
BNB – Banco da Amazônia
BR – Rodovia federal
BRICS – Acrônimo do grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSR – <i>Business for Social Responsibility</i>
CAEMA – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPG – Comitê da Rede Brasileira do Pacto Global
CCSI – <i>Columbia Center on Sustainable Investment</i>
CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
Cebri – Centro de Estudos Brasileiros de Relações Internacionais
CEO – <i>Chief Executive Officer</i>
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNRT – <i>Centre National de Recherche Technologique Nickel et Son Environnement</i>
COCUC – Coordenação de Criação de Unidades de Conservação

COHAMA – Bairro de São Luís (Conjunto Habitacional do Maranhão)
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
Conage – Coordenação Nacional de Geólogos
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCID – Conselho da Cidade
Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, a atual Vale S.A.
DESOC – Departamento de Sociologia e Antropologia
DIMAN – Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DISAL – Distrito Industrial de São Luís
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EFC – Estrada de Ferro Carajás
EFVM – Estrada de Ferro Vitória-Minas
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EITI – Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa
EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária
Eneva-EON – empresa de geração de energia (pode vir na forma MPX/Eneva-EON)
Eurofer – <i>European Steel Association</i>
Eurometaux – <i>European Association of Metals</i>
Eximbank – Agência de créditos do governo estadunidense (Export-Import Bank of the United States)
FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GBC – <i>Global Business Coalition on HIV/Aids, Tuberculosis and Malaria</i>
GEDMMA – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GPRU – Gerência Regional do Patrimônio da União
GT – Grupo de trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração
ICC – <i>International Chamber of Commerce</i>

ICCO – Organização holandesa de igrejas protestantes e fundo para promoção de direitos humanos na América Latina

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Ilafa – Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

Incid – Instituto da Cidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPC – Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

ITR – Relatórios financeiros trimestrais

JnT – Rede Justiça nos Trilhos

LP – Licença Prévia

MAC – *The Mining Association of Canada*

MEB – Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPX – empresa de geração de energia que atualmente é a Eneva-EON, após falência (pode vir na forma MPX/Eneva-EON)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEGO – Núcleo de Estudos Geográficos

NERA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias

NUPEDD – Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Oxfam – Organização internacional de combate à pobreza (*Oxford Committee for Famine Relief*)

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDF – *Portable Document Formact*

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

Planasa – Plano Nacional de Saneamento

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

Polonoroeste – Programa de ocupação territorial do Norte do Brasil

PPGCSoc – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Proálcool – Programa Nacional do Álcool

Procarvão – Programa Nacional do Carvão

Promorar – Programa de Erradicação da Sub habitação

PT – Partido dos Trabalhadores

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

REFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RESEX – Reserva extrativista

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas

SDSN – Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável

SEAGRO – Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDIHPOP – Secretaria do Estado de Direitos Humanos e Participação Popular

SEDINC – Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Maranhão (pode vir nas formas SINC e SEINC)

SEDMMA – Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

SINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura

Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TEGRAM – Terminal de Grãos do Maranhão

TPM – Terminal Portuário do Mearim

Transnordestina – Rodovia federal da região Nordeste

Transpetro – Petrobrás Transporte S.A.

UC – Unidade de conservação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

WBCSD – Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

WEF – Fórum Econômico Mundial

WPR/Wtorre – empresa e grupo empresarial do ramo portuário e logístico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Cartografia da compreensão	23
Perseguindo rastros.....	32
1. Um território de conflitos em São Luís, Maranhão.....	42
1.1 O campo dos conflitos	52
1.2 Populações tradicionais: autoconstituição	64
2. “Dar nome”: um espaço definido duplamente	71
2.1 O campo no tempo e no espaço	74
2.1.1 Breve histórico dos conflitos	80
2.2 Território e região: definições em disputa.....	103
3. Os tempos, o desenvolvimento e suas violências.....	118
3.1 Mediação e distinção da região	122
3.1.1 “Empresas entidades”	129
3.1.2 “Empresas eficazes”.....	136
3.1.3 Relações governos, empresas e comunidades.....	150
3.2 Significação e transitoriedade do território	174
3.2.1 Contar, ouvir, perceber e escrever (ou o contrário)	176
3.2.2 Tradução e traição: dissecando narrativas	193
4 Um imaginário desenvolvimentista?.....	206
Considerações finais.....	218
REFERÊNCIAS	220
ANEXOS.....	234
Anexo 1. Decreto de criação da RESEX do Taim, que não chegou a ser instituída juridicamente.	235

INTRODUÇÃO

[O nativo] é o que eu sou parcial e incompletamente (e vice-versa, é claro).

(Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos, Marcio Goldmam)

Cartografia da compreensão

Esta dissertação de mestrado é fruto de alguns anos de inquietações. Ao entrar em contato com parte da realidade ludovicense em 2011, quando nossa pesquisa de iniciação científica apenas começava e quando ainda não tínhamos dimensão daquilo com que iríamos nos envolver profundamente, passamos a lidar diretamente com pessoas que tiveram ou têm em suas trajetórias marcas profundas de um processo violento de “exorcismo de diferenças”.¹ E o termo não poderia ser outro: os conflitos que existem na Zona Rural de São Luís têm sido provocados por vontades alheias que veem naquele território uma zona com fantasmas a serem expurgados, como o dito atraso do Maranhão. A opção por estudar uma resistência particular de algumas comunidades, na verdade, não foi uma escolha deliberada: como estudante advinda do interior do Maranhão morando na casa de sua avó materna com poucas condições de sustento, o auxílio financeiro a partir de uma bolsa de pesquisa viera no momento certo. E isto em muitos sentidos: financeiro, psicológico e político.

De um estágio inicial de desconhecimento passamos para outro de aproximação cautelosa. Aquele era um terreno desconhecido para nós e os conflitos em torno dele não eram apenas simbólicos: violências físicas perpassavam a vida das pessoas daquelas comunidades, o que pudemos constatar pessoalmente algum tempo depois, em 2014, quando irrompeu o conflito por terra advindo da tentativa de implantação de um porto privado na comunidade

¹ Optamos pela utilização da primeira pessoal do plural, o que indica, para nós, uma compreensão de que não escrevemos histórias de forma isolada. Neste caso, a participação em dois grupos de pesquisa (Grupo de Estudo: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA e Família e Poder: Grupo de Estudos em Maranhão Colonial) de áreas distintas (o primeiro das Ciências Sociais e o segundo da História), a orientação de dois professores (Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho – orientador – e Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior – coorientador), também de áreas distintas (o primeiro da História e o segundo da Sociologia), e as inúmeras conversas e discussões com colegas, amigos, familiares, conhecidos, professores e demais funcionários da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) nos permitem afirmar que esta construção de sentido – nossa dissertação de mestrado – é parte de um esforço individual mas, sobretudo, coletivo, de compreender processos conflitivos que resultam no apagamento simbólico e mesmo físico de pessoas consideradas signo do atraso por representantes governamentais e empresariais que desenvolvem projetos de ação, ainda que isto seja apresentado de forma secundária, como tentaremos apresentar no decorrer do estudo. Por isso utilizamos o termo “exorcismo de diferenças”, ressignificando o “exorcizar os demônios da história”, de Sergio Buarque de Holanda (2010), que naquela obra significava dirimir dúvidas, e na nossa apagar vidas. Talvez ambos os sentidos estejam relacionados.

Cajueiro, que acompanhamos desde o início, embora não na medida que gostaríamos de ter feito. Da graduação ao mestrado, a inquietação que nos acompanhou continua sendo a mesma: por que aquele território, densamente povoado de história, continua sendo “campo livre” para projetos desenvolvimentistas? Como um discurso tão antigo – o progresso e, conseqüentemente, o desenvolvimento –, fruto de pensamentos já abalados desde Hiroshima (HOBSBAWN, 1995), persiste como bandeira de alguns grupos, com justificativas variadas? Por que a Zona Rural de São Luís e tantos outros territórios no Maranhão têm sido historicamente eleitos como *zonas de sacrificio* (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) em nome do desenvolvimento? Estas questões orientam este trabalho e não pretendemos – nem teremos condições – de esgotá-las: são processos complexos como é a história e o que conseguimos apreender é uma pequena parte de sua duração.

Desde a iniciação científica (2011 a 2014), culminando na conclusão do Bacharelado em História (2014), até este curso de Mestrado em História Social (2015 a 2017), nosso objeto de estudo tem sido a Zona Rural II² de São Luís, Maranhão, e especificamente as doze comunidades que pleiteiam a instituição jurídica da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim.³ O recorte temporal desta pesquisa, a saber, restringe-se ao período compreendido de 1996 a 2015. O primeiro ano aquele que identificamos como sendo o início dos debates a respeito de formas de garantia territorial que culminaram na proposta de criação da RESEX de Tauá-Mirim,⁴ e o último ano identificado como aquele em que as doze comunidades deliberaram, como estratégia de resistência, auto intitular seu território como RESEX de Tauá-

² Esta classificação é utilizada pelos moradores, embora se reconheçam também como bairros e povoados. Optamos por continuar utilizando-a nesta pesquisa, mas faremos sua devida problematização no decorrer da dissertação, observando que é uma denominação dada por órgãos, como o Instituto da Cidade (Incid), ligado à Prefeitura de São Luís. Para fins de entendimento, compreende a Zona Rural II de São Luís o conjunto de comunidades que se situam desde a região do Porto do Itaqui até a ilha de Tauá-Mirim, sendo delimitado pela BR-135. Do outro lado da BR-135 situam-se as comunidades componentes da Zona Rural I que também mantêm contatos diretos com as comunidades da Zona Rural II, seja por vínculos familiares, ou mesmo por várias comunidades de pescadores transitarem em ambiente comum de trabalho (mar, rios e roças vizinhas), pescando e comercializando seus produtos, e também vivenciando festejos em comum.

³ Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto das Arraias, Parnauçu, Porto Grande, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim. Falamos de uma instituição jurídica devido ao fato de que em maio de 2015, após debates que ocorreram durante a Assembleia Popular na Casa das Águas (hoje Escola Familiar Casa das Águas), Taim, na qual os participantes fizeram análises sobre o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim e a demora na consolidação da unidade de conservação (UC), deliberou-se por auto instituir a reserva, semelhante a processos que ocorrem em demarcações de terras indígenas feitas pelos próprios indígenas, contestando as demarcações ou demora em fazê-las por parte dos órgãos competentes, como a FUNAI. Nesse sentido, a RESEX foi criada pelos moradores, instituindo inclusive um conselho gestor composto por instituições consideradas interessadas na UC e também grupos parceiros, que se reúne mensalmente. Aguardam, portanto, a instituição jurídica apenas. Pelo caráter contestatório dessa ação, o consideramos como aspecto importante para compreendermos o nosso campo de análise e optamos por utilizar esta denominação.

⁴ De acordo com informações coletadas durante entrevistas (serão expostas posteriormente) e na bibliografia.

Mirim, num ato de *desobediência civil*, após quase duas décadas de postergação da instituição jurídica da referida reserva.⁵ As autorizações já haviam sido concedidas em quase todas as etapas formais do processo, faltando apenas a última, embargada pelo posicionamento negativo da governadora do Maranhão até 2014, Roseana Sarney, e atualmente pelo não posicionamento do atual governador, Flávio Dino, em relação à criação da unidade de conservação.⁶

Esta demora em criar a RESEX de Tauá-Mirim, para nós, é sintoma de um momento histórico e deve ser investigada. Nossa hipótese central, a partir de análise de fontes, trabalho de campo e revisão bibliográfica, é que o espaço que compreende a Zona Rural II de São Luís, por ser objeto de distintos projetos, é um *território de conflitos*. Este processo de territorialização deve ser analisado a partir dos grupos que disputam o espaço, aqui divididos em três (comunidades, empresas e governos) que, no confronto, articulam-se e repelem-se, acentuando uma relação mais próxima entre empresas e governos que disputam o espaço com comunidades. Contudo, por ser um processo complexo, estas generalizações devem ser relativizadas e compreendidas.

Nesse processo de disputa, os grupos agem por meio de nomeações (BOURDIEU, 2011) e nesses distintos nomes encontram-se projetos de ação, permeados por representações acerca do desenvolvimento, do que é rural e urbano, capitalismo e não capitalismo, progresso e estagnação, entre outras noções, que servem de orientação para seus projetos. Precisamos compreender como os grupos, e os agentes dentro desses grupos, tornam o espaço um campo

⁵ O processo formal de pedido de criação da unidade de conservação foi iniciado em 2004, no âmbito do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), órgão responsável pela criação desta modalidade de unidade de conservação de então, e posteriormente passou para a alçada do ICMBio (Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade), ligado ao CNPT (Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, anteriormente denominado Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), relacionado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente). O número do processo, composto até o presente momento por seis volumes, é 02012.001265/2003-72.

⁶ Inicialmente, ainda no projeto de pesquisa, nós elencamos um recorte mais longo (1970 a 2015), englobando os anos iniciais de especulação para implementação de empresas e do Programa Grande Carajás no espaço de nosso estudo. Contudo, após o exame de qualificação, a participação na disciplina *Paisagem, região, território e lugar: o espaço e os historiadores* – ministrada pelo Prof. Dr. Rafael Chambouleyron – e ainda com a análise das entrevistas que compõem o corpus documental desta pesquisa pudemos compreender que há dois períodos distintos de conflitos que se imbricam, mas não podem ser analisados conjuntamente: o primeiro refere-se ao recorte de 1970 a 1990, e o segundo de 1996 a 2015, este último podendo ser ainda subdividido em dois momentos, como as primeiras resistências que culminam na recusa em permitir a implantação do Polo Siderúrgico, em 2004/2005, e o segundo que inicia com a implantação da Termelétrica do Porto do Itaqui – cuja construção é iniciada em 2009, com a implantação efetivada em 2011 –, derivando em expulsões e desagregação de comunidades como Vila Madureira, que já não existe, e Camboa dos Frades, que permanece “sufocada” em seu lugar original, ao lado do empreendimento. Os anos iniciais (1970 – 1990) servem, em nossa pesquisa, para compreendermos o contexto de implementação dos empreendimentos e as condições de possibilidade que levam à resistência materializada na RESEX de Tauá-Mirim, mas a memória singular e coletiva das pessoas e grupos envolvidos no conflito remetem ao período mais recente, dos anos 1990 em diante, e esse dado deve ser analisado com mais precisão. Portanto, o recorte do projeto de pesquisa foi reduzido para catorze anos.

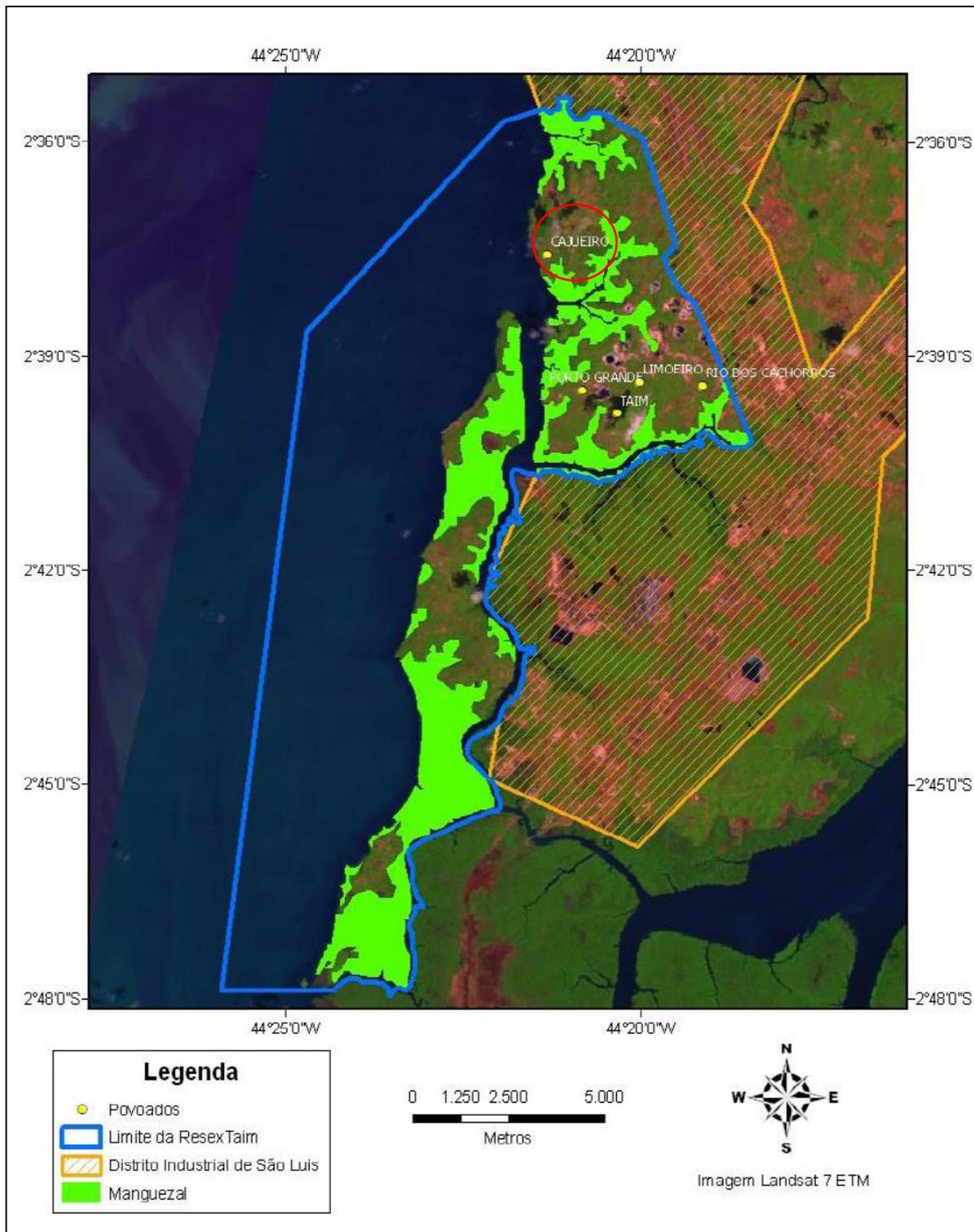
de poder e de conflitos, e uma primeira pista pode ser encontrada na disputa pelo zoneamento da região, ora compreendida como Zona Rural, ora apresentada como Distrito Industrial.⁷ No decorrer dos anos abarcados pelo nosso estudo, algumas representações cartográficas foram produzidas, e elas, como elemento do imaginário desta época (HARLEY, 2009), carregam signos de distinção que podemos relacionar aos interesses, campos e objetivos dos grupos em conflito.

Na primeira cartografia, produzida pela equipe do IBAMA-MA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em 2006, podemos ver os primeiros limites da RESEX de Tauá-Mirim, à época ainda denominada RESEX do Taim,⁸ na qual enfocam-se a área do ecossistema Manguezal e a área do então Distrito Industrial de São Luís. Neste mapa, a comunidade Cajueiro, por exemplo, fazia parte dos limites da unidade de conservação, o que foi modificado em 2012.

⁷ Nesta dissertação encontramos distintos nomes para o espaço, contudo estes dois concentram em si projetos complexos de territorialização e, portanto, utilizaremos os dois como exemplo dos projetos dos grupos em conflito.

⁸ O processo será abordado no decorrer da dissertação.

Mapa 1. Proposta inicial da RESEX Taim, com destaque para a comunidade Cajueiro



Fonte: CNPT/IBAMA-MA, 2006

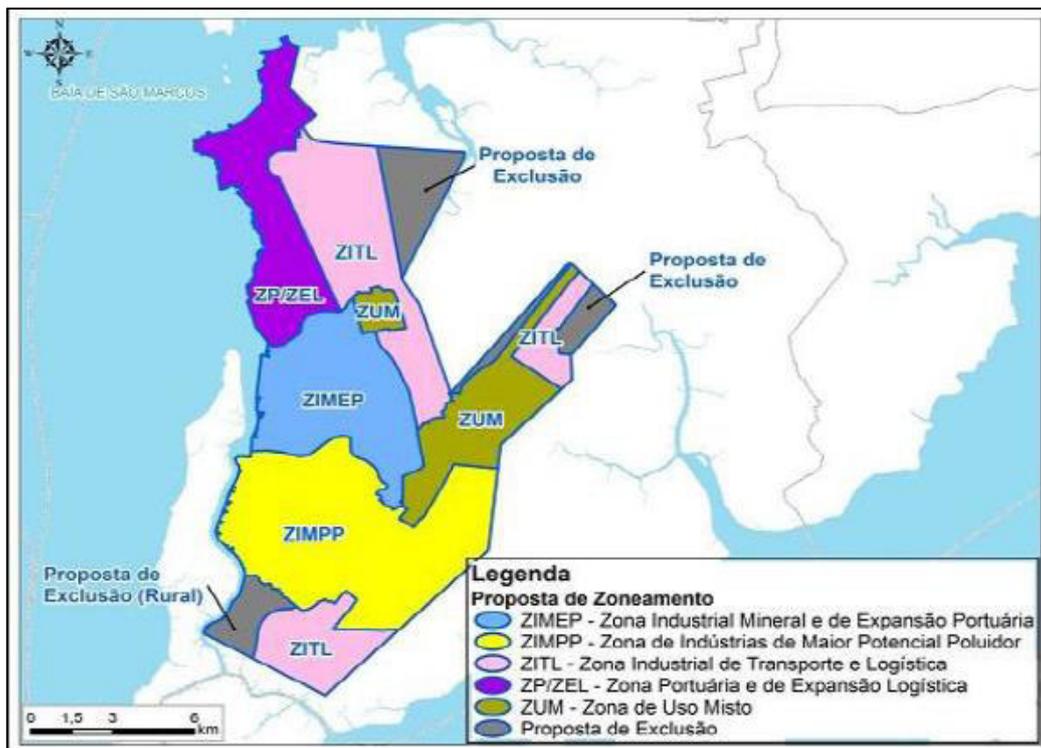
Mapa 2. Composição colorida a partir de imagens de satélite, ilustrando a localização da RESEX de Tauá-Mirim, evidenciando o limite inicialmente proposto, o novo limite proposto pelo ICMBio e locais de interesse, com destaque para a comunidade Cajueiro



Fonte: Ministério Público Federal, 2012

A retirada da comunidade Cajueiro dos limites da RESEX de Tauá-Mirim, perceptível no mapa de 2012, reflete questões que precisam ser compreendidas. Por hora, ressaltamos os poderes, discursos e representações que podem ser apreendidos a partir da análise cartográfica, não entendendo um mapa com dado autoexplicativo, mas como representação de uma época (HARLEY, 2009). Os conflitos também ficam evidenciados, mediante análise, na próxima cartografia, de 2014. Nela estão apresentadas as novas zonas ou distritos, propostos pela prefeitura de São Luís, em *Leitura urbana: São Luís*, do Incid – Instituto da Cidade (BARBOSA; ESPÍRITO SANTO; TRINTA, 2014). Por que neste momento tais mudanças puderam ser propostas? Quais interesses estão ligados a este novo zoneamento? Por que o traçado da RESEX de Tauá-Mirim não foi inscrito no mapa? E ainda, por que a fonte é o relatório de impacto ambiental de um empreendimento?

Mapa 3. Distrito Industrial de São Luís com proposta de novo zoneamento

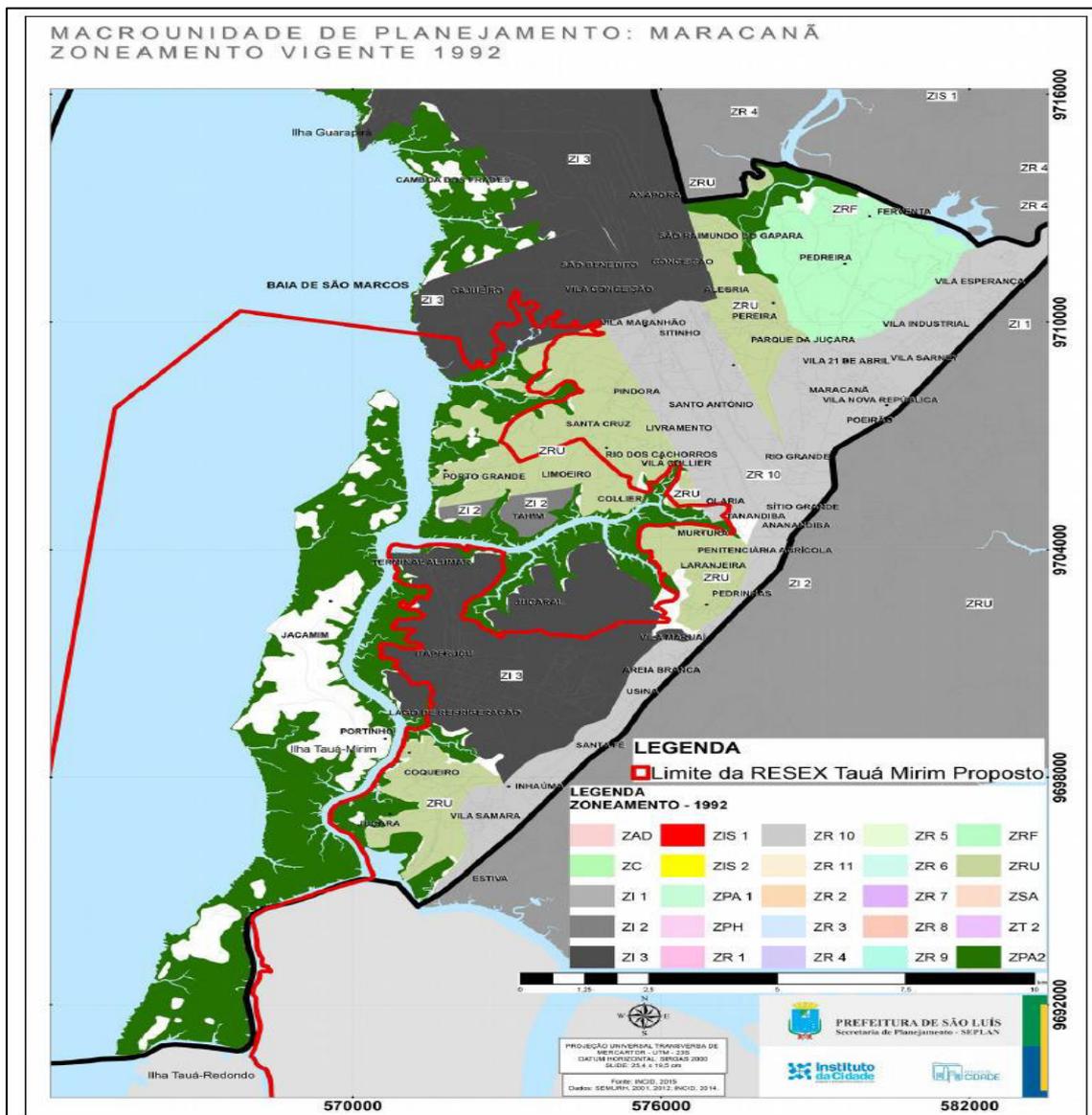


Fonte: EIA do Terminal Portuário de São Luís, MRS (2014)⁹

⁹ A fonte descrita é a mesma que foi apontada no documento *Leitura urbana: São Luís* (BARBOSA; ESPÍRITO SANTO; TRINTA, 2014).

Para mapear os grupos em conflitos, suas ligações e atritos entre si e em relação a outros grupos, a utilização da representação cartográfica também pode ser feita. No mapa a seguir, confeccionado pelo INCID, e apresentado em relatório do Ministério Público Federal, algumas comunidades da RESEX são evidenciadas e ainda outras, componentes de uma possível Zona de Amortecimento. Algumas comunidades, como Rio dos Cachorros, foram localizadas fora dos limites da RESEX: por quais motivos?

Mapa 4. Classificação no interior e no entorno da pretensa RESEX de Tauá-Mirim (polígono vermelho), de acordo com a lei de zoneamento vigente (Lei nº 3.523/1992)



Fonte: INCID, 2014 In MPF, 2015

Muitas destas questões, exemplificadas numa breve exposição a partir de representação cartográfica, serviram para orientar nossos estudos e ainda auxiliar na formulação de nossa hipótese. Cada uma delas carrega signos de um momento histórico, e devem ser compreendidas a partir de seu lugar social de construção.¹⁰ Os 14 anos de recorte temporal comportam em si vários momentos significativos que nós elegemos enquanto marcos temporais para a compreensão do contexto de pesquisa,¹¹ como 1996 (primeiros debates para promover a resistência das comunidades, quando surge a ideia de RESEX de Tauá-Mirim),¹² 2004/2005 (tentativa de implantação de um Polo Siderúrgico na Zona Rural), 2013 (recusa do governo estadual em apoiar a implantação da RESEX) e 2015 (autodemarkação da RESEX de Tauá-Mirim).

O objetivo de nossa pesquisa, portanto, é compreender a formação da Zona Rural II de São Luís como um *território de conflitos* a partir das visões de mundo, ou projetos, dos grupos em confronto, entendendo suas maneiras de sentir, pensar, compreender e agir no *território*, compreendendo as contradições entre os grupos sociais envolvidos no conflito, cada qual objetivando uma configuração específica para um mesmo espaço. Por um lado, comunidades apresentam a proposta de RESEX de Tauá-Mirim; por outro, empreendedores e gestores apresentam a proposta de Distrito Industrial. Ambos vivem numa sociedade que tem por horizonte de expectativa o desenvolvimento, e atuam dentro desse imaginário, aceitando, resistindo e/ou transformando-o. Dessas ações, historicamente pontuadas, decorre uma configuração espacial que aqui estamos chamando de *território de conflitos*. Este imaginário instaura violências diversas, e sua constituição é marcada por violências sistêmicas, ligadas ao capitalismo.¹³ A Zona Rural II de São Luís, dessa forma, é um dos muitos palcos de conflitos

¹⁰ Trata-se de uma conceituação que, neste texto, é tomada a partir de Michel de Certeau (2013). Para este autor, o lugar social é um espaço de produção, diríamos condicionante de práticas, e neste espaço está o sistema de práticas que possibilita uma fabricação. Para o autor, “levar a sério o lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou ‘edificante’), nem atópica (sem pertinência)” (CERTEAU, 2013: 64). Ou seja, encarar o lugar social como campo de análise, inclusive de autoanálise, é historicizar as práticas.

¹¹ Os dados comportados no recorte temporal, como empreendimentos, desagregações e resistências comunitárias serão apresentados nos próximos capítulos.

¹² Inicialmente, segundo Alberto Cantanhede, o Beto do Taim (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009), os debates se concentraram nas comunidades Taim, Porto Grande, Vila Maranhão, Rio dos Cachorros e Cajueiro. O Laudo feito pelo IBAMA em 2006 foi sucedido por uma assembleia popular na qual foi identificada a necessidade de ampliar as comunidades que estariam compondo a proposta de RESEX, incluindo Limoeiro, Parnauçu (na Ilha do Maranhão) e ainda as comunidades Jacamim, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim (Ilha de Tauá-Mirim). Em 2007, o laudo apresentava a proposta para RESEX de Taim, o que depois foi modificado, nos anos 2012, por conta de já existir uma unidade de conservação com esse nome no Brasil, no Rio Grande do Sul, ficando RESEX de Tauá-Mirim.

¹³ Entender o desenvolvimento como imaginário, surge, em nossa pesquisa, como outro objeto derivado da

que compõem o mosaico territorial maranhense. Como compreender esse *lugar*? Para responder estas questões, apontaremos o caminho percorrido na escrita deste texto, explicitando nossas fontes e metodologia.

Perseguindo rastros

Em nossa pesquisa, buscamos combinar o referencial teórico e metodológico da História Social e da História Oral, esta última em seu aspecto metodológico.¹⁴ Contudo, não deixamos de objetivar um diálogo interdisciplinar, buscando compor nossa análise da forma como temos empreendido desde a graduação. Nesse sentido, foi essencial a orientação do Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho, por permitir que “viajássemos” um pouco em outros campos, como a Geografia, a Antropologia e a Sociologia.¹⁵ Os referenciais foram construídos conjuntamente também com nosso coorientador, Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior. Ainda devemos ressaltar que o diálogo interdisciplinar também foi perpassado por dificuldades que envolvem os campos distintos do saber nos quais adentramos, pois tivemos que nos familiarizar com outras formas de análise, metodologias e teorias. Em suma, o acesso controlado a outras disciplinas proporcionou o enriquecimento de nossa análise, necessário que foi para a compreensão de um tema que consideramos ser complexo.

Para compor esse estudo, utilizamos uma metodologia associada à nossa busca por interdisciplinaridade, levando em consideração a amplitude do tema *conflitos ambientais*: a) participação em reuniões relativas a vários temas, envolvendo os grupos em conflito em vários locais; b) entrevistas; c) consulta a documentação escrita e audiovisual; e d) revisão

compreensão da Zona Rural II de São Luís como *território de conflitos*. Por ora, apresentaremos apenas um esboço dessa ideia a partir da bibliografia e das fontes, mas nos interessa aprofundar esse tema futuramente.

¹⁴ Existe um debate em torno da definição da História Oral como metodologia, ferramenta ou disciplina. Roger William a considera como um conjunto de técnicas que auxiliam na complementação dos mais variados estudos, interessando as “experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo, etc.” (FERREIRA; AMADO, 2006: 08). Ian Mikka, compreendendo-a como disciplina, observa que “pensar a história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre si mesma [...]. Não só a história oral é teórica, como constitui um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas” (FERREIRA; AMADO, 2006: 13). Chantal de Tourtier-Bonazzi, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, por sua vez, entendem a História Oral como uma metodologia como muitas outras, já que ela “estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] funcionando como ponte entre teoria e prática” (FERREIRA; AMADO, 2008: 16). Em nosso estudo, nos aproximamos da terceira vertente.

¹⁵ A composição de nossa banca de qualificação, formada por um historiador – Prof. Dr. Lyndon Araújo –, um sociólogo – Prof. Dr. Horácio Antunes – e uma geógrafa – Profa. Dra. Fernanda Carvalho –, foi decisiva para a escrita final desta dissertação, pois possibilitou que compreendêssemos melhor categorias desta análise, como território e região, e ainda o processo dialético de resistência, visto em sua duração e em seu ponto de partida presente.

bibliográfica. As entrevistas foram coletadas durante os dois anos do mestrado e também utilizamos entrevistas que já tínhamos coletado em anos anteriores, por considerarmos que apesar de terem sido analisadas em artigos, relatórios, projetos e monografia, muitos aspectos foram sendo deixados para análise futura, necessitando de novo olhar. Foi importante, ainda, realizar entrevistas com pessoas que já tínhamos entrevistado em anos anteriores, pois pudemos perceber mudanças ou permanências em suas narrativas, rastro de historicidade. As entrevistas coletadas em 2015 e 2016 foram estruturadas a partir de algumas perguntas norteadoras, que foram sendo adequadas ao andamento da entrevista. Estruturamos dez questões, contudo, em todas as entrevistas, as falas direcionaram-se para apenas quatro, em média, o que nos levou a compreender que podemos estruturar perguntas mais gerais que, dependendo do andamento da interlocução, podem se desdobrar em outros temas. Essa experiência possibilitou constatar, mais uma vez, que a metodologia de pesquisa deve se adequar aos objetivos e fontes, no nosso caso, às pessoas que transmitiram as informações consideradas por eles como importantes.¹⁶

Porém, tivemos alguns limites. A proposta inicial era realizar entrevistas com pessoas ligadas a todos os grupos em conflito elencados por nós, mas encontramos dificuldade em contactar agentes ligados aos governos e às empresas, por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar nossa participação enquanto pesquisadora desde 2011 do GEDMMA, o caráter militante que este grupo de pesquisa assumiu desde seu início em 2004/2005 e ainda os diversos mecanismos desenvolvidos por empresas para a comunicação com pessoas “de fora”, como ouvidorias e “Fale Conosco” disponibilizados em seus sítios eletrônicos, de modo que estes canais não possibilitam acessar a pessoas, mas a equipes que desenvolveram *softwares*, por exemplo, impessoalizando os contatos. Nesse sentido, tivemos que procurar alternativas para encontrar dados a respeito de empresas e governos: o primeiro passo foi elencar possíveis lugares nos quais estes grupos desenvolveriam seu contato com o público externo, dentre eles, sítios eletrônicos e publicações. Visitamos, assim, os seguintes *sites*:

- Empresa Vale: <http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>. Acesso em 30.08.2016 e 11.04.2017;
- Empresa Alcoa/ALUMAR: <http://www.alcoa.com/brasil/pt/default.asp>; <http://www.alumar.com.br/>. Acesso em 30.08.2016 e 11.04.2017;

¹⁶ Optamos por apresentar um escopo das questões norteadoras das entrevistas efetuadas entre 2015, 2016 e 2017 apenas no terceiro capítulo, acompanhando a narrativa que construímos nessa dissertação.

- Empresa MPX, atual ENEVA/EON: <http://www.eneva.com.br/pt>. Acesso em 29.08.2016 e 11.04.2017;
- Governo do Estado do Maranhão: <http://www.ma.gov.br/>. Acesso em 29.08.2016 e 11.04.2017;
- Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Maranhão (SEDINC): <http://www.seinc.ma.gov.br/>. Acesso em 29.08.2016 e 11.04.2017;
- Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão (SEMA): <http://www.sema.ma.gov.br/paginas/view/default.aspx>. Acesso em 05.02.2017 e 11.04.2017;
- Sistema FIEMA (Federação das Indústrias do Estado do Maranhão): <http://www.fiema.org.br/>. Acesso em 07.07.2016 e 11.04.2017;
- Prefeitura Municipal de São Luís: <http://www.saoluis.ma.gov.br/>. Acesso em 07.07.2016 e 11.04.2017.

Procuramos relatórios, livros, vídeos, áudios e outras fontes nas quais estes grupos poderiam desenvolver algum diálogo com o público externo. Em poucos momentos tivemos contato com pessoas e podemos relatar que nosso contato mais direto com representantes empresariais e governamentais foi em duas reuniões na SEDIHPOP – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – em 2015 e no CONCID – Conselho da Cidade – em 2016, a primeira logo no início do governo estadual de Flávio Dino (PCdoB), para tratar de deliberações relativas à Zona Rural, envolvendo outras secretarias, como a SEDINC, e a segunda logo após longo processo de tentativa de revisão do Plano Diretor do município de São Luís, especificamente os capítulos referentes ao Macrozoneamento do município, na qual estavam presentes os então conselheiros da cidade, procurador do Ministério Público Estadual (MPE) e representantes empresariais ligados ao Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCOM) e à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

A principal forma que encontramos para analisar estes grupos foi a leitura e análise atenta do processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, nº 02012.001265/2003-72, constituído de seis volumes, com média de 350 páginas cada, exceto o último. Por ser um processo judicial que tramita no Ministério do Meio Ambiente, contém despachos, encaminhamentos, estudos, cartas de apoio e outras informações valiosas para uma compreensão ampla do processo, nos possibilitando mapear agentes, posicionamentos, mecanismos de pressão e, em suma, estratégias variadas de ação de acordo com campos nos

quais os agentes se inserem, suas estratégias argumentativas, grau de conhecimento de mecanismos de atuação em instâncias governamentais, relacionamento entre governos, empresas e comunidades. Além disso, foi crucial para esta pesquisa o documento elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio, em 2014, para veicular a posição do governo estadual de Roseana Sarney contrária à criação da reserva extrativista¹⁷. É um documento técnico, feito por um corpo de profissionais da Economia, Geologia, Engenharias, Antropologia, Geografia, Agronomia, Biologia, Zootecnia, entre outras áreas, e que veicula um dos lados do conflito, composto por visões variadas que se generalizam em uma resposta negativa à consolidação da RESEX. Esta é a última movimentação do processo que está disponível no banco de dados do ICMBio (Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade).

Em outros momentos tivemos a possibilidade de ouvir e analisar falas e atuações de representantes governamentais e empresariais em reuniões, audiências e outras situações. Em boa parte deles, estes agentes não foram aos eventos, como uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado a respeito dos problemas enfrentados na comunidade Cajueiro, em 2015. Em outras situações, pudemos perceber a atuação de gestores governamentais e empresariado local, pois estiveram presentes em audiências públicas para a revisão do Plano Diretor de São Luís, referida anteriormente, e também em um encontro entre empresariado e governos relativo ao Terminal de Grãos (TEGRAM) do Maranhão e logística portuária, na qual esteve presente o governador do Estado, representante da prefeitura e outros secretários, além de muitos representantes de empresas, como Vale, ALUMAR, TEGRAM, Porto do Itaqui, e também de outros estados. Este foi o momento em que pudemos analisar com maior proximidade as falas deste grupo (empresariado), já que não tivemos acesso a ele em outras ocasiões.

Assim, para analisar as formas em que empresas se relacionam com comunidades, por exemplo, buscamos informações em documentação relacionada a empreendimentos. A partir de mapeamento inicial da possível maior incidência de ações de empresas nas comunidades, optamos por pesquisar os sítios eletrônicos de duas: Vale S.A. e ALUMAR.¹⁸ A documentação elencada era vasta, de acordo com a disponibilização feita nos sites, e precisou ser filtrada para que pudéssemos prosseguir na análise. Inicialmente, elencamos relatórios ligados a finanças e

¹⁷ *Avaliação técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013).

¹⁸ Esta *arbitrariedade* foi efetuada para fins analíticos. Outros empreendimentos, como a Eneva/EON e a Votorantim também possuem forte presença no espaço em questão, mas nos baseamos em análises acadêmicas e em nossa percepção a partir da inserção enquanto pesquisadora na área do estudo para focar apenas em Vale e ALUMAR. No terceiro capítulo relataremos com mais vagar o processo de coleta e análise dessas fontes.

gestão, além de documentos voltados ao público em geral, como cartas das empresas. Percebemos que para nossa análise ainda não seria possível verificar as informações ligadas a finanças, pois neste campo ainda não possuímos ferramentas de análise, como a observação econômica voltada para taxas de lucro e recessão, por exemplo. Nos voltamos, então, para documentos referentes à ação das empresas em comunidades, em temas que também pudessem abranger a sociedade em geral, como o meio ambiente, a sustentabilidade e derivados (poluição, mudanças climáticas, reciclagem). Também buscamos documentos que demonstrassem a atuação das empresas em relação a seus funcionários, por já termos elencado dados em pesquisas anteriores que remetiam à empregabilidade de pessoas da Zona Rural nos empreendimentos em questão e o tratamento de funcionários das empresas com pessoas que moravam nas fronteiras das comunidades com a área das empresas. Nesse sentido, códigos de ética e conduta, manuais de como agir em comunidades e relatórios de atuação em comunidades e municípios foram elencados também para analisar as relações de empresas com comunidades. Sabemos que são recortes e enfatizamos a necessidade de fazê-los nesta pesquisa, pois são muitas informações e um filtro certo pode produzir boas análises. A seguir temos uma relação da documentação e trabalho de campo desta pesquisa, dividida em dois quadros. Observamos que as datas precisas de entrevistas e gravações em geral virão no decorrer do texto.

Quadro 1. Listagem da mídia audiovisual analisada

ANO	Anterior ao mestrado		ANO	Durante o mestrado	
	Tipo	Descrição		Tipo	Descrição
2011	Entrevista	<i>Entrevista com Rafaela Mesquita e Leila Letícia;</i> Local: Taim; Arquivo: áudio	2015	Gravação em áudio	<i>Captação de falas em audiências públicas;</i> Locais: bairros Cidade Operária, Sacavém, COHATRAC, São Francisco, Vila Maranhão; UFMA e Parque do Bom Menino (Apicum); Arquivo: áudio
2012	Entrevista	<i>Entrevista com Rosana Mesquita;</i> Local: Taim Arquivo: áudio e transcrição		Gravação em áudio	<i>Captação de falas em reunião do Conselho da Cidade;</i> Locais: Escola de Governo do Estado, Renascença Arquivo: áudio
2013	Entrevista	<i>Entrevista com Máxima Pires (Dona Máxima);</i> Local: Taim Arquivo: áudio e transcrição parcial		Gravação em áudio	<i>Captação de depoimentos durante trabalho de campo para composição de relatório socioantropológico;</i> Locais: Murtura, Laranjeira, Maruaí, Piçarra, Inhaúma, Andirobal e Igarauá; Arquivo: áudio
			Entrevista	<i>Entrevista com “Dona Roxinha”;</i> Local: Igarauá Arquivo: áudio e transcrição parcial	
2014	Entrevista	<i>Grupo focal com Dúlia Costa Veras, Ieda Pires, Teodelinda de Jesus (Dona Bebete) e Maria Bárbara Pires (Dona Babita);</i> Local: Rio dos Cachorros; Arquivo: áudio e transcrição parcial	2016	Gravação em áudio	<i>Captação de falas em evento;</i> Local: auditório da FIEMA Arquivo: áudio e transcrição
	Entrevista	<i>Entrevista com Hilton Barbosa (Seu Tenente);</i> Local: Rio dos Cachorros; Arquivo: áudio e transcrição parcial		Entrevista	<i>Entrevista com Guilherme Zagallo;</i> Local: escritório no bairro Renascença Arquivo: áudio e transcrição
	Entrevista	<i>Entrevista com Dona Esterlina Pires;</i> Local: Rio dos Cachorros; Arquivo: áudio e transcrição parcial		Entrevista	<i>Entrevista com Élio Pantoja Alves;</i> Local: sala de reuniões do GEDMMA, UFMA Arquivo: áudio e transcrição
	Entrevista	<i>Entrevista com Alberto Cantanhede (Beto do Taim);</i> Local: Taim Arquivo: áudio e transcrição		Entrevista	<i>Entrevista com Alexandre Soares;</i> Local: Gabinete do MPF Arquivo: áudio e transcrição
	Entrevista	<i>Entrevista com Rosilda dos Santos (Dona Rosa);</i> Local: Taim Arquivo: áudio e transcrição		Entrevista	<i>Entrevista com Rosana Mesquita;</i> Local: Taim; Arquivo: áudio e transcrição parcial
			Entrevista	<i>Entrevista com Alberto Cantanhede (Beto do Taim);</i> Local: Taim; Arquivo: áudio	

Fonte: a própria autora, 2017.

Quadro 2. Listagem da documentação escrita analisada

Instituição	Fonte	Ano de referência	Total de páginas
IBAMA/ICMBio	Processo nº 02012.001265/2003-72 – Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Volume 1)	2008	402
	Processo nº 02012.001265/2003-72 – Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Volume 2)	2010	390
	Processo nº 02012.001265/2003-72 – Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Volume 3)	2012	396
	Processo nº 02012.001265/2003-72 – Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Volume 4)	2015	322
	Processo nº 02012.001265/2003-72 – Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Volume 5)	2015	392
	Processo nº 02012.001265/2003-72 – Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Volume 6)	2015	44
SEDINC	Avaliação técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim ¹⁹	2013	207
ALCOA	Relatório de Sustentabilidade	2002	12
		2003	66
		2005	55
		2007	104
		2011	28
		2012	56
		2013	48
		2014	54
		2015	64
	Guia ALCOA de sustentabilidade em compras	2009	22
	Código de Conduta	2014	40
Política Anti Corrupção	2015	05	

Fonte: a própria autora, 2017.

¹⁹ Este estudo está inserido nos volumes 5 e 6 do processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, porém, por conta de sua importância para esta análise e a necessidade de um estudo diferenciado, resolvemos desanexá-lo dos referidos volumes. Ou seja, para saber a quantidade de páginas dos dois volumes, deve-se subtrair as 207 páginas do estudo da SEDINC, e observar que o último volume do processo ao qual tivemos acesso no ano de 2016, durante a conclusão desta pesquisa, é o restante do estudo da SEDINC em sua totalidade, contendo apenas algumas páginas dos despachos internos do ICMBio.

Quadro 3. Continuação da listagem da documentação escrita analisada

Instituição	Fonte	Ano de referência	Total de páginas
Vale S.A.	Relatório de Sustentabilidade	2006	141
		2007	192
		2008	116
		2009	134
		2010	20
		2011	121
		2012	217
		2013	174
		2014	119
		2015	107
	Política de Direitos Humanos	2014	03
	Código de Ética e Conduta	Sem data	12
	Política de Desenvolvimento Sustentável	2009	03
Política de mitigação e adaptação às mudanças climáticas	2012	03	
Carta aberta ao Brasil sobre mudanças climáticas	2009	03	
Relatório Vale em Parauapebas	2014	37	
Relatório Vale em Canaã dos Carajás	2014	44	

Fonte: a própria autora, 2017.

Parte considerável destas fontes está arquivada ou em processo de catalogação no Núcleo de Documentação do GEDMMA, e será disponibilizada posteriormente na Plataforma Digital dos Conflitos do Maranhão – *Cofa de Memórias* –, ainda em implementação.²⁰

Algumas questões norteadoras relacionadas ao referencial teórico e metodológico foram necessárias, a saber, o que é e como analisar um território de conflitos. Para a obtenção das respostas a essas questões, apenas a descrição de um processo de conflitos não é por si autoexplicativa, pois a análise deve ser feita em associação com problemas levantados por

²⁰ Mais informações no site <http://www.gedmma.ufma.br>.

outras disciplinas e pela própria pesquisa. Desse modo, em relação ao marco teórico-conceitual, também buscamos compreender conceitos como *região* e *território*, que demandam o diálogo entre História e outras ciências humanas. Em todo o texto, buscamos associar a análise das fontes ao quadro teórico-conceitual.

Foram compostos quatro capítulos para esta dissertação. Após a introdução, segue o primeiro capítulo, intitulado *Um território de conflitos em São Luís, Maranhão*, dividido em dois tópicos: *O campo dos conflitos* e *Populações tradicionais: autoconstituição*. Neste capítulo, historicizamos o contexto atual a partir daquele que seria o germe dos conflitos a partir da atração de empreendimentos para o Norte e o Nordeste do Brasil – Programa Grande Carajás (PGC), que vigorou desde 1980 a 1990²¹, pensando as contradições entre a realidade local e os processos de tomada de decisões situados no eixo Centro-Sul, que provocaram uma transformação radical na configuração do Maranhão, possibilitando a explosão de inúmeros conflitos; além disso, procuramos apontar a gênese de categorias apropriadas e ressignificadas por grupos sociais, como as comunidades de nosso estudo, para obter êxito em confrontos relativos à sua permanência em seus lugares originários. No caso em questão, procuramos apontar a importância da categoria *populações tradicionais* e sua abrangência nos processos reivindicatórios, situada no momento histórico de fins da Ditadura Empresarial-Militar, com a consolidação da Constituição Federal de 1988, e a irrupção de diversas lutas. Essas questões serviram para pensar o campo dos conflitos, a pertinência e necessidade desta análise.

O segundo capítulo, intitulado “*Dar nome*”: *um espaço definido duplamente*, é composto por três tópicos: *O campo no tempo e no espaço*, *Breve histórico dos conflitos e Território e região: definições em disputa*. Neste capítulo, buscamos apresentar os dados teóricos a respeito das nomeações e projetos distintos para um mesmo território, além de historicizar o conflito a partir dos marcos temporais que encontramos nas fontes, de maneira geral.

²¹ O período de vigência do PGC também é uma demarcação não consensual, pois embora existam decretos que demarcam a consolidação do programa em 1980 – Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387 – não existe um documento que delimite seu encerramento em um ano específico. Trabalhamos com a hipótese de que o PGC foi extinto em 1990 por conta de seu desmembramento em programas regionais a partir do Decreto nº 99.353, de 27.06.1990, expedido durante o governo federal de Fernando Collor. Acompanhamos também a análise de Sant’Ana Júnior (2013) que pontua o marco do fim do PGC em 1990. Com o Decreto Nº 99.353, de 27.06.1990, que dispunha sobre a coordenação e supervisão do Programa Grande Carajás e as disposições normativas derivadas dele, pode-se inferir que com a modificação na gestão do PGC e o seu desmembramento em outros projetos de menor envergadura, ocorreu seu término. Posteriormente, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002, com o Plano Nacional de Desestatização, a tendência do fim dos grandes projetos pode ser confirmada.

O terceiro capítulo – *Os tempos, o desenvolvimento e suas violências* – está dividido em dois tópicos: *Mediação e distinção da região*, com os sub tópicos *Empresas entidades*, *Empresas eficazes* e *Relações governos-empresas e comunidades*; e *Significação e transitoriedade do território*, constituído pelos sub tópicos *Contar, ouvir, perceber e escrever (ou o contrário)* e *Tradução e traição: dissecando narrativas*. Neste capítulo estão os dados substanciais das fontes como também sua análise em diálogo com a bibliografia, apresentando nossas percepções a respeito do processo de feitura da dissertação e a análise das fontes, como também uma proposta de síntese do *território de conflitos*.

O quarto capítulo contém debates que podem apontar para o que seria o imaginário desenvolvimentista, e possui caráter introdutório, apesar de ser o último capítulo. Optamos por deixá-lo nessa dissertação a fim de que outros debates e compreensões que estamos construindo a partir desse estudo fiquem registrados para futuras pesquisas, que serão apontadas nas *Considerações finais*. Nesse capítulo apontamos a hipótese de existir um imaginário desenvolvimentista, perpassando o conflito. A seguir, o primeiro capítulo.

1. Um território de conflitos em São Luís, Maranhão

Sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta.

(Condição pós-moderna, David Harvey)

Nosso estudo está pautado na observação e análise de doze comunidades autodenominadas tradicionais que compõem o traçado da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Contudo, para compreendermos como se chegou a essa proposta de unidade de conservação, devemos observar alguns dados a respeito das comunidades, como sua formação histórica, atividades exercidas, inserções políticas de alguns membros e ligações com outras comunidades, além do processo de resistência a empreendimentos construídos na região. Estes dados poderão elucidar que o espaço Zona Rural II de São Luís tem sido habitado desde tempos recuados, como o período colonial, o que pode desmontar um dos argumentos bastante propalados por governantes e empreendedores, ou seja, o de *vazio demográfico*.²²

Em nossa monografia de conclusão de curso buscamos analisar uma das comunidades – Rio dos Cachorros – em sua formação histórica a partir do cruzamento de fontes documentais, como os arquivos disponíveis no Conselho Histórico Ultramarino, cartografias (oriundas desde o século XVII), algumas crônicas de padres franceses e a memória de antigos moradores das comunidades – os *mais velhos* de Rio dos Cachorros.²³ Pudemos notar que boa parte dos relatos de origem contados por estas pessoas remetem a uma possível ocupação inicial de Rio dos Cachorros desde o período imperial, especificamente relacionada à fuga de sujeitos escravizados, como africanos e seus descendentes, ou ao dote em forma de terras deixado a uma senhora que depois foi embora de sua fazenda, no lugar restando apenas os cachorros da propriedade. Esta é uma primeira explicação para o nome Rio dos Cachorros.

²² Como exemplo, Sbrana (2012) apontou a fala do então deputado Edson Lobão (PMDB), afirmando que o desenvolvimento não deveria ser barrado por “meia dúzia de casas de taipa”, denotando pouca ocupação naquela região, na época dos conflitos por conta da tentativa de implementação de um polo siderúrgico na região, nos anos 2004.

²³ *Violência, memória e resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)* (2014). Informações atualizadas podem ser encontradas em *Ancestralidade, trajetórias e resistências: conflitos ambientais em Rio dos Cachorros, São Luís – MA* (2015).

Contudo, ao analisarmos as fontes, observamos que uma ocupação anterior à relatada pelos moradores poderia ser datada do século XVII, mais especificamente de 1640,²⁴ ano da cartografia mais antiga que encontramos, na qual é apontada uma ocupação indígena denominada Aldeia do Caxorro. Este dado foi cruzado com o relato dos padres franceses, que pontuam a existência de uma aldeia denominada Januarem, cujo chefe se chamava Cachorro Grande. Inicialmente localizamos esta como sendo a possível Rio dos Cachorros colonial, a partir de aproximação toponímica, já que possivelmente, *aldeia do caxorro* foi a adaptação feita pelos colonizadores para essa localidade que possuía seu nome indígena. Não se deve esquecer que o curso d'água também é denominado Rio dos Cachorros. Recentemente, novos dados foram incorporados à pesquisa a partir do estudo monográfico de Sbrana (2014).²⁵ Apontando uma localização das aldeias tupinambá do século XVII, nas atuais terras ludovicenses, ele relata que

Rio dos Cachorros não seria apenas aquela antiga fazenda em que o proprietário se mudou deixando os cachorros, mas seria um resultado do deslocamento de uma aldeia chamada Icatu, que se mudou da Ilha para o continente depois do início da relação com os portugueses, criando o atual município de Icatu. Porém, seu chefe, chamado de Cachorro Grande, ou um dos seus filhos, teria ficado na ilha e estabelecido uma aldeia, logo conhecida por Aldeia do Cachorro, assim como também ficou conhecido o nome do rio que fazia parte da aldeia.²⁶

E ainda:

[...] as aldeias *Eucatu* e *Carnaupió*, então situadas na Ilha, mudaram-se para o continente e deram origem aos municípios Icatu e Cajapió. Quando as aldeias mudavam, levavam consigo seus nomes. E isso explica porque a localização de aldeias como *Juniparã*, *Januarem* e *Carnaupió*, muitas vezes, se confundem. Assim, sua localização no mapa deve ser sempre flexibilizada (SBRANA, 2015).

Oliveira (2016), em trabalho monográfico do curso de Ciências Sociais, também buscou historicizar a ocupação de outra comunidade:²⁷ Vila Maranhão. Em sua pesquisa, encontrou uma localidade denominada Arraial do Furo, um dos núcleos da Vila Maranhão atual, e tentou compreender tal localidade a partir de vestígios históricos, como documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão (registros de batismo, óbitos, doação de

²⁴ Esta é uma data aproximada, já que os mapas de João Teixeira de Albernaz não possuem datação exata.

²⁵ *Entre reis, morubixabas, príncipes e principais: chefes tupinambá do Maranhão e terras circunvizinhas no tempo da aliança com os franceses (1612 – 1614)* (2014).

²⁶ O trabalho *Etnogênese e etnocídio: duas ou três coisas sobre o processo histórico de ocupação da área que compreende a autointitulada Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* foi apresentado no Seminário Interno de Pesquisas do GEDMMA, ocorrido nos dias 09 e 10 de julho de 2015. O texto citado é a transcrição da apresentação.

²⁷ *Arraial do Furo (Vila Maranhão): uma perspectiva sócio-histórica* (2016).

terras, entre outros) referente aos anos iniciais de colonização portuguesa do Maranhão, percorrendo o período imperial brasileiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Elencou as seguintes hipóteses: “1) ocupação a partir de aldeamentos jesuítas e colonos portugueses, anterior a 1642; 2) ocupação da região para lavoura de tabaco por volta de 1662; e 3) ocupação a partir da construção do canal do Arapapaí” (OLIVEIRA, 2016: 30). Em suas palavras,

A ideia de um povoamento anterior a 1642 possibilitaria a existência da lavoura de tabaco na mesma região em 1662, prosseguindo o raciocínio, a ideia de construção do canal do Arapapaí por volta de 1740 naquela localidade é reforçada, pois a presença de povoação bem estabelecida ali desde períodos anteriores seria conveniente e até motivadora de tal empreendimento (OLIVEIRA, 2016: 30).

Este autor persegue mais alguns rastros, como a relação de sobrenomes de pessoas que habitaram a região nos períodos colonial e imperial e sobrenomes de moradores que hoje vivem na comunidade, levando em consideração também a memória oral dos *mais velhos*. Em cada comunidade da Zona Rural II de São Luís, pessoas consideradas como mães e pais fundadores estão presentes em relatos orais, e Oliveira destacou os seguintes para comunidades além da Vila Maranhão, baseado em estudos de outros pesquisadores, como Santos (2013), Silva (2009), o nosso (JESUS, 2014) e sua própria pesquisa: Pires e Araújo em Rio dos Cachorros, Moraes no Taim, Cantanhede e Moraes em Porto Grande e Braga na Vila Maranhão, além do sobrenome mais citado nesta última comunidade – Baldez.

Esta confluência de sobrenomes também fica perceptível no estudo de Silva (2009), uma dissertação de mestrado em Ciências Sociais,²⁸ na qual a autora problematizou a possível origem histórica da comunidade Taim, pensando-a em dois momentos, a partir da história oral: o primeiro, denominado localmente como *povoamento*, e o segundo, *repovoamento*. O primeiro remeteria ao momento inicial de ocupação, a partir de povoamento indígena (Tupinambá) e africano, este último de sujeitos escravizados e seus descendentes, perceptível atualmente a partir de cultura material como as ruínas do igarapé Tanque, “único vestígio concreto, na visão dos interlocutores, da existência humana no povoado anterior aos moradores atuais” (SILVA, 2009: 34). Estas ruínas seriam constituídas por um poço, ou tanque, de onde saía uma corrente de ferro, associada a vestígios da escravidão. O nome Taim referir-se-ia a um povo africano que já não existe, os *taínos*, mas também *Itaim*, uma junção de *ita* (pedra) e *taínos* (povos extintos).

²⁸ “*Filhos do Taim*”: estratégias para defesa e uso de um território (2009).

O segundo momento, de *repopoamento*, é contado pelos moradores mais velhos como sendo o da chegada de famílias ora advindas da região de Alcântara, ora do Munim, que seriam três: Ribeiro, Cruz e Moraes. Sua fixação teria se dado por conta da produção abundante de peixes no Rio dos Cachorros e variedade de recursos, dando o nome de Laranjal ao povoado que depois foi modificado para Itaim, posteriormente suprimindo a letra “i”. De acordo com a autora, “só há registro na memória da permanência no povoado da família Moraes e Cruz, sendo a família Moraes em maior quantidade, a qual se encarrega, via memória, de difundir a história como fundadora do Taim” (SILVA, 2009: 36).

Os trabalhos de Mendonça²⁹ e Moreira³⁰ – o primeiro de conclusão de graduação em Ciências Sociais e o segundo de conclusão de mestrado também em Ciências Sociais – buscaram compreender distintos aspectos a respeito da comunidade Cajueiro, enfatizando os conflitos recentes por conta da possibilidade de instalação de um porto particular ligado à empresa WPR/WTorre na praia de Parnauçu e a resistência local de grupos que passaram a procurar, a partir do contato com instituições e grupos parceiros, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério Público Federal (MPF), vestígios de ocupação mais antiga, como a de povos indígenas e africanos, e a consolidação de um patrimônio cultural que é o Terreiro do Egito, centro religioso que formou várias mães e pais de santo do Maranhão (MOREIRA, 2015). O entendimento de vários conflitos e a existência de um discurso dominante de desenvolvimento desde os anos 1970 na Zona Rural II também foram observados por Mendonça (2006), possibilitando a compreensão de como o Cajueiro, e as outras comunidades que o compõem (Andirobal, Guarimanduba, Parnauçu, Morro do Egito e Cajueiro), é fruto de ocupações e reocupações, além de arranjos internos que ora tendem para a resistência, ora para a aceitação da supressão, múltiplas que são as pessoas e seus interesses.

Em artigo em vias de publicação (NOBRE; OLIVEIRA; JESUS, 2015 – no prelo), buscamos compreender alguns aspectos da comunidade Limoeiro. Tivemos acesso a algumas versões a respeito dos primórdios desta comunidade, a partir de relatos orais, que ainda não foram cruzados com outras fontes, observando que o objetivo do artigo no momento de sua confecção era uma análise mais voltada para conflitos contemporâneos.³¹ Pelo que pudemos

²⁹ *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço* (2006). Para resultados mais específicos dessa pesquisa, ver *Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e progresso na Amazônia Legal brasileira* (2009), em Sant’Ana Júnior et al., 2009.

³⁰ *ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro* (2015).

³¹ *Discurso desenvolvimentista e suas práticas: estudo de caso das comunidades Limoeiro e Rio dos Cachorros*

arrolar, a existência do Limoeiro remete ao século XIX, quando ocorreu uma doação de terras para a família de uma das senhoras mais velhas da comunidade, já falecida. Dona Viscença possuía este título datado de 1897 e o repassou para a família de um político, ex-prefeito de São José de Ribamar que, através de aproximações intencionais à família da senhora quando esta estava doente, oferecendo auxílios financeiros e médicos, conseguiu garantir a confiança da referida senhora, recebendo o título (e o controle) da comunidade, que atualmente está imersa em conflitos locais, além dos conflitos mais gerais relativos a empreendimentos no ramo da mineração.

Alguns desses trabalhos, excetuando o de Oliveira (2016) e o último artigo referido (2015 – no prelo), auxiliaram na composição de dois relatórios,³² nos quais pesquisadores do GEDMMA apontaram hipóteses gerais de ocupação mais antiga da região atualmente denominada Zona Rural de São Luís e origens de conflitos em torno da posse das terras³³, enfatizando a sobreposição de legislações e contradições jurídicas que impossibilitam que os moradores de várias comunidades tenham seus títulos da terra. Apontamos que estas produções contribuem para reforçar a necessidade de exercícios de compreensão da Zona Rural de São Luís em variados aspectos, inclusive para apontar que a habitação daquela região não é recente, existindo desde momentos anteriores ao período colonial. O recurso à cartografia histórica, aos relatos de viajantes e crônicas fornecem informações ricas a respeito disto, se observados com mais atenção.

Creemos ser necessário apontar esses estudos por observarmos a construção de um discurso fortemente arraigado em práticas violentas de deslocamento compulsório cujo principal argumento consiste em evocar uma ocupação recente daquela região, pontuada em quarenta anos ou menos. Tal discurso ancora-se em dados cartoriais, especificamente em títulos condominiais fornecidos pelo governo estadual na década de 1990 para comunidades como Cajueiro, Rio dos Cachorros e Taim, na ideia de um pretenso vazio demográfico desta região e na percepção de que houve uma descaracterização sistemática das comunidades rurais de São Luís, pois elas são grandemente constituídas por elementos relacionados ao meio urbano e industrial, devendo ser consideradas bairros, e sua ampla região, Zona Industrial. Ou seja, a

(Zona Rural II de São Luís – MA) (2014 – no prelo).

³² RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil (GEDMMA, 2014) e Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (GEDMMA; NEGO; NERA; NUPEDD, 2016).

³³ Não apenas do GEDMMA, mas de grupos como NEGO (Núcleo de Estudos Geográficos), NERA (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias) e NUPEDD (Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade).

nosso ver, persiste uma noção de ruralidade permeada por um preservacionismo aliado à defesa de manutenção dessas comunidades enquanto puras em seu estatuto rural, totalmente desligadas da urbanidade. E ainda: a instalação de empresas foi efetuada após a constatação de ser aquela região um “vazio demográfico” ocupado recentemente e, portanto, apta para a instalação de grandes empreendimentos.

Esse deslocamento de sentido tem sido feito historicamente, e este é um dos motivos que nos permite pontuar o começo dos conflitos nos anos 1970, de modo geral. De acordo com Porto Gonçalves (2015), a construção de uma Amazônia passível de industrialização não é recente, podendo remeter aos primórdios da colonização portuguesa na América, quando a região amazônica, nela incluída o atualmente denominado Estado do Maranhão, ainda era uma colônia portuguesa distinta do Brasil.³⁴ Projetos diversos foram aplicados para dinamizar a colonização deste vasto território, como uma “urbanização do mato” (ARAÚJO, 2012), ou um ingresso a partir da economia no circuito de exploração e mercantilização de matérias primas, como as drogas do sertão, o arroz, o algodão e a borracha, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, adentrando no XIX.

Para Porto Gonçalves (2015), variadas visões foram formuladas para definir a Amazônia, desde um local apto para ser desbravado por conta de muitas riquezas a serem exploradas a uma visão que reconhece a exploração das populações amazônicas como sendo brutal e violenta. Contudo, sobressai uma ideia de que estas pessoas não seriam capazes de reverter o quadro contemporâneo de *subdesenvolvimento*, dotando-as de uma incapacidade de autogestão. Esta visão corroborou e continua fomentando políticas direcionadas às distintas “amazônias”, como o Maranhão, e tal pensamento não pode ser desligado de um processo mais amplo que ocorreu na América Latina desde meados dos anos 1950: a instituição do desenvolvimento enquanto horizonte a ser alcançado por todos os povos e culturas e, concomitantemente, do subdesenvolvimento enquanto realidade existente na América Latina, atrasada em seus aspectos sociais, econômicos e culturais em relação a nações como os Estados Unidos da América.³⁵

Dessa forma, os conflitos que ocorreram após a chegada de empreendimentos, de 1970 em diante, são decorrentes de um longo processo de transformação dos diversos territórios

³⁴ As terras que atualmente compreendem os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pará e Amazonas formaram até o período posterior à adesão da independência do Brasil pelo Maranhão (1823) um território colonial que foi denominado de distintas formas: em 1617, Estado Colonial do Maranhão; em 1654, Estado do Maranhão e Grão-Pará; em 1751, Estado do Grão-Pará e Maranhão.

³⁵ Esta discussão será apresentada no capítulo 4.

componentes da Amazônia brasileira a partir de discursos instituidores de realidades, mas também de ações efetivas, como a colonização, que ganhou contornos variados no decorrer dos séculos. No XX, o projeto dominante relacionou-se à busca pelo desenvolvimento brasileiro, a fim de que o Brasil ingressasse no rol dos países desenvolvidos, superando seus quadros de pobreza, analfabetismo e fome a partir da industrialização de áreas consideradas vazios demográficos, como a Zona Rural de São Luís, desconsiderando-se lógicas prévias de habitação e vivência que porventura pudessem existir nessas regiões.

O catalisador desse movimento foi o Programa Grande Carajás (FEITOSA, 1998; GISTELINCK, 1988; SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009; PORTO GONÇALVES, 2015; COELHO, 2015). Esse programa, formado no período ditatorial brasileiro, foi constituído por ações estatais e da iniciativa privada brasileira e internacional, ainda que o discurso apregoado pelos sucessivos governantes desse período insistisse em afirmar um nacionalismo localizado nos combates aos possíveis agentes antidemocráticos, como comunistas (FIGUEIREDO, 1998). De acordo com Gistelinck (1988: 54), autor que escreveu nos anos 1980 e que em sua obra aparece um misto de otimismo e constatação da catástrofe em relação ao PGC,

O Programa Grande Carajás (PGC) é considerado um dos maiores programas de desenvolvimento do mundo. Carajás, uma área de aproximadamente 100 km de diâmetro, situada no Sul do Pará [...] é a maior reserva de minério de ferro encontrada no mundo [...]. Essa área de riquezas minerais imensas, a ferrovia de 890 km e o sistema portuário da Ponta da Madeira em São Luís do Maranhão formam uma artéria, que dará sangue novo, vida nova para a vasta região do Pará, do Maranhão e de Goiás.

Para Coelho (2015), a história desse programa confunde-se com a história da empresa Vale S/A, que no período era a estatal Companhia Vale do Rio Doce. Esta empresa foi fundada em 1943, resultando dos acordos de Washington do governo Getúlio Vargas, com investimentos de origem britânica e americana, este último no valor de US\$ 14 milhões advindos do Eximbank. Seu patrimônio foi agregado em torno das jazidas de ferro de propriedade da Itabira Iron Ore Company, e suas exportações deveriam direcionar-se à Inglaterra e aos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra Mundial, a empresa passou por crises, tendo-as superado posteriormente, destinando suas exportações especialmente ao mercado norte-americano em 1950. Nos anos 1960, o destino passou a ser a Alemanha Ocidental e entre 1961-1967, o Japão. Neste último ano, a empresa representava 69,9% das exportações de minério de ferro do Brasil, tendo inaugurado nesse período o Terminal Marítimo de Tubarão e a empresa de logística Docenave.

Após o golpe empresarial-militar de 1964³⁶, o governo passou a posicionar-se mais favoravelmente aos investimentos estrangeiros no país concedendo, por exemplo, um porto privado na Baía de Sepetiba (Estado do Rio de Janeiro) à Hanna Mining Company. E ainda nessa década, várias mineradoras, dentre elas a então Cia. Vale do Rio Doce, passaram a buscar minérios em regiões como o Pará. A saber,

Como o estado do Pará era rodeado por grandes minas de manganês, como a Serra do Navio no Amapá, a chance de haver minerais em terras paraenses era, segundo os geólogos, bastante grande. Imensas clareiras com vegetação baixa, próximas a Marabá, foram encontradas em meio à floresta. Isto poderia indicar a existência de canga ferrífera, um bioma caracterizado por jazidas de minério de ferro próximas à superfície que impede a vegetação densa de crescer. Foi nesse local que a partir de 1984 entrou em atividade a exploração do Complexo de Carajás (COELHO, 2015: 30).

Essa produção de matérias primas foi fortemente financiada pelo governo ditatorial brasileiro, tendo nos grandes projetos sua maior fonte. Coelho (2015) lista tais projetos a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), de 1983, que reproduziremos a seguir:

Quadro 4. Grandes projetos do regime civil-militar

Vetor	Projetos
Amazônia Oriental	Mínero-Metalúrgicos, Agroflorestal e Infraestrutura
Programas Energéticos	Programa Nuclear, Proálcool, Procarvão, energia elétrica (dentre eles, Itaipu), produção de petróleo e gasoduto Bolívia-Brasil
Infraestrutura Básica	Ferrovias, portos, construção naval e telecomunicações
Infraestrutura Social	Planasa e Promorar
Agricultura	Programas dos Cerrados, irrigação das várzeas e Polonoroeste
Siderurgia	Expansão de siderúrgicas, como a CSN, Usiminas, Cosipa, e outras
Outros	Cimento e Petroquímica

Fonte: COELHO, 2015.

³⁶ Perspectiva adotada por autores como Demian Melo (2012) e Virgínia Fontes (2009; 2010), numa análise inaugurada por Renè Dreifuss (1986), que utilizou o termo civil-militar, mas já apontava dados para uma interpretação de que foi um golpe empresarial-militar. Resumidamente, estes autores compreendem que utilizar “civil” é uma forma genérica de escamotear os elementos empresariais ou tecnocratas que estiveram presentes desde o início da arquitetura do golpe de 1964, por isso a ênfase no termo “empresarial”. Estes estudos vêm sendo feitos com maior constância desde os anos 2010, e já contam com pesquisas consistentes, como a tese de doutoramento de Pedro Henrique Campos, intitulada *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*, de 2012, posteriormente publicada, em 2014, sob o título *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a Ditadura*. Para nossa análise, a ênfase no empresariado como agente político durante a ditadura é de suma importância, pois nos ajuda a compreender os resquícios dessa atuação na construção de grandes projetos e na implementação do Programa Grande Carajás, como pontuam Porto-Gonçalves (2015) e Coelho (2015), realizada de forma autoritária.

Dentre estes, o PGC era o maior do ramo mínero-metalúrgico, e o regime civil-militar definiu que este programa seria prioridade dos investimentos da Cia. Vale do Rio Doce, encontrando justificativas como a do General João Figueiredo, que afirmou ser Carajás essencial para o financiamento da dívida externa. Instaurado em 1980, como colocamos anteriormente, e concluída a estrutura básica do PGC em 1983, tínhamos instalações industriais, equipamentos de lavra, beneficiamento e manuseio do minério e usinas de britagem primária e secundária. E ainda:

A Estrada de Ferro de Carajás (EFC) tinha em seu projeto inicial uma extensão de 892 quilômetros, transportando 35 milhões de toneladas anuais. Hoje em dia, o trem da EFC é composto por 330 vagões e tem 3,5 quilômetros de extensão. A estrada de ferro foi oficialmente inaugurada em 1985 carregando minerais da Serra dos Carajás para o Porto Ponta da Madeira em São Luís (COELHO, 2015: 32).

O “campo maranhense”, este grande território composto por populações camponesas, comunidades quilombolas e povos indígenas, tem sido assolado por projetos com o objetivo de transformação forçada destas populações em trabalhadores citadinos, incorporados ao Brasil, percebidas como entrave para a consolidação da Nação por cultivarem modos de vida considerados arcaicos e anacrônicos, além de propagarem uma resistência teimosa à incorporação à sociedade brasileira. Esse contexto foi ampliado consideravelmente a partir da implementação do Programa Grande Carajás que, como apontamos, esteve diretamente relacionado à continuidade do funcionamento e exploração mineral da Cia. Vale do Rio Doce.

Além da empresa Vale, outro grande empreendimento anterior ao PGC também fez-se presente na Zona Rural de São Luís, trazendo problemas aos moradores da região. Datado dos anos 1960, o Complexo Portuário do Itaqui desmobilizou variados portos comunitários, suprimindo-os e modificando lógicas comunitárias de pesca, por exemplo, a partir de sua implantação, que resultou na modificação do ecossistema local – manguezal – e inclusive o ritmo de marés, afastando peixes e mariscos, base da renda de várias pessoas em comunidades como Taim, Cajueiro, Porto Grande, Tauá-Mirim e Jacamin.

Dos anos 1980 até o presente momento, muitos outros empreendimentos foram sendo instalados na Zona Rural de São Luís, como o Consórcio Alumínio do Maranhão, formado pelas empresas Alcoa, BHP Billinton e Rio Tinto Alcan, implantado em 1980 com investimento inicial de US\$ 1,5 bilhão, com o objetivo de produzir 500.000 t/ano de alumina e 235.000 t/ano de alumínio. Este empreendimento chegou com o nome de Alcominas (Companhia Mineira de Alumínio), subsidiária da Alcoa Alumínio S/A (Aluminium Company of America), tendo

mudado seu nome para ALUMAR em 1981 a partir do consórcio com a Billinton Metais. Para a construção da empresa, foi concedida uma área de 3.500 hectares (ha), a partir de acordo do governo estadual com a empresa, sendo requerido um aumento para 10.000 ha, posteriormente, correspondente a 12% do território da Ilha do Maranhão (MOREIRA, 2015).³⁷

Estes empreendimentos promoveram deslocamentos compulsórios de muitas famílias, a partir de discursos variados, como o fornecimento de empregos para a população ludovicense, a necessidade de suprimir mazelas sociais, como a fome e o analfabetismo e, obviamente, a necessidade considerada incontestável do desenvolvimento. Observamos que nossa compreensão de deslocamento compulsório está baseada em autores como Almeida (1996) e Magalhães (2009). O primeiro definiu-o como

O conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996: 30).

A segunda autora define-o complementarmente à noção de Almeida (1996). Para Magalhães (2009: 15), deslocamento compulsório é “o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras”, também definido nos termos “relocação, migração forçada, reassentamento, transferência de população, remanejamento, deslocamento forçado”.

Ameaçados por grandes empreendimentos instalados sem consulta popular e violentamente em suas terras, moradores da Zona Rural II de São Luís, especialmente das comunidades Taim e Rio dos Cachorros, passaram a discutir formas de impedir o avanço de empresas na região, buscando alternativas de resistência. De acordo com a liderança Alberto Cantanhede, morador e pescador da comunidade Taim, mais conhecido como Beto do Taim, desde os anos 1996 membros das referidas comunidades começaram a discutir estratégias de resistências variadas. Segundo ele,

Para chegar na Reserva Extrativista não demorou muito tempo. Nós começamos a pensar nela meio pingada a discussão em 1996, e começamos a aprofundá-la em 1998. Mas quando começamos a aprofundá-la em 1998, nós já tínhamos, por exemplo, o Centro Nacional de Populações Tradicionais, o CNPT, que subsidiava muito essa discussão (MIRANA; MAIA; GASPARI, 2009: 184).

³⁷ A Ilha do Maranhão é composta pelos municípios São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

E mais:

Nós começamos a ir pra o Rio dos Cachorros, Porto Grande, e dizer ‘– olha, isso é viável’, até o Poder Público tinha a participação. O IBAMA, por exemplo, muito mais que espectador do que de intervenção mesmo. Quando chega em 2003 que o processo é finalmente oficializado, eles mandam os técnicos para fazerem o estudo biológico, socioeconômico e tem todos os passos dados para até chegar na audiência pública em 2006 (Idem: 183).

Este processo de definição de estratégias de resistência é complexo e deve ser compreendido de acordo com as visões dos grupos envolvidos nessa disputa por terras e sua utilização, além do entendimento dos processos mais gerais nos quais esteve inserido o Brasil – implantação de um modelo desenvolvimentista, saída de um regime ditatorial para um democrático, formulação da Constituição Federal em 1988 e os direitos conquistados por diversos grupos sociais. Delinearemos tais aspectos no próximo tópico.

1.1 O campo dos conflitos

A compreensão de nosso objeto, em sua construção, particularidades e contradições, pode ser melhor delineada a partir de um *corpus* referencial que envolve autores de outras disciplinas, desde nosso campo à Sociologia, à Antropologia e à Geografia. Cada influência derivada de uma dessas disciplinas poderá ser percebida a seguir, pois tentaremos elencar os debates que permeiam a construção de nosso objeto e sua problemática. Acreditamos que compreender estratégias e categorias formuladas pelos grupos em conflito deve levar em consideração os fatores que indicaram sua emergência, o momento político, as alianças possíveis, os obstáculos e também a saturação, por exemplo, de membros de comunidades em relação à intrusão de empresas em suas terras ou ainda de agentes governamentais em relação ao “parco” crescimento econômico do Maranhão comparado a outros estados, como São Paulo.³⁸ Ou seja, é buscar entender e identificar as condições de possibilidade para a emergência

³⁸ Contudo, esta perspectiva precisa ser relativizada. Embora no discurso de governantes e empresariado local o Maranhão seja um Estado atrasado em termos econômicos, o PIB (Produto Interno Bruto) do Estado chegou à 17ª posição em 2014 (R\$ 76,842 bilhões representando 1,3% do PIB brasileiro), de acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Por outro lado, o IDH do Estado foi de 0,678 em 2014, igualando-se ao índice do Piauí e superando o do Pará, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento do Brasil. Subindo para a 24ª posição do país, o Maranhão é caracterizado como Estado com médio desenvolvimento humano. Observando índices díspares como estes dois, devemos compreender porque temos índices elevados de arrecadação de impostos, que acarretam em uma circulação econômica avultada, e também temos índices baixos, como o IDH. A questão central, a nosso ver, é perceber o quanto de progresso e catástrofe está presente no desenvolvimentismo brasileiro, em sua versão maranhense. Posteriormente, na análise das fontes, apresentaremos dados que corroboram com o pensamento de que a noção de desenvolvimento sustentável é, como misto desse progresso e catástrofe, uma retórica discursiva que mascara o campo econômico da matriz de atuação de

destas discussões e tomadas de posição, articuladas no interior de um espaço de experiência que projetou um novo horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006).

Na Zona Rural de São Luís, um processo conflituoso de disputas constantes entre membros de comunidades, empreendedores, gestores governamentais, em suma, grupos com poder diferenciado de disputa no interior do campo onde se situam os conflitos por terra no Maranhão, vem se configurando fortemente como um campo de conflitos. Para além de ser um conflito fundiário, ou por terra, esta disputa desigual de poder é compreendida como um conflito ambiental. Esta noção possui uma historicidade que deve ser apontada.

Inicialmente, os anos 1970 compreenderam uma profusão de lutas sociais envolvendo diversos agentes. Em 1980, nos Estados Unidos, surgiu um movimento que ficou conhecido como Movimento por Justiça Ambiental, cuja bandeira principal era a busca por um meio ambiente saudável, contrariamente ao que vinha ocorrendo em outras regiões daquele país. A saber, pessoas envolvidas ou atuantes em comunidades periféricas nos EUA começaram a perceber e pesquisar, ao longo dos anos, que boa parte dos dejetos tóxicos advindos de fábricas poluentes eram despejados em comunidades com pouco poder político, econômico e com longo histórico de negação de direitos advindos de racismos contra minorias étnicas, como afrodescendentes, asiáticos e latino-americanos. Enquanto que outras comunidades, de população predominantemente branca, com poder econômico e político maior, conseguiam impedir o despejo indesejável de lixo tóxico em suas redondezas, além de que muitas dessas comunidades sequer conheciam a possibilidade desagradável de intrusão desse tipo de degradação (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Comunidades de maioria afrodescendente e latino-americana conviviam com poluição, falta de saneamento básico, políticas públicas inadequadas ou insuficientes, ou seja, serviços promotores de desigualdade social localizados em suas comunidades, o que mais tarde foi denominado de *zonas verdes e vermelhas*, a partir da observação de catástrofes ambientais politicamente administradas de forma seletiva, como as enchentes em Nova Orleans (DAVIS, 2008). Pessoas advindas de grupos sociais atingidos por essa ação localizada do Estado, ou envolvidos com grupos atingidos a partir da atuação em igrejas, centro comunitários e ONGs, como Cole e Foster, passaram a compreendê-la da seguinte maneira:

Há um recorte racial na forma como o governo norte-americano limpa aterros de lixo tóxico e pune os poluidores. Comunidades brancas veem uma ação mais rápida, melhores resultados e penalidades mais efetivas do que

empreendimentos capitalistas, apontados como “verdes” e “sustentáveis”.

comunidades em que os negros, hispânicos e outras minorias vivem. Essa desigual proteção também ocorre independentemente da comunidade ser rica ou pobre (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 18).

Esses grupos passaram, então, a acionar uma noção que ficou conhecida como *equidade ambiental* que, não sendo efetuada, compreenderia

[A] configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis, como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias etc. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 17).

Grupos considerados como detentores de menor poder de mobilização frente a empreendimentos indesejáveis como os citados acima deveriam, desse modo, conviver com a permanente ameaça à sua saúde, moradia e vivência. Nos anos 1970, sindicatos, grupos ambientalistas e organizações de minorias étnicas elaboraram pautas de questões ambientais urbanas, apontando a “distribuição desigual da poluição segundo a raça³⁹ das populações mais expostas a ela” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 18). Várias negociações que objetivavam a entrada na pauta de instituições ambientalistas tradicionais do combate à localização desigual do lixo tóxico, por exemplo, ocorreram entre 1976 e 1977, mas a constituição do movimento por Justiça Ambiental ocorreu somente a partir de 1980, especificamente em 1982, a partir da luta ocorrida na Carolina do Norte, em Afton, relacionada ao combate às “iniquidades ambientais em nível local”, acarretando na elevação da justiça ambiental à centralidade nas lutas por direitos civis, induzindo também à sua incorporação nas pautas de grupos ambientalistas tradicionais, mais voltados ao conservacionismo puro.⁴⁰

Uma pesquisa realizada por Robert D. Bullard, a partir da Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ, em 1987, pode constatar que “a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de

³⁹ Termo utilizado naquele momento histórico.

⁴⁰ John Hannigan (2009) pontua que dentro do campo ecológico, como qualquer outro campo, ocorrem disputas e debates em torno de definições, ações, teorias e produções. Dentre esses debates, há grupos que apontam a necessidade de uma produção associada entre tecnologia e conservação, entendendo que a melhoria das condições de não poluição ocorreriam a partir da *modernização ecológica*. Outros grupos vão em direção a um pensamento que busca compreender a natureza humana como potencialmente poluidora, sendo o indivíduo o real promotor da poluição, cabendo a ele o papel de conscientização e ações não poluidoras. Alguns grupos também definem, nesse sentido, a necessidade de preservar espaços naturais sem interferência humana como verdadeiros “santuários da vida selvagem”, prática que ganhou bastante adesão nos Estados Unidos logo em meados dos anos 1920 e início de 1930. Tais grupos podem ser considerados conservacionistas e dentre eles encontram-se os que pensam nos termos de uma ecologia profunda, ou *deep ecology*. Nos últimos tempos tem crescido, contudo, uma adesão das causas civis às ambientais, entendidas na perspectiva da Justiça Ambiental, na qual compreende-se o ambiente inter-relacionado aos seres humanos, que tem sido apontada neste tópico.

rejeitos perigosos de origem comercial em uma área” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 19), resultando na formulação da expressão *racismo ambiental* pelo reverendo Benjamin Chavis, que a designou como a “imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor⁴¹” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 20). Dessa forma, compreendeu-se que variadas forças mercadológicas unidas a práticas discriminatórias de agências governamentais disputam para produzir desigualdades ambientais, em práticas variadas.

Esse movimento, localizado nos Estados Unidos, começou a adentrar em outras realidades também submetidas à lógica desigual de distribuição dos resultados indesejáveis do processo produtivo, tornando-se uma rede nacional, posteriormente internacional, que conseguiu articular diversas lutas, como a dos direitos civis, de grupos comunitários, de organizações de trabalhadores, igrejas e também intelectuais, grupos que transmitiram essa ideia por alguns países, dentre eles o Brasil (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

A possibilidade de entrada no Brasil da compreensão de processos sociais como frutos de um racismo ambiental foi possível por existir neste país uma realidade desigual potencializada a partir de um processo desenvolvimentista desligado das diversas realidades locais, e implantado de forma abrupta. Uma primeira tentativa de releitura dos processos estadunidenses que acarretaram na formulação da noção de justiça ambiental ocorreu na produção de alguns materiais para discussão a partir da ONG Ibase, de representação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), no Rio de Janeiro, e de pesquisadores da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), consolidados nos três volumes da série *Sindicalismo e Justiça Ambiental*, publicada nos anos 2000, de acordo com Acselrad, Mello e Bezerra (2009). Ainda que com acesso restrito a alguns grupos, as ideias apresentadas nesta coletânea começaram a circular, estimulando grupos universitários, ONGs e sindicatos, resultando na organização do Seminário Internacional Justiça e Cidadania, realizado em 2011, em Niterói-RJ. Como derivado deste seminário, foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que possui forte atuação no campo dos conflitos ambientais atualmente e possibilitou a expansão e divulgação de denúncias que vão além do racismo ambiental na alocação do lixo tóxico. Nesse momento formulou-se uma definição baseada na realidade brasileira conflituosa, a saber, a de *injustiça ambiental*, entendida como

⁴¹ Também um termo utilizado naquele momento histórico.

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 41).

Nesse contexto, buscar por justiça ambiental seria requerer que

Nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e programas federais, estaduais, locais, assim como a ausência ou omissão de tais políticas (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 41).

Nessa busca por reconhecimento de direitos, o movimento por justiça ambiental brasileiro também reconheceu que deveria ser assegurado acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país; amplo acesso às informações sobre o uso desses recursos, localização de riscos ambientais, processos democráticos e participativos que definem políticas diversas; constituição de sujeitos coletivos de direitos para construir de modelos alternativos de desenvolvimento. Podemos observar, de acordo com os autores, que estas definições possuíam elementos de uma noção de desenvolvimento sustentável que foi amplamente questionada a partir de 1990 no Brasil, haja vistos os processos violentos de expulsões, mortes e dissoluções de grupos sociais a partir da implantação de projetos desenvolvimentistas, mesmo com políticas ditas sustentáveis. O próprio movimento não ficou alheio a esses debates, apesar de falar da construção de modelos alternativos de desenvolvimento,⁴² e assinala que

a) são os trabalhadores e grupos sociais marginalizados e de menor renda que estão mais sujeitos aos riscos decorrentes da proximidades de seus locais de moradia dos depósitos de lixo tóxico, das plantas industriais poluentes, das encostas perigosas e dos esgotos a céu aberto, pela ausência de saneamento em seus bairros; b) são esses mesmos grupos que se veem privados do acesso aos recursos naturais de que dependem para viver ao serem expulsos de seus locais de moradia para a instalação de grandes projetos hidrovíários, agropecuários ou de exploração madeireira ou mineral; c) os modos de produção e as formas de organização social não-capitalistas são pouco a pouco destruídos pelo mercado, por não atenderem à dinâmica lucrativa dos capitais, que vão se apropriando das áreas comunais e terras indígenas, aproveitando-se da anuência relativa do Estado e da baixa capacidade de mobilização das populações que possuem menores recursos financeiros e políticos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009: 42).

⁴² Observamos que a constituição de modelos alternativos de desenvolvimento tem como parâmetro o desenvolvimento, criticado por esse movimento e outros grupos sociais. Esta crítica em outros termos é de difícil feitura, haja vista a dominância deste imaginário na contemporaneidade. Tal debate será feito no último capítulo.

Ou seja, compreendeu-se a questão das injustiças ambientais a partir na noção de racismo ambiental estadunidense associada à realidade brasileira, sem perder de vista a execução de grandes projetos de desenvolvimento instalados em regiões rurais ou pouco urbanizadas e a sobreposição violenta de um modelo de desenvolvimento a modos de vida específicos, como os das populações indígenas, quilombolas, pesqueiras, entre outras. Nisso podemos compreender a emergência da noção de *conflitos ambientais*.

Henri Acselrad, inserido nessas lutas, foi um dos pesquisadores da UFRJ que contribuiu grandemente para a compreensão dos processos de injustiça ambiental. É de sua feitura a noção de conflitos ambientais mais conhecida, grandemente aplicada para compreender processos conflituosos no Brasil. Segundo este autor, conflitos ambientais são

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo ‘acordo simbiótico’ é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004: 26).

A operacionalidade desta noção situa-se, a nosso ver, na possibilidade de compreender processos distintos de conflitos sob a ótica de grupos em disputa, com poderes diferenciados dentro de um campo, em que um desses grupos tem seu modo de vida e seu espaço de reprodução ameaçados por outro, que impõe um sistema novo e alheio àquela realidade. Essa imposição traz um discurso legitimador, muitas vezes aclamado como bem comum, tornando um grupo social em minoria com direitos específicos, portanto, menores que o direito comum a todos, e passíveis de supressão. Instaura-se, dessa forma, um consenso que esconde uma arbitrariedade (BOURDIEU, 2012).

Para chegar a esta conceituação, o autor compreendeu outros processos. Destacamos, por exemplo, a noção de interação simbiótica que foi apontada na citação anterior. Compreendendo que as sociedades produzem sua existência a partir de relações sociais específicas ligadas a modos de apropriação material do mundo, observa-se que desta interação derivam modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais em distintos territórios de ação técnica, e também resultam saberes e bases experimentais, a fim

de constituir novas experiências e conhecimentos. Estes atos organizados com um fim material são denominados *formas técnicas de apropriação do mundo material*, que configuram “processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques materiais” (ACSELRAD, 2004: 14-15). Observa-se ainda que estas práticas são historicamente construídas e configuram lógicas distributivas que são nutridas a partir das próprias dinâmicas de reprodução social, como aponta o autor. A base da produção de diferenciação social seria, portanto, a distribuição desigual de poder sobre os recursos, que configuraria diversas formas sociais de apropriação do mundo material.

A partir disto, o pesquisador interpreta que “aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não resume-se a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas [...] em projetar no mundo diferentes significados”, que são *lógicas específicas de apropriação do meio*, observando que “as práticas técnicas são [...] referenciadas aos contextos históricos, que condicionam [...] padrões propriamente tecnológicos da ação [e] categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais práticas” (ACSELRAD, 2004: 15-16). Dessa forma,

Os modos sociais de apropriação do mundo material, dimensão integrante dos chamados ‘modelos de desenvolvimento’, articulam formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas (ACSELRAD, 2004: 16).

Ressaltamos que este autor compreende *modelos de desenvolvimento* de acordo com a perspectiva de Lipietz (1988), segundo a qual um modelo de desenvolvimento seria formado pela junção de três elementos: bloco social hegemônico (um sistema estável de relações de dominação, de alianças e concessões entre grupos sociais dominantes e subordinados, reconhecido de acordo com interesse da maioria em um território), regime de acumulação (modo de transformação conjunta das “normas de produção, de distribuição da renda e do uso social do produto que se constrói” a partir de princípios de organização do trabalho e uso das técnicas) e modo de regulação (conjunto de normas institucionais, mecanismos compensatórios e dispositivos informativos, “que ajustam permanentemente as antecipações e os comportamentos individuais à lógica de conjunto do regime de acumulação”) (ACSELRAD, 2004: 30).

Os modelos de desenvolvimento, portanto, vigem pela existência de *acordos simbióticos* entre práticas espaciais nas quais cada um se interessa por um tipo de “sucesso” do outro, que resultam de um processo onde “atores que se ‘co-inventam’ integram, cada um por sua própria conta e eventualmente de forma conflitiva, uma referência ao outro” (ACSELRAD, 2004: 17). Os conflitos que surgem do rompimento deste acordo exemplificam a conflitividade que existe no interior dos modelos de desenvolvimento.⁴³

E ainda, para formular sua noção de conflito ambiental, Acsehrad observa a existência de três vertentes de compreensão da questão ambiental na Sociologia. A primeira a partir de uma visão evolucionista, na qual os conflitos ambientais oporiam entre si formas distintas de adaptação dos seres humanos ao mundo natural, com ideologias e modos de vida respectivos, visão esta que acarretaria numa compreensão reducionista da integralidade do conteúdo político destes conflitos, por exemplo. A segunda vertente de análise estaria inserida num olhar economicista dos conflitos, verificando conflitos por distribuição de externalidades e também pelo acesso e uso dos recursos naturais, levando a um olhar voltado apenas aos espaços sociais que escapam à ação do mercado, situando-se a gênese dos conflitos na falta de mercado. A terceira vertente, a saber, veria os conflitos ambientais como

Relativos a interesses e estratégias diferenciadas de “apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica”, sinalizando que “a reapropriação do mundo não se pode resolver dentro da lógica unitária do mercado ou dos códigos jurídicos do direito privado”, e afirmando o exercício de racionalidades não hegemônicas, que ressignificam conceitos e formas jurídicas na caracterização de territórios étnicos como espaços de reprodução cultural (ACSELRAD, 2004: 18).

Nesta terceira vertente de análise nós podemos identificar uma perspectiva relacional de compreensão do território, que discutiremos posteriormente. Ainda a respeito desta última vertente, à qual percebemos que Acsehrad filia-se e busca contribuir em sua composição, está inserido o pensamento de Leff (2001), que o autor cita no texto acima reproduzido. Por fim, compreendendo a dificuldade em se definir um campo ambiental como campo específico de construção e manifestação dos conflitos,⁴⁴ o autor aciona a teoria sociológica de Bourdieu

⁴³ Optamos por reproduzir esta categoria apontada por Henri Acsehrad, mas sem deixar de compreender que a polissemia do conceito *desenvolvimento*, sua aceitação e amplitude quase que impossibilita que críticas sejam dirigidas ao desenvolvimento sem serem utilizados seus termos.

⁴⁴ As dificuldades se encontram inclusive em identificar e definir uma Sociologia Ambiental no âmbito acadêmico, de acordo com Hannigan (2009), nos Estados Unidos, podendo associar as questões ambientais à Sociologia Política ou à Teoria Social que analisa modelos econômicos.

(2011), enfaticamente os conceitos de campo, lutas simbólicas, poder e nomeação, úteis também para a compreensão de nosso objeto de estudo.

Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (2010: 16-17) têm investigado o campo dos conflitos ambientais, apresentando pesquisas consistentes nessa área. Estes autores têm feito um esforço de “questionamento epistemológico das categorias hoje correntes na pesquisa ambiental”, como “desenvolvimento, sustentabilidade, territorialidade, equidade, conservação, consenso, participação, sociedade civil, gestão”, percebendo que muitas dessas noções têm sido concebidas acriticamente, incorporadas em discursos governamentais, empresariais e comunitários sem que se empreenda um exercício de entendimento de sua emergência e consolidação, algumas delas instituídas a partir de um consenso, unificando até mesmo contrários, como aquele expresso na noção de desenvolvimento sustentável.

Notadamente, nas últimas décadas do século XX, o modelo de desenvolvimento brasileiro engendrou processos avassaladores de expulsão, esfacelamento e morte de grupos sociais considerados passíveis de desenvolver-se a partir deste modelo, ocasionando a insustentabilidade de “práticas de reprodução material e simbólica de diferentes populações”. Estas pessoas, ameaçadas em sua própria existência, foram criando estratégias de resistência, que buscaremos também compreender no decorrer de nosso estudo, tornando-se *agentes de conflitos ambientais*. Os autores buscam entender estes agentes, assim como a atuação do Estado em diversas instâncias. Segundo eles, “a presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas”. Essa dubiedade inclusive possibilita a presença de brechas de atuação dentro dos aparatos estatais,⁴⁵ observando sempre que os grupos e instituições não podem ser vistos como homogêneos, e também na própria dominação exercida pelo desenvolvimento enquanto horizonte (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 16-17).

A saber, dentro das políticas ambientais instituídas aos níveis federal, estadual ou municipal, os grupos em conflitos buscam apoderar-se dessas instâncias a fim de empreenderem seus objetivos, inclusive comunidades em situação desfavorável mediante projetos de desenvolvimento. Obviamente, os grupos possuem poder de imposição de seus interesses

⁴⁵ O que explica, em diversos casos, a participação de membros de comunidades em assessorias de políticos, instituições estatais ligadas a políticas ambientais que, teoricamente, estariam posicionados em lado contrário ao das comunidades no campo dos conflitos. Este adentrar em “terreno hostil” é inclusive uma ferramenta para melhor compreensão dos conflitos e de como agir neles, até por meio das ferramentas ligadas às empresas e ao Estado, como estratégia de angariamento de poder de fala.

diferenciados, cabendo às comunidades dispenderem uma mobilização maior do que grupos empresariais que possuem canais midiáticos, influências dentro de instâncias governamentais, e alianças políticas com grupos políticos dominantes. A contestação dos processos violentos de implementação de grandes projetos desenvolvimentistas realizada por grupos sociais em desvantagem política também se dá no seio destas instâncias historicamente ocupadas por setores conservadores e com capital econômico maior, ainda que a atuação daqueles grupos seja reduzida, haja vistas as diversas barreiras impostas a eles, inclusive a de acesso à fala em situações em que as ditas comunidades atingidas devem ser escutadas para “decidirem” a respeito da vinda ou não de um projeto em sua comunidade, como audiências públicas consultivas que devem ser realizadas antes da instalação de um empreendimento⁴⁶.

Para Zhouri e Laschefski, em várias situações como estas ocorrem *conflitos ambientais territoriais*, acarretados por uma

Expansão da produção de *commodities* que se choca com a territorialidade de grupos que têm na base de seus recursos elemento fundamental para a sua reprodução sociocultural, bem como para a sustentação de sua presença nos embates em torno à natureza do desenvolvimento que se pretende para o país (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 17).

E ainda,

Há situações em que as práticas sociais de um grupo provocam efeitos ambientais negativos que afetam, através dos fluxos espaciais, outros grupos,

⁴⁶ No Brasil foram criados alguns instrumentos para controlar e legislar sobre violações ao meio ambiente. Em 31 de agosto de 1981, com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – Lei Federal nº 6.938, ficou estabelecido a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um desses instrumentos prévios à instalação de empreendimentos industriais, por exemplo, juntamente à instituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Através da Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, regulamentou-se a efetividade da realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O EIA deve ser composto por vários volumes nos quais devem conter informações a respeito de temas referentes aos meios físico, biótico e antrópico, apresentando-se no RIMA as conclusões derivadas do EIA, que devem ser apresentadas ao público interessado, como as comunidades possivelmente afetadas por empreendimentos industriais. A Resolução Conama nº 009, de 03 de dezembro de 1987, regulamentou a realização de audiências públicas em hipóteses em que o processo de licenciamento ambiental exige a produção de EIA/RIMA. A finalidade das audiências públicas, segundo Pinheiro e Trigueiro (2014: 13), é “fornecer aos cidadãos informações sobre o projeto; dar aos cidadãos a oportunidade de se expressarem, de serem ouvidos e de influenciarem nos resultados; identificar as preocupações e os valores do público; avaliar a aceitação pública de um projeto com vistas a aprimorá-lo; identificar a necessidade de medidas mitigadoras ou compensatórias; legitimar o processo de decisão; aprimorar as decisões; atender requisitos legais de participação pública”, podendo ser solicitadas quando o órgão de meio ambiente achar necessário, por entidades civis, pelo Ministério Público e/ou por cinquenta ou mais cidadãos. Se não houver audiência pública mediante essas solicitações, as licenças serão anuladas. A esse respeito, em 19 de dezembro de 1997, a Resolução Conama nº 237 trouxe revisões e complementações aos procedimentos dos instrumentos descritos anteriormente, como também definições novas – Licença Prévia (LP), Licença Ambiental e estudos ambientais. A realização de audiências públicas, “mesmo sendo um evento de caráter consultivo e informativo, deve ser tomado como um ato oficial, e que, portanto, seus resultados devem ser levados em consideração para a análise e o parecer final do órgão licenciador quanto à aprovação ou não do projeto” (PINHEIRO; TRIGUEIRO, 2014: 17).

como o lançamento de poluentes no ar ou na água e a contaminação do solo. A abrangência de tais efeitos [...] é difusa, com intensidades regionais variadas, que não podem ser circunscritas em determinados territórios, seja em um sentido estritamente físico-geográfico seja no sentido antropológico (das territorialidades) (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 17).

Estes autores, a nosso ver, complementam a noção de conflito ambiental proposta por Acselrad (2004), indicando a abrangência dos efeitos de poluição, que podem adentrar em demarcações geográficas não restritas ao país de origem. Zhouri e Laschefski apontam que os conflitos ambientais surgem de práticas diferenciadas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, sendo que não estão restritos a situações em que as práticas já estão em curso, podendo ocorrer desde a concepção de uma atividade que gerará os conflitos envolvendo as práticas de apropriação, como a idealização de um Polo Siderúrgico (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 18).

Os autores dividem os conflitos ambientais em três tipos: conflitos ambientais distributivos, conflitos ambientais espaciais e conflitos ambientais territoriais. Elencaremos os principais aspectos destes conflitos abaixo:

- a) *Conflitos ambientais distributivos*: indicam desigualdades sociais em relação ao acesso e utilização de recursos naturais. A saber, alguns grupos possuem maior facilidade de acesso a determinado recurso natural, como um rio represado, do que outros, de acordo com seu capital político, logo, econômico. Esta diferença não está apenas entre países (mais ricos e mais pobres), mas entre elites e povo, por exemplo, e estes conflitos não estão restritos aos debates acadêmicos. Reproduziremos um exemplo dado pelos autores relacionado à disputa por petróleo, na guerra do Iraque:

Os *conflitos ambientais distributivos* se referem a um sistema agroexportador que fornece combustíveis para os países desenvolvidos, ou melhor, as camadas sociais mais ricas, enquanto grande parte da população, nas áreas de origem, não só será privada do acesso a essa mercadoria tão valorizada, como terá a base material da sua própria existência comprometida (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 20).

- b) *Conflitos ambientais espaciais*: são ocasionados por “efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites dos territórios de diversos agentes e grupos sociais”, como poluição da água, emissão de gases tóxicos, entre outros. Esses conflitos não derivam de disputas territoriais entre grupos com modos de vida diferentes (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 21);

c) *Conflitos ambientais territoriais*: neste grupo de conflitos é ressaltada a sobreposição de reivindicações de grupos distintos, com lógicas diferenciadas, “sobre um mesmo recorte espacial”. Difere dos conflitos por terra por conta dos grupos envolvidos apresentarem “modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 23). Como exemplo, podemos pontuar a transformação de territórios cultivados por agricultores em regiões como o Leste Maranhense, posteriormente tomados pelo monocultivo da soja:

Tal processo se reflete na monoculturização ambiental e social do espaço, gerando um mosaico de parcelas territoriais destinadas à produção de matérias-primas inseridas em cadeias de produção de mercadorias específicas. [...] Os conflitos territoriais surgem quando esse sistema de apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, choca-se com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. [...] Tais formas de uso são vinculadas a uma socialização do grupo em princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade. O território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 25).

Nitidamente, no último grupo de conflitos, percebemos o acionamento de um conceito formulado no interior de lutas sociais em processos de conflito: *territorialidade*. Nesta pesquisa, tal questão é de suma importância para a compreensão das formas como o grupo que estamos colocando como *Comunidades*, embora sua conformação seja mais complexa, e os grupo aqui assinalado como *Empresas* e *Governos*, também heterogêneos, *territorializam-se*. Esta compreensão de território e processos de territorialização se faz necessária por considerarmos a Zona Rural II de São Luís como um *território de conflitos*, diferentemente de um espaço ou região de conflitos, o que discutiremos no item 2.2 *Território e região: definições em disputa*, e no decorrer do capítulo 3, *Ao tempos, o desenvolvimento e suas violências*. E tal processo também se insere, particularmente no Brasil, em outro também complexo de instituição de uma categoria jurídica, acionada por grupos em conflitos: *populações tradicionais*.

1.2 Populações tradicionais: autoconstituição

Tornou-se consenso denominar a Constituição de 1988 como *Constituição Cidadã*, já que em seu texto abordam-se temas advindos de reivindicações sociais. Contudo, levando em consideração o que aponta Bourdieu (2012) a respeito do consenso, devemos observar que este é instaurado a partir de um processo de lutas políticas em torno da constituição do discurso legítimo, apagando os dissensos ou a arbitrariedade. Instituída como consenso, uma noção que passou por disputas com outras torna-se senso comum, e aquelas outras que foram arbitrariamente desautorizadas passam a ser vistas como ilegítimas.

O período que comportou em sua cronologia a formulação da Constituição de 1988 pode ser compreendido como também conflituoso. Com o término a Ditadura Empresarial-Militar,⁴⁷ e com o início do processo de redemocratização, variados grupos sociais que historicamente já lutavam por direitos encontraram na instauração da Assembleia Constituinte uma oportunidade de fazerem-se ouvidos e presentes. Adentraram, na composição da Constituição, noções importantíssimas como as de terras quilombolas e comunidades tradicionais. Mas, para tal ingresso, lutas em torno do poder de legitimação foram empreendidas por grupos com poderes desiguais de definição.

A noção que nos interessa mais diretamente nesta pesquisa é a de *populações tradicionais*, categoria jurídica que adveio de disputas por poder político entre diversos grupos, que obtiveram êxito em incorporar lutas variadas cujos dispositivos de reivindicação não encontravam respaldo em documentos jurídicos. Cunha e Almeida (2009) reconstruíram esse processo de definição a partir da análise de alguns momentos específicos relacionados a grupos de seringueiros com demandas específicas e urgentes relativas a seu modo de vida e de trabalho. Esta luta relaciona-se diretamente ao nosso estudo, pois as doze comunidades que atualmente lutam pelo reconhecimento jurídico de sua autodenominação enquanto RESEX de Tauá-Mirim acionaram a denominação de comunidades tradicionais e extrativistas, pensando em suas ocupações consideradas tradicionais,⁴⁸ como a pesca, a agricultura familiar, a coleta de mariscos e criação de pequenos animais.

⁴⁷ Tradicionalmente, nos livros didáticos de História, a ditadura tem como marco final o ano de 1985, correspondente ao fim do último governo civil-militar, de João Figueiredo (1980 a 1985), seguido pela Assembleia Constituinte de 1987. Na perspectiva revisionista, autores como Melo (2012) observam que a Ditadura Empresarial-Militar deu seus últimos suspiros com a promulgação da Constituição Federal em 1988, nesta última perspectiva tendo durado mais alguns anos a ditadura brasileira.

⁴⁸ Esta outra categoria – tradicional – é também polissêmica e comporta em si conflitos. O tradicional é oposto ao novo, ao desenvolvido e ao jovem, dentro do capitalismo. Mas o tradicional, acionado em uma luta, é também renovação, pois é diferente de indígena e quilombola, grupos com demandas específicas. O tradicional aqui

Populações tradicionais é uma categoria abrangente, assim como *índio, indígena, tribal, nativo, aborígene e negro*, frutos de processos colonizatórios que passaram a denominar sociedades desconhecidas a partir do olhar colonizador, homogeneizante como forma de dominação mais rápida, o que sugere confusão conceitual. “Embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados, esses termos foram progressivamente habitados por gente de carne e osso” (CUNHA; ALMEIDA, 2009). A saber, tais povos que inicialmente foram deslocados de suas próprias definições para outras advindas da colonização, acabaram por convertê-las processualmente em bandeiras mobilizadoras, embora fossem categorias carregadas de dominação e preconceitos em relação ao outro. Esta foi uma reapropriação em meio a lutas por significação que resultaram em processos de legitimação de grupos, como os povos *indígenas*, por exemplo (CUNHA; ALMEIDA, 2009: 278).

A história da instituição da categoria *populações tradicionais* caminha ao lado da constituição dos direitos de povos indígenas. De acordo com os autores, no final dos anos 1970 as questões indígenas passaram a ser preocupação governamental e nacional.⁴⁹ A partir da Constituição de 1934, em todas as outras constituições brasileiras do período de 1937 a 1969 descreveu-se a concepção de que as terras indígenas e seu usufruto seriam destinadas à coletividade de sociedades indígenas específicas, sendo de propriedade da União, o que impediria a venda ou alienação das terras. Curiosamente, a proteção jurídica de povos indígenas havia sido desenhada no Código Civil de 1916, no qual estes grupos eram elencados como relativamente capazes, no grupo de pessoas com idade de 16 a 21 anos. Ou seja, desde 1916, qualquer negócio realizado sem assistência jurídica e de maneira prejudicial a estas pessoas poderia ser questionado e anulado pela Justiça.⁵⁰

também comporta uma jovialidade, pois nele são acionados sentimentos de pertencimento, cultivo de relações geracionais, formas educacionais próprias, sabedorias, cultos e falas específicas, bandeiras novas baseadas na tradição, que é efervescente e pode se reinventar (HOBBSAWN; RANGER, 2008)

⁴⁹ Observamos que este período corresponde à chegada dos grandes empreendimentos no espaço de nosso estudo. Tal fato é relevante para inferirmos que a entrada das comunidades da Zona Rural II de São Luís na luta por reconhecimento enquanto *população tradicional* insere-se também em um processo mais geral de auto reconhecimento e, nos termos de Cunha e Almeida (2010), habitação de uma categoria em que possibilitou-se, ou melhor, conquistou-se a possibilidade de disputa jurídica por questões há tempos conflituosas nos campos sociais do campesinato, por exemplo. Pontuemos também que esta década é a mesma em que grandes projetos de desenvolvimento passam a ser implantados na Amazônia brasileira, acarretando em uma tomada de posição de vários grupos sociais que viram suas existências ameaçadas.

⁵⁰ De acordo com os autores, “como não havia caso de título fundiário coletivo na legislação brasileira, o *status* jurídico da tutela costumava ser compreendido como a base para a excepcionalidade dos direitos fundiários indígenas – o que é um erro, já que é a ocupação prévia (isto é, a história) que fundamenta os direitos indígenas à terra” (CUNHA; ALMEIDA, 2010: 280).

Dos anos 1970 em diante foram empreendidas várias estratégias de descaracterização destes direitos indígenas na maneira como eram concebidos até então, como a proposta apresentada em 1978 por um ministro para decretar a emancipação dos *índios aculturados*, determinando a concessão de títulos individuais de propriedade para estas pessoas, e a possibilidade de que as terras pudessem ser colocadas no mercado. A ditadura como um todo foi um período em que insatisfações de setores conservadores sobressaíram, inclusive no que concerne às terras indígenas. Os autores colocam que “a campanha contra a emancipação das terras indígenas [empreendida pela Ditadura Empresarial-Militar⁵¹] marcaria o início de uma década de intensa mobilização em torno das lutas indígenas” (CUNHA; ALMEIDA, 2010: 281 – grifo nosso), fundando-se a primeira organização indígena de caráter nacional (União das Nações Indígenas – UNI), comissões Pró-Índio, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além da atuação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e de vários apoiadores, como a ICCO (organização holandesa de igrejas protestantes), a Fundação Ford, ONGs alemãs e a Oxfam Britânica.

As campanhas em torno dos direitos indígenas oportunizaram o delineamento das principais ameaças sofridas por populações indígenas e também o surgimento de uma rede que resultou em estudos, metas e campanhas em comum, como a aliança entre antropólogos e o Ministério Público Federal e apoio de instituições como a Coordenação Nacional de Geólogos (Conage). Dessa forma, ao instituir-se a Constituinte em 1987, estabeleceu-se uma frente de “líderes indígenas, antropólogos, advogados e geólogos”, debatendo inclusive qual constituição estes grupos desejavam, claramente voltados para que os direitos indígenas fossem assegurados por esta (CUNHA; ALMEIDA, 2010).

Após vários debates em torno de questões controversas, grande parte de direitos indígenas foram recuperados no texto definitivo da Constituição, a partir de mobilizações de grupos indígenas como os Kayapó, fortemente presentes no processo de enfrentamento. Na Constituição de 1988 os direitos indígenas foram assegurados em um capítulo específico (Capítulo VIII – Dos Índios, composto por dois artigos – 231 e 232 – o primeiro com sete parágrafos), definindo-se o que são terras indígenas e seus direitos, compreendidos como originários:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que

⁵¹ Este termo não é dos autores, mas nosso, de acordo com nossa adesão à perspectiva da Ditadura Empresarial-Militar.

tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

[...]

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. [...]

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo de defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Estes direitos conquistados abriram espaço para que outros grupos também reivindicassem os seus, como quilombolas e seringueiros. A respeito do primeiro grupo, Arruti (2003) coloca que na Constituição de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinou-se que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988: Art. 68). Desse modo, segundo este autor, criou-se um novo sujeito social ancorado numa legislação, cuja feitura perpassou as lutas sociais de legitimação tanto no interior do grupo social, quanto na arena política brasileira. Essa formulação passou por várias modificações que tentavam dar mais consistência à criação das terras de quilombo demarcadas legalmente. Posteriormente, houve nova redação do texto, incorporando a expressão *antigos quilombos*. Dessa forma, comunidades que se reconheciam como descendentes de quilombo passaram a lutar por seu reconhecimento enquanto tais, e outros grupos, entre os quais havia a possibilidade desse tipo de identificação, passaram a buscá-la como alternativa de assegurar direitos diversos, mas principalmente territoriais (JESUS, 2014).

O processo de auto constituição como populações tradicionais adveio de lutas de grupos como os seringueiros no estado do Acre que, desde os anos 1970, reivindicavam direitos. Diretamente ameaçados pelo avanço de empreendimentos sobre suas áreas de trabalho, a partir de uma convocação governamental que buscava alinhar o Acre nas disputas comerciais e de crescimento capitalista, seringueiros passaram a compor uma rede de sindicatos rurais, em 1977, aliada à ação da Igreja Católica, o que promoveu a rede ao *status* de canal de resistência

daquelas pessoas à expulsão e destruição da floresta, que estava sendo sistematicamente cedido pelo governo estadual de então para a pecuária (CUNHA; ALMEIDA, 2010).

Ainda que os seringueiros estivessem há décadas lutando pela realização de uma reforma agrária que lhes possibilitasse continuar em suas práticas extrativistas, a ideia de uma *reserva extrativista* surgiu apenas nos anos 1985, por ocasião de uma ação de impacto público de apoio aos seringueiros, proposta pelo seringalista Chico Mendes e a antropóloga Mary Allegretti, organizada em Brasília: o primeiro *Congresso Nacional dos Seringueiros*. Para esta ação, foram 120 lideranças sindicais da Amazônia, que confrontaram-se com técnicos governamentais, deputados, ministros, intelectuais e especialistas que estavam envolvidos com a questão da borracha, em diversos campos. Ao final do congresso, surgiu uma entidade, o Conselho Nacional dos Seringueiros – em clara analogia ao Conselho Nacional de Segurança –, que produziu uma carta de princípios, incluindo a reivindicação de criação de reservas extrativistas, semelhante a reservas indígenas, com o diferencial de que estaria se reivindicando também uma identidade extrativista (CUNHA; ALMEIDA, 2010).

Esta tomada de posição possibilitou ainda, ao longo de 1980, que grupos de seringueiros passassem a assumir uma mobilização ecológica, emergindo nessa década articulações como a Aliança dos Povos da Floresta. A partir dessa reivindicação em torno das preocupações ambientais, grupos distintos, como seringueiros e indígenas, passaram a formar parcerias. A associação entre populações consideradas tradicionais a partir de então com as preocupações ecológicas de conservação do meio ambiente tornou-se inevitável, produzindo uma luta política em torno de unidades de conservação que possibilitassem a permanência de grupos sociais cujos modos de vida não afetassem a conservação do meio ambiente, como era o caso dos seringueiros e outros grupos que passaram a adotar a definição *extrativista* (CUNHA; ALMEIDA, 2009).

A trajetória que culmina na criação da categoria *povos e comunidades tradicionais* é também uma via com muitos destinos. Se, por um lado, a categoria passou a ser povoada de novos agentes sociais, por outro, surgiram disputas em torno de sua definição, a fim de se produzir um *consenso*. Com a profusão de grupos cujas bandeiras voltavam-se para a conservação do meio ambiente, processo também em andamento em outros países como os Estados Unidos, passou-se a questionar se as populações ditas tradicionais seriam definidas ou não por seu caráter conservacionista, e ainda por sua distância em relação ao modelo capitalista dominante. Arraigou-se inclusive no senso comum (produzido culturalmente, destacamos) um

pensamento no qual povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ainda outros seriam *essencialmente* conservacionistas e estritamente reprodutores de modos de vida totalmente desligados do sistema econômico dominante. Produziu-se um corte social e epistêmico que passaria a desconsiderar enquanto populações tradicionais grupos inseridos nas dinâmicas capitalistas de mercado, emprego e escolaridade, por exemplo (CUNHA; ALMEIDA, 2009).

O mito do bom selvagem ecológico tem povoado esse pensamento, como afirmam Cunha e Almeida (2009), o que acarreta em uma essencialização da relação entre populações tradicionais e meio ambiente. Para buscar a genealogia deste pensamento, fazendo uma espécie de exegese dos conceitos, os autores debruçaram-se sobre a noção de ambientalismo e suas variações. Segundo eles, o ambientalismo pode designar um conjunto de práticas sem referir-se a uma ideologia (apoio verbal à conservação), às práticas sustentáveis presentes em cosmologias indígenas, e práticas culturais com ideologia (regras culturais estabelecidas entre populações tradicionais que definem formas de utilização do território sem estabelecer uma relação de impacto que impossibilite a utilização deste por gerações futuras). Notadamente, adentrar em um campo discursivo e de luta como o conservacionismo para alguns grupos, como seringueiros, casou-se rapidamente com suas práticas sociais de trabalho, adquirindo a conservação um sentido local.⁵²

O caso dos seringueiros no Acre é emblemático porque sua situação particular exemplificou inúmeros outros casos de grupos sociais no Brasil. Ainda que discussões ambientalistas não tenham chegado a todos, alguns grupos possuem relações que configuram-se como de conservação, o que não implica dizer que outros grupos com modos de vida tradicionais, ou cultivados geracionalmente, não possam também ser considerados populações tradicionais por manterem relações com grupos mais ligados às instâncias do sistema capitalista dominante.⁵³ Como colocam os autores, estas populações tradicionais não estão apartadas da

⁵² O trecho a seguir explicita esta questão: “sabe-se que as plantações de seringueiras não prosperam na Amazônia, principalmente por causa do mal das folhas – pelo menos se plantadas com a mesma densidade das plantações asiáticas. As seringueiras permanecem saudáveis sob a condição de estarem dispersas pela floresta. Uma estrada de seringa consiste em cerca de 120 árvores do gênero *Hevea*. Uma casa de seringueiro utiliza em média duas estradas e às vezes três, e a área total cobrirá no primeiro caso pelo menos 300 ha, ou 3 km². [...] A baixa densidade natural das próprias seringueiras na floresta virgem [...] explica a baixa densidade humana nos seringais, que é por volta de [...] uma família com 6 pessoas por km². Essa densidade é compatível com a conservação da floresta. Nessa área total, a extensão desmatada para os pequenos roçados dos seringueiros (mas incluindo aqui os pastos das pequenas fazendas à margem do rio Juruá) mal chega a 1%” (CUNHA; ALMEIDA, 2010: 294).

⁵³ Daremos um exemplo ligado ao nosso objeto: algumas famílias em Rio dos Cachorros plantam alimentos como maxixe, vinagreira e cheiro verde em seus quintais. Estes produtos são levados por pessoas das famílias ao Mercado Municipal, onde são comercializados. Boa parte da culinária maranhense, inclusive aquela que é vendida sob a alcunha de “comidas típicas” no turismo nacional e internacional é composta por esses gêneros, comercializados por famílias da Zona Rural. No entanto, nem todas as pessoas mantêm o sustento de suas famílias

economia central ou na periferia do sistema mundial, já que precisam tratar com fazendeiros, instituições governamentais e empresariais, e atuam dentro do próprio mercado, pois suas vivências são históricas e em transformação de acordo com suas necessidades (CUNHA; ALMEIDA, 2010).

A criação da categoria *populações tradicionais* e o seu povoamento enquanto instância de luta fez-se historicamente e conflituosamente. Nos interessa, nesta pesquisa, compreender também como tal processo se fez na Zona Rural II de São Luís, e como essa disputa por definições e sobrevivência está inserida no sistema capitalista, perpassada por um imaginário desenvolvimentista apropriado, reproduzido, refutado e ressignificado.⁵⁴ Para entender o acionamento da categoria *população tradicional* e a luta pela criação de uma *reserva extrativista* não podemos desconsiderar que ocorreram distintos processos, como o de territorialização associado a um pertencimento também acionado no processo de disputa. A seguir, vejamos as disputas em torno dos conceitos *território* e *região*, fundamentais para este estudo.

apenas com a comercialização de hortaliças, dependendo de auxílios advindos de programas sociais, como Bolsa Família, de membros do grupo familiar que trabalham em cargos em empresas, etc. Contudo, a imbricação de formas de sustento se dá no conjunto de uma comunidade (e de um grupo de comunidades) que cultivam relações de parentesco a partir de casamentos, festas religiosas, ritos como o batismo, que não possuem sentido fora daquele território ou daquela *tradição*. Ou seja, mesmo a relação com o meio urbano, mediada pelo comércio, se dá no âmbito da comunidade e pode ser ressignificada como bandeira de luta por um modo de vida autodeterminado tradicional. Dona Máxima (Maria Máxima Pires), por exemplo, liderança de Rio dos Cachorros, costuma afirmar em falas que faz em encontros e mobilizações (outra relação com o dito meio urbano) que não existiriam comidas típicas de São Luís se não existisse a Zona Rural.

⁵⁴ E esta não é uma ordem de ações, mas uma possibilidade de ações: o imaginário desenvolvimentista, conscientemente ou não, pode ser apropriado e/ou reproduzido e/ou refutado e/ou ressignificado, além de outras ações que não pontuamos e que podem escapar de nossa análise.

2. “Dar nome”: um espaço definido duplamente

Expulsar e dispersar gente é um princípio inabalável dos proprietários (...); e a operação segue tranquila como se fosse um negócio regular.

(Letters from the Highlands, Robert Somers)

Por apenas um dia nossos rei e rainha irão visitar nossa terra e ver a tudo (...). O que eles verão? Ficarão contentes e sorrirão, ou irão chorar?

(Hawai'i '78 Introduction, Israel Kamakawio'ole)

Para nós, a Zona Rural II de São Luís é um *campo* de disputas, envolvendo agentes, discursos e poderes. Compreender este *campo*, portanto, não é tarefa simples, dada a multiplicidade vívida que o compõe. Nossa pesquisa opera com um referencial advindo da História e de outras ciências humanas, como já pontuamos em momentos anteriores. Destas disciplinas ressaltamos as pesquisas de Pierre Bourdieu e E. P. Thompson como inspiradoras para a formulação de nossa análise.⁵⁵

Ao falarmos de campo, nos remetemos às disputas e conflitos em torno de um mesmo espaço, aqui entendido como um misto de região (aspecto técnico-científico ressaltado por empreendedores e gestores) e território (aspecto identitário e de pertencimento ressaltado por membros de comunidades)⁵⁶ no qual estes grupos tomam posições, formulam e apresentam discursos, divergem e concordam entre si de acordo com seus interesses e trajetórias, ou seja, *territorializam-se*. Perpassa esse campo um imaginário que chamaremos de *desenvolvimentista*.⁵⁷ Estas lutas podem ser compreendidas como lutas por significação dentro

⁵⁵ Dentre os vários estudos produzidos por esses autores, citamos *O poder simbólico* (2012), *A Economia das trocas simbólicas* (2011) e *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (2011), os três de Pierre Bourdieu; e também *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2012) e *Costumes em comum* (1998), ambos de E. P. Thompson.

⁵⁶ Esta é uma categorização e, portanto, uma exacerbação de características encontradas na observação e análise dos elementos que compõem nosso objeto. Por ser uma exacerbação de características, obviamente não inclui todos os aspectos possíveis, que nós compreendemos serem impossíveis de total apreensão pelos historiadores. Esta exacerbação, insistimos, é para efeito de análise, e não corresponde a um “retrato fiel e incorruptível” da realidade analisada, cuja captura cremos ser de feita impossível. Propomos aqui *categorias*, portanto, elementos ou ferramentas para a análise. Compreendemos, ainda, que a separação dos sujeitos em grupos e estes grupos em lados também pode ser refutada pela realidade social fora “do papel”, pois os sujeitos se interconectam e podem mudar de posições. Contudo, voltamos a enfatizar, ressaltamos suas características principais e a elas nos voltamos nesta análise a fim de realizarmos uma observação da realidade que, como dentro de um campo científico, pode ser refutada por outros campos. Não tratamos de verdades absolutas, mas representações do real.

⁵⁷ Esta hipótese será apresentada no último capítulo, pois a entendemos como desdobramento da análise do nosso objeto, explicitado na introdução. Conforme apontou o Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos durante o exame de qualificação, analisar o imaginário desenvolvimentista surgiria como um segundo objeto desta pesquisa, fugindo no primeiro. Contudo, não deixamos de pontuar este outro aspecto, por admitirmos sua relevância neste estudo e,

do mundo social, este espaço construído na base de princípios de diferenciação e distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam em um dado universo, a saber, propriedades apropriadas a conferir força ou poder ao detentor delas no universo. Este campo social é um espaço multidimensional de posições que podem ser definidas de acordo com um sistema de coordenadas, que também é multidimensional, cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes (BOURDIEU, 2012).

A posição dos agentes no espaço social é definida, de acordo com Bourdieu (2011b), pela posição que aqueles ocupam nos diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles.⁵⁸ Observamos, ainda, que estes poderes podem advir dos campos econômico, cultural, social ou simbólico, este último uma forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Dependendo do capital, o agente posiciona-se em um determinado eixo no campo ou espaço social, e é necessário perseguir o que disse o autor: antes de aplicar uma teoria ou esta formulação que estamos descrevendo nas realidades estudadas, devemos procurar identificar quais são os princípios de diferenciação característicos desta sociedade, a coincidência ou não de poderes e seus campos (BOURDIEU, 2011b).

Este espaço social, como colocamos para nossa pesquisa, é uma “realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes” (BOURDIEU, 2011b: 24), e ainda, “o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito”. São construções que não se dão no vazio social e a posição no espaço social “comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 2011b: 27).

Nesta pesquisa, enfatizamos o poder de nomeação que os grupos possuem em relação a um mesmo espaço e como este poder está ligado a distintos projetos que transformam a feição da Zona Rural II de São Luís, ora concebendo-a como uma reserva extrativista, ora como uma Zona Industrial e Portuária, ou outras denominações. Estas distintas nomeações variam em seu poder de acordo com as posições ocupadas pelos agentes no campo político, cada qual com seu capital, possuindo pesos diferenciados de acordo com sua natureza (capital econômico, cultural, político). As nomeações estão perpassadas pelo imaginário desenvolvimentista e podem ser

como um futuro desdobramento de estudos, o registramos no quarto capítulo, concordando com a análise do professor.

⁵⁸ “É preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital” (BOURDIEU, 2011b: 29).

aceitas ou não pela maioria da sociedade de acordo com seu grau de eficácia, que está diretamente relacionado ao poder de persuasão dos agentes, por via política, ou por via econômica. A saber, este campo é desigual, e pode produzir uma arbitrariedade ao ser tomado por natural, escondendo os vários outros discursos ocultados porque perderam na disputa no interior do campo, tornando uma das muitas visões como a visão hegemônica e, portanto, aceita (BOURDIEU, 2011a).

A Zona Rural II de São Luís tem sido um espaço marcado por distintos conflitos, o que aqui estamos chamando de *território de conflitos*. Com essa denominação, perpassada por sentidos vários, queremos destacar que existem projetos de ação conflitantes que são destinados para um mesmo espaço que, conflitivamente, é territorializado pelos grupos em disputa. Essa ação de territorialização comporta em si noções, sentidos, saberes, práticas e outras dimensões constituídas por disputas pelo poder, e compreender estas disputas temporalmente faz-se necessário para que a Zona Rural II de São Luís possa ser entendida em sua multiplicidade de sentidos construída historicamente.

Para compreendermos nosso objeto, recorreremos a alguns autores que apresentaram em seus estudos marcos temporais para delimitar momentos considerados importantes para o processo reivindicatório que levou à autodemarcação das doze comunidades que compõem o traçado da unidade de conservação aqui estudada como RESEX de Tauá-Mirim, em 2015. Moreira (2015) traz uma demarcação temporal que vai desde 1980, com a instalação da Estrada de Ferro Carajás, até 2015, ano dos conflitos mais fortes na comunidade Cajueiro. Em arquivo divulgado para o GEDMMA – *Cronologia da luta – território tradicional RESEX e comunidade Cajueiro* (2015) –, a pesquisadora e advogada popular Vivianne Vazzi elencou datas ou períodos que considerou relevantes para os processos expropriatórios em curso atualmente na Zona Rural II de São Luís, especialmente na comunidade Cajueiro, foco de sua pesquisa de doutorado. Na obra *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim* (SANT’ANA JÚNIOR et Al., 2009), operou-se com uma cronologia que abarca os anos 1970 como marco inicial de atração de projetos industriais, ou de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, chegando aos anos 2000, com a possibilidade de instalação de um polo siderúrgico na Zona Rural de São Luís.

Estas pesquisas, conjuntamente, nos possibilitaram produzir uma cronologia própria dos processos conflitivos abarcados por nossa pesquisa, o que foi analisado e formulado também com o estudo do processo 02012.001265/2003-72, que trata da criação da RESEX de

Tauá-Mirim, disponibilizado pelo ICMBio ao GEDMMA, em 2016. Além disso, as informações disponibilizadas pelos entrevistados foram cruzadas com a documentação, o que permitiu que tivéssemos uma visão ampliada e abrangente do processo para além do nosso recorte temporal. Estas análises que partem de outros pesquisadores e da nossa própria compreensão possibilitam que demarquemos o processo, ou seja, o campo Zona Rural II de São Luís em seu recorte RESEX de Tauá-Mirim, a fim de entendermos os distintos projetos e os efeitos de nomeação produzidos para este espaço, de acordo com os olhares dos grupos em conflito. Dessa forma, passemos ao próximo tópico.

2.1 O campo no tempo e no espaço

Em 1970 temos a construção dos primeiros projetos de desenvolvimento da Amazônia brasileira, como relatamos em momentos anteriores, sendo este um espaço primordial de atuação dos governantes durante a ditadura empresarial-militar de 1964.⁵⁹ Neste período, para Francisco de Oliveira (1993; 2003), tivemos uma guinada estratégica para o Norte e o Nordeste, por alguns motivos: primeiramente, a centralidade da ditadura no eixo centro-sul transformava o centro do poder em espaço primordial desta região, retirando do campo de disputas outros setores de regiões tradicionais como o nordeste, deixando para esta região outras tarefas de segundo plano;⁶⁰ em segundo lugar, a possível rejeição dos grupos políticos do Norte e do Nordeste em aderir ao projeto ditatorial poderia embargar a continuidade do processo, e a criação de uma “questão regional” foi crucial para acalmar os ânimos das elites nortistas e nordestinas. Criando-se uma questão regional, transformou-se a “salvação” da “terra arrasada” nordestina em bandeira de ação do governo central, ao mesmo tempo em que se produziu mais um campo de disputas para as elites locais, que passariam a pleitear entre si o poder de execução

⁵⁹ Como exemplo, a criação de superintendências como SUDAM (lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959) e SUDENE (lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966), e ainda os planos nacionais de desenvolvimento (PND), criados no governo de Emílio Garrastazu Médici. Perceba-se que abarcam o Norte e o Nordeste do Brasil, em suas denominações Amazônia e Nordeste, por exemplo. Para Porto-Gonçalves (2015), esta é uma produção de sentido que elenca espaços considerados vazios para serem desenvolvidos ou incorporados à dinâmica produtiva nacional, o que lhes imputa signos como o da ausência de gentes, progresso, educação, todas as realidades que devem ser ultrapassadas para que o país, e não os lugares individualmente, seja transformado.

⁶⁰ Para Caio Prado Júnior (2011), anterior a Oliveira, esta seria a reprodução do sentido da colonização, no qual as regiões produtoras de matérias primas desde a colonização continuariam em sua “tarefa histórica”. Se antes era a cana, as drogas do sertão, o ouro e o café, na época da escrita da obra era o minério o sentido das explorações locais e nacional, por exemplo, numa reprodução de ações que não modificaram substancialmente a divisão de trabalho entre regiões produtoras e regiões consumidoras.

dos projetos de desenvolvimento. O caso do Maranhão é notório: desde fins dos anos 1960, políticos como José Sarney já estavam em negociação em prol da implantação de projetos como o PGC, a Base de Lançamento de Artefatos Espaciais em Alcântara, e outros, o que lhe possibilitaria proeminência local e federal.⁶¹

Dessa forma, uniram-se diversos agentes e instituições para a execução dos projetos “salvacionistas”, desde os âmbitos governamentais, como instituições educacionais públicas, com seu corpo de pesquisadores, e privadas, formando um grupo de agentes em prol do desenvolvimento, contribuindo a partir de seus campos de saber e acionando sua expertise própria,⁶² no Maranhão e em outros estados das regiões Norte e Nordeste. Acionou-se uma série de imagens e discursos buscando enfatizar a necessidade do desenvolvimento nos estados destas duas regiões, e ressaltamos a importância destas imagens para a conformação do desenvolvimentismo brasileiro em sua representação maranhense. Wagner Cabral da Costa (2006) ressalta a importância do uso político da pobreza, miséria e outras imagens para tornar a figura de José Sarney importante localmente e nacionalmente. Em sua análise do documentário encomendado pelo referido político ao cineasta Glauber Rocha (*Maranhão 66*), Costa observa o impacto causado na alta sociedade ludovicense⁶³ quando da estreia do filme. Resumidamente, *Maranhão 66* é um curta metragem que contém imagens da posse e do discurso de posse de José Sarney em 1966, quando vence o pleito para o governo estadual e também cenas do Maranhão e a situação socioeconômica de então, ressaltando a esperança em dias melhores a partir desta vitória. Por conta das imagens de *miséria*, o filme foi amplamente criticado por jornalistas e outros profissionais, pois seria uma apresentação negativa de um Estado com “tantas belezas”, que superariam a miséria presente nas cenas do documentário.

Contudo, estas imagens tornaram o Estado vendável como campo para o desenvolvimento, materializado em 1980 com o Programa Grande Carajás, período em que a ditadura estava em seus últimos suspiros e buscava-se encontrar salvação também de sua imagem como período de real salvaguarda da democracia e de amplo desenvolvimento do país,

⁶¹ Pudemos observar estas questões durante a execução da pesquisa *Projetos de desenvolvimento, deslocamentos compulsórios e conflitos ambientais em São Luís/MA*, iniciada por nós em 2014 e encerrada em 2016 pela pesquisadora Dayanne Santos. O trabalho consistiu em analisar três jornais impressos (*O Estado do Maranhão*, *Jornal Pequeno* e *O Imparcial*), desde 1970 até 2015, procurando casos de deslocamentos compulsórios em São Luís. Contudo, muitas outras informações puderam ser elencadas, boa parte delas referentes às negociações entre José Sarney, João Castelo, Pedro Neiva de Santana e outros políticos a fim de implantarem projetos de desenvolvimento no Maranhão;

⁶² Esta hipótese será estudada em pesquisa futura, cabendo apenas citá-la neste momento.

⁶³ Termos do autor.

o que havia se materializado brevemente e contraditoriamente no Milagre Econômico, apresentado como resultado dos esforços do regime, embora desdobramento de uma série de arrochos salariais e supressão de direitos (MATTOS, 2009; OLIVEIRA, 2003; FONTES, 2012). No Maranhão, o complexo do PGC foi sendo instalado a partir da construção das empresas Vale (então denominada CVRD), em 1980, e da Alcoa, a partir do complexo ALUMAR, de 1984. Além disso, o complexo portuário do Itaqui sofreu alterações para que pudesse comportar a nova estruturação advinda do PGC, e foi construído o porto de Ponta da Madeira, privativo da empresa Vale, que liga-se a outras estruturas como a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a BR-135, e daí “para o mundo”, como ainda hoje resvalam empreendedores e governantes (MOREIRA, 2015). Em 1990, contudo, o programa foi extinto, desmembrado numa série de subprojetos, no bojo de privatizações que seguiram-se desde o governo Fernando Collor (1990-1992), passando incisivamente pelo governo FHC (1994-2002), culminando no Programa Nacional de Desestatização no qual, dentre outras coisas, privatizou-se a empresa Vale, como afirmamos em momentos anteriores.

Contudo, a chegada de empreendimentos no Maranhão não parou de ocorrer, e podemos chamar este processo de *intrusão*, já que as terras nas quais foram sendo instalados, como ressaltamos, não eram desabitadas. Na década de 1990, especificamente no ano de 1996, segundo Beto do Taim, começaram a ocorrer debates entre comunidades da Zona Rural II de São Luís, dentre elas Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim e Vila Maranhão. Nestas discussões surgiu a ideia de assegurar os territórios das comunidades a partir de um território comum, o que estava sendo feito em outras partes do país a partir de unidades de conservação. A RESEX do Taim, depois RESEX de Tauá-Mirim, como *ferramenta de luta*, foi gestada ainda nesse período, resultante de ameaças de deslocamento compulsório, mas também de articulações locais e globais entre lideranças comunitárias e outros agentes, o que possibilitou uma troca de experiências profícua e mobilizadora.⁶⁴ Entretanto, este germe de resistência foi sendo testado consecutivamente, e nos anos 2000 passou por uma de suas primeiras grandes provas.

A partir de 2000 ocorreram debates no âmbito governamental relativos à necessidade prevista em lei de se realizar a revisão do Plano Diretor do município de São Luís.⁶⁵ A proposta

⁶⁴ Alberto Cantanhede, em entrevista concedida a nós em 05.12.2017, ressaltou que cursos de capacitação de lideranças ligadas ao MONAPE e idas a outros estados brasileiros e também países como forma de troca de experiências foram importantes para que a ideia de criar uma área para evitar intrusão de empresas amadurecesse e contasse com diversos apoiadores.

⁶⁵ Com a Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor foi instituído como o instrumento que define a função

do município, a partir do Instituto da Cidade, trazia revisões no zoneamento de São Luís, afetando as comunidades da Zona Rural II, que vinham mobilizando-se em torno de sua permanência no território (CARVALHO, 2009). Os membros das comunidades passaram a combater a mudança no zoneamento que, segundo suas análises, deslocariam 14.000 famílias (SANT'ANA JÚNIOR et Al., 2009). Além disso, previa-se a instalação de um Distrito Industrial (DISAL) no município, suprimindo grandes extensões de área rural, o que implicaria do deslocamento de várias comunidades. A mobilização das comunidades durante o ciclo de audiências públicas foi crucial para que a Zona Rural II continuasse existindo e que apenas uma pequena parcela fosse transformada em Zona Industrial, processo relatado na tese de doutorado de Élio Pantoja Alves – *Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o movimento Reage São Luís em São Luís-MA* (2014). Esta resistência foi possível por fatores como o grau de mobilização que os membros das comunidades possuíam e estavam consolidando desde a década de 1990 com os debates em torno da RESEX, e ainda sua articulação a grupos como o movimento Reage São Luís, o ICMBio, o GEDMMA, sindicatos, pastorais e outros, trazendo ao campo de disputas saberes e estratégias variadas.

De acordo com nossa análise do processo de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (nº 02012.001265/2003-72), pudemos compor uma cronologia do processo com alguns momentos que considerados importantes para a compreensão da disputa territorial que aqui analisamos. Antes disso, porém, é necessário definir o que estamos chamando de *grupos em conflito*. Para nós, *grupo* é um setor ou união de setores voltado para um fim.⁶⁶ Nesta pesquisa, há três grupos em disputa e estes grupos articulam-se com outros grupos, formando redes associativas.⁶⁷ Porém, os grupos, genericamente designados, não apenas entram em confronto,

social da propriedade urbana, sendo regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Seu objetivo, segundo a Fundação Faria Lima, (MOREIRA, 2005: 19), é fixar “princípios, objetivos e diretrizes gerais da política urbana”. Ele “prevê as políticas setoriais de ordenação do território, controle do uso do solo, participação comunitária, contribuição social e regularização fundiária, definindo, ainda, instrumentos da política de desenvolvimento urbano, nos campos fiscal, econômico-financeiro, jurídico, administrativo e político”, e também “estabelece e disciplina diversos instrumentos jurídico-urbanísticos de implementação das disposições da política de desenvolvimento urbano, sendo o mais importante – posto que previsto na Constituição Federal – e o que possibilita imprimir natureza obrigacional para edificação, parcelamento e utilização de lotes e glebas não edificadas ou não utilizadas por seu proprietário, caracterizando a combatida especulação imobiliária”. A revisão dos planos diretores dos municípios devem ser feitas a cada dez anos, incorrendo em punições às prefeituras que não realizarem.

⁶⁶ Segundo o dicionário Aurélio (2010), grupo é uma reunião ou conjunto de pessoas, coisas ou objetos que se abrangem no mesmo lance de olhos ou formam um todo. A segunda definição para o verbete é “pequena associação de pessoas reunidas para um fim comum”. Outras definições pontuadas referem-se à química, biologia e outras ciências.

⁶⁷ Não adentraremos nesta definição, pois nosso referencial volta-se para o estudo da experiência individual e coletiva que leva à formação de grupos, e ainda ao espaço social ou campo, referencial da história social. Tal

mas setores e agentes dentro desses grupos podem migrar de um grupo a outro, ou permanecer em seu grupo em articulação com setores e agentes de outros grupos mutuamente.⁶⁸ A saber, consideramos genericamente os seguintes grupos⁶⁹:

- a) Governos
- b) Empresas
- c) Comunidades

Nestes grupos estão alocados segmentos sociais específicos, que tentamos delimitar como:

- a) Governos:
 - a. Governo Municipal;
 - b. Governo Estadual;
 - c. Governo Federal;
 - d. Institutos (ex.: INCID, ICMBio, IBAMA);
 - e. Secretarias (ex.: SEMA, SEDINC)
- b) Empresas:
 - a. ALCOA/ALUMAR;
 - b. Vale S.A.;
 - c. MPX/Eneva-EON;
 - d. Votorantim;
 - e. Instituições (ex.: FIEMA, SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil)
- c) Comunidades:
 - a. Pertencentes à Ilha do Maranhão (Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Porto das Arraias/Vila Maranhão, Parnauçu/Cajueiro, Limoeiro);
 - b. Pertencentes à Ilha de Tauá-Mirim (Jacamim, Portinho, Embaubal, Tauá-Mirim, Ilha Pequena, Amapá);
 - c. Instituições (ex.: Associação de Moradores do Taim).

discussão a respeito de redes associativas pode ser encontrada em Alves (2014) e Losekann (2016).

⁶⁸ Ao final do terceiro capítulo apresentaremos um esboço gráfico de como estaria disposto o *território de conflitos*.

⁶⁹ Para elencar estes grupos, levamos em consideração as fontes e a incidência maior de alguns grupos citados nelas, portanto, é um recorte para fins analíticos.

Ao compor estes grupos como categorias de compreensão de nosso objeto de estudo, pudemos perceber que neste esquema reduzido alguns agentes como acadêmicos, pesquisadores, agentes jurídicos e militantes partidários podem estar presentes nos três grupos. Tal fator é importante para compreendermos que estes grupos não são completamente estáticos em sua composição, como não é a realidade social, e o pertencimento de uma pessoa a um grupo também é permeado de diversas tramas sociais nas quais está inserido. Destacamos, a título de ilustração, que os indivíduos genericamente denominados *acadêmicos* podem inclusive estar em dois ou três grupos ao mesmo tempo, como no caso de estudantes que estão pesquisando a atuação de uma empresa junto ao Estado em uma comunidade. O que define o pertencimento a um grupo específico é, a nosso ver, a presença “original”⁷⁰ deste indivíduo em um dos grupos e seu discurso pautado em elementos relativos a este grupo.

Como exemplo, citemos o caso de Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. Este senhor é pescador, nasceu na comunidade Taim, vive nela ainda hoje, foi presidente da Associação de Moradores e encabeçou importantes reivindicações, como a da RESEX de Tauá-Mirim: com essas informações, o alocaremos inicialmente no grupo *Comunidades*, pois este é o seu primeiro pertencimento, de acordo com sua atuação. Porém, Beto do Taim também faz parte do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), coopera junto ao ICMBio, participou do gabinete de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e em 2015 compôs o Movimento de Defesa da Ilha: podemos alocá-lo também no grupo *Governos*, de acordo com sua participação junto a um partido político (PT) e a um órgão governamental (ICMBio). Mas este é seu principal vínculo? Analisando sua atuação, Alberto manteve relações e inseriu-se em instâncias do Estado por conta das reivindicações em torno das comunidades e da RESEX, portanto, pertence ao grupo *Comunidades* mais do que ao grupo *Governos*. Se porventura Beto do Taim resolvesse participar de algum curso de reciclagem promovido pela empresa Vale, ele não estaria inserido no grupo *Empresas*, já que seria uma participação transitória.

O exemplo busca ilustrar uma certa flexibilidade de inserção em alguns grupos com afinidades, como *Comunidades* e *Estado*, mas isto apenas em algumas instâncias pois, exemplificando, Beto do Taim não é vereador ou prefeito agindo em torno desta função. Sua atuação volta-se para as comunidades, e este é um critério de alocação dos indivíduos e instituições nos grupos de análise. Insistimos também que há uma flexibilidade controlada, pois as instituições e indivíduos no interior dos grupos criam mecanismos de auto definição,

⁷⁰ No sentido de primeiro vínculo.

delimitando o que entendem ser o grupo, os critérios para admitir que um indivíduo pertence ao grupo, quais ações determinam que um indivíduo faz parte do grupo, entre outras questões.

Com base nos dados de possuímos, delimitaremos que instituições e indivíduos podem ser alocados em um dos três grupos de nossa análise, contudo a realidade, múltipla em sua composição, pode apresentar dados que questionem nossa classificação, o que é totalmente aceitável, já que o esquema classificatório aqui apresentado é generalizante como o são conceitos e noções que aplicamos para tentar compreender a realidade histórica, inapreensível em todos os detalhes de sua complexidade. Com esse esquema pretendemos apontar elementos que unificam os grupos como unidades coesas, elementos que repelem os grupos entre si e ainda elementos que possibilitam que os grupos se interpenetrem em momentos específicos.

Após essas considerações, passemos ao histórico do processo.

2.1.1 Breve histórico dos conflitos⁷¹

Dos anos 1970 em diante, comunidades da Zona Rural de São Luís começaram a fundar suas associações de moradores, com a nomenclatura *união* ou *associação*. Em 1970 foi fundada a Associação de Moradores do Bairro Pedrinhas, situada na Zona Rural I; em 1970, a União Beneficente dos Moradores do Coqueiro foi criada, seguida pela União de Moradores do Bairro Tauá-Mirim, em 1976. Percebemos que nesta segunda utiliza-se a denominação *bairro* para a comunidade Tauá-Mirim, que dá nome à ilha. Nesta mesma década, o terminal portuário de São Luís teve suas atividades iniciadas, em 1972 – sua construção começou ainda nos anos 1960 – e também iniciam-se as primeiras especulações e análises visando a constituição do futuro Programa Grande Carajás, instituído em 1980, entrando em operação em 1982. Em 1980 surgiram as primeiras discussões a respeito de garantias da posse das terras comunitárias, e começou-se a buscar a titulação dos locais a partir do Estado. Um dos primeiros pertenceu à Arquidiocese de São Luís, detentora das terras na região da ilha de Tauá-Mirim (MMA, 2015).⁷²

⁷¹ Neste tópico, as referências são Moreira (2015), Vazzi (2015), Sant’Ana Júnior et Al. (2009), o processo nº 02012.001265/2003-72, que trata da criação da RESEX de Tauá-Mirim (MMA, 2015), e ainda entrevistas realizadas com agentes do conflito, o que será pontuado no decorrer do texto. Observamos que os dados de cronologia, por se repetirem, muitas vezes, nos textos das quatro primeiras fontes acima descritas, não foram referenciados a todo momento, já que especificamente a cronologia produzida por Vazzi (2015) e a cronologia produzida por nós a partir da junção das informações dessas fontes são ambas de caráter ainda restrito ao GEDMMA e a esta dissertação, não tendo sido publicadas. Nesse sentido, quando forem informações específicas a um documento, virão referenciadas.

⁷² Apesar do processo ter sido aberto em 2003, optamos por referenciá-lo no ano de sua última movimentação -

Em 1980, especificamente no dia 23 de maio, o Distrito Industrial de São Luís (DISAL), foi instituído pelo decreto estadual nº 7.632, e em junho daquele ano, a área do DISAL foi declarada de utilidade pública pelo decreto estadual nº 7.646 (MMA, 2015). Estas ações, a nosso ver, estão interligadas com a instituição do PGC, ou antes, com a possibilidade de sua instauração, já vislumbrada por governos e empreendedores. Na memória social de membros das comunidades, os *mais velhos*, estes momentos são lembrados como o início dos confrontos entre “pequenos e grandes” (VAZZI, 2015). É nessa década que ocorre um dos processos de resistência com resultados mais significativos para a Zona Rural de São Luís: falamos da resistência encabeçada pela comunidade Igaráú, ou Igraú, como aparece na fala corriqueira dos moradores.

Incrustada no meio do Parque Ambiental da ALUMAR – constituído pelas terras expropriadas de outras comunidades, como lembra Dona Maria Roxa, hoje moradora da comunidade Taim (JESUS, 2012) – Igaráú é lembrada nos termos da resistência perpetrada ainda nos anos 1980, período de instalação da Alcoa no Maranhão, o que surge na lembrança de Dona Roxinha como os tempos difíceis da resistência. Seu relato aponta para algumas características dos processos expropriatórios do período:

Nós ficamos muito desesperados porque, assim, a pressão era grande. Aí começou nos anos 80. Primeiro eles vieram marcando as casas, foi logo... “não, isso aqui é do governo e a gente tá só vindo e não vai atrapalhar em nada”. Aí quando depois vieram em 83, aí em 83 já veio mais forte, que era pra sair mesmo, né? [...] aí tinha uma casa bem aqui... aí o pessoal começaram a enfraquecer, né, porque tinha muita conversa: “ah, se não for... se não for receber dinheiro, vai perder a folha... a folha vai fechar e vocês vão sair sem direito a nada, aí não-sei-o-que, não-sei-o-que...”, ainda saíram dezesseis famílias. [...] Ainda tinha quarenta famílias. Saíram dezesseis. Mas essas que ficaram... pegaram a frente mesmo.⁷³

Segundo Guilherme Zagallo,⁷⁴ uma das diferenças dos processos de expulsão do início dos grandes projetos no Maranhão para os projetos mais recentes é que se anteriormente os deslocamentos compulsórios podiam ser efetuados sem consulta às pessoas afetadas por meio de audiências, questionários, visitas e outros mecanismos, hoje uma série de normas previstas na legislação ambiental devem ser seguidas, com o risco do processo ser considerado ilegal. Contudo, a violência continua existindo, talvez de forma mais sutil e, portanto, forte, pois

2015.

⁷³ Entrevista feita por Horácio Antunes, Samarone Marinho, Tayanná Santos e Clóvis Amorim, em 31.01.16. Arquivo pessoal.

⁷⁴ Entrevista concedida a nós em 01.12.2016. Arquivo pessoal.

mascarada nos termos na negociação que, como apontam Viégas, Pinto e Garzon (2014), ocorrem entre grupos com poderes diferenciados, em que Estado e empreendimentos conseguem obter, a partir de seus agentes, repertórios jurídicos, capital político e econômico, benefícios em relação a seus objetivos, restando a comunidades e instituições parceiras um caminho mais difícil, por conta da relação desigual.

Na narrativa de Dona Roxinha, a visita dos agentes da empresa-Estado aparece como algo desinteressado – “não, isso aqui é do governo e a gente tá só vindo e não vai atrapalhar em nada” – que, posteriormente, tem seu caráter desnudado, já que começam os embates por conta da retirada da comunidade de suas terras. Nesse caso, a negociação foi executada quando o processo de enfrentamento sofria desgastes ao ponto da comunidade buscar um fim para a situação. Segundo Dona Roxinha, os membros da comunidade passaram três meses *no mato* devido a um desmatamento efetuado pela empresa, de 32 hectares, rompendo um acordo que possuía com a comunidade. Esse período assemelhou-se a uma guerrilha, e os esforços de homens, mulheres e crianças foi intenso, contando com bloqueio a máquinas da empresa, obstrução de reuniões, recusa em aceitar donativos, como alimentos, dos funcionários da empresa, e a relação com pessoas como Irmã Carolina, Irmã Bárbara, Marluze Pastor e Josimar Pinheiro, membros do então Comitê de Defesa da Ilha. A situação de enfrentamento adquiriu grau profundo de resistência, relatado pela entrevistada como uma “situação difícil e delicada”.⁷⁵

Para Dona Roxinha, dois grupos etários foram fundamentais no processo. Falamos de crianças e idosos, que utilizaram de estratégias distintas para dirimir as iniciativas da empresa. Segundo a referida senhora, as crianças adentravam na mata com apitos, buscando máquinas da empresa que a cada dia invadia o território da comunidade. Ao avistar as máquinas, um grupo de crianças subia nelas e começava a apitar, impedindo também que os funcionários as manobrassem. Outro grupo corria ao encontro dos adultos, para engrossarem o empate. As pessoas de Igará também passaram a viver na mata, fecharam a escola, deixaram de acessar outros lugares onde trabalhavam, sobrevivendo apenas da roça, o que ocorreu já em 1991. Houve tentativas de derrubada de casas por um militar, lembrado por Dona Roxinha como Sargento Silva. Nessa situação, os mais velhos utilizavam suas ferramentas próprias de

⁷⁵ Entrevista realizada em 31.01.16. Arquivo pessoal.

resistência, como entrarem na frente dos militares que acompanhavam o sargento para protegerem as casas.⁷⁶

Em reuniões, as crianças continuavam suas lutas, o que é lembrado com alegria pela entrevistada. Vaias e canções eram frequentemente entoadas por elas a fim de obstruir a fala daqueles que eles consideravam inimigos da comunidade. Em geral, as pessoas, quando estavam na mata, buscavam andar armadas com seus instrumentos de trabalho, como facões, foices e martelos. Dona Roxinha lembra do fim da resistência com um misto de cansaço e satisfação, ao relatar que o então governador do Estado, João Alberto, acompanhado de grande comitiva e militares, chegou na comunidade para mediar uma negociação entre a empresa e a comunidade. Segundo ele, não viera para atrapalhar a comunidade e nem para fechar a ALUMAR. Os membros da comunidade, já exaustos, buscaram a conciliação e participaram dos levantamentos topográficos para demarcar o território de Igarauá. Dona Roxinha lembra que contaram com o valioso auxílio de um topógrafo que lhes acenava, de forma secreta, quando deveriam aceitar ou não as demarcações que a empresa apresentava. Ao fim, a comunidade assegurou 1.098 hectares, que ainda são seus, os quais asseguram de várias formas, inclusive com um rígido controle interno a fim de evitar que desconhecidos e pessoas mal-intencionadas, de acordo com os critérios locais, adentrem na comunidade. Inclusive continuam preparando, desde cedo, as crianças para a continuidade da resistência comunitária.⁷⁷

O exemplo da comunidade Igarauá é largamente conhecido e reconhecido como modelo para muitas comunidades que hoje pleiteiam a instituição jurídica da RESEX de Tauá-Mirim. Mas, como bem sabem, o processo de resistência, tanto naquela comunidade, como no território da RESEX de Tauá-Mirim, é perpassado por questões complexas, como a forte presença das empresas na região, e atualmente com vários mecanismos de consolidação dessa presença, resguardando também seus territórios, inclusive em cima dos erros de outros empreendimentos, como analisa Guilherme Zagallo:⁷⁸

[...] um dos grandes problemas técnicos pra implantação das usinas siderúrgicas que queriam usar água doce [era que] eles queriam fazer economia e não implantar unidades de dessalinização de água. A Termelétrica aprendeu com essa experiência anterior e quando apresentou o projeto já apresentou com o uso de água do mar, água salgada, então uma coisa que foi muito importante pro processo de enfrentamento das siderúrgicas, por

⁷⁶ Entrevista realizada em 31.01.16. Arquivo pessoal.

⁷⁷ Entrevista realizada em 31.01.16. Arquivo pessoal.

⁷⁸ Entrevista realizada em 01.12.2016 – inserções nossas. Arquivo pessoal.

exemplo, já não existia no momento da chegada da Termelétrica, que já vem com uma concepção, digamos assim, contornando esse obstáculo.

A presença da empresa Alcoa, em sua forma ALUMAR, em São Luís, remonta aos anos 1980, especificamente 1984, quando foi instalada a primeira fábrica de processamento de alumínio na região. E outros empreendimentos, no decorrer desta década, também foram sendo instalados, como a Estrada de Ferro Carajás, com funcionamento iniciado em 1986, o Terminal Portuário Ponta da Madeira, inaugurado em 1987, ambos da então Companhia Vale do Rio Doce (MOREIRA, 2015; MMA, 2015). Nesse período, as articulações entre comunidades rurais de São Luís começaram a ganhar contornos mais precisos, como o da preservação ambiental – lembremos que na década de 1980 o debate ecológico ganha força e adesão no Brasil, adentrando em vários segmentos sociais, como os povos e comunidades tradicionais, reconhecidos juridicamente na Constituição Federal de 1988, referido no primeiro capítulo. Nesse sentido, em 1985 ocorreu reunião entre os moradores da comunidade Jacamim, na qual se comprometeram a lutar pela preservação ambiental dos recursos da ilha de Tauá-Mirim, coibindo o desmatamento e o uso do fogo indiscriminado. Foi criada, também, em 1987, a Associação de Moradores do Taim (MMA, 2015).

Durante a década de 1990, o processo de resistência aos grandes projetos adquiriu outras dimensões, adentrando incisivamente os espaços de discussão dentro das comunidades – associações, uniões, escolas e igrejas – e isso reverberou na fundação de vários movimentos sociais, marcados também pela redemocratização e as garantias previstas constitucionalmente, como respostas também à política econômica adotada pelos governos posteriores ao fim da Ditadura Empresarial-Militar – neoliberalismo, já iniciado naquele regime (OLIVEIRA, 2003). Surgiram o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e o Fórum Carajás. De acordo com os relatos coletados no processo de levantamento para a confecção do *Lauda Sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim* (IBAMA, 2006; 2007), nesse período foi iniciado o processo de formação de lideranças comunitárias, diretamente relacionado, dentre outras questões, ao surgimento dos primeiros problemas ambientais, como os de saúde em funcionários da ALUMAR. Buscou-se, nesse contexto, criar um fundo para fomentar alternativas produtivas para os pescadores e também a criação de uma área protegida, a partir de instrumentos, como acordos de pescas ou unidades de conservação, haja vista que começaram também os deslocamentos compulsórios.

Segundo Beto do Taim, em 1996, iniciaram-se as discussões a respeito de criação de uma reserva extrativista a fim de proteger as terras das comunidades rurais (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009). Inicialmente, a proposta restringia-se às comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, Cajueiro e Vila Maranhão. Neste mesmo ano, em 26 de setembro, foi efetuado o assentamento formal do Taim pelo ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), órgão do governo estadual e, em 13 de dezembro, o assentamento formal de Tauá-Mirim, ambos lavrados em cartório – este último sob o título de Assentamento Dom Mota. Em 1998, outros três assentamentos formais foram criados: Cajueiro, Porto Grande e Rio de Cachorros, todos em 16 de março (MMA, 2015).

Nos anos 2000 os debates encaminharam-se para as estruturas jurídicas responsáveis pela criação de unidades de conservação. Observamos que em 18 de julho foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela lei nº 9.985, e em 2002, pelo decreto estadual nº 18.842, ficou estabelecida uma área de 17.776 ha, dentro de um perímetro de 70.075 metros como Zona Rural. No ano posterior – 2003 – a União de Moradores do Taim encaminhou ao IBAMA, órgão responsável naquele momento pelos levantamentos referentes à criação de unidades de conservação, um abaixo-assinado solicitando instauração do processo visando a criação da RESEX do Taim, primeira denominação da atual RESEX de Tauá-Mirim. O abaixo-assinado continha 137 assinaturas. O levantamento socioeconômico e biológico foi efetuado em 2004, e as visitas da equipe de analistas ambientais do IBAMA foram feitas em 2005, durante o mês de dezembro, nas quais buscaram, dentre outros aspectos, características relativas ao estado de conservação ambiental da região, características sociais dos povoados, identificação dos principais problemas sociais e ambientais e a existência de atributos sociais e ambientais para criação da reserva. Ao todo, visitaram as comunidades Taim, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande e Cajueiro, cujas áreas delimitavam o perímetro da unidade de conservação proposta naquele período. Em 2006 foi efetuado o levantamento socioeconômico e biológico, e em junho do mesmo ano foi produzido o *Laudo sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim*, que contava com cinco comunidades na área a ser demarcada – as já referidas Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro e Cajueiro (MMA, 2015).

Durante esse período outros importantes acontecimentos estavam ocorrendo em São Luís, com relações diretas com o pleito da RESEX do Taim. Falamos da promulgação do decreto estadual nº 20.727, no qual reformulou-se a área do DISAL, que passou para 18.861 ha

dentro do perímetro de 83.053 m, em 2004. No ano seguinte, outro decreto (de 25.07.2005) delimitou a área do Porto Organizado do Itaqui, e em 2006 ocorreram os debates – e conflitos – em torno da revisão do Plano Diretor de São Luís, instituído pela lei municipal nº 4.669 (SANT’ANA JÚNIOR et Al., 2009).

O processo de busca pela implementação da unidade de conservação prosseguiu, com o pedido do CNPT aos órgãos INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), GPRU-MA (Gerência Regional do Patrimônio da União-seção Maranhão), 1º Cartório de registro de imóveis de São Luís e 2º Cartório de registro de imóveis de São Luís, para fornecer dados a respeito das licenças de ocupação, títulos de legitimação da posse, concessão de direito real de uso e outros relativos às comunidades da RESEX, e ações judiciais existentes, restritas à região de São Luís.⁷⁹ Posteriormente os órgãos foram respondendo.⁸⁰

Após a conclusão do *Lauda sócio-econômico e biológico para criação da RESEX do Taim* (IBAMA, 2006; 2007), ocorreram reuniões para apresenta-lo às comunidades, a fim de sua apreciação. A primeira ocorreu em 19 de julho de 2006, no Taim, e as seguintes nas comunidades Rio dos Cachorros (25 de julho) e Jacamim (08 de outubro e 03 de dezembro). Para essas reuniões foram convidados órgãos como INCRA, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Banco da Amazônia, BNB (Banco do Nordeste), FUNAI, SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), AGED (Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, SEMA, Banco do Brasil, Batalhão Ambiental, SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento) e SINFRA (Secretaria de Estado da Infraestrutura), que participariam de reuniões, como a consulta pública realizada em 02 de agosto de 2006 no Conjunto Jatobá e Vila Maranhão. Durante essas reuniões ocorreram deliberações como a necessidade de inclusão de outras comunidades pertencentes à Ilha de Tauá-Mirim na área pleiteada enquanto RESEX do Taim. Foi nesse sentido que ocorreram reuniões na comunidade Jacamim, referidas anteriormente, sendo que na segunda, ocorrida em dezembro, a reunião foi efetuada entre membros da comunidade e representantes do IBAMA e da UFMA – como pesquisadores do já criado GEDMMA – para avaliar a respeito da inclusão

⁷⁹ Ofício nº 16/2006-CNPT/IBAMA/MA.

⁸⁰ Respostas dadas pelos órgãos (MMA, 2015): ITERMA (26.04.2006) – o Cajueiro possui titulação, desmembrado da Gleba Tibiri-Pedrinhas, e a comunidade Limoeiro, não. Após segundo pedido do CNPT aos mesmos órgãos, em 08 de agosto de 2006, a superintendência do INCRA respondeu, em 14 de agosto daquele ano, que os dados deveriam ser requeridos ao ITERMA, e não ao INCRA. Não há outras menções, no período próximo ao ano dos pedidos feitos pelo CNPT, a respostas dos outros órgãos listados, no processo.

ou não da ilha de Tauá-Mirim da proposta da RESEX. Naquele momento, segundo o relato da reunião, incluiu-se apenas a comunidade Jacamim (MMA, 2015).

O ano de 2007 foi importante para os grupos sociais envolvidos em conflitos por terra, para além de quilombolas e indígenas, pois nele foi criada e instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo decreto do poder executivo nº 6.040. Esta instituição jurídica pode legitimar diversos processos reivindicatórios pelo Brasil, e os debates acerca da RESEX do Taim continuaram a ganhar fôlego, com adesões e primeiras contestações advindas dos setores que historicamente se tornaram opositores à sua criação. Enfatizamos o aspecto processual do verbo *tornar*, pois não acreditamos que estes setores, embora ligados diretamente ao grande capital por conta de suas características históricas, tenham sido, desde o início, opositores ferrenhos à referida reserva. Quando analisamos a documentação que compõe o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, apesar de serem documentos ditos formais e oficiais, podemos encontrar discursos que atestam as subjetividades neles presentes, mascaradas pela linguagem institucional. Inicialmente, em reuniões como as listadas anteriormente, representantes do grupo *Governos* apresentavam, em sua maioria, posição favorável à reserva, haja vista que muitos desses representantes faziam parte de instituições ligadas às questões voltadas para a agricultura familiar, pequena produção, preservação ambiental, ou seja, propensos a esses debates.

No decorrer do processo, algumas instituições mantiveram seu apoio, ainda que apenas formal, à implantação da RESEX de Tauá-Mirim, e outras passaram a incorporar outros discursos, como o desenvolvimento sustentável, a fim de legitimar sua posição contrária à implementação da UC, posicionando-se, no campo dos conflitos, juntamente a setores ligados às indústrias, mineração e ainda aos órgãos governamentais menos favoráveis à criação da RESEX porque interessados na região como campo para instalação de empreendimentos, evocando sua pretensa “vocação natural” enquanto distrito industrial, e não enquanto zona rural. Esta argumenta o persiste at e a atualidade, em falas como a de Edilson Baldez, presidente da FIEMA, durante o 28^o *Encontro sobre o Corredor Centro-Norte: o estado da arte do TEGRAM e ferrovia Norte-Sul*, que ocorreu em 22 de junho de 2016:

Encontros como esse t em se repetido [...] numa velocidade muito grande, [...] quando a gente encontra caminho, quando a gente encontra a sinaliza o por parte do poder público de que as soluçoes para o desenvolvimento passam pelo entendimento do setor privado, principalmente, com o setor público [...], que vem aqui discutir essa logística, principalmente, tendo em vista que a nossa localiza o   muito privilegiada, uma das melhores localiza oes do

Brasil, para o acesso ao continente, ao Novo Mundo, ao mundo inteiro. Então, se nós sabemos que hoje, para que a gente possa ser competitivo no mercado, a logística é um fator preponderante. [...] E como nós temos o Porto do Itaqui, a sua localização aqui em São Luís com a facilidade de acesso, com as suas características que favorecem muito. O que nós precisamos [e] estamos discutindo hoje aqui é como chegar ao Porto do Itaqui, qual a melhor forma, o que é preciso se fazer ainda... tem muito a fazer, para que o Porto do Itaqui possa atender a todas as demandas, aqui principalmente deste corredor [Centro-Norte]. Muitas coisas ainda dificultam: uma delas é a burocracia, a grande burocracia que nós ainda temos em nosso país – e nessa área de portos e serviços não é diferente. Mas, nós temos já uma grande vantagem: a administração do porto tem sido exemplo de modelo para o país.⁸¹

Nas primeiras reuniões para discutir o *Laudo sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim* (2006), a presença desses setores ainda não se fazia, participando representantes de instituições como SEAGRO (Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural) e BNB que posteriormente se fizeram menos presentes que SEDINC, SEMA, FIEMA e INCID. Os dados e deliberações levantadas durante as reuniões de recepção do laudo foram despachados em março de 2007, e em junho daquele ano foi efetuado um levantamento fundiário, pelo CNPT, dos assentamentos formais que constavam na base de dados do ITERMA. Nesse sentido tinha-se:

- Porto Grande: 169 famílias;
- Rio dos Cachorros: 137 famílias;
- Taim: 56 famílias;
- Cajueiro: 107 famílias;
- Tauá-Mirim (composta por Jacamim, Icará-Mirim,⁸² Portinho, Ilha Pequena, Boa Razão e Embaubal): 211 famílias.

A comunidade do Limoeiro já apresentava problemas ligados à posse da terra (NOBRE; OLIVEIRA; JESUS, 2015 – no prelo). Segundo o levantamento feito pelo CNPT, essa comunidade, inserida no povoado Rio dos Cachorros, teve sua posse cedida a José Câmara – o já referido ex-prefeito de São José de Ribamar –, por isso instaurou-se um imbróglio, já que os moradores pleiteavam a instituição da RESEX do Taim.⁸³ Foram realizadas, também,

⁸¹ Transcrição de palestra feita pela autora. Arquivo pessoal.

⁸² É a primeira ocorrência desta denominação nas documentação analisada por nós e não encontramos correspondência nas entrevistas.

⁸³ É interessante observar que muitas comunidades são citadas no processo, mas seus nomes não aparecem nos eventos futuros relativos à luta pela criação da RESEX de Tauá-Mirim. Até o momento, em nosso texto, citamos comunidade como Vila Jatobá, Icará-Mirim e Boa Razão. Posteriormente, outras aparecerão. Nos questionamos a

entrevistas com moradores de Tauá-Mirim – agora a comunidade, e em setembro de 2007 o laudo foi revisado, passando a delimitar as comunidades Cajueiro, Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Tauá-Mirim, Portinho, Embaubal e Jacamim como pertencentes à área reivindicada como RESEX do Taim,⁸⁴ aproximadamente 16.663,55 ha, com perímetro aproximado de 71,21 km. Seus limites eram, ao sul, o rio dos Cachorros, ao norte, o igarapé Buenos Aires e, no centro, a pequena bacia dos igarapés Arapapaí e Pindoba. Nesta revisão foram incorporadas as moções de apoio do Departamento de Biologia, Mestrado em Saúde e Ambiente, GEDMMA, PPGCSoc (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais), todos da UFMA, e também do vereador Abdon Murad (PMDB), vereador Joberval Carvalho Bertoldo, CPT-MA, FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão) e SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos).⁸⁵

Em setembro de 2007, reflexo da mudança nas instituições que eram responsáveis pela criação de unidades de conservação, o processo foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes (ICMBio), no interior do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e nele consta até a atualidade. É neste ano, a nosso ver, que outras instituições ligadas aos grupos *Governos e Empresas*

respeito de sua presença, apenas como um nome, nos documentos do processo e podemos observar que, por ser um mosaico complexo de comunidades, a Zona Rural de São Luís comporta em si distintas histórias e processos de reivindicação ou abandono de lutas, numa complexa trama de ressignificações. Citamos, anteriormente, a comunidade Igarauá como exemplo evocado na região como comunidade que resistiu à ALUMAR. Mas outras, com as quais tivemos contatos durante os trabalhos de campo para a confecção do *Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (2016), não possuem sequer memória social de suas origens, como a comunidade Piçarreira. Nesse sentido, os agentes e suas relações estabelecidas com outros setores, a penetração, ligada a essas relações, de discussões que podem ser transformadas em ferramentas de luta, condicionam, no sentido marxiano do termo, os processos reivindicatórios, e a escolha em analisar grupos em conflito, nesta dissertação, volta-se para a busca desta compreensão. Como um espaço, socialmente instituído, transforma-se em *território de conflitos*? Não buscar pessoas e grupos nesta história é ocultar processos violentos que muitas vezes ficam obscurecidos pela linguagem dos documentos. Exemplo disso é a disputa pela verdade perpetrada por duas instituições em campos considerados opostos: IBAMA/ICMBio e SEDINC, que compuseram relatórios para o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim e neles disponibilizaram dados contrastantes, reivindicando-os como os dados a serem considerados válidos pelo poder instituído – também relativo a quais agentes e em que momento - no momento de decisão a respeito da implantação da RESEX. Em todo esse processo, doze comunidades são evocadas em sua ancestralidade e permanência histórica enquanto *tradicionais*, mas outras sequer surgem nessa narrativa, ocultadas por um processo reivindicatório conflituoso. Analisaremos posteriormente a disputa pela “verdade” entre as instituições acima referidas.

⁸⁴ Segundo o IPPC – Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade (2006), pertencem politicamente a São Luís as ilhas de Tauá-Mirim, Tauá-Redondo, do Medo, Duas Irmãs, Guarapirã e Das Pombinhas.

⁸⁵ Aqui também ressaltamos a construção processual dos agentes na reivindicação da unidade de conservação. Pessoas como Abdon Murad e Joberval Carvalho Bertoldo não aparecem como referências nas entrevistas coletadas por nós, ao contrário de pessoas como Irmã Ani, Suely Gonçalves, Marluze Pastor e outros. Entidades como o Departamento de Biologia (DEBIO), da UFMA, vão aos poucos “desaparecendo” do processo, e o Mestrado em Saúde e Ambiente, o GEDMMA, o PPGCSoc, a CPT-MA e a SMDH passam a incorporar o grupo *Comunidades* enquanto instituições de apoio. Outras, como a FETAEMA têm atuação menos incisiva, aparecendo mais em momentos de tensão, como manifestações públicas, retirando-se do processo deliberativo nas comunidades, por exemplo.

começam a manifestar seu posicionamento configurado como contrário à RESEX de Tauá-Mirim. No dia 15 de outubro de 2007, foi encaminhado um pedido do secretário de Estado de Indústria e Comércio (SINC),⁸⁶ Júlio César Teixeira Noronha, ao presidente nacional do Instituto Chico Mendes, João Paulo Capobianco, para reavaliar o processo de instauração da RESEX do Taim e definir pauta de audiências técnicas para discutir com o Estado. Surge, em nossa análise, o questionamento de que estes órgãos, também interessados na área enquanto DISAL, não tenham sido informados do processo logo em seu início. Aparentemente, não, haja vista a disputa entre comunidades e empreendimentos e a constatação, por parte de membros de comunidades de que o Estado, um mediador, “tinha lado” (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009). Contudo, observando os ofícios enviados aos órgãos interessados, estão como destinatários, desde o levantamento fundiário efetuado pelo CNPT em junho de 2007, o ITERMA, o INCRA e a GPRU, com a presença de representante governamental – José Soares Evangelista – na consulta pública ocorrida na Vila Jatobá e Vila Maranhão referida anteriormente.

Então começam a aparecer, no processo, solicitações de revisão do processo por parte de órgãos ligados ao grupo *Governos*, como a solicitação do secretário adjunto da Indústria e Comércio do Maranhão (SINC), Marco Antonio Toccolini, ao presidente nacional do Instituto Chico Mendes, João Paulo Capobianco, enviada em 29 de abril de 2008, para reavaliar o processo de criação da RESEX do Taim e definir pauta de audiências com o governo do Estado, alegando que o governo não foi acionado. O campo de conflitos passa a ganhar contornos mais nítidos, embora já consigamos vislumbrar os lados em disputa a partir das falas presentes nos relatos elencados no processo, como os listados a seguir:

Grande, morador da Vila Maranhão: “Fico feliz com a exposição sobre a reserva. Fico também triste quando vou ao Limoeiro e converso com Leonel, ou no Parnauaçu e converso com Findão e eu viajo com ele na exposição de como era a Vila Maranhão, sobre a quantidade de peixe que tirava no igarapé. Hoje para tirar 1 quilo de peixe demora um dia! O porto do Arapapá desapareceu, a caça também desapareceu. Na imagem de satélite que eles mostram a gente vê vários pontos brancos, cada ponto é uma jazida de areia [...]”.

[...]

José Raimundo, morador do Rio dos Cachorros: “Se a pessoa não quiser ficar na área, o Governo Federal vai indenizar as pessoas? Para os companheiros que falaram da extração de pedra, a gente pode fazer projetos para a Casa da Agricultura Familiar, eu mesmo fiz um para plantar melancia. Temos uma

⁸⁶ Esta secretaria passa por mudanças em suas nomenclaturas, assim como em sua composição, obviamente, com as mudanças governamentais. Surge na documentação como SINC, SEDINC e, mais recentemente, como SEINC.

área onde foi extraída piçarra que hoje tem mais de dois mil cajus. Tem muita alternativa à extração de pedra”.

[...]

Sr. José Soares Evangelista, representante do Governo do Estado: “Elogiei a atitude da Comunidade do Rio dos Cachorros por não ter deixado a empresa coletar dados socioeconômicos para o empreendimento siderúrgico. Nós temos muitas informações biológicas da localidade que podemos disponibilizar para o IBAMA. Em 1996 nós tínhamos um plano diretor para a região. Temos o desejo de trazer o Pólo Siderúrgico, não vou mentir para vocês. Queremos trazer desenvolvimento social. Estamos à disposição para trabalhar em conjunto. Se for bom, se ajudar a comunidade, nós vamos apoiar. Nós temos responsabilidade não só com uma comunidade pontual mas também com o estado do Maranhão que tem um IDH muito pequeno”.⁸⁷

Nosso recorte de três falas, já recortadas para caberem no formato de um relato de reunião, tem a intenção de demonstrar dados a respeito dos grupos em conflito, com algumas características que foram ganhando contornos mais nítidos durante o processo reivindicatório, ainda que, na atualidade, busquemos compreender os grupos, arbitrariamente compostos enquanto grupos *de análise* pela pesquisadora. Temos, nestas falas, três agentes distintos, dois deles pertencentes ao grupo *Comunidades* e um ao grupo *Governos*. Grande e José Raimundo expressam a problemática do sustento e, em linhas gerais, as formas de garantir a sobrevivência na região a partir da instauração de uma reserva extrativista.⁸⁸ Apresentam dados como a existência de formas de trabalho consideradas degradadoras do meio ambiente, neste caso, a extração de areia, e também suas percepções do processo, no sentido de demonstrarem que ao longo do tempo a região foi sendo degradada. Não apontam o que poderiam considerar como responsáveis por isso, apenas trazendo sua percepção do processo em termos como “hoje para tirar 1 quilo de peixe demora um dia! O porto do Arapapaí desapareceu, a caça também desapareceu”, ou seja, seu modo de vida estava prejudicado.

As inseguranças quanto ao futuro a partir da criação da RESEX também são colocadas: “Se a pessoa não quiser ficar na área, o Governo Federal vai indenizar as pessoas?”, o que é respondido nos termos de alternativas às atividades degradadoras que empreendiam.

⁸⁷ Falas disponibilizadas no relato da consulta pública realizada em 02 de agosto de 2006, que consta no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim.

⁸⁸ Ainda hoje a problemática é forte. Em 12 de março de 2017 visitamos a comunidade Ilha Pequena, na ilha de Tauá-Mirim, juntamente a outros pesquisadores do GEDMMA e membros do conselho gestor da RESEX de Tauá-Mirim, a fim de promover reunião do referido conselho. Ao final, um dos moradores da comunidade questionou a respeito das proibições que a RESEX trará à comunidade, após o término da reunião, e em sua afirmativa demonstrou que, a seu ver, não precisa existir uma unidade de conservação para assegurar a terra, já que eles possuem seus títulos de terra. Passados quase vinte anos, a discussão continua, transforma-se e gera distintos resultados, inclusive a negação da necessidade da RESEX de Tauá-Mirim (informações provenientes de caderno de campo).

Observamos que, pelo caráter do evento, muitas explicações por parte dos representantes do IBAMA, por exemplo, apontavam que com a criação da UC deveriam ser tomadas medidas contra essas práticas, a fim de seguir o SNUC, o que deixou muitas pessoas preocupadas, pois deveriam elaborar novas formas de sustento ou resgatar formas antigas que já estavam sendo desconsideradas. Isso é explicitado na fala do senhor José Raimundo: “Para os companheiros que falaram da extração de pedra, a gente pode fazer projetos para a Casa da Agricultura Familiar, eu mesmo fiz um para plantar melancia. Temos uma área onde foi extraída piçarra que hoje tem mais de dois mil cajus. Tem muita alternativa à extração de pedra”. Ou seja, já nas discussões, as ferramentas estavam sendo formuladas segundo experiências e expectativas.

A fala do representante governamental, noutro sentido, apresenta aspectos importantes para entendermos a transformação do posicionamento deste agente – Estado – em relação à criação da RESEX. Naquele momento, a fala do senhor José Soares Evangelista evocava aspectos como a neutralidade do Estado como produtor de informações válidas – “Nós temos muitas informações biológicas da localidade que podemos disponibilizar para o IBAMA” – e em posição contrária a agentes *externos* como empresas – “elogiei a atitude da Comunidade do Rio dos Cachorros por não ter deixado a empresa coletar dados socioeconômicos para o empreendimento siderúrgico”. Mas, a nosso ver, a importância dessa fala, enquanto uma *manifestação institucional* em uma reunião em que projetos distintos para um espaço estavam sendo debatidos, é a de que “estamos à disposição para trabalhar em conjunto. Se for bom, se ajudar a comunidade, nós vamos apoiar”, algo que, na atualidade, não encontramos.⁸⁹ E demarca, contudo, outro projeto, recusado até o momento pelas comunidades: “Em 1996 nós tínhamos um plano diretor para a região. Temos o desejo de trazer o Pólo Siderúrgico, não vou mentir para vocês. Queremos trazer desenvolvimento social. [...] Nós temos responsabilidade não só com uma comunidade pontual mas também com o estado do Maranhão”, o que justifica pelo “IDH muito pequeno” do Estado.

Sucessivamente, ao longo dos anos, o posicionamento do grupo *Governos* e também do grupo *Empresas* foi justificado por este último argumento, complexificado nos termos do desenvolvimento. Naquele ano de 2008, quando foi requerida reavaliação e calendário de

⁸⁹ Nos referimos ao fato de que a última manifestação necessária para a instauração de uma RESEX, antes de ser decretada pelo presidente da República (ver anexo 1), é a do governo estadual. Desde 2011, os sucessivos representantes estaduais manifestaram-se contrariamente, chegando ao atual governo e à sua suspensão, ou não pronunciamento, o que impede a ação dos grupos de pleiteiam a criação da RESEX. Em 2007, aparentemente, o representante estadual sentia-se à vontade para manifestar seu *apoio condicionado*, talvez por considerar o processo incipiente.

audiências com o Estado, o argumento passava a ser proferido nos termos mais diversos, ao ponto de ser separado conceitualmente da preservação de comunidades e povos tradicionais, expresso na carta enviada pela então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, ao Ministério do Meio Ambiente, em 11 de abril de 2011.⁹⁰

Mas, em 2008, ainda, as solicitações de posicionamento referente à RESEX do Taim direcionados pelo IBAMA continuavam, como parte dos procedimentos necessários para a implementação de unidades de conservação. Em maio foram enviadas sete solicitações: à Gerência Regional do GPRU-MA, ao então governador Jackson Lago, ao ITERMA, ao Comando Geral da Capitania dos Portos do Maranhão, à FUNAI-MA, ao secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais no Maranhão, Othelino Neto, e ao INCRA-MA. Destes órgãos, considerados pelos agentes do IBAMA como interessados na área, INCRA, ITERMA e FUNAI responderam favoravelmente no mesmo ano, diferentemente da SEPLAN, que afirmou não ser contrária, mas precisariam consultar a secretaria, pois a área fazia parte da Gleba Itaquibacanga (MMA, 2015).

Em 2008, adentrou no campo dos conflitos outro agente que posteriormente foi amplamente referenciado pelos grupos. O Ministério Público Federal, representado pelo procurador Alexandre Soares, passou a averiguar a alegada demora no processo de criação da RESEX do Taim. Segundo o procurador, o MPF já atuava na região, não iniciando essa inserção apenas com sua presença.⁹¹ Em setembro daquele ano o processo foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente, cujo ministro era Carlos Minc. Também naquele mês o processo foi encaminhado ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que preparou o decreto de criação da RESEX do Taim no mesmo mês (ver Anexo 1). Posteriormente foram encaminhados os documentos relativos à criação ao ICMBio (MMA, 2015).

Pareceres favoráveis da Advocacia Geral da União e da Diretoria de Unidades de Conservação e Uso Sustentável e Populações Tradicionais do ICMBio foram recebidos no processo e a segunda recusa, se levarmos em consideração o pedido de revisão do laudo emitido pela SEDINC, foi apresentada pois, segundo o Departamento de Áreas Protegidas do MMA, faltava um parecer do Ministério de Minas e Energia em relação à criação da RESEX do Taim, necessitando ser consultado para prosseguimento do processo. Em novembro de 2008 o

⁹⁰ “[...] solicito que nenhuma decisão a respeito da criação da unidade de conservação seja tomada antes que tais projetos [os previstos] sejam criteriosamente analisados e considerados, para que a necessária conservação da biodiversidade e do modo de vida das populações tradicionais não prejudique o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão” (MMA, 2015).

⁹¹ Entrevista concedida à pesquisadora em 02.12.2016. Arquivo pessoal.

Departamento de Áreas Protegidas e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA apontaram a existência da Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul, o que impediria a RESEX do Taim de utilizar esse nome. O órgão sugeriu a alteração para RESEX de Tauá-Mirim, atual denominação da unidade de conservação (MMA, 2015).

Outros impedimentos atravancavam o estabelecimento do decreto de criação da RESEX, desde o nome à ausência dos pareceres favoráveis do Ministério de Minas e Energia, do Estado Maior e a da Casa Civil, além de algo que ainda hoje impede a conclusão do processo: o parecer favorável do governo estadual do Maranhão. Ressaltamos que no SNUC, tal parecer não é previsto como condição indispensável, mas em 2008 este quesito *político* foi considerado como importante, para não acarretar em conflitos nos estados. O MMA, nesse sentido, fez o pedido de manifestação ao governo do Maranhão em 09 de julho de 2009. Neste ano, em dezembro, durante evento do CNPT/ICMBio, ficou acertado que o ICMBio iniciaria refinamento do polígono da RESEX, em nova vistoria (MMA, 2015) – a nosso ver, numa tentativa de conciliação de interesses que já estavam se delineando como contrários.

Nesse período, o debate ganhou divulgação em outros estados e meios. Em 23, 24 e 25 de agosto de 2007, na 3ª Conferência da Cidade de São Luís, foi estabelecida como deliberação a criação da RESEX do Taim, e posteriormente, em 2009, durante a VI Jornada Maranhense de Sociologia e II Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (SEDMMA), foi construída uma moção de apoio à reserva. Foi publicado, naquele ano, obra que tornou-se referência a respeito do debate – *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim* – fruto coletivo do GEDMMA.

Contudo, em 2010 foi instaurado inquérito civil público para apurar a demora no processo de implementação da RESEX de Tauá-Mirim (MMA, 2015). A partir de agosto daquele ano, os órgãos que ainda não haviam emitido seus pareceres passaram a fazê-lo. Na nota técnica 013/2010, da Gerência de Meio Ambiente da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), consta que existe sobreposição da área da RESEX com a área de influência do Porto do Itaqui e dos terminais privados de Ponta da Madeira e ALUMAR, correspondendo a parte do Complexo Industrial e Portuário de São Luís, que possuía propostas de empreendimentos (novo píer do terminal da Vale, Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM, construção e recuperação de berços de atracação e dragagem de aprofundamento no Porto do Itaqui, Terminal Público do Mearim – TPM, Refinaria Premium I da Petrobrás, termoelétricas, indústrias de papel e celulose, siderúrgicas, estaleiro, e outras). Ou seja, para a

ANTAQ, não haveria possibilidade de instalação da RESEX. O DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), por sua vez, observou que não havia empreendimentos previstos na área da RESEX do Taim, mas na zona de amortecimento havia um empreendimento em execução na BR-135: o acesso ao Porto do Itaqui. O Ministério dos Transportes não via impedimentos (MMA, 2015).

Ofícios solicitando discussões mais apuradas foram enviados ao MMA, e foi dada resposta da ANTAQ a respeito da sobreposição da área, “o que poderá afetar atividade de tráfego de navios de cargas e obras da dragagem tanto em empreendimentos já instalados na área proposta, quanto em relação à zona de amortecimento, onde existe a previsão de novos e grandes empreendimentos locais [...]”. A saber, as atividades em execução na abrangência do Porto Organizado do Itaqui eram o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (Vale), terminal da CONAB (Cia. Nacional de Abastecimento), Granel Química Ltda., Moinho Cruzeiro do Sul Ltda., Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, Porto do Itaqui, obras em andamento do Terminal Portuário do Mearim – TPM e do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM, terminal projetado da Suzano Papel e Celulose. Nesse sentido, a EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária) respondeu negativamente à criação da RESEX, pois

[...] diante dos inúmeros projetos implantados no estado, e de outros que estão em fase de implantação, entendemos que a área, destinada à Reserva Extrativista do Taim, é imprescindível para o desenvolvimento das atividades do Porto do Itaqui e do Estado do Maranhão, fato que torna desaconselhável a implantação de uma RESEX em área de crescente desenvolvimento industrial (MMA, 2015).

A “área de crescente desenvolvimento industrial”, portanto, demandaria mais estudos e análises. Face a estas respostas, foi feita uma reunião no MMA com representantes do ICMBio, SBF (Secretaria de Biodiversidade e Florestas), ANTAQ e ALUMAR, em 18 de novembro de 2010. Esta é a primeira vez, no processo, em que uma empresa foi citada como *parte interessada* no pleito. Em 23 de novembro de 2010 outra reunião foi efetuada, entre a equipe técnica do MMA, a coordenação de unidades de conservação do ICMBio e a ANTAQ, para complementar informações referentes à área (MMA, 2015; entrevista com Alberto Cantanhede, em 05 de dezembro de 2016).

Em 2011, o ofício nº 061/2011-GG foi enviado à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pela governadora do Estado do Maranhão Roseana Sarney, expondo os interesses do

Estado na região pleiteada. Segundo o ofício, havia diversos conflitos entre projetos industriais e portuários e a proposta de unidade de conservação, contudo, o aspecto mais relevante referia-se à sobreposição da área da reserva com a área do Porto Organizado do Itaqui, administrado pela EMAP, o que foi exposto nas referidas reuniões de 18 e 23 de novembro de 2010. Uma última reunião, ocorrida em 23 de janeiro de 2011, segundo o que consta no ofício, teve como deliberações, dentre outras questões, o comprometimento do governo estadual em apresentar o planejamento governamental para a região e o detalhamento dos projetos empresariais previstos para a área em questão, a fim de que estes dados fossem considerados na decisão do ICMBio. Nesse sentido, o pedido expressado no ofício é de que a então ministra do Meio Ambiente não tomasse decisões relativas à RESEX do Taim – diga-se, sua aprovação – antes de receber as análises citadas, “para que a necessária conservação da biodiversidade e do modo de vida das populações tradicionais não prejudique o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão”. A oposição entre os termos *conservação, biodiversidade, modo de vida das populações tradicionais* e *desenvolvimento econômico do Maranhão* é, de certa forma, uma síntese da oposição concreta e historicamente palpável entre projetos distintos dentro de um mesmo imaginário. Neste trecho percebemos que o desenvolvimento é apresentado como horizonte – “para que [...] não prejudique” – tanto na conservação do modo vida tradicional quanto na conservação do Maranhão enquanto Estado. Este jogo de palavras, embora pareça comum, joga com um sentido historicamente formulado de que o desenvolvimento não pode ser barrado, e é sintoma do imaginário de nossa época. A recusa da governadora se materializou sucessivamente, inclusive na análise técnica que foi posteriormente apresentada para respaldar tal recusa. Mas, por hora, vejamos os passos anteriores.

Em janeiro de 2011, durante a reunião entre o governo do Maranhão e a Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, referidas no ofício citado, os representantes do governo estadual apresentaram a incompatibilidade entre a proposta de RESEX e os projetos industriais da região, implantados e previstos, pois havia pretensão de se criar um polo industrial no local, inclusive com a retirada das populações tradicionais para reassentamento em outras áreas. Percebemos que, diferentemente do que ocorreu nos anos 1980, na comunidade Igarauá, neste novo processo verbalizou-se a intenção de realizar um deslocamento compulsório, nos termos *retirada* e *reassentamento*. E a incompatibilidade entre os projetos distintos para um mesmo território pode ser percebida, pois “o entendimento do Governo é de que a proposta para a RESEX não é passível de negociação”,

com tons de não-diálogo, o que denota a sobreposição de poderes diferenciados no conflito. Ainda que, desde 2003, os membros das comunidades tenham feito abaixo-assinados, respondido a entrevistas e questionários, guiado visitas às comunidades e articulado resistências entre si e com outros setores; os técnicos do IBAMA tenham confeccionado laudos, revisões, novas demarcações da área da RESEX; os trâmites legais tenham sido respeitados, todas as respostas favoráveis tenham sido emitidas, necessitando apenas do posicionamento *político* do governo estadual que, à época do governador Jackson Lago tinha sido manifestado afirmativamente;⁹² apesar de todo um processo mobilizatório, que incluiu não apenas comunidades, mas inclusive instituições ligadas ao grupo *Governos*, como o IBAMA e o ICMBio, a reivindicação do Estado enquanto instância legítima de poder e mobilização se manifestou como mais forte, suplantando outros poderes com menor capital político.

Desse momento em diante, os documentos presentes no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim versam a respeito das mobilizações do grupo *Governos*, com a participações de instituições também ligadas ao grupo *Empresas*. Em fevereiro de 2011, representante da EMAP requereu cópia do processo, a qual recebeu no dia 15 daquele mês; a ANTAQ emitiu nota favorável à RESEX mediante alterações no perímetro; nova reunião entre os técnicos da ANTAQ, do ICMBio e do MMA foi requerida pela Coordenação de Criação de Unidades de Conservação (COCUC) do ICMBio, visando apresentação dos dados do governo. As mobilizações das comunidades continuaram e, em 18 de abril de 2011, representantes delas entraram com representação no MPF para saber os motivos na demora da instalação da RESEX de Tauá-Mirim, já com esta nomenclatura. Os envolvidos na reunião de 14 de abril emitiram nota técnica e, em 26 de maio, o ICMBio emitiu nota técnica a respeito do processo até seu andamento de então para o MPF.

Em novembro de 2011 foi realizada uma reunião na sede do do ICMBio, em Brasília, entre técnicos, o coordenador da COCUC, o diretor da DIMAN (Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação), e o senhor David Braga, então secretário adjunto da Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão. Ele relatou os projetos para a região da RESEX, comprometendo-se em encaminhar mais informações, inclusive sobre projetos voltados para as comunidades. Nesse período, novos conflitos surgiram, como o caso da comunidade Cajueiro, evidenciado em recomendação enviada pelo MPF ao ICMBio, referente à demora no processo

⁹² Segundo Alberto Cantanhede, tal manifestação foi enviada por meio de carta ao MMA e anexada ao processo. Contudo, por motivos ainda não conhecidos, tal documento não foi mais encontrado. Informação obtida a partir de entrevista concedida a nós em 05.12.16. Arquivo pessoal.

da RESEX de Tauá-Mirim e ameaças que estavam acontecendo no Cajueiro. É o primeiro momento em que este conflito foi citado no processo. Posteriormente, como apontou Moreira (2015), o conflito ganhou contornos expressivos de violência, com presença de jagunços na comunidade, derrubada de casas, impedimento de trânsito dos moradores e pessoas “de fora” na região, além das ameaças e assédios constantes de representantes do empreendimento WPR/WTorre para que as pessoas vendessem suas casas a preços pequenos. Em 2014 este conflito eclodiu, e a desmobilização da comunidade ficou perceptível a partir de conflitos internos, que já podiam ser vislumbrados a partir da coleta de dados da *Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013) portanto, como comunidade engajada no processo da RESEX, Cajueiro passou a ter que enfrentar os conflitos internamente, inclusive de modo que grande parte da comunidade saiu da área da RESEX na última revisão do perímetro, ocorrida em 2012, restando apenas a praia de Parnauçu, região onde o empreendimento WPR/WTorre busca instalar seu terminal portuário privado (Mapas 2 e 4).

Em 2012, porém, os conflitos se deram no interior das instituições. Em fevereiro daquele ano, o ICMBio requereu à Coordenação de Unidades de Conservação que concluísse o processo da RESEX de Tauá-Mirim, enfatizando que seu polígono era composto pelas comunidades da Ilha de Upaon-Açu⁹³ (Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Cajueiro) e toda a ilha de Tauá-Mirim (Tauá-Mirim, Portinho, Jacamim, Amapá, Pedreira e Embaubal), além dos ambientes aquáticos da Baía de São Marcos, adjacentes às ilhas pois, como enfatizou Beto do Taim, muitas vezes esquece-se que a RESEX é *marinha*, e boa parte de seu território é constituído por ambiente aquático.⁹⁴ Ao todo, eram 15.300 hectares. Neste ofício, citado, percebemos uma tensão entre as instituições, representada no trecho seguinte:

Apesar de ter ocorrido comprometimento por parte do governo estadual, em diversos momentos, para o envio de documentação referente ao planejamento estadual para a área em tela, até a presente data isto não ocorreu. A ausência desta análise para compatibilizar os projetos de desenvolvimento regional com a proposta da RESEX está inviabilizando a redefinição dos seus limites.⁹⁵

E como resposta às constantes pressões do MPF ao ICMBio, foi solicitado ao Ministério Público Federal que dilatasse os prazos, haja vista uma retomada nos esforços de

⁹³ Outra denominação para Ilha do Maranhão.

⁹⁴ Entrevista concedida a nós em 05.12.16. Arquivo pessoal.

⁹⁵ Ofício nº 80/2012 – ASS/PR/MA.

entendimento entre as partes e vistoria de campo conjunta para atualizar as informações. Na busca por esta conciliação, ou *resolução negociada de conflitos* (VIÉGAS; PINTO; GARZÓN, 2014), foi realizada uma reunião entre os interessados no processo em 24 de fevereiro de 2012, o que resultou em novas vistorias para readequar a área de acordo com os interesses das comunidades, dos empreendimentos e do Estado. Foi realizado sobrevoo (27.03.2012), vistoria marítima (28.03.2012), vistoria por terra e reuniões nas comunidades (29.03.2012), além de uma reunião conjunta na sede do CNPT/ICMBio em São Luís, com representantes das comunidades Cajueiro, Vila Maranhão e Tauá-Mirim, além do secretário adjunto de indústria e comércio do Maranhão e representantes do GEDMMA (30.03.2012). Após isto, foi produzido um laudo pelo analista ambiental do MPF, Rafael Gerude,⁹⁶ com a redefinição da área da RESEX (Mapa 2, revisado no Mapa 4), nos quais apareciam informações como o alto grau de antropização no Cajueiro, derivado do acelerado processo de ocupação humana, descaracterização do ambiente natural e com parte da comunidade não enquadrando-se no extrativismo ou pesca.

Foram incorporadas novas áreas de utilização das comunidades, estendendo-se ao sul e abrangendo área maior de manguezais, com a exclusão da área de mineração no Porto Grande pois, segundo o laudo, a comunidade estava cronicamente impactada, com presença de diversos empreendimentos de mineração. Também verificou-se que o canal de acesso ao porto da ALUMAR estava nos limites da RESEX, mas não os portos da ALUMAR e do Itaqui.

Outros conflitos surgiram no período, como o da comunidade Limoeiro, que já aparecia nas primeiras menções à comunidade presentes no processo. Em junho de 2012, membros de comunidades vão ao MPF para requerer atendimento referente ao conflito da família Câmara com os moradores do Limoeiro, pedindo resolução. Em entrevista concedida a nós e aos pesquisadores Kelly Nobre e Horácio Antunes, Rosilda dos Santos (Dona Rosa) informou que em meados do ano 2000 ocorreu um processo de marcação e catalogação das casas pela empresa Diagonal a fim de remanejar a população local para implantar o já referido Polo Siderúrgico. Segundo ela,

Uma vez veio aí uns pessoal tirar retrato e não sei o que... que queria indenizar a gente. [Meu marido] passava era semana sem dormir pensando como que ele ia sair daqui, onde é que ele ia morar e eu digo, rapaz em todo lugar a gente

⁹⁶ Laudo Técnico nº 07/2012.

mora, em todo lugar a gente morre. “Mas eu não quero sair daqui, é daqui pro cemitério”.⁹⁷

Naquele período, outros conflitos eram visíveis, além deste referente ao processo de implantação do Polo Siderúrgico. Conflitos relativos à mineração na área eram constantes, juntamente ao assédio empreendido pelo ex-prefeito de São José de Ribamar – J. Câmara – à falecida senhora Viscença a fim de comprar seu título das terras. Alberto Cantanhede afirmou que

[...] Tem muito problema porque eles [representantes do dono da terra] autorizaram extração de areia, então ninguém sabe se teve as licenças de forma correta. O certo é que ficou um dano ambiental lá dentro da área e esse passivo ambiental eles podem, inclusive, responder por [...] crime ambiental. Aqui do lado na cerca que é retirado piçarra, muita piçarra pra venda inclusive e que ninguém sabe qual era a autorização, quem deu, se existiu alguma autorização. Inclusive quando ela [a empresa de extração] estava aqui atuando quando surgiu o fato da morte daquele jornalista, o Décio Sá⁹⁸, que aí foram destrinchando os mandantes, e entre [eles], um dos que tavam envolvidos era dono das máquinas que estavam extraindo aqui, bem aqui do lado. Então nesse período eles cancelaram. Coincidiu com uma vistoria que a gente tava fazendo na área com os carros do ICMBio e do MPF, ninguém tava fiscalizando eles naquele momento, mas aí coincidiu deles pararem aqui e ficamos um tempo conversando [...] com os carros do ICMBio e MPF e no dia seguinte eles tiraram todas as máquinas daí. Então há um indício de que eles não tinham nada legal, não tinha razão deles pararem com a mineração só por causa da morte do jornalista.⁹⁹

Este momento também é relatado no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, identificado como uma série de visitas de técnicos do ICMBio à comunidade, também ao Taim, nas quais constatou-se a presença de uma corrente e uma guarita impedindo o acesso à comunidade. Nesse período o analista ambiental do MPF, Rafael Gerude, também confeccionou laudo sobre a comunidade Cajueiro, a fim de compreender os conflitos e as possibilidades para a comunidade após sua exclusão da área da RESEX de Tauá-Mirim.

Como resultado desta nova etapa no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, o MPF enviou pedidos formais à SEDINC e à SEMA, buscando saber seu posicionamento em relação à referida reserva, que afirmavam estar estudando o processo juntamente ao governo do Estado. Este estudo durou até o final do ano 2013, resultando no *Avaliação técnica da proposta da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013).

⁹⁷ Entrevista realizada por nós e os pesquisadores Horácio Antunes e Kelly Nobre, em 28.01.2015. Arquivo pessoal.

⁹⁸ Este assassinato ocorreu em 23 de abril de 2012 e teve grande repercussão na capital maranhense.

⁹⁹ Entrevista realizada por nós e a pesquisadora Kelly Nobre, em 12.01.15. Arquivo pessoal.

Em 2013 iniciou-se o processo de licenciamento ambiental do DISAL, e foi elaborado seu EIA/RIMA. Neste mesmo ano, em janeiro, a governadora Roseana Sarney enviou uma carta à ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, informando do problema, para o Estado, em criar a RESEX de Tauá-Mirim, também convidando-a para uma visita. Segundo a carta,¹⁰⁰

Estudos criteriosos sobre a realidade social, econômica e ambiental da ilha onde se localiza a Capital do Estado concluem que a criação dessa unidade comprometeria seriamente os objetivos e a funcionalidade do Distrito Industrial de São Luís (DISAL), criado na década de 1980 [...], e hoje integrado ao eixo logístico Centro-Norte, que tem seu ponto central no complexo portuário do Itaqui, Ponta da Madeira, Porto Grande e Alumar, às Ferrovias Carajás/Norte-Sul e Transnordestina, e à Rodovia BR-135, responsáveis em conjunto pela segunda maior movimentação de cargas portuárias de todo o país. Trata-se, assim, de uma região de altíssima importância estratégica, onde se preveem, para os próximos anos, investimentos superiores a R\$ 50 bilhões e a criação de mais de 250 mil empregos, entre diretos, indiretos e efeito de renda. A implantação de uma RESEX numa área como essa, em vez de estimular, certamente se ergueria como obstáculo a todo um processo de desenvolvimento econômico, de interesse local, regional e nacional [...].

A nosso ver, os estudos aos quais o documento se refere são os que compõem o EIA/RIMA do DISAL, já publicizado à época. Mas também podem ser os resultados preliminares da *Avaliação técnica da proposta da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013), talvez já acessíveis à representante do governo estadual. Percebemos, neste trecho, a evocação, que já tornou-se senso comum, da promoção de empregos – mais de 250 mil – para os trabalhadores maranhenses, sem contar o “interesse local, regional e nacional” que estaria sendo desrespeitado pela implantação da RESEX de Tauá-Mirim. Mais uma vez os poderes diferenciados de nomeação e distinção se colocam no campo, e o imaginário desenvolvimentista apresenta algumas de suas representações mais comuns – *empregabilidade*.

Em abril daquele ano, outro agente passou a presentificar-se no processo. A FIEMA, junto ao governo do Estado, comprometeu-se em apresentar alternativas à RESEX de Tauá-Mirim, pois esta já havia sido recusada enquanto possibilidade pelo governo estadual, respaldado em estudos (SEDINC, 2013). Durante os dias 19 e 29 de agosto de 2013, técnicos da SEDINC realizaram trabalho de campo para apresentar a alternativa do governo estadual. Enquanto isso, a AGU (Advocacia Geral da União), a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada do ICMBio enviaram memorando à DIMAN contendo

¹⁰⁰ Ofício nº 007/2013-GG.

decisão inicial do inquérito da RESEX, no qual consta o reconhecimento de responsabilidade civil pela não conclusão da criação da RESEX, responsabilizando o Estado pela indefinição e insegurança das comunidades, nos seguintes termos:

[...] essa oposição do Estado é injustificada: a uma porque a área em questão não é considerada pela legislação municipal como Distrito Industrial; a duas porque não há licenciamento ambiental desse polo industrial – em decorrência da anulação judicial do licenciamento ambiental realizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão [...], a três, finalmente, porque a implantação desse empreendimento acarretará o deslocamento compulsório de centenas de famílias assentadas pelo Instituto de Terras do Estado – ITERMA.

Por fim, requerem que o Estado se abstenha de intervir negativamente no processo. Ou seja, a responsabilização do Estado se daria porque, apesar de todas as readequações derivadas de negociações entre comunidades, empresas e governos, de nada teriam adiantado, haja vista que o governo do Maranhão continuava respondendo negativamente, promovendo a indefinição na vida dos moradores das comunidades componentes da futura RESEX de Tauá-Mirim. Este tipo de “resposta sem responder” tem perdurado, a nosso ver, como estratégia governamental, ultrapassando as denominações partidárias.

Esta avaliação também foi feita por Alexandre Soares em entrevista concedida a nós em 02.12.16. Para o procurador da República, atualmente adentrou-se numa fase de conciliação, na qual os interesses do governo estadual, em claro choque com os interesses comunitários e em articulação com os interesses empresariais, por exemplo, passa a suplantar reivindicações incisivas e antigas como a da criação da RESEX de Tauá-Mirim e começa a promover o que seriam medidas paliativas:

Me parece que a proposta atual do Estado é muito semelhante à proposta do governo anterior, que é a da criação de políticas públicas. Assim, eu não crio a RESEX, mas eu crio várias políticas públicas legais pra esse pessoal. [...] é exatamente a mesma coisa que você propõe, por exemplo, pra situação de Alcântara, para o caso das Agrovilas e para as comunidades que têm um risco de deslocamento. “Não, o problema delas, na verdade, não é a questão territorial, o problema delas é a pobreza. Então nós vamos atacar a pobreza com políticas específicas pra eles, vamos levar energia, vamos levar coleta de lixo, vamos levar produção de renda, vamos levar técnicos agrícolas, e tudo isso, na verdade, vai ser muito melhor do que eles ficarem isolados e esquecidos como ficaram há anos”. Esse discurso é um discurso comum, e eu acredito que ele, na verdade, embora seja mais fácil conversar com o governo hoje, o governo estadual, eu acho que isso é fato: é mais fácil você conversar. Mas em termos de respostas há uma certa semelhança nas que são dadas (Arquivo pessoal).

Com a demarcação temporal apresentada, podemos pontuar que grupos estão inseridos na disputa pela nomeação ou projeção de sentido para um mesmo território. Antes de adentrar na análise e definição dos grupos – embora a todo momento a viemos fazendo –, apontamos que nossa pesquisa trata de um território de conflitos, sendo o tema espacial de suma importância para compreendermos os conflitos e a criação deste território de conflitos historicamente. Portanto, temos duas formas – genericamente – de compreender o espaço: uma volta-se para o *território*, outra para a *região*, e ambas acionam lugares de poder. Desse modo, o item seguinte apresenta uma análise de dois dos muitos conceitos com os quais nos deparamos nesta pesquisa – *território* e *região* – que, neste estudo, são característicos de grupos antagônicos. Portanto, apontaremos questões norteadoras para uma melhor compreensão dessa disputa.

2.2 Território e região: definições em disputa

Por conta do objeto desta pesquisa, rumamos em direção à interdisciplinaridade. E em relação ao espaço deste estudo foi necessário adentrar em questões ligadas ao campo geográfico, em interação com o histórico. Este diálogo, contudo, não é novo no interior da ciência histórica. Desde os *Annales* pode-se observar uma abertura ao diálogo entre disciplinas que tem rendido valiosos frutos – citemos, nesse sentido, os estudos pioneiros de Fernand Braudel a respeito das interações entre seres humanos e o que ele chamou de meio.

Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, a ideia inicial de Fernand Braudel era analisar a política externa de Felipe II. Contudo, devido a uma série de influências ou condicionantes, produziu-se uma tese monumental, defendida em 1947 e publicada em 1949, estruturada de modo que em cada parte se construiu uma abordagem do passado. A primeira retrata uma história “quase sem tempo” da relação entre os seres humanos e o ambiente; a segunda, uma história mutante da estrutura social, econômica e política; e a terceira, a “trepidante” história dos acontecimentos, correspondendo ao que seria a ideia inicial da tese. De acordo com Burke, a preocupação de Braudel era situar os indivíduos e os eventos em um contexto ou meio, tornando-os “inteligíveis [os eventos] ao preço de revelar sua fundamental desimportância” (BURKE, 1991: 34 – grifos nossos).

A articulação entre três tempos distintos pode ser compreendida como uma interrelação dos seres humanos com o espaço, entendido como meio ou ambiente. Nesse sentido, uma história dos eventos foi apresentada como rica em interesse humano e mais

superficial do que outras histórias, como a das estruturas-sistemas e da relação do ser humano com o meio. Nessa abordagem, os acontecimentos foram compreendidos como “perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas. Devemos aprender a desconfiar deles. Para compreender a história é necessário saber mergulhar sob suas ondas” (BURKE, 1991: 34). A história das estruturas-sistemas econômicos, estados, sociedades, civilizações e formas mutantes de guerra, por sua vez, se movimentaria em ritmo mais lento que a dos eventos, com mudanças que ocorreriam no tempo das gerações ou mesmo séculos. Nesse caso, os contemporâneos nem sempre as perceberiam, sendo “carregados pela corrente”. Mas a história quase imóvel do homem em relação com seu meio seria, por sua vez, a “história lenta a desenvolver-se e a transformar-se, feita muito frequentemente de retornos insistentes, de ciclos sem fim recomeçados. A verdadeira matéria do estudo é essa história do homem em relação ao seu meio” (BURKE, 1991: 35).

Portanto, Fernand Braudel aponta a importância de uma abordagem calcada na *geografia histórica* ou *geo-história*, cujo objetivo seria o de apontar que todas as características geográficas possuem uma história, sendo parte desta, e que a história dos acontecimentos e das tendências gerais não podem ser compreendidas sem aquela. Esta abordagem causou rebuliço e expandiu-se em relação a outras ciências e partes do mundo, segundo Burke (1991), suscitando aceitação e rejeição. A título de exemplo, uma das críticas mais recorrentes à abordagem braudelianiana é a de determinismo geográfico e a da ambição de escrever uma história total, o que talvez seria contrário às propostas de história-problema de Marc Bloch e Lucien Febvre, o segundo fortemente influenciador dos escritos de Braudel.

Para Burke (1991: 39), “Braudel contribuiu mais do que qualquer outro historiador deste século para transformar nossas noções de tempo e espaço”. N’ *O Mediterrâneo...*, o autor acaba por tornar os leitores conscientes da importância do espaço na história e, para os historiadores, é mais significativa a forma como ele manejou o tempo – tempo geográfico, tempo social e tempo individual – realçando a importância da *longa duração* – termo conhecido desde a publicação de artigo com mesmo nome em 1958. Neste último caso, a inovação braudelianiana foi “combinar um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos” (BURKE, 1991: 38). Burke ressalta também que, para Braudel, a contribuição do historiador para as ciências sociais era demonstrar que as coisas mudam, ainda que lentamente, sendo uma de suas características pessoais a impaciência com fronteiras entre regiões e ciências.

Observamos que esta abertura a estudos interdisciplinares possibilitou que nós, enquanto historiadores, pudéssemos adentrar no território de outras disciplinas e dialogar com seus conceitos e usos científicos, criando, muitas vezes, análises criativas a respeito dos seres humanos no tempo. Nesta pesquisa, a articulação entre tempo e espaço fez-se importante desde sua elaboração enquanto projeto de pesquisa, e o diálogo com a Geografia, além da Sociologia e da Antropologia, foi indispensável.

Ainda falando a respeito dos estudos braudelianos, Peter Burke (1991) afirma que uma das críticas feitas à sua obra foi a ausência do simbólico nas análises, especialmente em *Civilização material e capitalismo* (1979), cuja preocupação geral eram as categorias econômicas do consumo, distribuição e produção. A obra foi dividida em três volumes e nela aparece uma concepção da história econômica como sendo um edifício de três andares: no térreo estaria a civilização material, formada por ações recorrentes, processos empíricos, velhos métodos e soluções manipuladas desde tempos imemoriais; no intermediário, a vida econômica calculada, articulada, emergindo como um sistema de regras e necessidades quase naturais; e no superior, a superestrutura, o mecanismo capitalista, aquele que seria o mais sofisticado de todos. Nesta obra repete, em grande medida, a sua fórmula inicial, pois foi dividida da seguinte maneira: na parte um, uma história quase imóvel; na parte dois, a história das mudanças estruturais institucionais lentas; e na parte três, a história das mudanças mais rápidas.

Contudo, Braudel não mostrou, de acordo com Burke (1991), muito interesse pela história das mentalidades, tendo muito a dizer, de outro modo, a respeito de outras formas de hábito. Sua forma de abordar a civilização, a saber, é a de um geógrafo ou de um geo-historiador, com interesse em áreas culturais onde a troca de bens ocorre ou não. Burke ressalta que falta, no estudo a respeito da cultura material, uma atenção ao simbólico:

Como em relação ao espaço, Braudel em seus temas subverte as fronteiras tradicionais da história econômica. Deixa de lado as categorias tradicionais de “agricultura”, “comércio” e “indústria”, e observa, substituindo-as, “a vida diária”, “o povo e as coisas”, “coisas que a humanidade produz e consome”, alimentos, vestuário, habitação, ferramentas, moedas, cidades... (BURKE, 1991: 42).

Além de possuir o que Burke (1991) chama de um dom de se apropriar das ideias de outras disciplinas e convertê-las em suas, Braudel mantinha um fino equilíbrio entre o abstrato e o concreto, o geral e o particular. Contudo, não reconheceu autonomia à cultura, às ideias, o

que transpareceu em seus últimos ensaios, já que ele se manteve fiel à divisão de trabalho original.

A atenção ao simbólico na articulação entre tempo e espaço na abordagem histórica é evidenciada nas análises a respeito do *território*, categoria que compreende, segundo nossa interpretação, as relações simbólicas dos seres humanos que, vivendo num espaço, o transformam em mundo da vida, construindo sentimentos referentes a esse espaço como o *pertencimento* e também elaborando um poder em relação ao ambiente. Algumas interpretações tentam dar conta das especificidades territoriais a partir de sua definição enquanto espaço, paisagem, natureza, meio, lugar e território, esta última sendo mais aplicada atualmente. A categoria de análise *território* traz em si uma dimensão que, para nós, é válida quando se trata de compreender dinâmicas locais de existência: território diz respeito à junção de um espaço físico, compreendido como os elementos naturais, como terra, água e ar, a um espaço simbólico, que engloba os elementos identitários de determinado grupo ou comunidade, como seu calendário festivo, suas crenças religiosas, seus lugares de memória, e afetividades ligadas ao campo “imaterial” da existência. A saber, território traz em si uma circularidade e imbricação das esferas da vida, não podendo ser dissociadas umas das outras, já que sua ligação se faz a todo momento (HAESBAERT, 2004).

De acordo com Haesbaert (2014), este conceito amplo foi sendo delineado no decorrer dos anos, a partir de lutas por significação¹⁰¹ (Bourdieu, 2012), entre variadas disciplinas, como a Geografia, a Ciência Política, a Economia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e, podemos acrescentar, a História. De acordo com Haesbaert (2014), existem três vertentes que sintetizam noções de território: a *política ou jurídico-política*, que refere-se às relações entre espaço e poder, na qual o território é visto como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”; a *cultural ou simbólico-cultural*, na qual evidencia-se a dimensão simbólica e subjetiva, entendendo o território como um produto da apropriação ou valorização simbólica de um grupo relacionado ao espaço vivido; e a *econômica*, em que enfatiza-se a dimensão espacial das relações econômicas, considerando-se o território como “fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho” (HAESBAERT, 2014: 40).

¹⁰¹ E também de representação (Chartier, 1991).

Este autor acrescenta a estas três vertentes uma quarta, relacionada às Ciências Sociais, na qual compreende-se o território tendo como base as relações entre sociedade e natureza, no que concerne ao comportamento “natural” dos seres humanos no ambiente físico. O autor afirma que estas vertentes devem ser compreendidas dentro de suas fundamentações filosóficas, que ele elenca como sendo o *binômio materialismo-idealismo* e o *binômio espaço-tempo*. No primeiro desdobram-se duas perspectivas: a primeira compreendida como uma visão parcial do território, enfatizando-se uma única dimensão, somada a uma perspectiva integradora, em resposta a problemáticas que envolvem todas as esferas. No segundo binômio encontram-se dois sentidos, um de caráter absoluto ou relacional, que incorpora ou não a dinâmica temporal,¹⁰² outro relativo à historicidade e geograficidade (ou espacialidade), tratando-se de um “componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)” (HAESBAERT, 2014: 41). Obviamente, o enfoque dependerá da posição referencial do pesquisador, observando que vivenciamos um momento de entrecruzamento das perspectivas e ciências.

No grupo das perspectivas materialistas, a vertente dominante seria aquela que compreende o território a partir de sua materialidade, mesmo que não determinada pelas relações econômicas ou de produção, tal questão devendo-se ao fato de que o território tem uma conotação fortemente relacionada à terra ou ao espaço físico. Esta ligação produziu dois sentidos para o território: um como materialidade, outro como os sentimentos que o território inspira, como o medo de ser excluído dele. Outra vertente seria composta pelas “posições naturalistas”, que acabam por reduzir a territorialidade (e aqui adentramos em mais uma noção passível de análise) ao seu caráter biológico, entendendo que a territorialidade humana seria moldada pelos instintos ou pela genética. Neste grupo de perspectivas materialistas estariam as visões que indicam o território a ser compreendido dentro das relações de produção e ainda como fonte de recursos, derivando em três perspectivas, denominadas pelo autor como *naturalista, econômica e política de território*¹⁰³ (HAESBAERT, 2014).

¹⁰² Esta perspectiva, por levar em conta a dimensão histórica, torna-se relativizadora, de acordo com o autor, e desdobra-se ou na distinção entre entidade físico-material, como coisa ou objeto, ou social-histórica, como relação (HAESBAERT, 2014).

¹⁰³ Para fins explicativos, optamos por não ampliar as discussões destes três itens, embora Haesbaert (2014) aponte diversas características e debates que ampliam sua significação. Apenas indicamos seus aspectos gerais como forma de pontuar a existência destas concepções e indicar autores.

Na primeira, a discussão gira em torno de saber qual seria o sentido de uma concepção naturalista do território, relacionada a uma vinculação ao comportamento animal, restrito o território ao mundo animal ou a um comportamento humano natural, ou relacionada ao entendimento da interação entre sociedade e natureza, definindo-se o território humano a partir da relação com a dinâmica natural do mundo. Aqui, pesquisadores ligados à Etologia, como Di Méo, Howard e Ardrey (HAESBAERT, 2014) concebem o território como uma “área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito social exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes ao mesmo sexo (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual)” (HAESBAERT, 2014: 45). Várias extrapolações desta generalização do mundo animal foram feitas para o mundo humano, como a presente nos escritos de Ardrey, para quem “não só o homem é uma ‘espécie territorial’, como este comportamento territorial corresponde ao mesmo que é percebido entre os animais”, definindo o território como sendo “uma área do espaço, seja de água, [terra ou ar], que um animal ou grupo de animais defende como uma reserva exclusiva, [... sendo também] utilizad[o] para descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço” (HAESBAERT, 2014: 45 – grifos nossos).

As perspectivas de base econômica trazem uma opção pela dimensão material e indicam seu envolvimento em várias esferas, desde a Etologia, as Ciências Sociais, e mesmo a Ciência Política e a Antropologia, em obras de autores como Godelier, Lancaster e Lancaster e também Santos (HAESBAERT, 2014). Para o primeiro autor, território seria “uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, [controle e uso] com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram” (HAESBAERT, 2014: 56), compreendido a partir de processos de controle e usufruto dos recursos. Os outros autores – Lancaster e Lancaster (HAESBAERT, 2014) – situam-se no campo da Antropologia e defendem uma ideia de território ligado à flexibilidade, ou seja, defendendo a ideia de acesso, sua legitimidade, o conceito mais do que o objeto, que pode ser renovado ou deslocado. Milton Santos, do campo da Geografia, define território em relação ao uso:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2014: 59).

Para este último autor, o território *usado* seria uma *totalidade*, ou um “campo privilegiado para a análise da medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (Idem). Define, ainda, um *espaço geográfico*, que poderia ser sinônimo de território usado, “como interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações”, definindo a base materialista econômica de sua compreensão, ainda que tenha criticado as limitações da abordagem dialética das forças de produção e relações de produção, como coloca Haesbaert (2014: 61).

A tradição jurídico-política de território aponta a amplitude da análise do território no campo das questões políticas. Seus conceitos fundamentais são os de território e territorialidade. Ratzel, Freund, Dijkink e Gottman (HAESBAERT, 2014) expressam a complexidade desse campo, indo de posições de análise relacionadas às dimensões natural, física e política do espaço como definidoras do território, em Ratzel, à compreensão de que num mundo compartimentado, a unidade política seria o território, em Gottman. De acordo com Haesbaert (2014), para Ratzel, “sem território não se poderia compreender o incremento da potência e solidez do Estado”, mesmo que a “ciência política tenha [...] ignorado as relações de espaço e a posição geográfica” (HAESBAERT, 2014: 63). Em contrapartida, para Freund:

A atividade política se define, em primeiro lugar, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. [...] As fronteiras [...] podem ser variáveis; entretanto, sem a existência de um território que particularize o agrupamento, não se poderia falar em política (HAESBAERT, 2014: 63).

Define, portanto, a política como a “atividade que reivindica para a autoridade instalada em um território o direito de domínio, que é a manifestação concreta e empírica do poderio” (Idem). Recentemente, autores como Raffestin e Sack compreendem que “a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território”, a partir do amplo sentido relacional assumido para o poder, incluindo o poder simbólico (HAESBAERT, 2014: 68). Passemos às perspectivas idealistas.

Autores como Godelier, anteriormente apontado na perspectiva materialista, também pode ser inserido nesta, pois concebe nuances na concepção de território, como uma dimensão ideal ou “apropriação simbólica”,¹⁰⁴ uma referência a “poderes invisíveis” presente em análises antropológicas, como a de Hall (HAESBAERT, 2014). Para este autor, o território seria

¹⁰⁴ “[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem” (GODELIER Apud HAESBAERT, 2014: 69).

compreendido como “um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos naturais nos quais se inscrevem” (HAESBAERT, 2014: 69). García, por sua vez, analisa território a partir da Antropologia e afirma que ele não teria que coincidir com a noção de território político ou legal ou de território geográfico pois, se o território é suscetível de um estudo antropológico, é porque possui um caráter subjetivo “entre o meio físico e o homem se interpõe uma ideia, uma concepção determinada”, e ainda, que as características físicas não determinam a sua semantização, mas esta pode ser explicada a partir do meio. Contudo, a investigação do meio físico não permite conclusões que indiquem um tipo de semantização, haja vista que este *território semantizado* é amplo, socializado e culturalizado, “pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado” (HAESBAERT, 2014: 70).

Autores como Bonnemaïson e Cambrèzy (HAESBAERT, 2014), do campo da Geografia, enfatizam uma perspectiva ideal-simbólica do território, mesmo que neste campo enfatize-se uma dimensão mais material.¹⁰⁵ Para os autores, a lógica territorial cartesiana moderna, pautada em Estados e nações, dá pouca ênfase aos fluxos e sobreposições, mas tem sido suplantada por uma lógica culturalista ou pós-moderna sem possibilidades de medição e representação pela geometria e pela cartografia, aparecendo o sentido de pertencimento a um território como representação de uma identidade cultural. A saber, haveria um enfrentamento entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, além de uma revalorização da dimensão local, reforçando a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2014). Segundo eles,

O território é primeiro um valor, [pois] a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida. [...] Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (HAESBAERT, 2014: 71-73).

Nesse debate, de acordo com Haesbaert (2014: 74), “mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, [...] é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território”. A partir disto, passemos a entender a perspectiva integradora.

¹⁰⁵ Segundo Haesbaert (2014), ainda que a Geografia Cultural tenha sido erigida como novo paradigma, observando sua emergência recente, autores que pontuam-se como pertencentes a este campo preferem utilizar conceitos como lugar e paisagem na análise da dimensão cultural do espaço.

Para autores como Chivallon (HAESBAERT, 2014), o território é compreendido a partir de uma integração entre diferentes dimensões sociais, não apenas natural ou político, por exemplo. Sendo amplo em sua característica integradora, o território desempenharia o papel antes destinado à *região* como grande conceito integrador da Geografia Clássica. Este autor, segundo Haesbaert (2014), defende que o uso da noção *espacialidade* poderia substituir a de *território* com o intuito de demonstrar integralidade, já que aquela traria uma experiência de totalidade, que o espaço conjuga, num mesmo lugar, diversos componentes da vida social. Contudo, este debate que aponta uma perspectiva integradora, de acordo com Haesbaert, tem sido realizado no âmbito de questões ligadas ao ordenamento territorial, a saber, políticas de gestão do espaço. Nesse sentido, apontam que o território deveria ser pensado a partir de duas características básicas, como o seu caráter político e o seu caráter integrador. Disto surgem três perspectivas: a) território como área de feições ou relações de poder mais ou menos homogêneas; b) território como rede, em movimento e conexão em diferentes escalas, reconceitualizando o lugar; c) território como um híbrido, entre mundo material e ideal ou entre natureza e sociedade, em múltiplas esferas. E ainda, o território poderia ser compreendido em sua dimensão histórica, de maneira ampla e generalizável, abrangendo inclusive toda a história humana, ou apenas contextos histórico-sociais (HAESBAERT, 2014).

Estas abordagens encontram-se combinadas e podem ressaltar que o território pode restringir-se a sociedades modernas que se articulam em torno de Estados-nação (perspectiva restritiva); pode compor a reprodução dos grupos sociais (relações sociais espacial/geograficamente mediadas), sendo a contextualização territorial inerente à condição humana (perspectiva ampla, pode se confundir com *espaço geográfico*); e pode referir-se às relações sociais e contexto histórico em que se insere, ou seja, um sentido relacional de território. Para compreender um território, portanto, é de suma importância contextualizá-lo (Idem).

Região, por sua vez, é um conceito que acompanha a Geografia desde sua institucionalização enquanto disciplina. De acordo com Carvalho (2016), em vários momentos concebeu-se a região como espaço de poder, pensando-se questões como política, Estado, cultura e diversidade espacial, ou seja, projeções no espaço relativas às noções de autonomia e soberania. Este conceito também é compreendido a partir dos enfoques, abordagens e instrumentalizações de algumas escolas do campo geográfico. A importância de explicitar acepções dentro da Geografia a respeito de região se dá por considerarmos relevante o que foi

colocado por Carvalho (2016) em relação à proximidade conceitual e categórica entre região e território. Vejamos como o conceito *região* foi analisado no decorrer dos estudos geográficos.

Na Geografia Tradicional, Hartshorne formulou a concepção de diferenciação espacial e a associação de fenômenos heterogêneos em uma região, que resultou na Geografia Regional, na qual paisagem e região passaram a ser conceitos centrais, utilizados por geógrafos considerados positivistas e também historicistas. Delineou-se, então, uma divisão entre deterministas, possibilistas e geógrafos regionais: o primeiro grupo concebia a região como algo natural, o segundo como paisagem, e o terceiro como uma combinação de fatores variados, resultantes em uma unidade (CARVALHO, 2016).

Posteriormente, a Geografia Teórica Quantitativa concebeu região como “resultado de um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas”, devendo a Geografia assumir o método regional, no qual deveria ocorrer uma divisão do espaço em critérios específicos, fundamentando tipos de regiões, caracterizadas como *homogêneas* – “as variáveis estruturantes do espaço definiriam espaços mais ou menos homogêneos, formando regiões isonômicas” – e *funcionais* – “múltiplas relações dão forma a um espaço internamente diferenciado, criando regiões polarizadas” (CARVALHO, 2016: 32). Milton Santos (1996) questionou a eficácia dessa concepção, compreendendo que esta desconhecia a temporalidade e suas características fundamentais, de acordo com a autora.

A Geografia Crítica, por sua vez, compreendia que para se entender a diferenciação do espaço dever-se-ia considerar a divisão socioespacial do trabalho, os padrões de acumulação, a organização das classes, o desenvolvimento desigual do espaço, e outros fatores, buscando explicar os fenômenos espaciais dentro de um contexto de mudanças em âmbito mundial. A região, pensada nestes termos, seria um produto e um meio de produção e reprodução de toda a vida material, observando que este pensamento estava inserido nos quadros da economia política marxista. A saber, “tais fatores demonstram mais fortemente as desigualdades entre os lugares, fortalecendo a regionalização, sobretudo pelo processo de reconhecimento de regiões desenvolvidas e não desenvolvidas” (CARVALHO, 2016: 33).

A Geografia Humanista e Cultural buscou observar a região a partir de uma perspectiva fenomenológica e subjetiva, aproximando-se da psicologia behaviorista e da percepção, revalorizando os conceitos de paisagem e região, criticando a Geografia Quantitativa e Crítica, e retomando aspectos da Geografia Clássica, como o romantismo e a

questão cultural. Nessa nova perspectiva, a região deveria ser concebida pela “imagem subjetiva do indivíduo e do grupo a que pertence”, surgindo como um “quadro de referência na consciência das sociedades, considerando-se o sentimento de pertencimento, das mentalidades regionais, da consciência regional como alguns dos elementos de revalorização regional, de identidades regionais”. Em suma, entender como o espaço é percebido, seus significados a partir dos grupos que o vivenciam e os sentimentos daqueles que pertencem a uma região (CARVALHO, 2016: 33, 34).

A autora ainda pontua colocações de Becker, nas quais demonstra a necessidade de uma reflexão a respeito de região e regionalização, elencando quatro hipóteses:

a) região é um bloco histórico relacionado a uma base territorial própria que cumpre reconhecer como processo; b) região e regionalização são produto e condição, materializados e diferenciados, do trabalho social global [...]; c) como seções históricas do território, realidades específicas vivas, as regiões constituem um poder territorial; d) a região corresponde também a interesses e reações coletivas que passam pela cultura e pela identidade regional, que podem constituir resistência coletiva à homogeneização econômica e à organização da hegemonia (CARVALHO, 2016: 34).

Percebe-se, portanto, que a categoria *região* pode ser analisada juntamente à de *território*, observando que esta é entendida também como um espaço de poder, no qual grupos distintos formulam estratégias de sobrevivência e continuidade de suas formas de vida utilizando a seu favor a proximidade ou vivência a uma região, acionando elementos como identidade e pertencimento, tornando-a território. Estas noções são utilizadas desde por pessoas de comunidades tradicionais até por representantes governamentais e empresariais, enfatizando a região como um território apto para a construção de empreendimentos desenvolvimentistas (e aqui o caráter físico do espaço é pontuado como sendo de maior interesse e relevância), denotando a utilização do termo como lugar de força política, já que sua proeminência no campo de debates a respeito de conflitos por terra tem se mostrado a partir de sua evocação constante como termo digno de utilização por grupos que sentem-se oprimidos por políticas de desenvolvimento. Ou seja, ocorre uma mistura de categorias distintas, inseridas no campo dos conflitos a partir de uma seletividade que demonstra sua utilização apenas a partir de algumas características relevantes consideradas pelo grupo que as aciona. Dessa forma, não é incomum ver agentes empresariais e governamentais utilizarem *território* denotando uma *região*, como meio de garantir seu poder político a partir de um discurso legitimado entre comunidades tradicionais e reapropriado enquanto força de decisão por Estado e empresas.

Por outro lado, membros de comunidades também acionam o território e a região como seu *lugar*, enfatizando o sentimento de pertencimento e a identidade característicos de uma noção de território que considera

O território não apenas [como] o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...], entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2016: 35).

Neste estudo, portanto, as duas categorias de análise (território e região) são utilizadas para definir o *território de conflitos* em que se tornou a Zona Rural de São Luís-MA. Enfatizamos a característica processual dessa configuração, pois objetivamos demonstrar, também, que um território não nasce com dada definição: os seres humanos, em sua vida cotidiana, definem o território e para ele determinam funções, sendo também transformados por esse mesmo território, que é dinâmico e histórico (MARX, 2008; LESSA e TONET, 2011). Com isso, queremos demonstrar que há uma relação dialética entre os seres humanos e a “natureza”, não apenas uma apropriação de recursos (SHIVA, 2000), categoria que evitaremos utilizar por remeter a uma dimensão fortemente econômica e passiva do espaço,¹⁰⁶ caracterizado como *neutro e vazio*.

Mauss (2008) auxilia-nos a compreender a imbricação das esferas da vida, que estão misturadas numa “trama inexplicável de ritos”. Ao estudar as sociedades polinésias, consideradas por ele como arcaicas, o autor percebeu como os campos da vida social, que nós enquanto sociedades ocidentais consideramos estar dissociados, têm uma ligação profunda entre si e não podem ser considerados separadamente. Nessa análise, o autor percebeu que em nossas sociedades modernas,¹⁰⁷ essas divisões são mais fictícias do que concretas e perceptíveis, pois operamos também com sistemas simbólicos de trocas e rituais.¹⁰⁸ A saber, há focos muito difusos ainda de economias morais, nas quais as relações de troca são permeadas

¹⁰⁶ A apropriação da natureza pelos seres humanos mediada pelo trabalho é uma definição interessante, porém problemática, se levarmos em consideração a imbricação das esferas da vida social na qual o ser humano, em sua totalidade, existe. Este transforma a natureza, mas também é transformado por ela, e não há uma relação de mão única.

¹⁰⁷ Devemos relativizar esta definição, obviamente, já que esta modernidade liga-se e gesta-se num referencial eurocêntrico, que é diferente do contexto brasileiro e latino-americano (RADOMSKY, 2011; LANDER, 2005). Contudo, antes de realizar esta crítica devemos tentar compreender o que o autor quis dizer, em seu lugar social e instituição. Por isso mantivemos o termo.

¹⁰⁸ A título de ilustração de como as sociedades ditas modernas são perpassadas por vários ritos, reproduzo o seguinte texto: “rivalizamos em nossos brindes de fim de ano, em nossos festins, bodas, em nossos simples convites para jantar, e sentimo-nos ainda obrigados a nos *revanchieren*, como dizem os alemães” (MAUSS, 2008: 193).

por um sintoma relacionado à moral social, se levarmos em consideração os estudos de E. P. Thompson (1998) a respeito da economia moral dos pobres.¹⁰⁹ As relações de mercado estão permeadas por relações ligadas à moral de uma sociedade, no que condiz a seus usos, costumes e valores, sentimentos historicamente configurados e que servem também para proporcionar a coesão social de um grupo como, por exemplo, quando falamos das festas religiosas e tabus que, se desrespeitados, quebram o ciclo de prosperidade e fertilidade que propicia, no campo simbólico, a preservação estrutural de uma sociedade. As sociedades ocidentais contemporâneas, e nelas incluímos o Brasil, têm seus distintos grupos com temporalidades e concepções diversas vivendo num mesmo território “nacional”, e quando pensamos em projetos específicos de desenvolvimento para um mesmo território, como é o caso da Zona Rural de São Luís, devemos levar em consideração os modos de vida que ancestralmente coexistem ali e se reformulam no decorrer do tempo, com adaptações e ressignificações de acordo com o contexto. Portanto, ao pensar os projetos em conflito, devemos levar em consideração também as visões de mundo e representações em conflito que perpassam esses projetos, situados em temporalidades específicas nas quais articulam-se carências de orientação, experiências e projeções de expectativas.

Devemos, portanto, pensar as relações sociais na Zona Rural II de São Luís nos termos de uma cultura a partir de Thompson (1998: 22), na qual estão reunidas muitas atividades e atributos em um só feixe, como “ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”. E ainda:

(...) uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998: 17).

A Zona Rural II de São Luís é, portanto, um território particular, com características específicas que precisam ser ressaltadas. Temos aí diferentes formas de definição deste

¹⁰⁹ Novamente aqui utilizamos os termos do autor e não faremos, ainda, uma crítica a determinada noção de pobreza que permeia o status atribuído por gestores e empreendedores aos moradores da Zona Rural de São Luís, desconsiderando suas ocupações profissionais, vistas como não-emprego (artesãos, pescadores, agricultores e extrativistas).

território, e nestas definições estão implicadas maneiras de agir sobre ele – a própria nomeação enquanto *zona rural* deve ser problematizada. Por algum tempo temos utilizado termos como *zona rural* para delimitar o espaço habitado por vários povoados que possuem características rurais, como a agricultura, a pesca, o artesanato, entre outros. Mas esta é uma definição dada por órgãos institucionais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INCID (Instituto da Cidade), ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), governo estadual e municipal, que foi sendo processualmente utilizada pelos moradores da região. Compreendemos que a classificação por zonas é problemática, pois não é, necessariamente, uma definição dada pelos moradores daquela região, e sim por órgãos governamentais. Os moradores, a saber, reconhecem-se enquanto povoados, bairros e comunidades; contudo, o processo de conflitos trouxe a necessidade daquelas pessoas em se definirem a partir de uma identidade comum, que acabou sendo, inicialmente, aquela imputada pelos órgãos governamentais, mas com ressignificações locais. E não apenas os doze povoados componentes da área da RESEX fazem parte desse processo conflituoso, já que outras comunidades, como Maracanã, Estiva e Camboa dos Frades foram diretamente impactadas nesse contexto e suas identificações locais ficam resumidas à categoria mais generalizante.

Por que ver a Zona Rural II de São Luís como *território de conflitos*? Há nesta região, como sabemos, uma disputa que envolve formas de apropriação e de nomeação para um mesmo território que são distintas e que entram em confronto, pertencendo a grupos antagônicos. O objeto central dessa disputa é o espaço e, com ele, suas formas de uso e apropriação física e simbólica. Esta disputa é histórica e envolve as maneiras como as pessoas e grupos veem determinado espaço e para ele criam definições simbólicas que também delimitam suas práticas, num processo de territorialização. Para compreender esse conflito é necessário observar ainda as disputas em níveis locais e globais, e que essa interação entre escalas distintas não deve ser posta de lado, privilegiando-se ora uma análise micro, ora uma análise macro. Nesse sentido, Giovanni Levi (1992) aponta que a Micro-História, enquanto *método*, possibilita essa interação analítica entre micro e macro análise, num intercâmbio que produz uma compreensão dos conflitos internos e externos no interior dos grupos em conflito, já que

Toda a ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é [...] definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas

brechas e contradições dos sistemas normativos que governam (LEVI, 1992: 135).

Ou seja, produzir uma investigação das ambiguidades do mundo simbólico, “a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais” (LEVI, 1992: 136). De modo semelhante a Peter Burke, Levi critica as análises que esquecem de pontuar o campo simbólico como um aspecto importante da interpretação histórica. A realidade é complexa, e analisar os conflitos entre grupos com formas distintas de compreender um mesmo espaço não pode ser feito apenas a partir do olhar localizado nos projetos que os grupos constroem, mas nestes em articulação com a conjuntura, ou seja, o campo como um todo, como nos alerta Pierre Bourdieu (2011b). Passemos, portanto, ao próximo capítulo.

3. Os tempos, o desenvolvimento e suas violências

– É que eu, assim deixado e desleixado, me lembro a própria nossa terra.

(*O último voo do flamingo*, Mia Couto)

Uma das questões mais complexas na escrita desta dissertação foi a passagem da coleta à análise das fontes, embora esse procedimento seja realizado a todo momento, por mais que tentemos definir lugares específicos para cada ação da escrita. A maioria dos dados substanciais relativos à compreensão que os indivíduos e os grupos possuem a respeito do processo de territorialização de um mesmo espaço em disputa foi apreendida em entrevistas e em mídia audiovisual (áudios e vídeos) coletados durante reuniões, seminários, audiências públicas e processos de enfrentamento, como passeatas,¹¹⁰ analisadas a partir do nosso referencial teórico-metodológico. Ou seja, estivemos em contato direto com pessoas pertencentes aos grupos em conflito. Boa parte delas fazem parte de um lado da disputa composto por membros de comunidades, advogados, pesquisadores acadêmicos, políticos e outros, que se organizam em momentos específicos para reivindicar a permanência das doze comunidades, ou de algumas delas, no espaço Zona Rural II, e ainda a consolidação da RESEX de Tauá-Mirim, dois processos diferentes, podendo aparecer coligados ou não (grupo *Comunidades*). Mas também tivemos oportunidades de analisar os discursos e ações de empresários, gestores governamentais, políticos, funcionários e pesquisadores que fazem parte, na maior parte do tempo, do outro lado da disputa, cujo mote é, em grande medida, a transformação do espaço Zona Rural em Distrito Industrial, uma região apenas industrial, o que surge também em outras denominações, como zona portuária e de retroporto, zona mista, zona de interesse social, etc. (grupos *Governos e Empresas*).¹¹¹

O contato com os dois últimos grupos se deu em momentos de confronto, como audiências públicas, reuniões de conciliação e manifestações, mas também pudemos perceber suas falas em outros espaços nos quais, aparentemente, essas pessoas sentiam-se à vontade pois estavam entre seus pares.¹¹² Esses momentos foram raros, enfatizamos, porque nós também,

¹¹⁰ Elencados no Quadro 1.

¹¹¹ O Mapa 3 condensa algumas dessas denominações em seu traçado.

¹¹² Como exemplo, o 28º Encontro sobre o Corredor Centro-Norte: o estado da arte do TEGRAM e da ferrovia Norte-Sul, que aconteceu no dia 22 de junho de 2016, no auditório Alberto Abdala, na sede da FIEMA em São Luís, Maranhão. De acordo com o que consta na minuta de programação, foi promovido pelas seguintes instituições: FIEMA, Porto do Itaqui, TEGRAM, Governo do Maranhão a partir da Secretaria de Indústria e

como pesquisadores, fazemos parte de um dos lados do confronto, como componente do GEDMMA, e este aspecto precisa ser analisado. Fazer parte de um grupo de pesquisa cujo aspecto central é a análise acadêmica aliada à prática social, assumindo em muitos momentos um viés militante, nos possibilitou uma dupla definição: pesquisadora, mas militante política, e isso promoveu e cerceou acessos e contatos. Tal percepção nos possibilitou compreender a complexidade dos processos políticos reivindicatórios e também a profundidade de uma análise que se propõe a compreender os distintos projetos para um mesmo espaço em disputa, que claramente estão relacionados às posições dos agentes no campo e os capitais que acionam para fazerem valer seus objetivos. O conflito, nesse sentido, norteou nossa percepção, e ainda aquela de nossa própria posição no campo, que não é neutra. A respeito disso, durante as entrevistas pudemos notar a recorrência em pontuar o GEDMMA como um importante agente no conflito pelos entrevistados,¹¹³ e isso precisa ser investigado, mas neste estudo ainda estamos apontando os primeiros rastros desta atuação.

A complexidade do conflito pode ser percebida em várias esferas nas quais tivemos que adentrar para realizar nossa análise e foi de grande valia a utilização da História Oral como método de pesquisa, propiciando uma maior interação entre nós e os entrevistados, a partir de questões gerais centradas nos grupos e nas trajetórias individuais. Antes de apresentarmos os dados coletados, apontaremos o roteiro geral de questões que compusemos para nossas entrevistas, afirmando ainda que não foi seguido completamente, pois as conversas puderam seguir seus rumos próprios de acordo com as variáveis que entram em questão durante o processo de entrevista.

Comércio, e empresa WPR, do grupo WTorre. Contou com palestras de pessoas ligadas aos grupos promotores do evento e de outros empreendimentos, como Vale, EMAP, ADECON (Agência da Desenvolvimento Sustentável do Corredor Norte), ANTAQ e outras.

¹¹³ Especificamente nas entrevistas realizadas por nós com Guilherme Zagallo (em 01.12.16), Alberto Cantanhede (em 05.12.16), Élio Pantoja (em 01.12.16) e Rosana Mesquita (em 03.12.16).

Quadro 5. Roteiro de entrevistas

- a) Por favor, descreva sua inserção na Zona Rural II de São Luís – MA, enfatizando a período desta inserção, motivações, possíveis interesses, ligações a quais pessoas, sua instituição no momento e perspectivas de então, explicitando abordagens, interesses e resultados dessa atuação.
- b) Fale um pouco sobre os conflitos na Zona Rural II de São Luís – MA a partir de seu conhecimento e perspectiva, podendo enfatizar possíveis causas destes conflitos.
- c) Relate casos de violência que você presenciou ou ficou sabendo em relação à Zona Rural II de São Luís – MA, podendo ser física, moral, ou outras.
- d) Se você possui esta informação, fale sobre a ocupação das comunidades da Zona Rural II de São Luís – MA, enfocando naquelas da RESEX de Tauá-Mirim, podendo ser de apenas uma delas.
- e) Opine a respeito da atuação do poder público na Zona Rural II de São Luís – MA, podendo ser a nível federal, estadual e/ou municipal, separadamente ou conjuntamente.
- f) Opine a respeito da atuação de empreendedores (empresas, indústrias, corporações, etc.) na Zona Rural II de São Luís – MA.

Fonte: a própria autora, 2016.

Observe-se que estruturamos nosso roteiro em nove pontos que julgamos, à época, necessário serem abordados, mas, como dissemos, nenhuma entrevista seguiu o roteiro à risca. Embora tenhamos começado cada uma delas com uma explicação dos motivos de nossa pesquisa e uma questão a respeito da atuação do entrevistado no conflito em questão, as perguntas posteriores versaram sobre os temas gerais inclusos no modelo-base sem

necessariamente terem sido formulados como perguntas. Ou seja, as entrevistas tiveram entre três a quatro perguntas que giraram em torno dos temas: inserção e atuação no conflito; percepção sobre comunidades, empresas e Estado; perspectivas relativas à RESEX de Tauá-Mirim e desenvolvimento, este último tema sendo questionado diretamente apenas em uma entrevista,¹¹⁴ pois nas outras apareceu perpassando as outras questões.

Com isso, pudemos perceber que a realização de uma entrevista pode ser confrontada com distintos fatores como o local, o período, a disponibilidade do entrevistado, o grau de proximidade entre pesquisador e entrevistado e ainda o contexto, que relaciona o momento pessoal do entrevistado e suas perspectivas em relação à entrevista. A duração dos encontros foi variada, pois alguns duraram 40 minutos, outros 3 horas. Pierre Bourdieu (2008) nos ensina que há uma necessidade profunda de compreensão à qual o pesquisador deve objetivar quando realiza entrevistas: compreensão de seu lugar social e dos lugares dos agentes entrevistados.¹¹⁵ Nada disso foi simples, e em muitos momentos encontramos dificuldades relacionadas às linguagens dos entrevistados, suas atuações, percepções, objetivos – inclusive em relação ao resultado da entrevista – e ainda à “traição da tradução”, ou da transcrição, que não capta em sua completude os outros elementos simbólicos que formam a narrativa dos entrevistados.¹¹⁶

As entrevistas, as falas capturadas durante encontros, reuniões, eventos e audiências foram analisadas em todos os tópicos, com maior frequência referindo-se ao grupo *Comunidades*. Por outro lado, a documentação escrita foi a principal fonte para compreendermos os grupos *Governos e Empresas*, considerando as nossas limitações referentes ao acesso a pessoas ligadas a esses grupos. Neste ponto, tivemos que exercer uma “investigação” mais minuciosa, buscando rastros inclusive nas falas das pessoas ligadas ao grupo *Comunidades*,¹¹⁷ o que foi ampliado ao analisarmos os relatórios, laudos e publicações diversas dos grupos.¹¹⁸ Foi de suma importância o acesso ao Processo de Criação da RESEX

¹¹⁴ Realizada por nós com Alexandre Soares, já referida. Contudo, em 2011, uma das entrevistas realizadas também versou a respeito deste tema, com Rafaela Mesquita e Leila Letícia.

¹¹⁵ No método histórico, seguindo Michel de Certeau (2013), esta análise é feita a partir da compreensão do lugar social, origem e categorias de sentido que as fontes possuem. A complexidade situa-se no fato de não podermos apreender, na pesquisa histórica, todos esses aspectos, o que muitas vezes é preenchido, a partir dos rastros que as fontes deixam – ou mesmo seus silêncios – naquilo que conhecemos por *imaginação histórica*, analisada por Carlo Ginzburg (2012). Podemos dizer, então, que o método de pesquisa sociológico desenvolvido por Pierre Bourdieu nas obras de estudos assemelha-se ao método descrito, ambos complexos e passíveis de problematização.

¹¹⁶ Gestos, olhares, sons externos, sinais de atenção, cansaço, tédio e outros sentimentos que estão incluídos nas respostas dadas pelos entrevistados (BOURDIEU, 2008).

¹¹⁷ Como os dados a respeito da atuação de empreendimentos e secretarias, que foram disponibilizados em todas as entrevistas.

¹¹⁸ Elencados nas tabelas 2 e 3.

de Tauá-Mirim (nº 02012.001265/2003-72), disponibilizado em material impresso e digital pelo ICMBio para o GEDMMA, pois nele encontramos dados preciosos sobre os três grupos, inclusive campos de atuação para além dos que foram elencados nas entrevistas e nos relatórios. Encontramos poucas informações que foram disponibilizadas por agentes dos grupos *Governos* e *Empresas*, o que muitas vezes foi preenchido a partir das falas capturadas por nós referentes aos agentes dos três grupos de nossa análise. Esses silêncios também são elemento da pesquisa. Nesse sentido, nossa análise buscou combinar, em grande medida, dois tipos de fontes (entrevistas e documentação escrita), e tal feitura possibilitou-nos apreender uma dimensão ainda mais profunda da pesquisa historiográfica, que é a de juntar restos e perseguir rastros (GAGNEBIN, 2011).

Após estas considerações, ressaltamos que este capítulo foi reservado especialmente para uma análise mais minuciosa das fontes, pois já viemos apontando dados gerais nos capítulos anteriores. Agora buscamos realizar a análise relacionando o espaço aos grupos a partir de suas percepções, ou seja, são narrativas do espaço que contêm horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006) e experiências (THOMPSON, 1998). Porém, a não conclusão, como bem sabemos, é uma sombra que persegue os historiadores, e este trabalho não poderia fugir a isso. Considerando o tempo, os recursos e as inúmeras variáveis que podem ser elencadas em relação a esta pesquisa, ainda restaram aspectos por analisar, e isso será apontado nas considerações finais, como forma de indicar futuras pesquisas.

3.1 Mediação e distinção da região

Região, para Rogério Haesbaert (2010; 2014), é uma espacialização do poder instituído. Nesta categoria estão imbricadas estratégias de domínio e sua continuidade, que vão desde os aspectos discursivos, como as múltiplas linguagens verbais e visuais, até ações que podem ser chamadas de *físicas*, direcionadas a uma presença, ou corporificação, no espaço regionalizado, portanto, espaço incorporado pelo poder. Contudo, estas ações não são neutras nem totalmente racionais ou objetivas, guiadas para um fim preciso e pré-determinado, pois os grupos que agem nesta espacialização do poder são constituídos por pessoas com intenções, modos de vida e universos simbólicos próprios, o que torna a ação no espaço algo permeado por disputas no seio do grupo e nas subjetividades pessoais dos agentes (BOURDIEU, 2012a).

Tratando da Zona Rural II de São Luís, podemos falar de uma mediação, referindo-nos ao aspecto de meio que adquire o espaço. Meio de vida, meio de captação de recursos (ou usufruto), meio de garantia de poder e ainda campo intermediário entre pessoas e seus objetivos ou projetos de vida. Este espaço como meio ou mediação é também uma distinção: as formas como as pessoas e os grupos se apropriam do espaço regionalizado transformam o espaço em lugar de distinção, ou seja, tornam a materialidade (o chão) um aspecto do campo, de forma que ele possa lhes conferir um capital simbólico propício à sua entrada em outros campos, como o político, o acadêmico e o econômico. Analisando fontes referentes aos empreendimentos e governos, pudemos compreender melhor, embora não completamente, esta distinção que o espaço regionalizado Zona Rural II de São Luís torna-se para estes grupos quando adentra no campo como um elemento em jogo. Desde os primeiros esforços de análise, ainda na graduação, tínhamos em mente entender como os distintos grupos agem em um mesmo espaço e nele projetam seus anseios direcionados a fim específicos (JESUS, 2012; 2013; 2014) – e aqui não falamos apenas da busca pela instituição de uma reserva extrativista ou de um distrito industrial, mas da transformação do espaço em elemento de disputa no interior de um jogo ainda maior que é componente do sistema capitalista.

Mas capturar rastros e restos da atuação de governos e empresas precisou ser feito a partir de um exercício intelectual para além da coleta de entrevistas e gravação de falas de agentes ligados a esses grupos em eventos, que foram poucos.¹¹⁹ Foi preciso adentrar no universo simbólico dos sítios eletrônicos e empreender uma leitura de seus signos. Inicialmente, mapeamos os empreendimentos que possuem maior incidência na região de nosso estudo, de acordo com os documentos, a bibliografia e a mídia audiovisual analisada,¹²⁰ para depois escolhermos dois deles como exemplificadores do conflito – Vale S.A. e Alcoa/ALUMAR.

¹¹⁹ E também estão circunscritos aos anos 2015 e 2016. São eles a série de audiências públicas como parte do processo – questionado por vários grupos sociais – de tentativa de revisão de capítulos do Plano Diretor de São Luís, suspenso em 2015, por recomendação do Ministério Público Estadual (especificamente nos bairros Cidade Operária, Sacavém, São Francisco, Cohatrac, Itaqui-Bacanga, Vila Maranhão e Apicum), os dois dias da 4ª Conferência da Cidade (4 e 5 de julho de 2016) e o 28º encontro sobre o Corredor Centro-Norte: o estado da arte do TEGRAM e ferrovia Norte-Sul, no Auditório Alberto Abdala, FIEMA, em 22 de junho de 2016. Como pode-se observar, não foram entrevistas, mas a captação de falas públicas, em eventos que foram noticiados, por exemplo, por emissoras de televisão, já que não conseguimos entrevistas agentes ligados ao grupo *Empresas* e ao grupo *Governos*. Também obtivemos informações no Processo 02012.001265/2003-72, que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

¹²⁰ Empreendimentos como Vale S.A., Alcoa/ALUMAR, MPX (atualmente denominada ENEVA-EON), Porto do Itaqui, Porto Ponta da Madeira, Porto da ALUMAR, Terminal de Grãos (TEGRAM), EFC, WPR/WTorre e Votorantim, além do Matadouro que despeja dejetos no Rio dos Cachorros e de fábricas de fertilizante, foram citados por agentes do conflito. Contudo, as empresas que foram mais citadas foram Vale S.A., Alcoa/ALUMAR e WPR/WTorre, esta última por conta do conflito atual na comunidade Cajueiro.

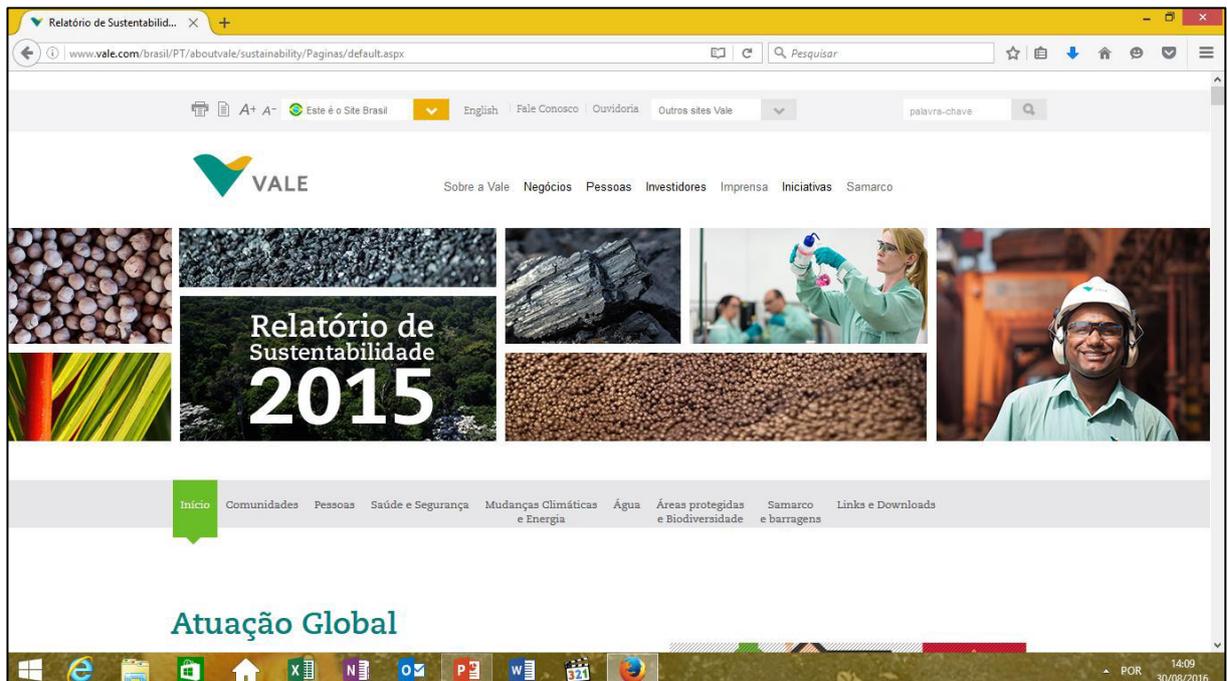
O acesso a ambos foi sendo construído a partir da documentação, principalmente a escrita mas, para chegar ao corpo de nossas fontes, buscamos meios com os quais, admitimos, não possuímos muita familiaridade. Falamos dos sítios eletrônicos, ou *sites*, das empresas. Empreendemos o trabalho de vasculhar as informações textuais disponibilizadas naquelas páginas de internet e posteriormente filtrar quais seriam úteis para nossa análise. Primeiro, observamos a estrutura dos *sites*, estabelecendo parâmetros de comparação. Abaixo temos imagens de algumas dessas páginas:

Figura 1. Página 1 do site da Vale



Fonte: <http://www.vale.com/PT/Paginas/Landing.aspx>. Acesso em 30.08.2016, 14:05h.

Figura 2. Seção *Início* do site da Vale



Fonte: <http://www.vale.com/PT/Paginas/Landing.aspx>. Acesso em 30.08.2016, 14:09h.

Figura 3. Seção *Institucional* do site da ALCOA



Fonte: http://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/Alumar.asp. Acesso em 30.08.2016, 16:11h.

Figura 4. Página inicial do site da ALUMAR



Fonte: <http://www.alumar.com.br>. Acesso em 30.08.2016, 15:22h.

Observamos suas seções e pensamos em quais delas estariam as informações porventura referentes à relação entre empreendimentos e comunidades, que elencamos como sendo aquelas que versariam sobre os temas sustentabilidade, recursos naturais, desenvolvimento regional, local, sustentável e termos derivados. Ao todo, produzimos 350 imagens a partir do recurso *captura de tela* disponível para páginas da internet, sendo 130 referentes aos conteúdos do site da Vale e 220 somando os sites da Alcoa e da ALUMAR, cujos conteúdos estão compilados em arquivos Powerpoint. Chegando às seções referidas anteriormente, pudemos encontrar documentos como relatórios institucionais, relatórios de sustentabilidade, códigos de conduta e diretrizes de atuação, que foram sendo elencados para esta pesquisa, posteriormente analisados.

A análise desses documentos¹²¹ compostos por setores dos empreendimentos que estão em atuação a mais tempo na Zona Rural II de São Luís foi essencial para que pudéssemos observar os esforços de adequação a demandas internacionais ou nacionais derivadas de tratados firmados entre organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e diversos países, como o Brasil, ainda que tais ajustes fossem contraditórios em relação ao tipo de atividade executada por empresas como Vale e Alcoa/ALUMAR, haja vista que a primeira é mineradora e a segunda siderúrgica.

E serão os relatórios, códigos e diretrizes relacionados à sustentabilidade, ética, direitos humanos e temas correlatos dessas duas empresas que analisaremos neste tópico. Vale e Alcoa são empresas de atuação nacional e internacional e ambas atuam associadamente por lidarem com mineração (Vale) e siderurgia (ALCOA). Pudemos perceber muitas semelhanças, mas também grandes diferenças entre os dois empreendimentos, o que aclarou nossa análise em relação à atuação deles no espaço em questão, partindo da contradição como fundamento desta pesquisa.

O conjunto de fontes relativo às duas empresas analisadas foi obtido a partir de coleta nos sítios eletrônicos das duas empresas, de acordo com as informações que ambas disponibilizaram em suas páginas. Pode-se perceber que o conjunto de relatórios de sustentabilidade da empresa Alcoa/ALUMAR não é contínuo em relação aos anos de publicação, diferente do produzido pela empresa Vale, e desde já ressaltamos que dois motivos relacionam-se a isso: a) os relatórios dos anos 2004, 2006, 2008, 2009 e 2010 não se encontravam disponíveis para download na página da empresa Alcoa/ALUMAR, pois pudemos

¹²¹ Quadros 2 e 3.

constatar que uma das metodologias aplicadas na confecção dos referidos relatórios é a publicação de um material referente a dois ou três anos, ou seja, o relatório de 2005 contém informações do ano de 2004, contudo os outros quatro não possuem a mesma frequência, podendo ser considerada uma defasagem de publicações por parte da empresa ou uma opção pela não publicização dos dados devido a problemas de gestão ou outras questões; b) por conta da publicização dessas informações ser de responsabilidade da empresa, não conseguimos encontrar referências aos relatórios dos anos que faltam em outros lugares, embora tenhamos feito esta busca a partir do site Google em duas de suas interfaces (Google e Google Acadêmico), portanto, incorporamos a hipótese de que as informações dos anos que faltam estão inseridas nos relatórios posteriores, ainda que de forma dispersa.

Mas não analisaremos, neste tópico, apenas os relatórios das duas empresas. Como colocamos anteriormente, as informações sobre *Empresas* e *Governos* também aparecem em entrevistas com membros do grupo *Comunidades* e instituições diversas, ligadas aos três grupos em conflito diferenciadamente. E outro documento, presente no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, apresenta dados substanciais a respeito das perspectivas da região em disputa, intitulado *Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013), referenciado em momentos anteriores. Devido às dificuldades em acessar pessoas destes grupos, ocorre certo prejuízo que tentamos minimizar com a nossa participação em audiências, reuniões, seminários e outros momentos em que a fala desses agentes pode ser escutada e também analisada. Estes possíveis silêncios, como bem sabemos, fazem parte da escrita histórica e devem ser problematizados a todo momento, assim como a evocação constante a alguns temas, a pessoas, a espaços, a eventos, etc.

Nossa metodologia consistiu em uma leitura dinâmica de todo o conteúdo dos relatórios, posteriormente refinada pelo enfoque em temas que consideramos relevantes para as questões de nossa pesquisa, nos quais poderiam estar inseridas referências às comunidades e espaço em análise, e também pela busca a partir da ferramenta de busca do formato do documento (PDF).¹²² Optamos, neste tópico, por intercalar nossas percepções referentes a

¹²² O formato PDF (Portable Document Formact) caracteriza-se pela facilidade em adquirir obras, textos, documentos a partir de uma mídia digital. Alguns desses arquivos podem ser capturados pela ferramenta copiar e colar, e até mesmo incorporar anotações nas páginas, contudo outros são protegidos, o que significa que nem mesmo localização de palavras, a partir da ferramenta localizar, pode ser feita, e isto tem a ver com políticas de direitos autorais. Todos os PDFs que analisamos – pois este é o formato em que os documentos analisados neste capítulo referentes às empresas Vale e Alcoa/ALUMAR se encontram – possuíam livre acesso às ferramentas citadas.

aspectos técnicos como apresentação e formatação a percepções relativas ao conteúdo e aos sentidos produzidos pelos documentos, ou seja, percepções do formato e do conteúdo, descritos a seguir.

3.1.1 “Empresas entidades”

Tem sido costume tratar empreendimentos como entidades vivas ou sujeitos, adjetivando-os ou não. Mesmo ao longo desta pesquisa foi difícil descrever os empreendimentos a partir de suas composições complexas como “diretoria da empresa Vale”, “corpo de funcionários”, “voluntariado da empresa Alcoa”, e outros exemplos, o que nos levou a tentar compreender os motivos desta dificuldade. Começamos por pensar tal questão nos termos do costume, algo corriqueiro que acaba por denominar instituições como sujeitos – exemplo disso encontra-se em dizer “o capitalismo é cruel”, “o Brasil é corrupto”, “Cuba é socialista”, entre outros – e este linguajar comum acaba perpassando o discurso acadêmico, ainda que tais colocações sejam repudiadas por professores e pesquisadores. Mas interessa-nos compreender como tal costume presentifica-se na fala cotidiana. Ao analisar as referidas fontes pudemos notar que nelas também encontra-se essa fala costumeira, mas de forma subjetiva: por diversos momentos “a Vale” e “a Alcoa” descreveram suas atividades, ganhos, perdas e projetos de futuro, como seres presentes na vida das pessoas. Obviamente, pessoas, ou melhor, funcionários das empresas, produziram os relatórios, mas seus nomes estão ocultados sob o gigantismo de suas instituições.¹²³ Qual sentido isto provoca?

Logo nos primeiros relatórios de sustentabilidade da empresa Vale, por exemplo, encontramos uma “empresa com a cara do Brasil”. Este Brasil-país é composto por pessoas que aparecem no primeiro relatório de 2006, relatando suas experiências e a importância da empresa em suas vidas – e aqui temos uma primeira pista da *Vale* como *entidade subjetiva*. Algumas falas, como a da funcionária Silvânia Matos e da acionista Paula Farias de Poian, demonstram um esforço em colocar o lugar da empresa em suas vidas. A primeira relata que “é muito gratificante trabalhar em uma empresa de grande porte como a Vale, porque o que nós fazemos se reflete diretamente na sociedade” (VALE, 2006: 48),¹²⁴ demonstrando a sua inserção no

¹²³ Informamos que procuramos os nomes das pessoas que pesquisaram os dados e escreveram os relatórios. Porém nas páginas destinadas à sua identificação consta apenas o órgão responsável. Surgem como departamentos no interior da empresa, como o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e o Departamento de Comunicação Corporativa.

¹²⁴ As referências aos relatórios de sustentabilidade analisados virão da forma padrão que adotamos nesta

ambiente de trabalho da empresa, apresentado como diversificado, competitivo e no qual promove-se crescimento pessoal. A segunda afirma:

Tenho ações da Vale há muito tempo. As primeiras, recebi como herança do meu pai, que já acreditava na empresa. Atualmente, continuo investindo porque é um bom papel. Em 2006, a venda de algumas ações proporcionou a realização de um sonho da minha família: viajei para a Disney com meu marido e meus três filhos. Na época, acompanhei bastante o mercado e sempre entrava no *site* da Companhia para ler as notícias. Vendi em uma época boa e já recuperei o dinheiro porque as ações se valorizaram bastante. A Vale é uma empresa na qual eu tenho confiança (VALE, 2006: 48).

Estes tipos de relato foram suprimidos das edições posteriores, retornando apenas nas últimas edições do relatório de sustentabilidade. Contudo, é sintomático o efeito de sentido que se produz ao intercalar dados matemáticos, como percentuais e gráficos, com falas de pessoas que podem ser apresentadas como vinculadas à empresa (funcionários) ou não diretamente (acionistas). Apresenta-se uma imagem da empresa como “cheia de pessoas” e fazendo parte de suas vidas, porém, a nosso ver, a linguagem aplicada afasta este “povoamento” da instituição, pois ela é singularizada ao ser chamada de “a Vale” e também tornada neutra, reassentando seu caráter de empreendimento econômico na apresentação dos dados e informações. Ademais, a sensação constante, durante a leitura dos relatórios, foi de ser um documento impessoal, o qual sabíamos ter sido feito por uma equipe, mas cujos nomes não conhecemos. O que surge é uma figura única e gigantesca: a Vale.

E ainda, percebemos uma espécie de lógica da *ajuda* perpetrada pelo conjunto da empresa, presente nos depoimentos acima pontuados e em ainda outros, como o de Robson de Andrade, o então presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG):

A Vale é uma grande **parceira** no desenvolvimento de Minas Gerais, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação aos compromissos sociais firmados com as comunidades. Propicia oportunidades de negócio e desenvolve as empresas locais. Essa união traz excelentes resultados para os fornecedores mineiros e também para a Companhia, que conta com parceiros mais qualificados e competitivos. A expectativa é que a Vale continue crescendo e que as empresas mineiras cresçam junto, fornecendo não só para os negócios da Companhia em Minas Gerais, mas também no Brasil e no mundo (VALE, 2006: 44 – grifos nossos).

No texto de todos os relatórios analisados esta lógica esteve presente, em relação a fornecedores, acionistas, pesquisadores, funcionários e membros de comunidades que tiveram

ou têm que lidar com a empresa por diversos motivos. No relatório de 2006, o texto apresenta a empresa como grande colaboradora para o desenvolvimento sustentável do país, conceito então constantemente acionado nos debates sociais do período. Mas a empresa não apenas promoveria o referido desenvolvimento de forma genérica, ressaltados seus aspectos mais gerais em suas publicações e ações. Percebemos uma busca constante em afirmar a empresa Vale como promotora de “pessoas felizes”, inserida na lógica da ajuda, mas também centrada nos indivíduos. Desde o primeiro relatório há uma constância em apresentar os caminhos que podem levar pessoas individualmente, mas com ajuda da empresa, ao sucesso enquanto cidadãos e consumidores (ou apenas o segundo), numa passagem de um estágio de insegurança (diga-se não-consumo ou não-trabalho) para um estágio de “plenitude de ser”. E esta passagem também pode ser observada na seção relativa às ações da empresa com *stakeholders* – termo que designa os grupos ou pessoas com os quais a empresa se relaciona em diferentes campos – relativos às comunidades nas quais a Vale está presente ou impacta de alguma forma. No trecho a seguir podemos perceber um pouco destas ações:

A Companhia dialoga com as comunidades e realiza estudos que balizam os projetos e operações em cada região. Nesse processo, procura convergir os interesses legítimos dos *stakeholders* e da empresa. A Vale também realiza a gestão dos impactos de suas operações, buscando minimizar os efeitos negativos e potencializar os positivos, apresentando-os à comunidade com o objetivo de propiciar o entendimento. A forte ação social nas comunidades permeia os negócios da Companhia e é efetivada pelas áreas operacionais e pela Fundação Vale do Rio Doce, por meio de programas conduzidos em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), instâncias do poder público e sociedade civil. Em 2006, o valor investido em projetos e programas sociais foi de R\$ 286 milhões. Em cada região onde a empresa se insere, dentro e fora do Brasil, há o cuidado de investir em processos que gerem desenvolvimento nos vários aspectos da vida das comunidades. Para que os empreendimentos sejam conduzidos de forma cada vez mais sustentável, a Companhia vem procurando conhecer melhor os territórios onde opera, considerando os impactos dos empreendimentos atuais e antecipando os de projetos futuros, num horizonte até o ano de 2010 (VALE, 2006: 76).

Vemos, nesse trecho, uma espécie de roteiro de atuação da empresa: realização de estudos para basear os seus projetos, diálogos com as comunidades, gestão dos impactos, ações a partir de parcerias com ONGs, poder público e sociedade civil – em todo esse processo, uma busca por consenso, expresso em termos como “convergir os interesses legítimos dos *stakeholders* e da empresa”, “propiciar o entendimento”, “condução sustentável dos

projetos”,¹²⁵ e ainda numa perspectiva de *melhoramento*, que acompanha o desenvolvimentismo brasileiro desde seus primeiros passos ainda no período Vargas, segundo Sonia Mendonça (2009). Este roteiro exemplifica parte da perspectiva de desenvolvimento sustentável aplicada e justificada pela empresa, que consiste em uma sustentação permanente do crescimento econômico aliada à preservação ambiental e à conservação da vida humana presente e futura, de modo que o crescimento econômico (e a exploração dos recursos naturais) não afete a continuidade da espécie humana futuramente, ou seja, não escasseie seus meios de sobrevivência (HANNIGAN, 2009).

Podemos encontrar também uma relação entre a estrutura dos relatórios analisados e esta concepção de desenvolvimento sustentável, que vai sendo aprimorada ao longo deles. No primeiro, as informações estruturam-se segundo alguns eixos: administração e finanças; sustentabilidade, gestão ambiental e preservação; pessoas dentro e fora da empresa, comunidades e empregados; índices e reconhecimentos, como prêmios que a empresa ganhou. Podem ser alocados segundo os itens *economia*, *natureza* e *pessoas*, o que foi mais explicitado nos relatórios posteriores, a partir de 2012, ano em que a concepção da missão e dos valores da empresa sofreu algumas mudanças. Contudo, no relatório de 2006, a nosso ver, os dois últimos itens (*natureza* e *pessoas*) não possuem tanta ênfase no texto, em detrimento da grande quantidade de informações referentes ao item *economia*, entendida como a taxa de lucratividade

¹²⁵ A prática do consenso, estudada por autores como Antonio Gramsci (2000) e Pierre Bourdieu (2011b; 2012), também está presente nos processos conflituos referentes aos conflitos ambientais. Viégas, Pinto e Garzón (2014), acompanhando a judicialização desse tipo de conflito puderam analisar inclusive as formas encontradas por gestores empresariais e governamentais, juntamente a operadores do direito formal, para dirimir o conflito – nesse caso, a discussão, de forma desigual pois, especialmente nos conflitos envolvendo membros de comunidades impactadas por grandes projetos, em sua análise, os resultados poucas vezes favoreceriam a estas, devido à dificuldade em acessar os capitais e dispositivos jurídicos que outros grupos, como os já referidos gestores empresariais e governamentais. Ao ver dos autores, os processos extrajudiciais prejudicariam agentes com menor acesso aos capitais e dispositivos utilizados nos embates. Em nossa pesquisa pudemos observar situações nesse sentido e foi sintomático perceber a forma como o debate, o conflito, a discussão e, em suma, o contato desigual entre gestores empresariais, governamentais e membros de comunidades obtêm ao longo dos anos no nosso espaço de estudo. No caso dos relatórios aqui analisados, demonstraremos no decorrer do texto que inclusive as formas como os membros de comunidades, ou “as comunidades” são retratadas, acionadas e contactadas lhes imputa um caráter de passividade e, noutro extremo, agressividade rapidamente apaziguável pela “empresa”. Nessa produção de sentido, as formas de assédio, cooptação, acordos extrajudiciais e até mesmo ameaças diretas não são apontadas nos relatórios, obviamente, como ações das empresas, ocultadas que ficam sob a representação de contato benéfico. É sintomático, nesse sentido, o caso da comunidade Cajueiro, relatado e analisado em Moreira (2015) e GEDMMA (2014), no qual a tentativa de impedimento de livre acesso dos moradores à comunidade e à praia de Parnaíba, juntamente à presença de segurança privada em terras ditas como “da empresa” – WPR/WTorre –, conhecidos localmente como *jagunços*, e a derrubada de casas tornaram-se ações cotidianas, e isto não é pontuado, por exemplo como ação da empresa, mas de grupos não ligados diretamente a ela, ainda que estejam em sua folha de pagamento.

da empresa. Podemos exemplificar o conceito de desenvolvimento sustentável para a empresa Vale a partir do seguinte trecho retirado do relatório de 2006:

Os resultados em 2006 confirmam o acerto dessa estratégia de sustentabilidade e revelam a dedicação das lideranças e dos empregados ao implementá-la. A Vale encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 13,4 bilhões, 29% superior ao de 2005, o que significou uma rentabilidade de R\$ 5,56 por ação da Companhia. Além disso, nossas exportações atingiram a marca de US\$ 9,7 bilhões, representando um aumento de 37,5% em relação ao ano anterior. Entre nossos recordes comerciais, destacam-se as vendas de minério de ferro e pelotas, que chegaram a 272,6 milhões de toneladas; e o transporte ferroviário de carga geral para clientes, com uma movimentação de 28,9 bilhões de toneladas por quilômetro útil. *A robustez nos negócios foi acompanhada pelos investimentos socioambientais.* Além dos R\$ 286 milhões investidos em ações sociais e outros R\$ 317 milhões em ações ambientais, a Companhia vem se destacando pelo desenvolvimento de programas estruturantes com as comunidades e pelas iniciativas de recuperação e preservação da biodiversidade. Com suas práticas, a Vale hoje influencia positivamente a agenda de desenvolvimento das diversas regiões onde atua (VALE, 2006: 09 – grifos nossos).

Ou seja, nas palavras do então presidente do Conselho de Administração da Vale, Sérgio Rosa, a empresa auferiu lucros maiores do que os do ano anterior (2005), e isso possibilitou um investimento em demandas sociais, ou *ações sociais*, em seus termos, produzindo uma “influência positiva” na agenda de desenvolvimento dos lugares de sua atuação. Contudo, podemos afirmar que a sustentabilidade, além de ser um *pilar estratégico* da empresa, de acordo com sua Política de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (2012), é também *estratégia de marketing e justificativa de atuação*, o que pudemos perceber nos relatórios dos anos posteriores. No relatório de 2006, a presença da referida atuação da empresa em comunidades com as quais “dialoga” e “convive” se deu da seguinte forma:

- a) Atendendo as necessidades das comunidades e viabilizando as atividades da Companhia, procurando relacionar as comunidades locais à lógica do empreendimento, trazendo garantias de lucro:

Em 2006, foram feitos investimentos diretos pela Companhia de cerca de R\$ 20 milhões (mais gastos internos) em comunidades indígenas, beneficiando mais de 3.700 índios nos Estados do Pará, Maranhão e Minas Gerais. As ações e os recursos variam caso a caso, de acordo com a realidade de cada comunidade. Com base na política de relacionamento da Companhia, o projeto Onça Puma deu início às atividades de aproveitamento dos depósitos de níquel laterítico – que se estendem pelos municípios de Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Parauapebas, no Pará. A política inclui o estabelecimento de garantias para que as comunidades indígenas usufruam os

benefícios gerados pelo projeto e de medidas para prevenir ou minorar eventuais efeitos adversos sobre as comunidades (VALE, 2006: 88).

b) Preservação da cultura local e da continuidade das comunidades:

Ao relacionar-se com as comunidades, a Vale procura entender a diversidade sociocultural de cada território e buscar soluções conjuntas para desenvolver as potencialidades das populações e, ao mesmo tempo, viabilizar as atividades da Companhia. [...] A Companhia tem como princípio promover ações que venham a garantir, no futuro, a manutenção dos membros dessas comunidades, a preservação de suas culturas e a geração de recursos para que se tornem auto-sustentáveis (VALE, 2006: 88).

c) Melhorias nas condições de vida das comunidades:

No Pará, as comunidades Xikrin-Cateté, Xikrin-Djudjêkô, Gaviões-Parkatêjê e Gaviões-Krikatêjê obtiveram apoio para atividades produtivas e foram beneficiadas com a construção de casas nas aldeias. Além disso, a Vale participou do custeio de despesas com alimentação, remédios, educação, material escolar e forneceu assistência médica suplementar. [...] A Companhia investiu em melhorias de infra-estrutura importantes, como a manutenção da estrada que passa pela reserva Xikrin-Djudjêkô e a construção de estrada, hospital e rede de saneamento, entre outras obras, para os Gaviões-Parkatêjê, no Pará. A reconstrução da ponte sobre o Rio Eme, na reserva dos índios Krenak, em Minas Gerais, e o custeio das despesas da aldeia e de assistência médica suplementar também foram ações da Companhia no último ano (VALE, 2006: 88).

d) Atendimento de demandas locais:

Diversas ações da Companhia em 2006 beneficiaram 13 comunidades quilombolas [...]. No total, essas comunidades somam 650 famílias, das quais cerca de 215 têm relação direta com o empreendimento. A Companhia investiu em obras, como construção de posto de saúde, implantação do Projeto Casa Familiar Rural, recuperação da ponte de Jambuaçu e construção de 33 quilômetros de estrada – e no apoio à implementação de projetos de voluntariado. Em virtude de reivindicações feitas pelas comunidades quilombolas de Moju em dezembro de 2006, a Vale comprometeu-se, em novo termo de acordo firmado em fevereiro de 2007, a finalizar as obras acima relacionadas, a corrigir eventuais impactos gerados pela instalação do mineroduto da empresa na localidade e a acelerar medidas de mitigação, realizando um estudo para mapear potencialidades produtivas e apoiar projetos voltados à sustentabilidade da comunidade (VALE, 2006: 88).

Analisando as assertivas anteriores, podemos perceber que “desenvolver as potencialidades das populações”, gerar “recursos para que se tornem autossustentáveis”, estabelecer “garantias para que as comunidades indígenas usufruam os benefícios gerados pelo projeto e de medidas para prevenir ou minorar eventuais efeitos adversos sobre as comunidades” surgem como termos ou mesmo sentenças para dizer de forma “politicamente

correta” o que seria “inserir as comunidades locais na lógica da autorreprodução capitalista”. Nesta direção, o “apoio para atividades produtivas”, a “construção de 33 quilômetros de estrada” e a realização de “estudo para mapear potencialidades produtivas e apoiar projetos voltados à sustentabilidade da comunidade” parece demonstrar uma concepção de sustentabilidade como termo abrangente que ameniza as atividades impactantes da empresa, mas também parece se colocar como capital simbólico no sentido de indicar uma ação tutelar que leva a “sustentabilidade” para as comunidades locais – não um aproveitamento das relações historicamente estabelecidas pelas populações locais como sustentáveis, em seus sentidos específicos de reprodução da vida, por exemplo, mas como uma forma de tutelar o ingresso dessas populações no desenvolvimentismo e, por fim, no capitalismo, naquela lógica que ainda se faz sentir de incorporação da diferença e sua transformação radical vendida como a única saída. E esta ação é lucrativa, já que a empresa (e de modo geral, as empresas como parte do setor dominante) recebe concessões fiscais, prêmios e garantias com sua imagem de sustentável. Mais um processo, a nosso ver, de violência simbólica, porque *apagamento*.

Observe-se que as atividades desenvolvidas junto a diversas comunidades – povos indígenas e populações tradicionais – são ações em termos de lucro e capital, podendo aparecer em medidas monetárias como dólar e real. Palavras como *benefício*, *investimento*, *comprometimento*, *medidas de mitigação* e outras mais são utilizadas recorrentemente, numa produção de sentido *eficaz* que denota a empresa como promotora real, portanto verificável em números, de desenvolvimento. A respeito, ainda, das medidas mitigatórias, pudemos perceber que esta lógica não se refere apenas à atuação da empresa Vale, adentrando em outros espaços como governos. Inclusive em relação à criação jurídica da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, segundo o procurador da República Alexandre Soares, em entrevista concedida a nós em 02.12.16, a alternativa mais recente, que remete a 2016, de acordo com o governo do Estado, é a de promover medidas alternativas nos termos de políticas públicas para as comunidades da RESEX, ao invés de implantar a referida reserva, cuja demanda remete a 2003.¹²⁶ Por este e mais outros motivos podemos nos questionar se estariam imbricados, em interesses semelhantes, empresas e Estado, chegando em algumas situações a apresentar, o segundo, as

¹²⁶ Esta informação pode ser apurada na Ação Judicial nº 36138-02.2013.4.01.3700, contra ICMBio, Estado e União para obrigá-los a definir o prazo de criação ou não da RESEX, disponível na sede da Justiça Federal em São Luís, Maranhão, de acordo com informação disponibilizada pelo procurador Alexandre Soares ao final da entrevista de 02.12.16.

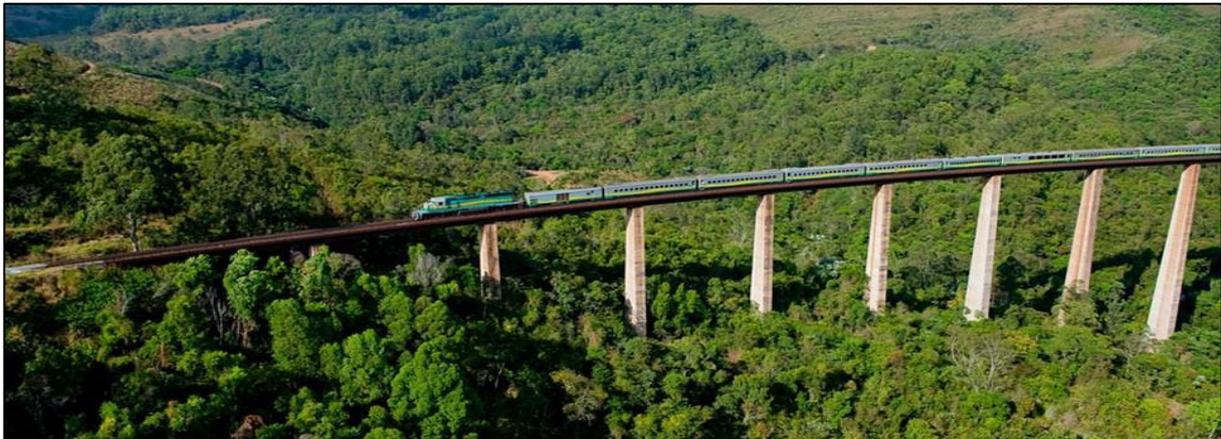
empresas como únicas capazes de modificar a realidade para algo melhor, devido à sua *eficácia*. A esse respeito, e não apontando ainda dados nesse sentido, passemos ao próximo tópico.

3.1.2 “Empresas eficazes”

Desde o primeiro relatório que analisamos pudemos notar um esforço recorrente em demonstrar a eficácia das ações da empresa Vale, especialmente aquelas voltadas para atender a demandas de comunidades afetadas pela empresa, como indígenas e quilombolas. Como as doze comunidades que compõem o traçado da autointitulada RESEX de Tauá-Mirim estão localizadas próximas à sede da Vale em São Luís e à Estrada de Ferro Carajás, buscamos encontrar menções a essas comunidades nos relatórios analisados, entretanto, quando encontramos alguma informação, foi em termos genéricos. Alguns motivos podem ser elencados, como a ocorrência de incidentes com comunidades indígenas e quilombolas em maior frequência poder negativar a imagem da empresa, por conta da atenção especial dada a povos indígenas e quilombolas no texto constitucional de 1988, e do apelo midiático que tais incidentes podem promover, diferentemente do que ocorre em relação a comunidades tradicionais mais associadas ao meio urbano, consideradas em muitos casos como completamente urbanas, sendo este o caso das comunidades da referida RESEX.

Entretanto, em todas as referências a comunidades locais ou termos correlatos, as informações disponibilizadas no relatório estavam dispostas de maneira a produzir um efeito de sentido direcionado a demonstrar a eficiência dos funcionários da empresa em tratar estas *questões sensíveis*. No evento sobre o Terminal de Grãos e o Corredor Norte-Sul promovido pela Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA), em 2016, pudemos perceber a abrangência desta imagem de “empresa responsável” que a Vale possui. A última palestra foi de um representante da Vale, e isto caracterizou, a nosso ver, um ato simbólico: fechava-se o evento com “chave de ouro”, apresentando a receita da empresa de sucesso em todos os âmbitos de sua atuação. Inclusive a forma de apresentação dos *powerpoints* seguiram uma lógica que está presente nos relatórios analisados: um contraste entre cores vibrantes, pessoas diversas contentes e paisagens grandiosas que remetem à cadeia produtiva da empresa e à natureza com a qual mistura-se o empreendimento nas localidades brasileiras e estrangeiras onde está instalado. O contraste dessas imagens produz uma mensagem: a grandiosidade do sucesso da empresa é também o do Brasil, pois a Vale *é o Brasil*.

Figura 5. A Vale é o Brasil



Logística

A Vale é a empresa que mais investe em logística no Brasil. Para garantir agilidade e segurança no transporte de nosso minério, temos uma rede de logística que integra minas, ferrovias, navios e portos. Contamos com infraestrutura própria, transportamos carga para terceiros e oferecemos duas linhas de trem de passageiros no Brasil.



Expansão EFC

Aumento da capacidade de transporte da EFC:

- 570 km de duplicações
- 226 km de renovações
- aquisição de 48 locomotivas e 4492 vagões



Fonte: Apresentação de powerpoint ministrada por Adriano Mansk no 28º Encontro sobre o Corredor Centro-Norte: o estado da arte do TEGRAM e Ferrovia Norte-Sul, 2016.

A lógica é do impedimento, empecilho ou mesmo barreira que comunidades indígenas, por exemplo, configuram para a empresa. Os diálogos que podem ser efetuados aparecem em termos de políticas mitigatórias, o que muitas vezes são apenas pequenas respostas dadas a grandes problemas, como o deslocamento compulsório. Cursos profissionalizantes, ensino de educação ambiental voltado para a prática da reciclagem, cursos de capacitação de professores e outras iniciativas surgem como medidas paliativas para a atuação da empresa em comunidades que têm seus modos de vida modificados a ponto de precisarem de um curso profissionalizante para obter emprego, já que o tradicional meio de vida, como a agricultura, fica impossibilitado pela atuação da empresa.

Nesse sentido, a Rede Justiça nos Trilhos tem feito monitoramento de ações negativas da empresa junto a outras entidades como a Comissão Pastoral da Terra, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, entre outras, e possui dados já publicizados de diversas violações de direitos a partir da atuação da empresa, tendo custado a ela o prêmio de pior empresa do mundo no *Public Eye Awards*, em 2012. Segundo o *Relatório de Insustentabilidade da Vale de 2012* (JnT, 2012), este prêmio é concedido por voto popular e entregue durante o Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça. A Rede Justiça nos Trilhos publica, desde 2012, relatórios de insustentabilidade da empresa Vale, nos quais monitora sua atuação a partir dos impactos causados a comunidades e outros grupos sociais, como povos indígenas e quilombolas, nos países em que a empresa atua. O relatório possui inclusive uma interface similar à do relatório de sustentabilidade da Vale, com o intuito de contrastar dados que aparecem como positivos. Se, no relatório da empresa, um dos destaques é a ação comunitária, no relatório da rede, o foco é nos efeitos perversos do processo, como buscamos reproduzir a seguir:

Figura 6. Item *Pessoas* do Relatório de Sustentabilidade de 2013 (Vale S.A.)



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale, 2013.

Figura 7. Item *Pessoas* do Relatório de Insustentabilidade de 2015 (Justiça nos Trilhos)



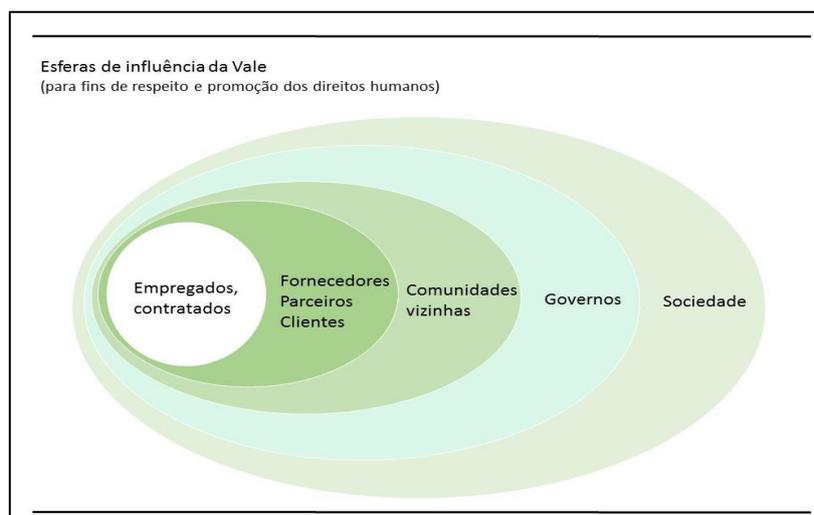
Fonte: Relatório de Insustentabilidade de 2015 produzido pela ONG Justiça nos Trilhos.

Em ambos encontramos imagens similares e contrastantes: no primeiro relatório – destaques nas imagens anteriores –, os números confirmam a “opção pelas pessoas” da empresa Vale, pois a empregabilidade (“212,4 mil. é o número de empregados, entre próprios e terceiros, com contrato de trabalho por tempo indeterminado ao fim de 2013”; “A participação das mulheres no total de empregados próprios foi de 13%”), a redução do déficit educacional (“22% foi quanto a Vale reduziu o *déficit* educacional entre os empregados de nível técnico-operacional, desde 2012”), o investimento na saúde (“US\$ 3 mi serão destinados, durante três anos, pela Vale a ações de combate à malária desenvolvidas por instituições em Moçambique e no Malawi, na África”) e as ações sociais desenvolvidas em comunidades afetadas pela empresa (“122 mil indígenas e membros de comunidades tradicionais foram beneficiados por ações voluntárias e obrigatórias da Vale. Desse total, 28 mil vivem no Brasil, distribuídos em 11 povos indígenas e 46 comunidades tradicionais”) são índices de sua atuação positiva, ainda que produza problemas característicos da exploração mineral.

No segundo relatório, outra face da empregabilidade (“Já no início deste ano de 2015, um trabalhador de 43 anos teve sua vida roubada, vítima de um acidente fatal na Mina de Fábrica Nova (Mariana/MG), fruto do aumento da carga de trabalho e da pressão sobre os trabalhadores para aumentar a produção da empresa”; “Investigações incriminam a Vale pelo óbito de dois trabalhadores na Mina de Níquel Stobie em Sudbury em 2013”), desastres e mortes (“Viagens clandestinas de crianças e adolescentes, especialmente dentro das composições que transportam minério de ferro, acontecem em situações de extrema precariedade [...]”; “Terminal marítimo de Teluk Rubiah impactou atividades econômicas tradicionais da região, tais como a pesca e o turismo. Moradores denunciaram a falta de transparência sobre os estudos de impacto ambiental, bem como os planos de mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais”) produzem o efeito contrário ao que seria o “legado positivo” da empresa, também perceptível em números (“1313 famílias afetadas em Moçambique – Poluição atmosférica, devida à exploração de carvão, e reassentamento em condições precárias de cerca de 1313 famílias”).

Estes são apenas alguns exemplos que apontamos para elucidar nossa questão: como duas imagens contrastantes como essas podem subsistir atreladas a uma mesma *entidade*? Encontramos algumas respostas inclusive na forma de atuação incisiva da empresa, que fica mascarada por seus diversos prêmios e selos verdes auferidos pelo trabalho coletivo de muitos funcionários ao longo dos anos. A atuação da empresa, nesse sentido, difunde-se segundo esferas de atuação, como as reproduzidas a seguir:

Figura 8. Esferas de influência da Vale



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2008, adaptado pela autora.¹²⁷

Embora seja uma ilustração que refere-se à atuação para promoção de direitos humanos e respeito, de acordo com a coleta de dados a partir de entrevistas percebemos que esta atuação amplia-se para influências em promoção de políticas públicas, pareceres favoráveis aos empreendimentos da empresa e ainda assentos em instituições estratégicas, inclusive apropriando-se de lugares sociais historicamente associados a setores marginalizados do processo político que vêm buscando formas de adentrar nesse espaço com suas reivindicações, como sindicatos e movimentos sociais. A esse respeito, é sintomática a constituição de um movimento empresarial voltado para a conservação de biodiversidade, o Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (MEB), criado pela Vale, junto com empresas como a Alcoa, a Natura e o Walmart, em 2010. O processo de *onguização* do país, descrito por Virgínia Fontes (2010) e também por Joana Coutinho (2011), pode ser compreendido quando percebemos uma profusão de movimentos e ONGs de caráter empresarial nos últimos tempos, desde a implantação incisiva de parâmetros neoliberais no Brasil a partir do governo Fernando Collor (1990-1992, sucedido por Itamar Franco de 1993 a 1994) e com maior ênfase nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Para esta autora, a multiplicação de ONGs retira uma característica reivindicatória de sindicatos (desmobilizados por conta de várias medidas, como a instituição do sindicato único, a criação de sindicatos pelegos, etc.) e movimentos tradicionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (depreciados grandemente pela grande mídia corporativa),

¹²⁷ Também aparece no Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2009.

produzindo uma dissolução de lutas que estavam unificadas, demonstrando o caráter violento e opressor do sistema vigente. Nesse bojo, instituições empresariais já fortemente engajadas desde a Ditadura Empresarial-Militar encontram amplo espaço para sua inserção em postos de comando sob uma capa de “empresa ecologicamente correta”, como é o caso da Vale.

A produção de dados concisos e de fácil compreensão para um determinado público, como pesquisadores e acadêmicos, também produz um efeito de sentido voltado para a demonstração palpável da eficácia da empresa em suas ações voltadas para o meio ambiente e para as pessoas:

Figura 9. Gastos da Vale com comunidades a partir do Relatório de Sustentabilidade de 2010



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2010.

Em outros relatórios encontramos informações mais precisas e apresentadas de forma chamativa, com cores vibrantes e elementos gráficos que produzem fácil associação entre a informação e a mensagem positiva que se deseja passar. Além disso, sempre são ressaltados os gastos com as pessoas e com o meio ambiente, como na imagem anterior, mas isso não é apresentado de forma explícita como uma exigência de acordos e pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário, nem como um gasto que a empresa conscientemente despende a fim de manter seu “padrão de qualidade”, e sim como parte do papel de *ajuda* que a Vale possui.

Nesse sentido, observamos ainda um aspecto que chamou grandemente nossa atenção em todos os relatórios da Alcoa/ALUMAR por nós analisados: o emprego de trabalho voluntário em diversas atividades da empresa voltadas para comunidades com as quais lida. Aliás, a partir das informações disponibilizadas por Rosana Mesquita em entrevista concedida a nós em 03.12.16, a ação de voluntários em programas ditos sociais na Zona Rural é constante, nos chamados *Action Day* e em *workshops*, mais fortemente do que a empresa Vale, pois para Rosana Mesquita, a Alcoa, como ALUMAR, está mais presente na Zona Rural do que a Vale, enquanto entidades que promovem projetos de auxílio e capacitação às pessoas das comunidades afetadas. Resta-nos saber se sua presença enquanto mineradora não seria também forte.

Algumas informações apresentadas no relatório de 2011, 2014 e 2015 falam a respeito disso:

Desde 1995, o Instituto Alcoa e a Alcoa Foundation investiram cerca de R\$ 113 milhões em mais de 2.100 projetos, beneficiando 39 cidades brasileiras. A contribuição dos funcionários já resultou em mais de 1.4 milhão de horas de trabalho voluntário. Somente em 2015, foram investidos R\$ 8,8 milhões em projetos locais e programas de voluntariado, beneficiando 75 mil pessoas. Foram mais de 13 mil horas destinadas ao trabalho voluntário (ALCOA, 2015: 45).

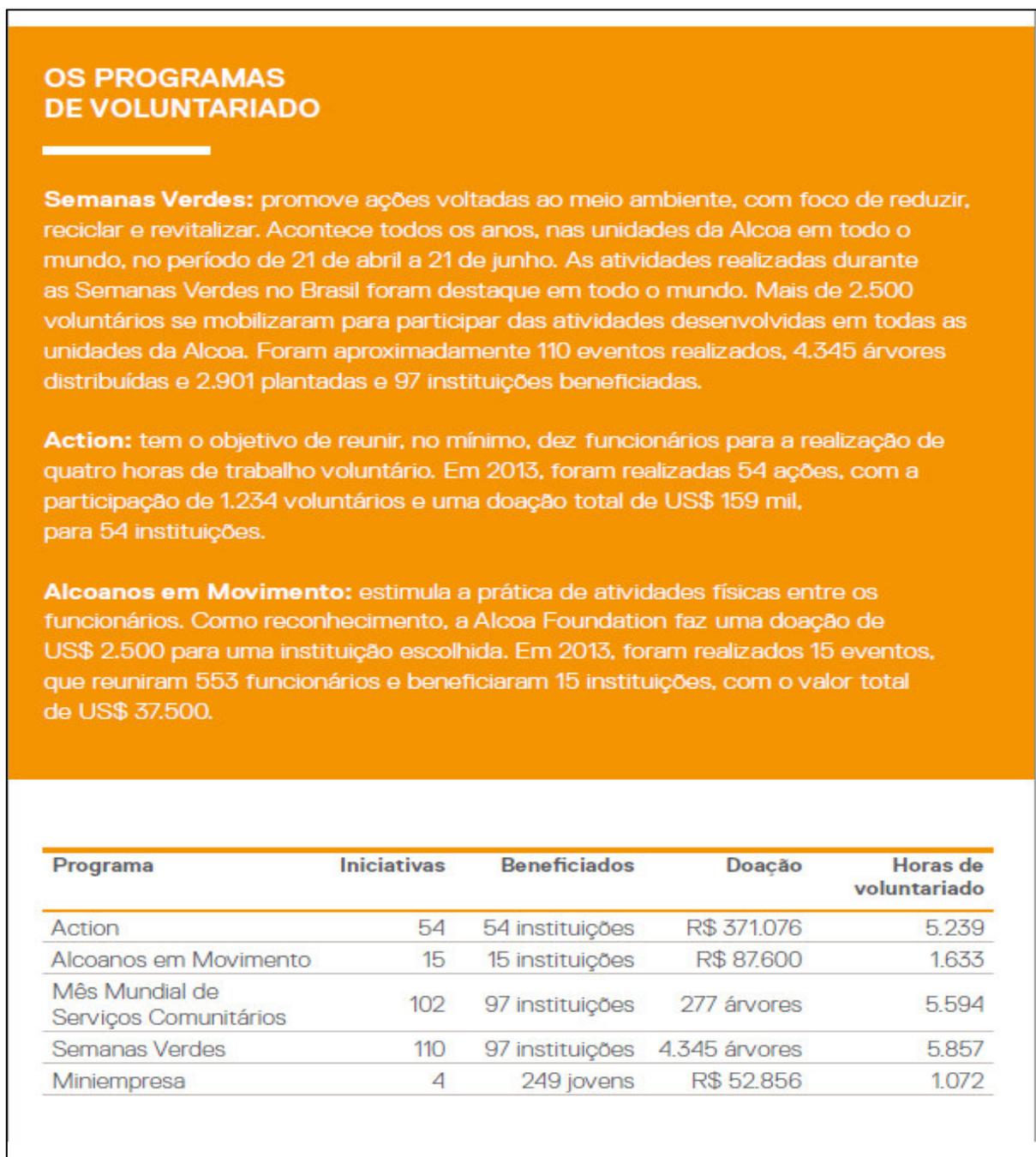
Em 2014, voluntários da Alcoa atuaram em ações comunitárias, fazendo a diferença para muitas pessoas. Durante as Semanas Verdes, todas as unidades da Alcoa promoveram ações voltadas ao meio ambiente, com foco em reduzir, reciclar e revitalizar. Foram mais de 1,2 mil voluntários, 60 eventos realizados, mais de 28 mil mudas plantadas ou distribuídas, 17 mil horas de trabalho voluntário e 60 instituições beneficiadas (ALCOA, 2014: 11)

A visão da Alcoa é a de que *as comunidades sejam sustentáveis e protagonistas de seu próprio desenvolvimento, pleiteando direitos e acessando recursos de forma autônoma e independente*. Para tanto, utiliza como ferramenta de gestão o *Community Framework*, um guia para pensar os impactos sociais do negócio e desenvolver uma estratégia para abordar problemas e oportunidades em torno de oito fatores principais, que envolvem

relações governamentais, mídia e comunicação, voluntariado dos funcionários, investimento na comunidade e relações comunitárias (ALCOA, 2011: 16 – grifos nossos).

E ainda, alguns gráficos e imagens apresentados nos relatórios de 2013, 2014 e 2015 condensam essas informações:

Figura 10. Algumas ações do voluntariado Alcoa



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da ALCOA de 2016.

Nos destaques da figura 10 são apresentadas três “programações” relacionadas aos funcionários *transformados* em voluntários ou colaboradores: Semanas Verdes, *Action* e Alcoanos em Movimento. Podemos perceber que há uma preocupação em apresentar temas como os da reciclagem e redução de poluição, por exemplo, como foco das ações voluntárias principalmente no interior das unidades da empresa. O *Action*, contudo, é realizado também em comunidades que estão na área de abrangência da empresa, como é o caso do Taim, conforme relatado por Rosana Mesquita em entrevista concedida a nós em 02.12.16. Esta programação também é composta por capacitações a moradores das comunidades com o intuito de pleitearem projetos de desenvolvimento sustentável que, contraditoriamente, segundo a entrevistada, não são aceitos em seus objetivos completos elencados pelos membros das comunidades¹²⁸.

Chama a atenção a ênfase nos funcionários, em sua atuação enquanto voluntários (pelos menos 4 horas de trabalho voluntários) e em sua ação enquanto indivíduos saudáveis, portanto, para o trabalho, desenvolvendo atividades físicas no Alcoanos em movimento. Inclusive a utilização do termo *alcoanos* demarca um lugar social: não são apenas funcionários, o que indicaria uma relação tradicional entre empregados e patrões, mas “vestem a camisa da empresa”, ou seja, tornam-se a empresa, portanto, como alcoanos. Dessa forma, suas ações devem ser sustentáveis, politicamente corretas e seus corpos saudáveis, pois esta é a imagem da empresa corporificada nos *alcoanos*.

Alguns números dão conta da quantidade de ações voluntárias e funcionários envolvidos:

Figura 11. Voluntariado da ALCOA em números

VOLUNTARIADO NA ALCOA*				
Programa	Iniciativas	Beneficiados	Doação (R\$)	Horas de voluntariado
Action	54	5.386	476.476,60	6.894
Alcoanos em Movimento	26	1.680	164.302,50	2.126
Mês Mundial de Serviços Comunitários	55	4.830	0,00	7.327
Semanas Verdes	40	5.322	0,00	6.242
Miniempresa	5	170	51.460,00	452

*Para os programas *Mês Mundial de Serviços Comunitários* e *Semanas Verdes*, foram consideradas iniciativas além dos *Actions* e dos *Alcoanos em Movimento*.

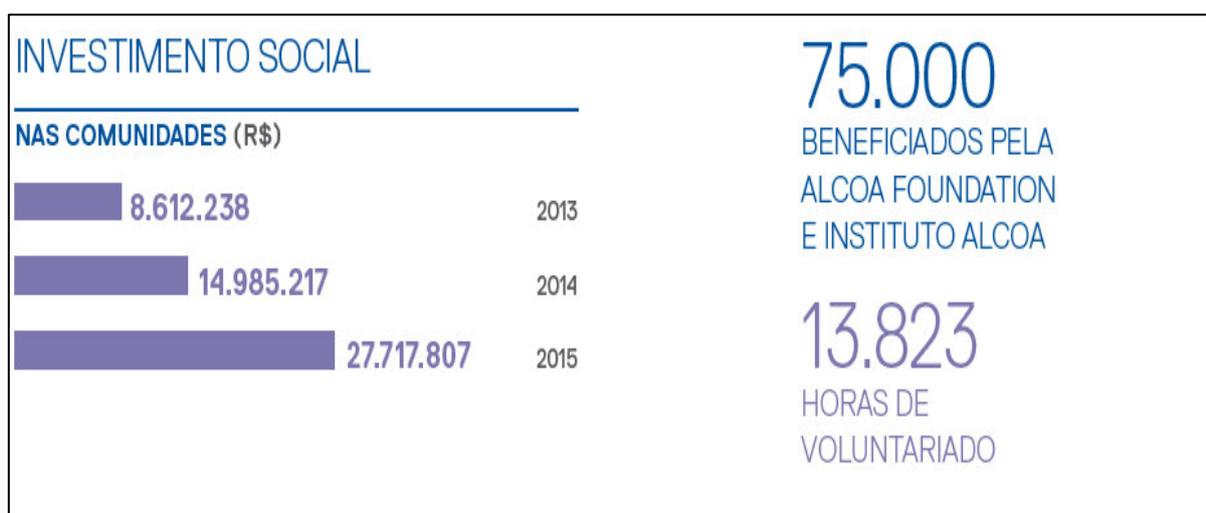
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014 31

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Alcoa de 2014.

¹²⁸ Descreveremos esse processo adiante.

O cálculo do trabalho voluntário é medido em pessoas, dinheiro e horas, ou nos termos *beneficiados, doação e horas de voluntariado*. Estes dados são sintomas de uma violência simbólica, a nosso ver, que consiste em retirar os trabalhadores de sua atividade produtiva remunerada e colocá-los em atividades produtivas não remuneradas perpassadas por um discurso que os apresenta como corretos, cidadãos de bem e parte de um “mundo melhor”, mais *sustentável*. Esse discurso os apresenta como modelos para a sociedade, mas todo o trabalho não remunerado que é efetuado nos termos do voluntariado acaba por contribuir para que a imagem da empresa como *entidade* seja ressaltada, não a dos funcionários. Afinal, quando os prêmios por melhores índices de sustentabilidade são obtidos, estes não vão para a remuneração dos funcionários, os *alcoanos*. E menos ainda para as comunidades em que ocorrem as ações voluntárias.

Figura 12. Voluntariado da Alcoa em comunidades



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da ALCOA de 2015.

Como exposto anteriormente, uma das missões apregoadas pela empresa em seus relatórios de sustentabilidade é a de que sejam proporcionados, para as comunidades onde atua, meios destas tornarem-se sustentáveis e protagonistas de seu desenvolvimento, e termos como *autonomia e independência* são evocados. Nesse sentido, o voluntariado agiria como vetor desta sustentabilidade comunitária, catalisando o desenvolvimento regional e local, como expressado na figura abaixo:

Figura 13. Desenvolvimento local e regional em forma de voluntariado em 2014

DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL		
Programa de Apoio a Projetos Locais do Instituto Alcoa	Investidos mais de R\$ 4 milhões no Programa de Apoio a Projetos Locais, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, trabalho e renda, segurança e governança	Manter o Programa de Apoio a Projetos Locais e aumentar o número de projetos regionais. Aprimorar eficiência e agilidade via Sistema de Gestão do Instituto Alcoa
Iniciar a segunda fase do Programa Ecoa – Educação Comunitária Ambiental	Avaliações da primeira fase do programa e planejamento e estruturação da segunda fase do Programa Ecoa	Avaliações com professores e gestores do sistema público de ensino, estudantes e comunidade em geral
Aumentar a participação de funcionários nos programas de voluntariado	Mais de 2 mil voluntários participaram de ações comunitárias em 2013 e foram reconhecidos pela liderança da companhia no Dia Internacional do Voluntariado	Envolver funcionários nos Desafios Voluntários durante as Semanas Verdes e o Mês Mundial de Serviços Comunitários

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Alcoa de 2014.

Para nós, é processada uma violência simbólica com dupla feição: de um lado, é desconsiderado que formas locais de existência possam ser sustentáveis em suas especificidades, ainda que inseridas dentro do sistema capitalista, cuja tendência é a de englobar outros sistemas; de outro lado, mascaram-se formas de não-trabalho cuja execução retira dos trabalhadores horas de descanso e lazer, por exemplo, e não produz remuneração em dinheiro na forma salário, cujos resultados são apropriados pela empresa como entidade, ao invés de seus funcionários. Dessa forma, a eficácia da empresa é a de seus funcionários como promotores de sustentabilidade, porém os resultados em termos monetários, já que estamos falando de uma relação de trabalho ou assalariamento, não se configuram para estas pessoas.

Portanto, estamos falando do processo de flexibilização do capitalismo descrito por autores como Virgínia Fontes (2010) e Marcelo Badaró Mattos (2009), que afirma ser este um sistema produtor de novas formas de não-trabalho mascaradas de voluntarismo, retirando os trabalhadores de seus momentos de descanso e lazer conquistados por lutas diversas. Inclusive esta prática de voluntariado aparece como parte de uma transformação de pessoas enraizadas em práticas próprias de sociabilidade em sujeitos autocentrados em relação com outros muitos sujeitos pelo mundo, produzindo redes de sustentabilidade a partir de suas ações individuais, como *consumidores conscientes*. É necessário ressaltar que esta transformação de práticas é lucrativa para os empreendimentos e, em consequência, para o sistema capitalista, pois torna

mais fácil a execução da vigilância de trabalhadores em horários fora de seu regime de trabalho, a submissão mascarada a um regime de consumo de produtos e práticas “verdes”, e um afastamento do cerne dos problemas que situa-se na atuação predatória desses empreendimentos, cuja ação passa a culpabilizar os indivíduos pelas práticas não ecológicas e não o sistema como um complexo predatório de degradação ambiental ao longo de uma cadeia produtiva.

Os empreendimentos, *entidades eficazes*, passam a transmitir práticas próprias de consumo consciente, discurso politicamente correto e desenvolvimento sustentável nas localidades onde atuam a partir de seus funcionários, público-alvo e canais de divulgação. Estas práticas entram em conflito com práticas de outros grupos sociais já estabelecidos, com diversos graus de mobilização, resistência e/ou desagregação, podendo potencializar a transformação das práticas ou a ampliação da resistência. A territorialização do empreendimento também ocorre nesta situação em que não apenas a estrutura física da empresa adentra num espaço já povoado, mas a superestrutura que acompanha as imediações físicas também passa a compor o conflito, como um elemento de forte abrangência. Podemos pensar, ainda, nas implicações desta territorialização de um ou mais empreendimentos numa *região*, como é o caso da nossa área de estudo, em sua denominação *Distrito Industrial*. Pelos motivos já explicitados, optamos por relacionar e analisar apenas dois empreendimentos situados na região (Vale e Alcoa), contudo, ainda outras empresas estão localizadas no referido espaço, como a Eneva-EON (antiga MPX), os portos do Itaqui e Ponta da Madeira (este último relacionado à Vale), fábricas de fertilizantes e, ainda, a possibilidade de implantação de mais um porto da empresa WPR na comunidade Cajueiro. Todos estes empreendimentos estão localizados em espaços que fazem parte do território de comunidades, ou já fizeram (por conta de deslocamentos), e conformam também um mosaico, assim como o das comunidades, mas de abrangência física e política ainda maior do que a delas, pois possuem garantias que advém de setores governamentais.

3.1.3 Relações governos, empresas e comunidades

Podemos citar dois momentos em que a ligação direta entre representantes governamentais e empresariais ficou explicitada. A primeira, durante as audiências públicas ocorridas por conta da possibilidade de instalação do Polo Siderúrgico na região da Zona Rural II em meados de 2004 e no ano de 2005, de acordo com as análises de Sousa (2009); a segunda,

durante o processo de revisão de capítulos do Plano Diretor do município de São Luís, em 2015, que acompanhamos diretamente. Pudemos, a partir de observação participante, mapear alguns agentes, como INCID, FIEMA e SINDUSCON, atuando de forma unificada a partir de seus representantes. Analisando as gravações coletadas durante as audiências,¹²⁹ pudemos perceber diversas falas em que a relação entre os empreendimentos, ou uma *esfera privada*, e os governos, ou a *esfera pública*, ficaram perceptíveis. Citaremos, como exemplo, a atuação de um ex-secretário de Meio Ambiente que, na audiência ocorrida na UFMA, perpetrou falas nas quais afirmava a não necessidade de alargamento da faixa costeira que os edifícios devem ter, quando localizados em praias, para evitar poluição advinda de esgotos, adensamento de habitação e assoreamento. Para tanto, usou sua experiência enquanto gestor municipal para demonstrar que não há possibilidades de fiscalização por parte da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) dessas construções, entretanto, em nenhum momento afirmou que já foi secretário da SEMA, fato que foi elucidado por um jornalista logo após a fala do ex-secretário.

Durante a Conferência da Cidade de 2015, momento em que são eleitos membros para o Conselho da Cidade (Concid) e também delegados para a conferência estadual, pudemos notar signos desta articulação que estamos buscando acentuar: o local escolhido foi o auditório da FIEMA, localizado no bairro COHAMA, sem nenhuma divulgação em outdoors, televisão, jornais impressos, carros de som, apenas publicações pequenas em redes sociais, como o *facebook* da Prefeitura, alimentando a continuidade desse tipo de prática que veio sendo realizada em todo o processo de revisão do Plano Diretor de São Luís desde 2014. A falta de publicidade e informações foi denunciada pelos participantes da conferência, que teve inclusive seu andamento subvertido pela população que se fez presente, modificando a metodologia e produzindo decisões diferentes das que provavelmente seriam resultantes do processo.

Tanto no processo de audiências públicas para revisão do Plano Diretor de São Luís quanto na realização da Conferência da Cidade ocorreu interferência direta dos ministérios públicos Federal e Estadual, no primeiro caso, embargando as audiências a partir da averiguação das denúncias de ilegalidade de moradores de bairros, membros de comunidades da Zona Rural e ainda grupos, como sindicatos, movimentos sociais e grupos de pesquisa, num esforço deliberado de transformar um processo permeado por falhas em um espaço de discussões da política pública urbana e rural.

¹²⁹ Especificadas no Quadro 1.

Foi perceptível que a influência do empresariado local, representada por instituições como o SINDUSCON e a FIEMA, era deliberada e executada concomitantemente às orientações do governo municipal, representado pelo INCID. Esta prática vem sendo efetuada durante todo o processo histórico de tentativa de constituição de um Distrito Industrial em São Luís, e também da RESEX de Tauá-Mirim, como nos exemplos citados anteriormente. E estas ações não podem ser compreendidas sem a observação de que respondem também à lógica econômica vigente, alinhadas que estão à esfera global do capitalismo. Em falas, como a do atual governador do Maranhão, Flávio Dino, o Estado precisa de um “choque de capitalismo”, e sua gestão tem trabalhado a partir da lógica da conciliação, ou *consenso*, buscando aliar interesses dos grupos que tradicionalmente discutem mudanças voltadas para os anseios populares na esfera governativa a interesses do empresariado, segundo o governante, um real promotor de desenvolvimento.¹³⁰ Simbolicamente, é importante perceber o efeito de sentido que a ausência de representantes governamentais, como o prefeito e o governador, em eventos ligados a demandas populares, como a controversa Conferência da Cidade, e sua presença em eventos como o já referido Seminário da FIEMA, que contou com a presença, na mesa de abertura, do governador Flávio Dino.

Os empreendimentos, como entidades de poder, se presentificam nas comunidades a partir de diversos representantes, como assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, biólogos, funcionários e voluntários, atuando em cursos de educação ambiental, torneios esportivos e ações sociais diversas, produzindo uma imagem positiva da ação da empresa, no intuito de ofuscar sua atuação enquanto agente econômico que promove retirada de recursos naturais nas terras comunitárias, permeadas por degradações ambientais e constrangimentos físicos, como os relatados por moradores da comunidade Cajueiro, cujo conflito ficou mais conhecido a partir de 2014, com a possibilidade de implantação de um porto privado da empresa WPR. Nos

¹³⁰ Na entrevista em que afirmou a necessidade do choque de capitalismo para o Maranhão, o governador Flávio Dino afirmou também que “durante a campanha, falaram muito sobre comunismo, que ia implantar o comunismo, e eu falava sobre a etimologia da palavra: comunismo é comunidade, comunhão. Dizia: 'defendemos que haja uma comunhão mais justa da riqueza. Aqui no Maranhão essa é a grande questão. [...] A gente precisa aumentar a riqueza, não há dúvida, mas garantir que o aumento não seja absoluto. Essa luta política é PIB versus IDH, pois o Sarney diz que é o PIB o mais importante, e eu digo que é IDH. Então do comunismo se aproveitam princípios e valores. São possíveis medidas inspiradas nesses valores, mas no limite de legalidade. Não vamos estatizar, nem coletivizar nada, mas buscar a distribuição”, apropriando-se de discussões a respeito do comunismo e traduzindo-as em seus termos, além de estabelecer uma distinção entre seu governo e os anteriores, como o de José Sarney, visto como preocupado apenas com o avanço econômico. Ao mesmo tempo em que pontua a necessidade do choque de capitalismo, tenta minimizar o efeito dessa afirmativa, falando em valores comunitários do comunismo – Entrevista feita por Carlos Madeiro, em 08.10.14, e disponível em <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/08/comunista-dino-promete-choque-de-capitalismo-no-ma.htm>. Acesso em 18.04.17.

relatórios socioambientais da empresa Vale encontramos alguns rastros dessa produção de sentido especialmente voltada para a *ajuda* às comunidades. Em sua Política de Desenvolvimento Sustentável (2009), a empresa enfatiza a importância da sustentabilidade como base para sua atuação. Há uma ênfase na dissipação dos males causados pela mineração a partir da aplicação de uma política sustentável:

A mineração é, por definição, uma atividade finita, limitada à vida útil da jazida mineral. O legado de sustentabilidade de nossas atividades depende do desenvolvimento – ao longo do ciclo mineral – de novas vocações econômicas que possam garantir a perpetuidade do bem-estar social, em equilíbrio com o meio ambiente (VALE, 2009: 01).

Observamos que o discurso da “vocação” também está presente na atuação da empresa. Se para o território da autointitulada RESEX de Tauá-Mirim o espaço é “naturalmente vocacionado para o desenvolvimento”, por conta de seu posicionamento estratégico numa área considerada de escoamento de produtos a empresa Vale o concebe como tendo uma “vocação econômica” que garante o bem-estar social equilibrado ao meio ambiente, a partir da ação sustentável da empresa, ainda que seja num dos ramos com maior possibilidade de degradações ambientais, como é a mineração. Produz-se um deslize semântico que indica a pertinência em se utilizar o termo “vocação”, cuja raiz refere-se a uma característica humana no âmbito do trabalho, agora remetida a espaços e instituições. Esta aproximação de características humanas a entidades não humanas também é útil para compreendermos os níveis de atuação dos empreendimentos, na promoção de hegemonia e consenso. Admite-se uma vocação para o espaço e para a instituição, e ela é mediada pela categoria de sustentabilidade.

A empresa Vale possui, segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2014, diversos canais de relacionamento, de acordo com os grupos com os quais mantem contato: para o público em geral, são os relatórios de sustentabilidade, a ouvidoria, o “fale conosco” (disponibilizados no site da empresa), os próprios sítios eletrônicos das unidades Global, Brasil, Canadá, Austrália, Indonésia, Japão, China e Nova Caledônia, Omã e Moçambique, as pesquisas de reputação em áreas de atuação em grandes capitais no Brasil, as campanhas de comunicação e as redes sociais (*facebook, youtube, twitter, linkedin* e *instagram*). Para acionistas, debenturistas e investidores, propiciam a comunicação a partir de Relatórios 20-F, *press releases*, impressos com “fatos relevantes”, convocações e atas da Assembleia Geral de Acionistas, relatórios financeiros trimestrais (ITR), formulários de referência, *Webcast* e *conference calls*, visitas às operações, encontros com investidores, correio eletrônico

(rio@vale.com), telefone de contato do Departamento de Relações com Investidores (55-21-3814-4540), ouvidoria, área de investidores (no site da empresa), e o aplicativo para iPad *Vale Investors & Media*. Para clientes, realizam campanhas, eventos especiais, visitas e encontros nas dependências, pesquisas de satisfação, além de servir-se da ouvidoria e do “Fale Conosco”. Para os seus funcionários, circulam um informativo eletrônico diário com interatividade, um informativo impresso mensal, jornais murais nas operações, publicações internas, além da intranet nas unidades Global, Brasil, Canadá, Moçambique, Suíça-Áustria e Malásia, “pesquisa global do empregado”, eventos especiais, campanhas internas e ações de comunicação direta, comitês de comunicação, ouvidoria, “Fale Conosco” e redes sociais.

E ainda, para fornecedores, realizam visitas e encontros nas dependências, programas de intercâmbio, reuniões estruturadas e *workshops* colaborativos, além da utilização da ouvidoria, do Portal Ariba (portal de avaliação e interface com os fornecedores), *Conference calls*, telefone e e-mails, disponíveis na área de Fornecedores no sítio eletrônico da empresa. Sua relação com comunidades locais, se dá, de acordo com as informações disponibilizadas pela empresa, a partir de “comitês de interlocução”, formados por reuniões periódicas entre os representantes, comunidades, poder público local e demais empresas presentes no território, além da realização de diagnósticos sociais participativos, diagnósticos socioeconômicos, encontros para consulta prévia, audiências públicas, visitas às unidades, processo de diálogo social, programas como o Programa Encontro com Lideranças, publicações de notícias, o “Alô Ferrovias” (canal de atendimento aos usuários dos trens de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM – e Estrada de Ferro Carajás – EFC, pelo telefone 0800 285 7000), ouvidoria, encontros de diálogo social e o que denominam de “contatos diretos” com a equipe de Relações com Comunidade (presenciais e por telefone), visitas às comunidades, contatos por telefone, contatos por e-mail, contatos diretos com demais áreas, contatos com as equipes da área de Segurança, contatos diretos com maquinistas e/ou demais equipes da ferrovia, além do Fale Conosco e as redes sociais. Por fim, seus contatos com o poder público e sociedade civil se dão com participação em associações e entidades, encontros para consulta prévia, entrevistas, ouvidoria, visitas e encontros nas dependências da empresa, participação em conferências, fóruns e debates; com a imprensa, há espaços de contato como a Sala de Imprensa, no site da empresa, o já referido aplicativo *Vale Investors & Media*, telefones e e-mails de contato com assessores, *Webcast*, coletivas de imprensa presenciais, *Conference calls*, entrevistas

presenciais, visitas às operações, visitas às redações, rodas de conversa, *releases* e notas, almoços de relacionamento e ouvidoria (VALE, 2014).

Chamou nossa atenção, obviamente, os canais de relacionamento com as comunidades e a apresentação do “contato direto” como importante fonte de conversação. Alguns contatos diretos, como aqueles entre membros de comunidades e seguranças, maquinistas e outros funcionários, podem ser melhor compreendidos a partir dos relatos de pessoas que estiveram em manifestações próximas às dependências da empresa, inclusive na EFC, acarretando em paralisações do tráfego dos trens, disponíveis nos relatórios da Rede Justiça nos Trilhos, e ainda durante a comercialização de alimentos e outros produtos que era tradicionalmente feita por membros de comunidades do entorno da ferrovia com passageiros dos trens, uma atividade perigosa, pela proximidade com o meio de transporte, mas necessária para a reprodução das famílias das comunidades. Questionamos se este canal de diálogo é um campo pacífico e consensual de contato, e se realmente poderia ser elencado como um dos meios *propiciados pela Vale* de contato entre a empresa e as comunidades, pois são campos em que as reivindicações e mesmo a presença “inoportuna” de pessoas tornam o clima tenso.¹³¹

Observamos que boa parte das ações das empresas Vale e Alcoa/ALUMAR voltadas para as comunidades apresentadas em seus relatórios de sustentabilidade referem-se à criação de parques botânicos ou outras unidades preservadas, somadas a cursos de educação ambiental cujo foco principal é a preservação do meio ambiente ligado a práticas de reciclagem e menor desperdício. Sobre esse ponto, ressaltamos novamente a perspectiva do voluntariado presente nos esforços da Alcoa/ALUMAR em apontar uma imagem ecologicamente correta de suas atividades, imputando a seus funcionários a missão de serem os representantes responsáveis por essa imagem.

¹³¹ Essa presença “inoportuna” foi recentemente proibida, por conta da chegada do novo trem de passageiros e da mudança em sua estrutura. O trem anterior era dividido em duas classes (econômica e executiva), sendo que a primeira não possuía algumas comodidades, como os assentos numerados, o serviço de bordo e ar condicionado, dependendo os passageiros desta classe dos produtos fornecidos pelos moradores das comunidades, como refeições. Com a mudança no trem, ambas as classes passaram a contar, por exemplo, com ar condicionado e, resultante disso, as janelas dos carros do trem foram fechadas, impedindo o contato dos passageiros com os vendedores de alimentos. É uma via de mão dupla: por um lado, equiparam-se as comodidades dos passageiros das duas classes, por outro, questões básicas como a alimentação ficaram comprometidas, pois os altos preços de alimentos no restaurante do trem impedem que todos possam compra-los, especialmente os passageiros com menor poder aquisitivo que normalmente viajam na classe econômica, e ainda é retirado um meio de trabalho para as pessoas que tradicionalmente vendiam seus alimentos no decorrer da ferrovia. Estas observações são possíveis pelo contato que temos com o trem de passageiros, obtidas em uma viagem em 01.04.17 e anotadas em caderno de campo.

A Alcoa/ALUMAR em São Luís possui um parque ambiental extenso que recebe visita de vários estudantes de escolas ludovicenses. Membros de comunidades vizinhas também podem ser recebidos, mas de acordo com Rosana Mesquita, as visitas raramente são aceitas. Em um dessas situações, a comunidade Taim promoveu uma espécie de subversão no caráter da visita, que seria de apresentar o parque como iniciativa da empresa a fim de preservar o meio ambiente. Compreendendo que poderia ser uma espécie de armadilha para mostrar uma imagem totalmente diferente da real para jovens das comunidades, os membros que fariam a visita resolveram levar pessoas de todas as faixas etárias, desde crianças até idosos, inclusive uma senhora que morou no local onde hoje se encontra o parque botânico, a Dona Maria Roxa.¹³²

Chegando ao local, ao invés dos guias conduzirem a excursão, quem o fez foi a referida senhora, contando histórias sobre o espaço e mesmo contradizendo os guias. De acordo com a percepção de Rosana Mesquita, muitos jovens ficaram impressionados e também indignados por terem perdido importante território que continha suas raízes. No fim, Dona Maria Roxa ainda afirmou: “Sabe por que eu fiquei com raiva? A ALUMAR tirou a gente daqui”.

Este breve relato condensa elementos de resistência, como a necessidade em demonstrar uma ancestralidade de ocupação em relação a lugares que já não pertencem a comunidades, muitas delas suprimidas, e também a construção de uma memória coletiva que traduz sentimentos como a tristeza da perda territorial, a necessidade atual de resistência e também uma valorização da memória dos *mais velhos* como ferramenta no confronto, inclusive apontando o que seria uma reação positiva, pois de adesão ao discurso de resistência, dos jovens da comunidade. Nesse caso, seria atestada a insustentabilidade do parque ambiental, já que o elemento humano foi fragilizado, dissociado do lugar.

A reputação e a boa imagem são compreendidos como de grande importância para as empresas e seus agentes, como denota o trecho seguinte, retirado do Código de Conduta da empresa Vale (Sem data: 03 – grifos nossos):

A reputação e imagem positivas da Vale são um **patrimônio** de seus acionistas, administradores e empregados, sendo fruto direto do comportamento e do compromisso desses últimos com os princípios estabelecidos neste Código. Todos os administradores e empregados devem estar comprometidos com os princípios de honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses valores.

¹³² De acordo com entrevista realizada por nós com Rosana Mesquita, em 04.08.12. Arquivo pessoal.

O que é ressaltado no Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2006, em trecho já citado, em que aparecem ações com o intuito de “convergir os interesses legítimos dos stakeholders e da empresa”, para “propiciar o entendimento” (2006: 36). Alguns infográficos apontam as ações e benefícios trazidos pela empresa:

Figura 14. Benefícios da Vale para comunidades vizinhas e comunidades tradicionais



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2007.

Esse tipo de atuação engajada com o objetivo de construir uma imagem positiva da empresa pode ser percebido também no Código de Conduta Ética da Alcoa/ALUMAR, em uma fala do então presidente da empresa Klaus Kleinfeld (ALCOA, 2014: 06): “quando familiares e amigos perguntam no que você trabalha, espero que lhes conte o que a Alcoa já fez, e continua a fazer, para avançar cada geração — e qual é o seu importante papel para que isso aconteça”.

Em relação à Vale, também são apresentadas as diretrizes destas ações da empresa, como sua participação em entidades,¹³³ listadas a partir do Relatório de Sustentabilidade de

¹³³ Apenas as que foram elencadas neste relatório: globais – Business for Social Responsibility (BSR), Centre National de Recherche Technologique Nickel et Son Environnement (CNRT Nickel), Cobalt Development Institute, Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI), Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE (Biac), Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), Fórum Econômico Mundial (WEF), Fundo Global para o Combate a Aids, Tuberculose e Malária (Global Fund), Global Business Coalition on HIV/Aids, Tuberculosis and Malaria (GBC), Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa (EITI), International Chamber of Commerce (ICC), Pacto Global da Organização das Nações Unidas (Global Compact), Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN), Reputation Institute Sustainability 50, The Nickel Institute); regionais – Conselho Empresarial do BRICS, European Association of Metals (Eurometaux), European Steel Association (Eurofer), Fórum de CEOs Brasil-Canadá, Fórum de CEOs Brasil-EUA, Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço (Ilafa); nacionais – Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP), Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), Centro de Estudos Brasileiros de Relações Internacionais (Cebri), Comitê da Rede Brasileira do Pacto Global (CBPG), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento

2014. A metodologia aplicada na coleta de informações para os relatórios varia, mas baseia-se geralmente nos índices do Pacto Global como norteadores das políticas empresariais e áreas de atuação.¹³⁴ Em sua *Política de mitigação e adaptação às mudanças climáticas* (2012: 03), a empresa Vale pode ser compreendida também como agente político que busca influenciar, a partir de seus representantes, governos diversos. Observemos o trecho a seguir, escrito em forma de uma diretriz:

Participar, junto com os governos, seus departamentos de sustentabilidade e setores produtivos de desenvolvimento, dos marcos regulatórios necessários para o enfrentamento das mudanças climáticas, sob a ótica do desenvolvimento sustentável [...]. Monitorar junto aos governos e organismos internacionais o desenvolvimento de políticas públicas para a redução global das emissões dos gases de efeito estufa.

E ainda, em sua *Política de Direitos Humanos* (2014: 01), baseada na Carta Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), enfatiza suas esferas de influência da seguinte forma:

Reconhecemos que nossa capacidade de interferir em políticas, procedimentos e práticas varia em função do grau de influência que exercemos juntos aos nossos *stakeholders*. Mesmo quando nossa capacidade de influência for limitada, nos comprometemos a colaborar com as partes interessadas junto aos empregados, fornecedores (contratados), parceiros, clientes, comunidades, governos e sociedade para contribuirmos com ações de conscientização e promoção dos direitos humanos.

Segundo o sociólogo Élio de Jesus Pantoja Alves,¹³⁵ esse tipo de atuação da empresa, a partir de seus representantes, é feita de forma a conferir uma legitimidade local do empreendimento, pois desenvolve projetos que trazem, de alguma forma, benefícios para as

Sustentável (CEBDS), Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, NSW Minerals Council, Queensland Resource Council, The Mining Association of Canada (MAC).

¹³⁴ Estrutura idealizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e destinada a empresas com o intuito de alinhar suas operações e estratégias a dez princípios distribuídos em áreas: direitos humanos (1. as empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e 2. assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos); trabalho (3. apoio à liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; 4. eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5. abolição efetiva do trabalho infantil; e 6. eliminar a discriminação no emprego); meio ambiente (6. apoio a uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8. desenvolvimento de iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; 9. e incentivo ao desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis); corrupção (10. combate à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina). Informações disponíveis em <http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/Os-10-principios>. Acesso em 11.04.17.

¹³⁵ Entrevista concedida a nós em 01.12.16. Arquivo pessoal.

comunidades com as quais têm contatos, e nisso produzem um consenso sobre a necessidade da empresa como promotora de transformações positivas, como a alfabetização de crianças, jovens e adultos, educação ambiental e empregos. Essa influência também é produzida em outros setores, pois as empresas mantêm projetos de cooperação com governos, como a instituição de escolas, bibliotecas e parques botânicos nos quais são ministrados trabalhos com fins pedagógicos. Além disso, a empresa Vale possui atuação em programas de pós-graduação em universidades, programas de capacitação de trabalhadores e estagiários, cooperação de pesquisadores em estudos da empresa, vinculados a universidades.¹³⁶

No trecho acima, está claro, para nós, que uma diretriz baseia-se na interferência nos processos decisórios de legitimação de políticas públicas, ainda que sua “capacidade” de influência seja reduzida, não resumindo suas ações, voltamos a afirmar, em práticas de convencimento sutil nas comunidades. Ilustrando isso, segue um trecho retirado da *Política de direitos humanos* (VALE, 2014: 03), relativo à avaliação dos riscos da empresa de acordo com o público com o qual se relaciona:

Governos e a sociedade: observamos a legislação e a regulamentação das localidades onde atuamos e cooperamos com as autoridades para o respeito e a promoção dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Também cooperamos com a apuração de quaisquer incidentes envolvendo desrespeito a esses direitos ao longo da nossa cadeia produtiva [...]. Comunidades locais, indígenas e tradicionais: procuramos conhecer detalhadamente os territórios onde atuamos ou pretendemos atuar. Buscamos estabelecer um processo contínuo de engajamento com as comunidades e de gestão de impactos socioculturais, econômicos e ambientais. Buscamos também contribuir para o desenvolvimento local sustentável promovendo iniciativas nas áreas de educação, patrimônio cultural, desenvolvimento urbano e esportes. Promovemos ações de conscientização dos direitos humanos, com especial atenção à erradicação do trabalho forçado e infantil e à promoção dos direitos das crianças e adolescentes - com esforços específicos de combate à

¹³⁶ A Vale inclusive possui um programa de pós-graduação em Mineração, Ferrovias e Portos, para seus funcionários que possuem graduação em Engenharia, Geologia, Química ou Geofísica, no qual são concedidas bolsas de pesquisa. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) também possui um prêmio concedido pela instituição e pela empresa Vale, denominado Prêmio Vale-CAPES de Ciência e Sustentabilidade, no qual concedeu a sete pesquisadores de mestrado e doutorado, em 2016, prêmio de R\$10 mil e R\$15 mil, respectivamente, além de bolsas para realização de doutorado (para mestres) e de estágio pós-doutoral (para doutores), a primeira com duração de até três anos e a segunda de quatro anos, ambas em instituições nacionais. Em 2016, a Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) redigiu uma carta de repúdio a essa premiação, face aos diversos conflitos em que a empresa está envolvida, além das violações de direitos humanos. As informações aqui descritas foram obtidas nos endereços <http://www.vale.com/brasil/PT/people/oportunidades-brasil/programa-especializacao-profissional/Paginas/default.aspx>, <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7964-premio-vale-capes-seleciona-melhores-trabalhos-sobre-sustentabilidade-no-pais> e <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/1583-nota-da-anpocs-relativa-a-4a-edicao-do-premio-vale-capes-de-ciencia-e-sustentabilidade>. Acessos em 18.04.17.

exploração sexual de menores na proximidade de nossos projetos em fase de implantação e operação. [...] Questões Relevantes do Setor de Mineração: apoiamos iniciativas reconhecidas que busquem melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais relacionadas às atividades de mineração, dentre elas aquelas referentes à saúde e segurança, remoção involuntária, assim como, mineração artesanal e de pequena escala. Caso seja inevitável o processo de remoção involuntária como resultado de implantações ou operações de projetos, trabalhamos de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos como melhores práticas para minimizar os impactos negativos sobre as comunidades afetadas. Nos casos de mineração de pequena escala e/ou artesanal em áreas internas ou adjacentes às nossas operações, a empresa pode contribuir com a disseminação de boas práticas em meio ambiente, saúde e segurança.

Prosseguindo nossa análise a respeito dos grupos *Empresas e Governos* e sua relação com o grupo *Comunidades*, encontramos outras informações na *Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013). Como já colocamos em momentos anteriores, este documento foi construído pela Secretaria do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC) do governo Roseana Sarney, nos fins de 2013. É composto por oito seções, com referências bibliográficas, num total de 192 páginas, que incluem gráficos, figuras, tabelas, mapas e outros elementos visuais elencados para subsidiar a compreensão das informações escritas. Seu caráter é de ser um diagnóstico de elementos, em geral, relacionados ao uso e ocupação do solo de São Luís e regiões consideradas possivelmente afetadas pela RESEX de Tauá-Mirim, características socioeconômicas da população local e indicação de projetos e propostas de desenvolvimento para o DISAL, no que consistiria seu objetivo geral: demonstrar a inviabilidade da unidade de conservação para o Maranhão.

As fontes utilizadas foram documentos institucionais, incluindo o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, bibliografia, entrevistas e questionários, a partir de trabalho de campo efetuado por duas equipes em conjunto – a equipe técnica interna da SEDINC e a equipe técnica da empresa de consultoria contratada, ao todo doze pessoas, dentre elas o então secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, David Braga Fernandes, e o superintendente de Infraestrutura Industrial, Marcos Welby Muniz de Souza, agentes que constantemente participaram de debates, reuniões e audiências voltadas para as questões referentes à RESEX de Tauá-Mirim, conforme nossa observação. Contudo, a identificação de autoria do parecer técnico é da SEDINC.

Dentre as seções do texto, pudemos encontrar informações significativas a respeito dos grupos em conflito e sua gama de interesses, ações, projetos e percepções em algumas delas, como a introdução e as seções intituladas *Uso e ocupação do solo* (3), especificamente os itens

Histórico (3.1), Localização (3.2), Planejamento territorial (3.3), Projetos existentes e previstos para a área (3.4), Uso e ocupação da região proposta para a criação da RESEX (3.5); Caracterização socioeconômica (4), nos itens Caracterização da população e dos domicílios da área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (4.2), Caracterização socioeconômica das comunidades (4.3); Análise da situação econômica da região (6); Análise do processo de criação da reserva extrativista (7) e Conclusão. Os outros itens foram analisados, porém devido ao volume de informações presente em todo o documento, optamos por focar os itens acima elencados.

Vários argumentos foram apresentados de forma a assegurar o posicionamento do governo estadual, dentre eles a contestação que existe da modalidade reservas extrativistas,¹³⁷ a relação entre a industrialização e a geração de emprego e renda como alternativa ao baixo IDH do Estado,¹³⁸ a mudança na caracterização da área nos últimos vinte anos, que passaria a ter aspectos de zona industrial mais latentes do que os de zona rural,¹³⁹ entre outros. Ao final, são apresentadas alternativas à RESEX, e nessa discussão pudemos notar o acionamento de distintos poderes, com o objetivo de suplantar outros documentos que estavam sendo utilizados para justificar a necessidade da reserva. Percebemos uma constante afirmação, no texto, das fragilidades dos laudos e notas técnicas produzidos pelo ICMBio e MPF, considerados superficiais para serem utilizados como sustentação para um pedido de RESEX e boa parte da contra argumentação do relatório se dá a partir das informações que foram coletadas no *Lauda sócio-econômico e biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim* (2006; 2007). Ou seja, se dá no nível da disputa entre saberes.

O corpo de profissionais responsável desde a execução do trabalho de campo até a formalização das informações em formato de parecer é variado, composto por biólogos, engenheiros, economistas, antropólogos, de maneira a “preencher lacunas”, enfatizando em momentos específicos um discurso característico das ciências humanas¹⁴⁰ ou das ciências

¹³⁷ “Considerando os aspectos econômicos e a sustentabilidade, o sistema observado para as Reservas Extrativistas ainda é contestado por estudiosos da área para a geração de renda das famílias que dependem do extrativismo tradicional” (SEDINC, 2013: 02), citados Maciel (2003), Almeida (2003) e Cameron (1999) como os pesquisadores que questionam a modalidade de UC.

¹³⁸ “O [DISAL] é um dos mais importantes do Estado do Maranhão e do Brasil. Nele estão instaladas cerca de 107 empresas em operação [...]. Juntas, essas empresas ofertam mais de 13.000 empregos diretos” (SEDINC, 2013: 27). “São empreendimentos que contribuem para adensar a cadeia produtiva, geram trabalho e emprego para a população, em especial para os segmentos com menores níveis de escolaridade, afirmando a sua capacidade como setor de distribuição de renda e de redução de desigualdades sociais

¹³⁹ Falaremos disso posteriormente.

¹⁴⁰ “O fato é que a área que abriga tanto o território pretendido para a criação da RESEX Tauá-Mirim, quanto o DISAL, possui distintos momentos que remontam sua ocupação e *diferentes lógicas de apropriação do território*”

exatas,¹⁴¹ perceptível nos termos utilizados. Contudo, o grande argumento que concentra a recusa do governo estadual em relação à implantação da RESEX de Tauá-Mirim é da geração de emprego, renda e tributos. Cabe-nos perguntar se este discurso não pertenceria a um outro, aquele voltado para a necessidade de industrialização enquanto sinônimo de desenvolvimento e, portanto, progresso, e se tal evocação não se relacionaria com a ligação existente entre empreendedores e gestores governamentais, a partir do financiamento de campanhas, lucros pessoais advindos de grandes projetos e outras situações em que o Estado encontra-se atrelado às empresas, sendo por diversas vezes suplantando por elas, num movimento espúrio de união entre público e privado, que vigora desde a Ditadura Empresarial-Militar, na qual os primeiros passos do neoliberalismo foram dados no Brasil (FONTES, 2010).

Este movimento tende a considerar o Estado apenas como promotor de aparatos judiciais para garantir a livre iniciativa do mercado, considerada como pura e incorruptível, já que o Estado seria o campo da burocracia, da corrupção e da morosidade dos processos. Temos vários exemplos que denotariam o Estado como detentor dessas características, mas nos questionamos se estes argumentos não levam a uma visão empobrecedora da realidade social.

Como temos buscado demonstrar nessa dissertação, distintos grupos com lógicas e poderes diferenciados num campo agem de forma a consolidar um território de conflitos, que neste caso é a Zona Rural II de São Luís, em suas denominações RESEX de Tauá-Mirim e Distrito Industrial. Estes grupos possuem seus campos específicos, enquanto comunidades, empresas e governos, mas sua atuação não restringe-se às ferramentas consideradas como intrínsecas a esses grupos, nem aos ambientes específicos dos grupos, como a empresa, a comunidade e o governo, pois adentram outros espaços, possuem inclusive mediadores em comum, como parlamentares e pesquisadores, o que demonstra, a nosso ver, uma complexidade maior do que a visão que considera o Estado como corrupto e o Mercado como a solução.¹⁴²

(SEDINC, 2013: 70 – grifos nossos).

¹⁴¹ Especificamente o item 3.3 *Planejamento territorial*.

¹⁴² A título de exemplo, para Jessé Souza (2015), no Brasil vigora um tipo de liberalismo, dentre os vários existentes, que consiste em simplificar e eliminar as ambiguidades constitutivas do mercado e do Estado, já que ambos podem produzir e dividir a riqueza social e também concentrá-la. Na vertente hegemônica vigente no Brasil, transforma-se o mercado “no reino idealizado de todas as virtudes (competência, eficiência, razão técnica supostamente no interesse de todos)” e demoniza-se o Estado, tornado “reino de todos os vícios (politicagem, ineficiência e corrupção”. Para este autor, tal visão reducionista serve para “legitimar um capital tão voraz e selvagem cujo PIB representa quase 70% em ganhos de capital (lucro e juro) – que beneficiam [...] meia dúzia de grandes banqueiros e industriais – e reserva pouco mais de 30% para a massa salarial do restante dos outros quase 200 milhões de brasileiros”, baseando-se em dados do Ipea de 2009. Esta tese – do patrimonialismo – oculta o capitalismo enquanto sistema “selvagem e voraz”, apontando o Estado como o “único lugar de todos os vícios sociais”. Nesse sentido, exalta-se a noção de “confiança” relacionada apenas ao mercado, o que “oculta as reais distorções de uma sociedade tão desigual quanto a sociedade brasileira” (SOUZA, 2015: 91, 93).

Tal discussão não poderá ser aprofundada neste estudo, devido aos seus objetivos, mas indicamos sua necessidade por observarmos elementos já em nossas fontes que indicam a ruptura com alguns discursos fortemente incrustados no senso comum, aqui considerado não apenas como o “pensamento do povo”, ou da *massa*, mas como o *imaginário de uma época*, com suas representações específicas, que ora são evocadas como senso comum, portanto lições que os costumes produzem a partir da experiência histórica das gerações, ora como argumentação científica, respaldando a “necessidade” do desenvolvimento, que por si também faz parte desse imaginário. Em todo o documento analisado encontramos essa discussão, explícita em tópicos, ou abarcando seções.

A cronologia apontada na análise técnica volta-se para fatos como a chegada dos empreendimentos, desde os anos 1980, e somente na metade do texto encontramos fatos ligados ao início das comunidades rurais. Adota-se, portanto, a presença dos empreendimentos como marco fundador do território, em sua nomeação DISAL, exemplificado no trecho a seguir:

A resolução dos problemas de infraestrutura energética na década de 1960 contribuiu para que, mais tarde, o Estado pudesse implantar o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) na capital estadual. Sua criação aconteceu em 1980, e recebeu grande projetos como o de Bauxita e Redução de Alumínio da Alumar. A partir de 1984 o complexo Alumínio-Alumina do Consórcio ALUMAR começou a produzir, coincidindo com a dinamização das atividades exportadoras de minério de ferro da Vale (SEDINC, 2013: 03).

Essa mesma narrativa, contada pelos “feitos dos empreendimentos”, numa subjetivação das empresas como entidades, pode ser percebida em falas como as dos participantes do 28º Encontro sobre o Corredor Centro-Norte, ocorrido em 2016, expressos em termos como “nós vamos implantar um porto nessa área”, “o porto da WPR já foi instalado”, “a EFC passa pela região sem incomodar as pessoas”, produzindo um sentido de que o território é inabitado, argumento evocado como validador da vocação industrial da região.¹⁴³ O despovoamento do território, como viemos observando, é proposital, e remete aos grupos sociais nos quais essas pessoas são formadas e instruídas, a partir de uma classe.

Os problemas sociais derivados da industrialização, verificáveis em outras realidades sociais no Brasil, são vistos como resultantes da modernidade, do século XX, e não como resultado do desenvolvimento como misto de progresso e catástrofe (BENJAMIM, 1985):

¹⁴³ Agradecemos à pesquisadora e amiga Ana Lourdes Ribeiro, do GEDMMA, por ter feito essas observações durante o referido evento.

A população do município [São Luís] em 2010 era de 1.014.837 habitantes, ou seja, 15,4% da população do Estado. A capital sofreu intenso processo de urbanização do início da década de 1990 até 2010, passando de 35,4% para 94,4% de pessoas vivendo na área urbana, em *um dos processos mais rápidos de urbanização verificados no Brasil* (SEDINC, 2013: 04 – grifos nossos).

A informação é dada e o texto se direciona à localização da cidade, sem que outros dados como o aumento da violência, favelização e engarrafamentos sejam citados. A saber, no ranking das cinquenta cidades mais violentas do mundo, de acordo com a ONG Seguridad Justicia y Paz, São Luís esteve na 15ª posição em 2013, com índices comparáveis aos da “cidade mais violenta do mundo” – San Pedro Sula, pois o índice de homicídios entre jovens negros de São Luís, em 2012, alcançou a cifra de 160,1 mortes por 100.000 habitantes e, em San Pedro Sula, o mesmo índice foi de 187,1 mortes (COSTA, 2014).

De acordo com os autores do relatório, a industrialização promovida alçou novos índices de desenvolvimento, verificáveis no aumento do PIB. Contudo, o IDH do Estado era o 24º do país, passando para a última colocação em 2015. Tal contradição seria mascarada, na avaliação técnica, pelos 13.000 empregos diretos gerados por empreendimentos que “contribuem para adensar a cadeia produtiva, geram trabalho e emprego para a população, em especial para os segmentos com menores níveis de escolaridade, afirmando sua capacidade como setor de distribuição de renda e de redução das desigualdades sociais” (SEDINC, 2013: 17).

Aparentemente as empresas estariam agindo em campos onde o Estado seria *ineficiente*. Contudo, se pensarmos nos termos de um Estado *seletivo*, podemos compreender uma espécie de divisão de tarefas entre o setor público e o setor privado, sendo que o segundo possuiria resultados palpáveis, mascarados os do primeiro seguindo uma tradição em se conceber o Estado como corrupto e ineficiente (SOUZA, 2015). A liderança Rosana Mesquita, relatando projetos sociais desenvolvidos por agentes ligados aos empreendimentos, demonstrou as dificuldades que os moradores da comunidade Taim encontram quando buscam, a partir dos recursos que as empresas disponibilizam, realizar melhoramentos na comunidade, como a reforma do porto comunitário e a construção de uma biblioteca. Segundo ela, as empresas “querem que a gente seja burro”.¹⁴⁴ Talvez, pensando nesses termos, a ação seletiva do Estado também promoveria essa ignorância, compensada por espaços como o Parque Botânico, a

¹⁴⁴ Entrevista concedida a nós em 03.12.16. Arquivo pessoal.

Estação Conhecimento, a Escola que Vale e a Ação Saúde, todos projetos desenvolvidos pela empresa Vale e citados, no relatório da SEDINC, como ações compensatórias.

É no item 4.3.1 *Caracterização geral das comunidades da área de estudo* que encontramos informações relacionadas às comunidades rurais, especialmente as que formam a RESEX de Tauá-Mirim. E nessas informações encontramos também percepções acerca da complexidade do território, nas quais mesclam-se análises históricas das comunidades e projetos para elas. Foram analisadas as comunidades Cajueiro, Vila Maranhão, Porto Grande, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Matinha do Maracanã, Taim, Mata do Itapera, Vila Santana, Itapera do Maracanã, e de forma conjunta Jacamim, Portinho, Amapá, Embaubal e Praia Grande, seguidas por Tauá-Mirim, Pedrinhas, Coqueiro, Novo Horizonte, Inhaúma, Estiva e Distrito de Perizes de Baixo. Percebemos que os pesquisadores não se restringiram às comunidades pertencentes à RESEX de Tauá-Mirim, englobando em seu estudo as comunidades do que seria a área do entorno ou zona de amortecimento da reserva.

Os dados concentraram-se em aspectos históricos – como a origem das comunidades –, socioeconômicos, ambientais e também percepções sobre níveis de conservação das comunidades, já que um dos objetivos do relatório é demonstrar a inviabilidade de uma unidade de *conservação*, descrito ao final da avaliação técnica. Alguns dados são interessantes, pois demonstram também a intenção, a nosso ver, em apontar que estas comunidades já não são tradicionais. Por exemplo, a respeito do Cajueiro afirma-se que

Na comunidade se pratica também a extração de pedras (canga laterítica) e de madeira para produção de carvão, em pequenas quantidades. Contudo, a extração de pedras diminuiu muito devido à escassez da matéria prima e a exigência de licença para sua retirada. Cumpre ressaltar que a atividade de extração mineral não é permitida na área de Reservas Extrativistas (SEDINC, 2013: 75).¹⁴⁵

E ainda que

Com relação à situação fundiária da comunidade, há a alegação, de que pessoas de outros bairros e do centro de São Luís compraram pequenos lotes e cercaram uma área maior, ou compravam terrenos ao lado de um onde o antigo proprietário havia falecido e tomavam posse de toda a área. [...] Essa dinâmica afetou sobremaneira o nível de ocupação e o modo de vida. Atualmente convivem nessa área, ocupantes dos últimos 10 anos, que esperam

¹⁴⁵ Observe-se que, à época da publicação do documento, a comunidade Cajueiro já não fazia parte do traçado da RESEX, permanecendo apenas sua parte mais preservada, a praia de Parnauçu. No relatório, contudo, há uma informação incorreta, de acordo com a documentação constante no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, pois afirma-se que “a revisão da área proposta excluiu praticamente todo o terreno da praia” (SEDINC, 2013: 74), sendo que foi a área da comunidade, e não a da praia a que foi retirada.

a indenização como melhor benefício. Há também uma parcela menor, porém organizada, que tem a perspectiva de resgatar os hábitos e costumes do antigo modo de vida (SEDINC, 2013: 76).

Ou seja, apontam dados que corroboram com a desconstrução da identidade de comunidade tradicional e também com a constituição de uma RESEX, pois já são moradores “invasores” de outros bairros, que não possuem identificação com o modo de vida “antigo”, esperam indenizações e ainda praticam uma atividade proibida em áreas de reservas extrativistas.

No caso da Vila Maranhão, que também não faz parte por inteiro do traçado da RESEX – apenas a região do Porto das Arraias –, a afirmativa segue o mesmo sentido:

Na comunidade havia a prática do extrativismo da pesca, do marisco, da caça, de pedras e areia e dos cultivos de quintais complementado pelas roças. Na atualidade estas atividades não são mais exercidas (com exceção da extração de juçara), as jazidas são mecanizadas, a caça desapareceu e são pouquíssimos moradores plantando, pois além da indisponibilidade de terras para a agricultura o prejuízo com roubo da produção é certo. Também a agricultura decaiu totalmente, alguma produção que haja é voltada para a subsistência, não gerando excedente para venda à comunidade. Ainda subsistem algumas pequenas casas de farinha, utilizadas para produção para abastecimento familiar. Não possuem produção significativa que justifique a implantação de agroindústrias ou mesmo cooperativas (SEDINC, 2013: 77).

Além da inexistência ou incipiência da produção familiar, característica de comunidades tradicionais, de acordo com a visão apresentada no documento, atividades degradadoras do meio ambiente são a “marca da comunidade”, impossibilitando inclusive alternativas como a implantação de agroindústrias e cooperativas. Tal afirmativa é completada nos parágrafos seguintes, demonstrando que as empresas seriam as instituições que sustentam a comunidade:

A população mais jovem da comunidade tem como objetivo de vida conseguir empregos formais, sugeridos que estão pela urbanização crescente da Vila e pelo incentivo dos próprios pais, como afirma um entrevistado acerca da possibilidade de criação da RESEX: “as pessoas não vão viver de acordo com isso, o babaçu hoje está se perdendo no chão; só os velhos querem trabalhar na terra, mas as aposentadorias alteram também esse caminho” (SEDINC, 2013: 78).

Os caminhos possíveis e aceitos pelos membros das comunidades seriam, nesse sentido, os empregos nas indústrias, mas ainda assim pouco conquistados, devido à baixa qualificação técnica da mão de obra. É interessante destacar que este argumento, utilizado no trecho como fundamento do questionamento da identidade *comunidade tradicional*, também é

proferido em outras situações, como pudemos presenciar durante o *28º Encontro sobre o Corredor Centro-Norte*, em 2016. Questionado por um participante, que se identificou como membro da *Comissão dos trabalhadores desempregados da indústria pesada*, o palestrante José de Ribamar Barbosa Belo, vice-presidente da FIEMA, afirmou que esta situação deriva da ausência de mão de obra qualificada para o setor da construção pesada, ao qual faz parte há 48 anos. Interpelado por outro membro da referida comissão, e num tom de desaprovação, enfatizou seu argumento da seguinte forma:

[...] quanto à qualificação, eu não vou me alongar, mas vou dizer o seguinte: me arranje dez operadores de motoniveladora daqui pro fim desse mês. Só dez. Operadores de motoniveladora. Então, que essa mão de obra ela é escassa. Eu tô falando da área da construção pesada, eu não tô falando na área civil. Operador de motoniveladora, operador de retroescavadeira, operador de escavadeira, você tá entendendo? Escavadeira grande. Operador de trator de “cheira”, motorista de caminhão. Se você pegar dez motoristas, mandar ali na minha empresa, e eu for fazer o teste com eles, não passa dois. Isso eu lhe digo porque tenho ganho de causa e trato com isso há 48 anos, não é quarenta dias, não. Então falta qualificar a mão de obra, não tô dizendo que não tem. Tem. Mas é preciso que se melhore. E eu coloquei à disposição dessa comissão de vocês o Sistema S pra vocês nos procurarem pra que a gente possa melhorar isso, tá bom?¹⁴⁶

Não são pensadas, por exemplo, as questões estruturais da região rural de São Luís que levaram, nos últimos trinta anos, a uma redefinição nas ocupações dos habitantes, que inclusive tiveram que se reinventar, já que os territórios das comunidades, espaços de reprodução da vida social, foram sendo invadidos por empreendimentos, entrecortando quintais,¹⁴⁷ destruindo

¹⁴⁶ Transcrição dos áudios do evento. Arquivo pessoal.

¹⁴⁷ Na comunidade Murtura, durante trabalho de campo para a confecção do *Relatório sucinto de levantamento das comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (2016), pessoas informaram que a linha do trem São Luís – Teresina passa bem próximo a comunidades, além das linhas que fazem ligação com a REFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), o Porto do Itaqui, e a Estrada de Ferro Carajás fica mais à frente. O apito dos trens é audível, e eles passam pela comunidade todos os dias, às vezes congestionando a passagem das pessoas. A filha de Seu Bernardo, senhor de 93 anos de idade, informou que quando fizeram o limite do Murtura não havia linhas de ferro. (Arquivo pessoal).

ursos d'água,¹⁴⁸ modificando a produção dos animais utilizados na alimentação¹⁴⁹ e dos frutos.¹⁵⁰ Em suma, não são questionadas as causas profundas dessa descaracterização que inclusive levou à retirada de comunidades quase inteiramente do traçado da RESEX, como Cajueiro e Vila Maranhão. Observa-se o processo pelos seus resultados, não o *processo* historicamente.

As informações acerca de aspectos não tradicionais nas comunidades que pleiteavam a instituição da RESEX de Tauá-Mirim,¹⁵¹ à época, continuam no decorrer do relatório, e aqui apresentaremos alguns trechos que consideramos sintomáticos desse tipo de discurso.

A respeito da comunidade Porto Grande, incluída na área da unidade de conservação, afirma-se que

A atividade de roçado desenvolvido [...] é incipiente, exercida apenas para o consumo próprio. Tal fato se agrava devido à falta de áreas de plantio, uma vez que os terrenos estão sendo apossados por novos moradores que cercam lotes vazios, enquanto outros foram vendidos para empresas de extração de areia. [...] Por volta de 80% dos homens da comunidade trabalham como autônomos na construção civil ou ainda contratados em empresas terceirizadas do DISAL [...], enquanto as mulheres ocupam vagas no comércio e no serviço doméstico em residências de São Luís. Diante deste fato é possível afirmar que esta comunidade não possui vocação exclusivamente extrativista, nem mesmo agrícola, mesmo que esteja inserida na área pretendida para RESEX (SEDINC, 2013: 81,82).

Perceba-se que a ênfase dada nos trabalhadores homens que possuem empregos na construção civil, e nas mulheres que trabalham no comércio ou em residências “de São Luís”, como se a zona rural não pertencesse também ao município. Podemos nos questionar quais motivos levaram essas pessoas a trabalharem em outras ocupações que não a pesca e a

¹⁴⁸ Em relato coletado por nós durante o trabalho de campo na comunidade Murtura, para a confecção do *Relatório sucinto de levantamento das comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (2016), os entrevistados afirmaram que o Complexo Penitenciário de Pedrinhas atinge o Brejo/Rio Murtura, pois os fluidos emitidos o poluem há dois anos. Para este brejo afluem resíduos de dois presídios, cada um derramando por um lado, culminando no mangue. Também vem resíduos da BR, de um esgoto que desemboca num brejo e vem cair no mangue. Segundo os entrevistados, não há tratamento no “Cadeião” e nem o Complexo Presidiário, sendo que já fizeram denúncias e não foi feita nenhuma averiguação por parte do órgão onde fizeram a denúncia. Reclamam que, com essa degradação, o brejo morreu e nem pode mais ser utilizado pelas comunidades, pois quando a maré enchia pescavam e pegavam camarão. De 2007 para cá o Rio Murtura piorou devido à contaminação por esgoto, porém ainda há peixes. Este brejo também era a atração do Murtura. (Arquivo pessoal).

¹⁴⁹ Segundo Seu Tenente, em entrevista concedida a nós e ao professor Élio Pantoja durante trabalho de campo na comunidade Rio dos Cachorros, em 21.06.14.

¹⁵⁰ Segundo Rosana Mesquita, em entrevista concedida a nós em 2012.

¹⁵¹ Lembrando que a RESEX foi autoinstituída em maio de 2015 pelas comunidades em Assembleia Popular, necessitando apenas de formalização jurídica, pois conta inclusive com um conselho gestor que se reúne mensalmente.

agricultura, haja vista que a comunidade Porto Grande tem a pesca como principal atividade, de acordo com o *Laudo sócio-econômico e biológico para criação da Reserva Extrativista do Taim* (2006; 2007), inclusive lutando para que o seu porto não seja apropriado por agentes externos.

Passados quase vinte anos após o pedido formal de criação da RESEX de Tauá-Mirim, a intrusão de empresas, o assédio moral, os embates entre funcionários de empresas e terceirizadas e moradores das comunidades, a redução gradual do volume de peixes e mariscos, enfim, todas as mudanças estruturais nas características que possibilitavam o sustento familiar por atividades consideradas tradicionais foram se intensificando, direcionando as pessoas a buscarem outras formas de sustento, como nas empresas instaladas na região. Isso não deveria ser desconsiderado, pois os resultados do processo de expulsão gradual das comunidades de suas terras são fruto de anos intensos de conflitos, e as pessoas, obviamente, que ainda vivem na região, necessitam manter suas famílias.

O que aparenta, nos trechos até aqui assinalados, é que a visão da tradicionalidade das comunidades é estática, numa atualização da percepção já bastante questionada da “indianidade” original, como se pescadores, agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros tantos povos e comunidades tradicionais devessem permanecer parados no tempo, esperando a transformação que o capitalismo *proporcionará*.

E a análise é completada da seguinte forma, num discurso até mesmo contraditório:

Segundo os entrevistados, na comunidade quase ninguém sabe o que é uma RESEX, apesar de estarem incluídos no processo que solicita a criação da unidade. Consideram que “não tem mais fundamento para a comunidade a questão da RESEX, pois não vivem mais de extrativismo e de lavoura”. Afirmam que os jovens não querem mais viver das atividades ligadas a terra e os seus pais apoiam a decisão, indicando uma mudança de cultura no modo de vida da comunidade. Apesar desta percepção, a população diz não ter interesse em sair da área que *ocupam atualmente*, pois os laços afetivos e culturais são muito fortes. [...] almejam trabalhar a questão ambiental associado ao desenvolvimento social: “a tal da sustentabilidade (...) explorar o meio ambiente de forma moderada, com replantios de mudas nas matas ciliares”. Igualmente, demonstram interesse em receber qualificação profissional visando o mercado de trabalho industrial [...] (SEDINC, 2013: 82).

Uma das preocupações mais relatadas entre os membros do conselho gestor da RESEX é a da dificuldade em promover maior divulgação, para todas as doze comunidades em sua completude, a respeito do que é a RESEX e seu sentido pois, enquanto governos e empresas possuem aparatos de divulgação eficazes, que chegam a todas as casas, se necessário, as

lideranças comunitárias, por exemplo, precisam contar com apoio de entidades externas ligadas a instituições educacionais, ONGs e sindicatos que possuem poucos recursos. Além disso, há ainda uma carga ideológica historicamente construída de que industrialização é algo benéfico e de que zona rural é sinônimo de estagnação social e inferioridade, ou seja, que o único desenvolvimento possível é aquele promovido pelo Estado e, principalmente, pelas indústrias.

Paradoxalmente, segundo o relatório da SEDINC, quase ninguém sabe o que é uma RESEX em Porto Grande, ainda que esta comunidade, de acordo com Guilherme Zagallo, seja uma das que possuem mobilização mais forte, visível desde o processo de revisão do Plano Diretor de São Luís em 2004, período em que também tentou-se instalar um Polo Siderúrgico em São Luís.¹⁵² Mas as pessoas afirmam estarem ligadas à terra culturalmente. Qual seria a alternativa?

Outra comunidade – Limoeiro – em que claramente se obtêm sustento da agricultura, sendo utilizada inclusive por outras comunidades, segundo o relato de Dona Rosa, já referido, é apontada como um lugar em que o roçado está em declínio, sendo produção apenas para o consumo. Sabemos dos conflitos na comunidade, e que inclusive gestores governamentais estão envolvidos, o que provoca problemas para a continuidade do modo de vida. Será que, em vista desse processo, os moradores não teriam a opção de buscarem outros empregos, garantindo o sustento, e preservando de forma ressignificada o seu modo de vida? Em outros momentos, falas corriqueiras que nós podemos assinalar, pois também apresentadas em entrevistas que realizamos, são utilizadas para demonstrar o desperdício que as pessoas das comunidades provocam, pois em Rio dos Cachorros “os entrevistados afirmam que a quantidade de frutíferas perdida nos quintais é enorme [...] porque não foram acostumados a vender” (SEDINC, 2013: 86). Contudo, não caberia questionar se esse pretensão desperdício não seria parte do ciclo natural de reprodução das plantas, e que o número de plantas desperdiçadas não seria menor que a quantidade de cajus que sequer chegam a madurar derivado de poluição industrial na comunidade Cajueiro?

E ainda, aponta-se apenas a comunidade Taim como principal interessada na RESEX de Tauá-Mirim, pois suas lideranças encabeçaram o projeto desde o início. É ausente uma percepção de que estas comunidades possuem ligações imemoriais, a partir de trocas de mercadorias, relações de parentesco, festividades, ciclos de marés, criando caminhos próprios

¹⁵² Entrevista realizada por nós em 01.12.16. Arquivo pessoal.

que se apresentam como vestígios históricos,¹⁵³ que foram sendo preservados e ressignificados no tempo para responder aos anseios que surgiram das diferentes épocas. Não faria sentido, haja vista a complexidade do território, buscar a criação da UC apenas para o Taim, como perceberam, desde as primeiras discussões, lideranças como Alberto Cantanhede, pois o restante das pessoas que ainda vivem da pesca necessita do mar comum às comunidades para pescar, dos quintais dos amigos para colher frutos e compartilhar roçados, do ar que todos respiram para que as vidas progridam. Como observamos desde o início deste trabalho, a necessidade de uma RESEX surgiu para evitar um sufocamento, e não haveria sentido se outros locais mais preservados, como as comunidades da Ilha de Tauá-Mirim e outros que ainda possuem ligações culturais, ficassem fora do traçado.

Aparentemente, no relatório, as únicas comunidades tradicionais da RESEX são as da referida ilha – Jacamim, Portinho, Amapá, Embaubal e Praia Grande, esta última não fazendo parte da unidade de conservação. De acordo com a análise técnica (SEDINC, 2013: 103), uma das poucas unanimidades dos entrevistados da ilha é “o reconhecimento da melhor qualidade de vida da ilha em relação à cidade, devido à qualidade ambiental, segurança e às relações comunitárias”, mas seus jovens convivem com o dilema entre sair, para trabalhar em empregos na cidade, ou ficar na ilha, para “desfrutarem da qualidade de morar na ilha” (SEDINC, 2013: 103).

O governo estadual, representado pela SEDINC, tenta demonstrar, nesse sentido, que as comunidades não são todas tradicionais, devendo ser pensadas alternativas à RESEX. E isso porque na região “encontram-se instaladas praticamente todas as indústrias do município de São Luís e as indústrias mais importantes do estado do Maranhão” (SEDINC, 2013: 147), possuindo um *potencial de atratividade de empreendimentos*, discurso amplamente defendido pelo empresariado local, como temos pontuado. E nisso insere-se novamente o discurso da vocação industrial, pois já estão concentradas as indústrias na região, numa espécie de esforço de apagamento das pessoas que vivem ali, e que inclusive foram analisadas no relatório da instituição. Assim,

[...] todas as vantagens comparativas que o estado do Maranhão detém atualmente, pela localização, facilidade operacional e, por conseguinte, custos de frete competitivos [do] complexo portuário em relação a outras regiões do

¹⁵³ Em Camboa dos Frades, a saber “ainda encontra-se um cemitério de indígenas, possivelmente Tupi, além do cemitério dos jesuítas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou trabalho na área e retirou vestígios de cultura material (arqueológicos) dos arredores do povoado, como cacos cerâmicos, pedras polidas e uma ‘sandália de ferro’” (GEDMMA; NERA; NEGO; NUPEDD, 2016: 04).

país, seriam perdidas, podendo desviar o interesse dos capitais programados para o Estado para outras regiões, resultando em perdas econômicas significativas não somente para o município de São Luís, como para o estado do Maranhão (SEDINC, 2013:161).

Valores da produção, geração de empregos e arrecadação de impostos seriam perdidos. Contudo, uma das maiores críticas feitas por várias pessoas que não estão ligadas diretamente às comunidades é a de que os empregos não vêm para os maranhenses. Veja-se por exemplo o seguinte trecho retirado da transcrição de áudios do 28^o Encontro sobre o Corredor Centro-Norte, já mencionado:

[...] eu quero só deixar registrado aqui um pequeno relato que eu trabalhei nas obras de implantação do TEGRAM, e lá tinha uma empresa chamada Regaço [...], de Barcarena, no Pará, o efetivo dela, nenhum trabalhador era maranhense, nenhum trabalhador era do município de São Luís. Porque eu tive *in loco*, eu tava trabalhando nas obras de implantação do TEGRAM e presenciei essa situação. Então, a comissão, que não é um sindicato [...], tá muito preocupada com essa questão da contratação da mão de obra local. E sobre o que o senhor Zeca Belo falou, sobre a questão que não tem mão de obra ou tem pouca mão de obra qualificada no nosso município, no nosso estado, eu acho que é uma informação incorreta, porque na questão da construção civil pesada temos muitos trabalhadores, sim, qualificados, e muito bem qualificados. Então essa é a minha pergunta que eu gostaria de fazer pra ele: se as empresas, as instituições do Sistema S acham que não tem tanta mão de obra qualificada [...], seria importante eles fazerem uma política de qualificar mais essa mão de obra, de ir lá e conversar com os trabalhadores. Se eles acham isso [...].¹⁵⁴

Na tentativa de apresentar sua pesquisa como válida, os técnicos responsáveis pela *Avaliação técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (2013) afirmam que o *Lauda sócio-econômico e biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim* (2006; 2007) não apresenta informações sistemáticas e adequadas, sem utilização de proporcionalidades e elementos do conjunto de informações por tipo e categoria, e também sem mapas. E ainda confirmando nossa análise, mesmo que parcial, acerca do processo, afirmam que

[...] pelas condições atuais que se encontram a região e, dada às modificações ocorridas nos últimos 10 anos, considera-se que a categoria sugerida – RESEX – como não adequada, uma vez que, segundo o SNUC e o SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação), as Reservas Extrativistas são utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura da subsistência e na criação de animais de pequeno porte (SEDINC, 2013: 180).

¹⁵⁴ Intervenção de Marco Antonio, vice-presidente da Comissão dos Trabalhadores Desempregados da Construção Civil Pesada. (Acervo pessoal).

Nós completariamos: não apenas 10 anos, mas mais de 30 anos, pois os grandes projetos chegaram ainda em 1970. Ao final, elencam alternativas à RESEX, como:

- Devida capacitação da mão de obra local para as empresas do DISAL;
- Investimentos em infraestrutura, transporte, segurança, saúde, educação, saneamento, coleta e destinação de resíduos, abastecimento de água, valorização da cultura, fomento produtivo, beneficiamento e acesso a mercados justos, turismo, comercialização de gêneros agrícolas, agregação de valor aos produtos;
- Articulação produtiva das comunidades com “vocação para o comércio e escambo de bens e serviços” a serem comercializados na Vila Maranhão, Quebra Pote, Maracanã e Mercado Central de São Luís;
- Respeitar a propriedade privada regularizando os títulos das terras públicas;
- Indeniza es;
- Remo es;
- Estabelecer regras para o licenciamento do DISAL;
- Vincular programas socioambientais das empresas do DISAL para desenvolver a microrregião;
- Dialogar com o poder público para promover melhoramentos.

E também apontam que a RESEX de Tauá-Mirim sobrepõe-se a outras unidades de conserva o, por isso seria inviável. Entretanto, como apontou Beto do Taim, a RESEX de Cururupu, instituída e com seu conselho gestor em funcionamento, está localizada em uma área de Prote o Ambiental, a APA Reentrâncias Maranhenses, o que não inviabiliza a sua continuidade pois, como   requisito para a cria o de uma RESEX, o modo de vida deve ser sustentável em rela o ao meio ambiente¹⁵⁵.

Conflitos distributivos, territoriais e espaciais (ZHOURI; LACHEFSKI, 2010) podem ser percebidos nos elementos elencados até aqui, pois encontramos distintas lógicas de utiliza o do território e seus recursos sendo disputadas, com efeitos perversos advindos de degrada es e polui o que não se restringem às áreas de empreendimentos. E discursos variados ligados aos grupos *Governos e Empresas* podem ser vistos de maneira coadunada, como o da empregabilidade. Nesse sentido, agentes do grupo *Comunidades* engendram outros

¹⁵⁵ Informa o obtida em entrevista concedida a nós em 05.12.16.

discursos que podem ser considerados como contra hegemônicos a fim de acentuarem seu posicionamento no território de conflitos.

A seguir, esboçaremos nossa análise dos aspectos ligados ao grupo *Comunidades*, em associação com agentes de instituições, assim como buscamos fazer neste item.

3.2 Significação e transitoriedade do território

Território, espaço socialmente produzido e apropriado por grupos sociais com modos de vida próprios, perpassados por representações próprias. Esta definição poderia parecer completa se não faltasse uma característica sem a qual não se pode compreender o processo de resistência na Zona Rural II de São Luís: o sentimento de pertencimento.

O território de conflitos ao qual estamos nos referindo continuamente neste estudo foi historicamente produzido a partir de experiências sociais próprias dos grupos que o habitam ou que nele projetam seus objetivos. Nesta projeção estão expectativas de futuro, a saber, que transformam o espaço usado ou pensado em campo de conflitos físicos e simbólicos, pois é objeto – no sentido de alvo, meta ou fim – de disputa. Os grupos sentem-no como seu de diferentes formas, e por isso o território pode sê-lo se nesta compreensão inserirmos a categoria *pertencimento*.

Mas há algo que devemos considerar: nas ciências humanas brasileira e latino-americana, um debate a respeito do pertencimento tem focado os grupos sociais subalternizados ou em processo de marginalização – os afetados, por exemplo, por grandes projetos – e o pertencimento como categoria acionada em suas lutas por resistência, seja em prol de permanecer num espaço ou de sair dele, como é o caso da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia.¹⁵⁶ Esse processo de produção de um pertencimento a um espaço territorializado é empreendido em várias esferas, em etapas de sentido construídas ao longo do tempo, ou do processo histórico de luta – desde um estágio de indefinição a respeito de quem deseja ficar ou não na terra a um estágio no qual a luta política aciona com mais veemência o território enquanto sinônimo de modo de vida, lugar histórico, origem, etc. Contudo, como estamos tentando apontar neste estudo, não apenas as comunidades afetadas por grandes projetos

¹⁵⁶ Informações mais precisas a respeito dos conflitos em Piquiá de Baixo podem ser encontrados na tese de doutoramento de Bartolomeu Rodrigues Mendonça – *Continuum Colonial: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil* (2017) –, precisamente no capítulo 5: *Piquiá de Baixo: uma retirada necessária*.

possuem um sentimento de pertencimento em relação ao território Zona Rural II de São Luís, ou apenas Zona Rural. Os agentes dos empreendimentos – estes, enquanto instituições formadas por pessoas de várias origens, situações sociais, culturas e campos, mas transformados em *entidade* – também sentem o território como seu.

E observamos isto nas entrevistas realizadas, audiências públicas, documentação, eventos, e outros momentos que formaram nosso trabalho de campo. Como explicar que pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão constroem pesquisas voltadas à permanência das comunidades rurais de São Luís no *território de conflitos* de nosso estudo, sem ao menos viverem no lugar? Como entender o acionamento de discursos voltados para demonstrar um “amor à terra” por parte de gestores governamentais e empresariais durante as audiências públicas para a revisão do Plano Diretor de São Luís em 2014 e 2015? E ainda: como compreender a necessidade de elaboração de estratégias argumentativas, de enfrentamento e mobilização por parte de estudantes, professores, ativistas de ONGs, trabalhadores sindicalizados, advogados populares e tantos outros indivíduos que compõem grupos de resistência juntamente a membros de comunidades? Talvez o *sentimento de pertencimento* deva ser a categoria histórica de análise que nos auxilia a responder estas perguntas tão caras a nós, que inclusive vivemos a contradição constante de realizar uma pesquisa vista como *militante* por alguns grupos.

Por isso a realização de entrevistas com pessoas que estão envolvidas há algum tempo com o processo de resistência cujo principal objetivo é a instalação jurídica da RESEX de Tauá-Mirim fez-se necessária. Para além de pessoas que fazem parte de grupos, existem indivíduos pensando sua própria atuação e elaborando categorias de sentido que buscam entender sua atuação pessoal, de grupo e a historicidade do processo, produzindo análises que devem ser consideradas quando buscamos compreender a formação de um território de conflitos, objetivo central desta pesquisa. Para elencar estas categoriais e as análises, agrupamos os dados obtidos nas entrevistas em itens, gerais como toda categorização. Neste tópico, portanto, apresentaremos dados a respeito dos agentes do grupo *Comunidades*, desde membros das comunidades que pleiteiam a instituição jurídica da referida reserva, como também pessoas que formam o conjunto de entidades ou instituições parceiras, chamadas pelos membros das comunidades para participarem do processo reivindicatório como apoio.

Nesta seção, portanto, privilegiamos as entrevistas realizadas com esses agentes, que podem ser vistas no Quadro 1. Optamos, ainda, por descrever o processo de feitura das

entrevistas, apontando algumas das nossas dificuldades e percepções que vão além dos dados fornecidos pelos entrevistados, ou seja, o trabalho de escutar uma narrativa, perceber seus aspectos centrais e escrever – ou transcrever uma tradução – o que compreendemos, de maneira dialética.

3.2.1 Contar, ouvir, perceber e escrever (ou o contrário)

As pessoas que entrevistamos possuem características comuns: fazem parte de organizações, movimentos, sindicatos, comunidades e instituições que estão inseridas no grupo *Comunidades*.¹⁵⁷ Esse grupo é heterogêneo, pois nele alocamos tanto membros de comunidades que reivindicam a instituição jurídica da unidade de conservação aqui estudada, quanto advogados, sindicalistas, pesquisadores e outras pessoas que, de alguma maneira, contribuem para a formação e consolidação desta reivindicação. Também possuem em comum o fato de estarem dentro da faixa etária de 20 a 60 anos, com apenas duas pessoas com idade de 20 a 30 anos. Suas diferenças são várias: sexo, origem social, escolaridade e naturalidade, e gostaríamos de enfatizar também estas diferenças, pois fazem parte da heterogeneidade de trajetórias que estão inseridas no processo de conformação da Zona Rural II de São Luís como *território de conflitos*.

As jovens Leila Letícia e Rafaela Mesquita, quando foram entrevistadas por nós,¹⁵⁸ faziam parte do curso de Educação Ambiental, construído coletivamente pelo GEDMMA e comunidades rurais de São Luís em sua primeira etapa, no ano de 2011. Ambas eram “filhas do Taim”, comunidade muito atuante no processo, sendo a que encabeçou as reivindicações por diversas vezes (SANT’ANA JÚNIOR et Al., 2009). Rafaela Mesquita estava residindo com o esposo na comunidade Limoeiro, próxima ao Taim, onde moram parentes seus cujo parentesco é próximo – primos de 1º e 2º grau, por exemplo. A entrevista que realizamos naquele período havia sido uma das primeiras que nos propomos a fazer, como pesquisadora de iniciação

¹⁵⁷ Posteriormente apresentaremos uma proposta de síntese do território de conflitos, e nela elencaremos um outro grupo, para além dos três até aqui evocados como grupos em conflito. Trata-se do grupo *Instituições*, e sua característica é possuir mais volatilidade em relação a uma presença definida e constante nos outros três grupos, já que seus membros fazem parte de instituições educacionais, partidos, sindicatos, ONGs, parlamentos e outros campos que lhes permitem, a nosso ver, optar conscientemente por estar em um ou mais grupos sem que isso descaracterize seu pertencimento ao grupo *Instituições*. Mas, por hora, vamos pontuar apenas agentes ligados a instituições consideradas parceiras do grupo *Comunidades*.

¹⁵⁸ Entrevista realizada em 04.08.2012. Transcrição disponível em acervo pessoal da autora, com partes apresentadas no relatório de iniciação científica *Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (JESUS, 2012).

científica, ainda graduanda no Bacharelado em História. Obviamente, os temas versaram a respeito da luta pela RESEX, casos de poluição provocados por empresas e, em grande parte, as mudanças que elas percebiam. Nossa pesquisa à época objetivava analisar os conflitos socioambientais em torno da constituição da RESEX de Tauá-Mirim, e nossa inserção no curso de Educação Ambiental já referido nos possibilitava conversar com jovens como Rafaela e Leila Letícia, buscando dados sobre os conflitos.¹⁵⁹

Dentre as impressões que tivemos, as mais marcantes foram referentes à degradação ambiental. Como a entrevista foi feita por nós com as duas jovens ao mesmo tempo, em formato de conversa a partir de perguntas gerais, as respostas eram dadas de forma complementar por ambas, o que restringia, de certa forma, o campo das respostas – pois se uma delas desse uma informação a partir de um caso, a outra complementava restringindo-se a este caso, não alternando os exemplos. Aos nossos olhos de pesquisadora iniciante, ficou na memória a imagem evocada por Rafaela de que no local próximo às atuais imediações da empresa Eneva-EON, anteriormente denominada MPX, havia o ecossistema manguezal, com sua fauna característica, latente ao ponto da rodovia ser atravessada por caranguejos em períodos específicos do ano, num ciclo que se repetia a cada ano. Esta visão, seguindo Rafaela, foi sendo ofuscada pela presença da empresa, o que não conseguiu mais ver no lugar onde antes era a comunidade Vila Madureira, hoje reassentada em Paço do Lumiar.

As jovens estavam inseridas no processo reivindicatório há alguns anos e lembravam das audiências públicas ocorridas durante 2004 e 2005, por conta da possibilidade de implantação de um Polo Siderúrgico em São Luís e da busca pela revisão do Plano Diretor do Município, proposta pela prefeitura municipal. Rafaela relatou, inclusive, o assédio sofrido por

¹⁵⁹ Que posteriormente foram classificados segundo sua abrangência. Elencamos três grupos gerais de conflitos subdivididos da seguinte forma: 1) acesso à terra – *usufruto da terra e controle do espaço e dos produtos*; 2) degradação ambiental – *solo, água e ar, saúde e gêneros agrícolas e animais*; 3) lógicas distintas – *assédio moral e conflito físico*. Os conflitos elencados a partir dos relatos colhidos em trabalho de campo foram a) empresa restringindo o acesso ao rio por conta da privatização dele a partir da compra de território feita pela empresa; b) empresas adentrando o território das comunidades aos poucos, sem autorização; c) despejo de sangue de animais no rio por matadouro clandestino; d) espécies vegetais modificadas por conta da poluição e descarte de resíduos químicos nas águas; e) baixa produtividade de peixe e crustáceos por conta da chegada de empreendimentos no território próximo às comunidades; f) derivado da baixa produtividade de peixes e crustáceos, ida de indivíduos para outras ocupações profissionais dentro das empresas e da zona urbana, mas com baixa remuneração devido a pouca qualificação profissional; g) agressão moral a moradores das comunidades através da fala de representantes dos governos e das empresas; h) derivada da agressão moral, desqualificação dos discursos dos moradores das comunidades; i) como desdobramento também da agressão moral, impedimento de acesso dos moradores das comunidades aos espaços das empresas, como parques botânicos e cursos d'água antes públicos. Estes dados foram apresentados no relatório de iniciação científica *Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* de 2013, produzido por nós.

um primo seu, que é homossexual, cuja palavra foi cortada de forma brusca por uma pessoa presente em uma das audiências, usando de palavras pejorativas para cercear sua fala. A tensão desses momentos era evocada pelas jovens, que estavam em um curso buscando aperfeiçoarem sua compreensão e argumentos para poderem lutar com armas mais elaboradas nos embates que precisariam travar. A força esmagadora do desenvolvimento, segundo Rafaela, seria como uma bola, passando por cima de tudo, e esta força precisaria ser barrada. Segundo a entrevistada:

Quando as empresas chegaram, muitas pessoas que eram agricultores e lavradores, pelo próprio consumismo, foram impulsionados a trabalharem nesses empreendimentos, *porque o capitalismo é uma bola, né, ou você adere, ou ele te engole, e a gente acabou, muitos de nós acabaram se levando*.¹⁶⁰

Em 2012 também entrevistamos pela primeira vez a liderança Rosana Mesquita, então presidente da Associação de Moradores do Taim. Ali iniciamos contatos que duram até hoje, pois nos encontramos diversas vezes em eventos, comemorações, reivindicações e em visitas familiares. A liderança, naquele ano, já despontava como uma das pessoas com grande influência nas discussões sobre as comunidades rurais de São Luís, especialmente da RESEX. Curiosamente, naquele ano também foi executada uma vistoria de técnicos do ICMBio, pesquisadores e membros de comunidades na área da reserva extrativista para realizar adequações em seu traçado, o que posteriormente foi verificado com a exclusão da comunidade do Cajueiro, áreas muito degradadas por atividades minerais e a inclusão de região mais preservada na área da Ilha de Tauá-Mirim (expressos no Mapa 2).

Talvez este aspecto tenha influenciado em nossa conversa, pois Rosana apresentou dados importantes a respeito das mudanças e degradações no ambiente provocadas, a seu ver, pela ação poluidora das empresas que cada vez mais invadiam o território das comunidades. Em nossa pesquisa de iniciação científica, boa parte dos dados a respeito de poluição foram obtidos nesta conversa, o que nos permitiu, ao analisar conjuntamente aos dados das outras entrevistas e falas coletadas em reuniões e eventos, construir um fluxograma com os principais impactos.¹⁶¹ Porém, atualmente, na entrevista concedida a nós, os temas variaram, e Rosana

¹⁶⁰ Entrevista realizada em 04.08.2012 – grifo nosso. Acervo pessoal.

¹⁶¹ De acordo com os conflitos elencados na nota 162, os agrupamos nos grupos e subgrupos da seguinte forma (cada conflito corresponde a uma letra, em ordem alfabética, respeitando sua ordem de apresentação anterior): Acesso à terra: itens a e b – 1) usufruto da terra: item a e c; 2) controle do espaço e produtos: não consta; Degradação ambiental: itens c, d e e – 1) solo, água e ar: itens c, d e e; 2) saúde: itens c e d; 3) gêneros agrícolas e animais: itens d e e; Lógicas distintas: itens a, b, c, f, g, h e i – 1) assédio moral: itens a, b, g, h e i; 2) conflito físico: itens b e i.

trouxe novos dados a respeito de estratégias dos grupos, percepções acerca do processo reivindicatório, e ainda novas observações sobre os impactos provocados pelas empresas. Em tom autobiográfico, a entrevista que durou mais de uma hora foi um misto de denúncia, confissões, alegrias e tristezas que, somados à trajetória individual, trouxeram uma sensação de profunda intimidade entre nós e a entrevistada, algo que não sentimos em 2012, mas que apenas o envolvimento duradouro da pesquisa e, sobretudo, da militância, pode provocar.

Em outra comunidade, tema de nossa monografia, também estabelecemos contato e proximidade com outra liderança e referência para as comunidades rurais de São Luís. Maria Máxima Pires, a Dona Máxima, desde 2013 nos conta fragmentos de sua história pessoal, e neste caso, o ato de contar sua história é uma forma de registrar uma parte da luta e da duração de sua comunidade, como ela percebe e intencionalmente faz. Naquele ano, na varanda de sua casa, conversamos por pouco mais de duas horas, demarcadas pelo ir e vir dos ônibus que percorrem a comunidade e os afazeres cotidianos da referida senhora.¹⁶² Aquela primeira conversa, embora estruturada em cinco questões gerais, não foi conduzida por mim, mas por ela, senhora de seu tempo.¹⁶³ Ao apresentar um tema inserido numa questão, três ou quatro outros temas eram explanados, mesclando suas percepções a respeito da luta, histórias de família e angústias pessoais, o que já nos ensinava o caminho do estudo de trajetórias que fizemos para compreender o processo de ocupação histórica da comunidade Rio dos Cachorros, desenvolvido em nossa monografia.¹⁶⁴

Ao contar sua trajetória pessoal, também em tom autobiográfico, Dona Máxima contou fatos considerados relevantes por ela a respeito da trajetória de seus pais, especialmente a vida do seu pai, o Seu Januário. E nestes fragmentos, pudemos compreender algo como parte de uma relação que veio sendo modificada ao longo dos anos, devido ao avanço do capitalismo e, conseqüentemente, das comunicações, meios de transporte, que acarretam em transformações profundas nas afetividades. “No tempo do meu pai”, relatou Dona Máxima, havia festejos nas

¹⁶² É interessante observar que os espaços escolhidos pelos entrevistados variam, mas possuem algo em comum: todos escolheram lugares simbólicos em que sentem-se à vontade ou protegidos de uma “invasão” por parte do entrevistador. Para alguns, o ambiente de trabalho (Élio Pantoja, Guilherme Zagallo e Alexandre Soares). Para outros, a casa ou lugares dela, como a varanda e o quintal (Rosana Mesquita, Seu Tenente, Dona Máxima, as senhoras Babita, Bebeca, Dúlia, Ieda e Dona Rosa). Para um, porém, uma variação que precisa ser compreendida: Beto do Taim escolheu, em 2014, ser entrevistado na frente de sua casa, e em 2016, na Escola Familiar Casa das Águas. Uma mudança se processou na experiência desta liderança, e ao acompanharmos sua atuação ao longo dos anos, podemos afirmar que sua percepção a respeito de qual é a sua casa, ou lar, também foi sendo modificada.

¹⁶³ Entrevista realizada em 21.11.2013. Acervo pessoal.

¹⁶⁴ *Violência, memória e resistência: análise da luta pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís-MA (1996-2014)* (JESUS, 2014).

comunidades da ilha de Tauá-Mirim, e ele, que era músico, tocava nessas festas, ficando por lá de três a quatro dias. O ir e vir das escolas, marcado pelas grandes distâncias, também relembro por Dona Máxima, talvez seja algo que perdura ressignificado: se antes a ida à escola, ou ao centro, era feita a pé, à canoa ou por carroças, hoje, por conta do tempo que os ônibus levam para chegar às comunidades (de uma em uma hora durante dias úteis, e de duas em duas horas em fins de semana e feriados), ou pela ausência de transporte fluvial em comunidades mais afastadas, a ida ao colégio, ao hospital, ao trabalho e ao centro se torna longa e um pouco mais desesperadora, pois a pergunta vem: se temos tecnologia, transportes e desenvolvimento, por que eles não chegam aqui?

Em 2014, nossa segunda ida a campo em Rio dos Cachorros, outros elementos foram se apresentando, como a necessidade de ultrapassar a trajetória individual de Dona Máxima, rumando para a das primeiras famílias do povoado. Nisto buscamos coletar as narrativas dos “mais velhos”, categoria tão cara a nós em nossa monografia.¹⁶⁵ Certamente que, por conta de nossa inserção na comunidade ter sido feita por meio de Dona Máxima, outras narrativas foram suspensas para a pesquisa de então, inclusive de famílias que estavam reivindicando outros rumos para a comunidade, num processo que podemos perceber a profundidade apenas hoje, e parcialmente. Naquele momento, os conflitos internos começavam a se exacerbar em algumas comunidades, como Rio dos Cachorros, Taim e Jacamim, o que já ocorria em Cajueiro, comunidade que teve grandes rupturas no processo reivindicatório, de acordo com Moreira (2015).

Pensando, tempos depois, nos conflitos internos que começávamos a observar em Rio dos Cachorros, novamente percebemos a importância da nomeação como elemento de poder para os agentes, portadores de diferentes capitais, com forças específicas. O acionamento da experiência e da idade dos mais velhos como elemento comprovador da existência antiga da comunidade – feito pela família Pires – e o acionamento da documentação como comprovador da “fraude” que era a Dona Máxima, segundo membros da comunidade que nos abordaram em algumas de nossas idas a campo, todos são elementos de análise para compreendermos o campo dos conflitos. Até porque no jogo político e jurídico, os documentos escritos, as atas, os laudos e relatórios acabam valendo mais do que o acionamento simbólico de experiências de vida, e

¹⁶⁵ O grupo focal com as senhoras Maria Bárbara Pires Costa (Dona Babita), Dúlia Costa Veras (Dona Dúlia), Ieda Pires Vieira da Silva (Dona Ieda), Teodelinda Pires Costa (Dona Bebeta) e Dona Máxima foi realizado em 21.06.2014, mesma data em que as entrevistas com o senhor Hilton Barbosa (Seu Tenente) e Esterlina Pires (Dona Esterlina) foram executadas. Estas entrevistas foram realizadas por nós, juntamente aos professores Horácio Antunes e Bartolomeu Mendonça.

aqueles documentos poderiam ser utilizados por grupos que não estavam satisfeitos com os rumos tomados pela comunidade como parte de uma reserva extrativista a partir da liderança de Máxima Pires.¹⁶⁶

O grupo focal que fizemos com as senhoras Babita, Dúlia, Ieda e Bebeta, a entrevista com Seu Tenente e a conversa com Dona Esterlina foram também elucidativos para entendermos a disputa por voz e distinção dentro da comunidade. Contar as histórias dos *mais velhos*, e com suas vidas datar a vida da comunidade,¹⁶⁷ era crucial para demonstrar que Rio dos Cachorros tinha “mais de duzentos anos”, como tem afirmado Dona Máxima. Mas, para nós, era necessário problematizar as origens. Portanto, fomos perseguir outros rastros na cartografia histórica, o que nos levou a refletir quais são as origens que interessam para os grupos e indivíduos que reivindicam territórios, problematização que fizemos em nossa monografia (JESUS, 2014).

No segundo semestre de 2014 e início de 2015, por conta da participação na disciplina *Sociologia do Desenvolvimento*, ministrada pelo professor Horácio Antunes, no PPGCSoc, nós e outros dois pesquisadores (Kelly Nobre e Josemiro Oliveira) nos aventuramos a buscar dados relativos à comunidade Limoeiro, pouco estudada e com peculiaridades que a diferencia de outras comunidades que formam a RESEX de Tauá-Mirim. Nossa primeira questão foi como acessar possíveis entrevistados em Limoeiro, e logo partimos para coletar dados com pessoas da comunidade Taim, que possuem relações próximas com moradores do Limoeiro. Neste momento, a figura de Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, com sua experiência e trajetória particular, mostrou-se de suma importância para a condução de nossa pesquisa, que resultou

¹⁶⁶ Nós e os pesquisadores Élio Pantoja e Maria Ecy Lopes fomos interpelados, certa vez, por um grupo de pessoas que reivindicava outra narrativa acerca de Rio dos Cachorros, deslegitimando Dona Máxima como liderança, pois tinham encontrado documentos do ITERMA que atestavam sua ação como degradadora do meio ambiente, retirando pedras. Em outro momento, junto aos pesquisadores Josemiro Oliveira e Darlan Rodrigo Sbrana, pessoas semelhantes nos procuraram para dizer as mesmas coisas, inclusive nos chamando para ouvir sua narrativa em outro dia. Até hoje não conseguimos reencontrá-las para conversar, até mesmo por termos nos afastado de Rio dos Cachorros enquanto objeto de estudo. Mas procuramos na referida documentação, que é inclusive a de titulação condominial de Rio dos Cachorros, a presença de Dona Máxima como agente poluidora. Ela já afirmou, diversas vezes, que antes de conhecer o que era uma RESEX extraiu pedras para sustentar sua família, tendo abandonado a prática e hoje utilizando sua experiência como exemplo de mudança de práticas. Na documentação encontramos a referência a uma senhora, Maria Máxima Pires, mas esta é a tia de Dona Máxima, pois ela recebeu o mesmo nome, prática comum em gerações anteriores. Este breve relato não busca dizer quem está correto ou não, mas falar a respeito das disputas pela legitimidade dentro de um campo, vindo por meio de ações como deter uma “prova” que, de acordo com a situação, pode ser mais válida do que outra.

¹⁶⁷ Este cálculo é feito a partir da idade dos mais velhos mais antigos de Rio dos Cachorros. Dona Esterlina, por exemplo, possuía mais de 90 anos, tendo nascido em Rio dos Cachorros. Mas o principal elemento, para Dona Máxima, era que seu pai, que morreu com mais de 90 anos, nasceu oito anos após a abolição dos escravos, como ele sempre contava, e já na comunidade Rio dos Cachorros. Ou seja, a comunidade possui mais de duzentos anos, levando em consideração esse cálculo feito localmente.

em um artigo em vias de publicação.¹⁶⁸ Já naquele momento percebemos que esta liderança destaca-se, de certa forma, em relação a outras lideranças da Zona Rural, e cremos ser necessário enfatizar este aspecto.

Beto do Taim é considerado uma referência não apenas por membros das comunidades rurais de São Luís, mas por representantes de órgãos governamentais, sindicatos, movimentos, igrejas, instituições de pesquisa e educacionais, tendo sido inclusive premiado em 2015 com o *Prêmio Especial Honra ao Mérito Saber Popular*, homenagem concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) a pessoas cujo saber e atuação tem sido importantes no Maranhão. Em todas as entrevistas, exceto no grupo focal referido anteriormente e na entrevista com Dona Esterlina, o nome de Alberto Cantanhede foi citado como referência.¹⁶⁹ E, além disso, nas 1554 páginas que compõem o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, ele é uma liderança que praticamente esteve em quase todos os levantamentos.

Pensando nos contatos que estabelecemos com Alberto Cantanhede, podemos afirmar que a maioria se deu durante eventos, reuniões, manifestações e poucas vezes conversamos em entrevistas, sendo a maioria das conversas feitas informalmente quando nos encontramos. Em 2014, por conta da pesquisa sobre o Limoeiro, suas informações nos conduziram a conhecer Dona Rosa,¹⁷⁰ uma senhora que nos forneceu informações sobre o conflito de posse da terra entre as famílias, ao todo cinco, e os filhos do ex-prefeito de São José de Ribamar, José Câmara, já falecido que, segundo Beto¹⁷¹ e Dona Rosa, “comprou” mediante favores médicos o documento de doação das terras à família da senhora Viscença, também já falecida. Por seu

¹⁶⁸ *Discurso desenvolvimentista e suas práticas: estudo de caso das comunidades Limoeiro e Rio dos Cachorros (Zona Rural II de São Luís – MA)* (NOBRE; OLIVEIRA; JESUS, 2015 – no prelo).

¹⁶⁹ Nas entrevistas realizadas no ano de 2016, aparecem referências como “[...] tinha a Vila Itaqui, que era a região onde hoje está o Terminal de Grãos, segundo o Beto [do Taim]”; “[...] a participação nas audiências públicas era quase sempre... quando as audiências que foram realizadas na região do distrito industrial puxadas por estas comunidades, a participação das lideranças, e aí, em especial o Beto Cantanhede e a Máxima Pires, mas com outras lideranças locais também que vinham surgindo,” (entrevista realizada por nós em 01.12.2016, com Guilherme Zagallo – acervo pessoal); “[...] tem uma entidade que o Clóvis... Clóvis, não, Clóvis é do Cajueiro... o Beto do Taim também atua, que é bem presente aqui...” (entrevista realizada por nós em 02.12.2016, com Alexandre Soares – acervo pessoal); “[...] e aí quando eu vim morar aqui, quando foi a partir de 2001 que eu comecei a ficar mais perto de Beto, e que ele me chamou pra participar de um projeto que era de capacitação da comunidade solidária.”; “[...] a gente lia... é. Beto que ajudava a gente a entender, porque tinha coisa que a gente não entendia, né? Era Beto que falava bastante” (entrevista realizada por nós em 03.12.2016, com Rosana Mesquita – acervo pessoal).

¹⁷⁰ Entrevista realizada por nós e os pesquisadores Ana Kelly de Lima Nobre e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, em 28.01.2015. Acervo pessoal. Trechos da entrevista estão disponíveis em Nobre, Oliveira e Jesus (2015- no prelo).

¹⁷¹ Entrevista realizada por nós e a pesquisadora Ana Kelly de Lima Nobre, em 12.01.2015. Acervo pessoal. Trechos da entrevista estão disponíveis em Nobre, Oliveira e Jesus (2015- no prelo).

caráter histórico, sendo um documento do período imperial, e pela simbologia que auferiu na comunidade, ao longo dos anos, Limoeiro era a única comunidade da RESEX de Tauá-Mirim que possuía um título antigo de suas terras, diferentemente de outras que buscam comprovar a longa ocupação territorial a partir de vestígios arqueológicos remetentes ao período imperial.

Ao comprar esse título, em momento de grave doença da detentora do documento, o ex-prefeito, segundo os relatos coletados, ajudou Dona Viscença e sua família com auxílios médicos, ganhando “confiança” a ponto de ser presenteado com o título, o que provocou graves conflitos com os moradores e os “encarregados” do prefeito na comunidade, que regulam a construção de casas, acesso a meios de produção e produtos, além da entrada e saída de pessoas “estranhas”.

Mas não apenas informações como estas foram proferidas por Alberto Cantanhede, que possui conhecimento profundo de outras realidades. Quando necessitam conhecer histórias de outras comunidades, ou pessoas que as possam contar, muitos pesquisadores e representantes de instituições governamentais ou não recorrem à liderança, como ocorreu até recentemente com a presidente do CNPT, Kátia Barros,¹⁷² que possui, ainda hoje, posicionamento favorável à RESEX. Sua relação com o GEDMMA também é profunda, sendo convidado para palestras em eventos científicos, oficinas, reuniões e, sobretudo, para transmitir conhecimentos.¹⁷³

Mas sua trajetória, como ele relatou a nós, nunca foi fácil. E isso nos fez refletir acerca de todas as trajetórias individuais dos membros das comunidades rurais de São Luís que partem para um enfrentamento direto a governos e empreendimentos. Pessoas como Dona Máxima, Rosana Mesquita, Clóvis Amorim (do Cajueiro) e Beto do Taim acabam dispensando um tempo além do que possuem em questões fora de suas comunidades, em instituições às quais passam a se adequar para poderem dialogar e reivindicar suas demandas. Contudo, essa escolha, imposta ou não pelo contexto, leva a conflitos familiares e internos às comunidades. Com o passar dos anos, e durante o tempo de espera pela instituição jurídica da reserva extrativista, estas lideranças perderam amigos e familiares, aprenderam a lidar com outras linguagens que não as suas, a caminhar por outros lugares onde sua presença talvez não fosse aceita, a gritar mais alto para serem escutadas em audiências públicas onde nada foi construído para se permitir o ouvir. E, nesse sentido, as entrevistas coletadas antes e durante a pesquisa de mestrado sempre

¹⁷² De acordo com Beto do Taim, em entrevista realizada por nós em 05.12.2016. Acervo pessoal.

¹⁷³ Podemos citar três eventos em que Alberto Cantanhede foi convidado como palestrante, dois deles sob a organização do GEDMMA – III e IV SEDMMA (2013 e 2015), e um sob organização de várias entidades, como o MST, a Cáritas, o JnT, e o GEDMMA – Seminário Internacional Carajás 30 anos (maio de 2014).

assumiram um caráter autobiográfico, o que chama nossa atenção profundamente.¹⁷⁴ Por que contar sua história de vida, ao invés da história da comunidade ou da luta pela RESEX?

Exemplo disso é o trecho a seguir, no qual Beto do Taim relata desde quando está inserido nessas lutas:¹⁷⁵

Eu entrei nessa luta em 91. Entrei tarde, em 91 eu já tinha 29 anos. [...] Eu trabalhava na pesca, trabalhei empregado, mas já nesse período quando eu entrei no movimento eu tinha saído bem desiludido de emprego já. Depois, por conta da necessidade aqui, a pesca tinha diminuído radicalmente e com esse negócio de eu ter saído... trabalhei ali na ALUMAR, na construção do porto... fui pra lá nesse período tentando estudar também, tentando continuar o estudo, aí voltei desiludido de lá, mas não tinha canoa, não tinha rede, agora pelo menos eu tenho, tenho rede, tenho espinhel. Nesse período eu não tinha nada. Aí foi quando a mulher engravidou, né? Aí já viu! [risos]. [...] Fui pra Vila Maranhão, depois vim pro Limoeiro. Aí, passei cinco anos nessa loucura, nesses cinco anos nasceram os três filhos, eu tentando me organizar. Aí, me empreguei, né? Passei três anos empregado lá na Mesbla [antiga loja de departamentos] na época, mas aí voltei bem desiludido. Mas, foi quando eu conheci turma de sindicato. Isso em 90, bem no início de 90. Na verdade, minha demissão foi no dia 30 de dezembro de 89. Então entrei o ano de 90 desempregado. Também já tinha separado da mulher nesse período. [...] Aí eu resolvi: não volto mais pra trabalhar empregado. Mas também não investi em nada. Peguei essa grana e ajudei a construir a casa de papai, não comprei uma canoa, não comprei nada pra mim. Aí, quando chega em 91, eu conheci uma turma da pastoral dos pescadores que me convidaram pra uma reunião, perguntaram se eu sabia da colônia. Aí, eu ‘não, rapaz, quem sabia da colônia era papai porque ele que era sócio’, eu só pesco. Aí, me levaram pra essa discussão, achei interessante e acabei ficando por lá, virei diretor da colônia. Quando foi em 93, eu já era diretor da colônia de pescadores, aí daí a gente foi esticando... tava no... pique da criação do Movimento Nacional dos Pescadores. E aí eu já em contato com a turma, eles ajudaram muito nesse processo de conquistar a colônia daqui de São Luís. Aí fui conhecendo outra turma do interior do Estado, de outros estados. E eles tavam construindo o movimento nacional dos pescadores. Tinha saído da constituinte da pesca, que também foi um movimento paralelo à constituição de 88, né. Aí eu fui me engajando no movimento, a partir de 91.

Para nós, um relato simples de uma trajetória de vida marcada por conflitos, inclusive aqueles em que as relações cotidianas, como o casamento, o emprego e a satisfação pessoal são rompidas em sua duração “comum” enquanto experiências individuais, voltando-se o indivíduo a outros objetivos que ultrapassam a esfera individual, adentrando na coletiva. Alguns autores

¹⁷⁴ Um dos momentos mais marcantes para nós ocorreu durante a conversa com Rosana Mesquita, em 2016, quando ela contou sobre sua amizade com Leidivania Gonçalves Silva, já falecida. Ambas construíram-se no processo enquanto lideranças, e isto fortaleceu laços, como pudemos perceber. Quando Leidivania adoeceu daquilo que retirou-lhe a vida, Rosana quis desistir da luta, como ela relatou. E sentimentos como este, obviamente, levam a reações que nem sempre esperamos em uma entrevista, como o choro (aliás, nada é esperado, a entrevista é única em forma e conteúdo).

¹⁷⁵ Entrevista realizada em 05.12.16. Arquivo pessoal.

problematizaram estas questões. Segunda Souza e Crippa (2010), questões como a fronteira entre o individual e o coletivo na construção mnemônica e a existência ou não de autonomia no tocante ao que deve ser lembrado ou esquecido devem ser consideradas no contexto de produção desta fonte que, para nós, é de suma importância para a pesquisa: a entrevista. As relações entre entrevistadores e entrevistados ou, em outros termos, pesquisadores e pesquisados, são complexas e envolvem as disposições dos agentes nos campos – levando em consideração as colocações de Pierre Bourdieu (2012) – e os capitais acionados, com ferramentas e estratégias específicas. Este momento singular que é a entrevista deve ser problematizado. Para Souza e Crippa (2010: 82),

Ao narrar sua vida inserida no social, o entrevistado a ordena para dar-lhe um sentido. Sua história adquire uma unidade, que, mesmo ilusória, proporciona-lhe parâmetros para a reflexão e ação. Organizando suas experiências pela narrativa e elaborando o que deseja transmitir aos outros, o entrevistado alcança condições para a crítica do que na realidade é complexo e transitório. [...]. Ao contar e compartilhar algo com alguém que escuta, questiona, confirma ou nega, o indivíduo se insere em uma *temporalidade própria*, onde ele se localiza e se reconhece. [...] As tensões e os conflitos não são apagados ou esquecidos, mas, revelados, torna-se possível o encontro de explicações. Assim, narrar, principalmente na autobiografia, se configura uma busca constante de conhecimento sobre o eu, o outro e a sociedade.

No contexto da entrevista existem disposições que estão relacionadas com a intenção de “dar voz”, embora seja ocultada em alguns contextos e em outros exacerbada. Para os autores, ao realizar esse procedimento, podemos possibilitar que os entrevistados apresentem suas representações e apresentações relativas aos grupos aos quais pertencem, além de sua compreensão dos grupos em si, e como essas pessoas se interpretam enquanto indivíduos numa coletividade particular (o grupo) ou geral (a sociedade). Falando sobre suas opiniões e sua própria trajetória, “o entrevistado não apenas reproduz o que é legitimado socialmente, mas se vê diante de uma oportunidade para refletir sobre as suas percepções, representações e sentimentos. [...] O ato de contar permite a constituição de uma identidade narrativa, ordenando os eventos que por natureza são sobrepostos” (SOUSA; CRIPPA, 2010: 83).

Essas relações devem ser levadas em consideração constantemente, ainda mais nas pesquisas que, assim como a nossa, utilizam a história oral – no nosso caso, como metodologia. Devemos considerar, de acordo com os autores, que em qualquer texto há proibições e silenciamentos, mas na história oral há uma obrigação do historiador se posicionar enquanto inserido num lugar social, dispor-se a dialogar e inserir no texto as distintas interpretações dadas pelos entrevistados, numa noção de *autoridade compartilhada*. Dessa forma, as lacunas se

transformam em um recurso para alcançar a um saber.¹⁷⁶ O conjunto de entrevistas coletados para serem analisados enquanto *fonte* de uma pesquisa não deve ser visto como a síntese do social, nem uma explicação totalizante, mas respostas para perguntas desenvolvidas no presente, o lugar onde o historiador se encontra (BLOCH, 2001).

Dentro desse *corpus* documental, encontramos também recortes produzidos pelos próprios agentes enquanto entrevistados, nesse caso, suas histórias de vida, ou *biografias*. Nas pesquisas históricas têm-se retomado a biografia enquanto fonte de análise, não apenas dos chamados “grandes personagens”, mas também das “pessoas comuns”, a partir de uma perspectiva da *história vista de baixo*. De acordo com Alexandre de Sá Avelar (2011), nos anos 1960 e 1970 ocorreram diversos questionamentos no âmbito social, incluindo as ciências humanas e sociais, bem conhecidos dos historiadores, que podemos pontuar como uma retomada de questões anteriormente criticadas que passariam a ser reconsideradas como úteis e importantes para a ciência histórica. Se com a renovação historiográfica produzida pela Escola dos *Annales* a biografia foi sendo afastada enquanto fonte e método, em meados do século XX, com o questionamento das “ambições totalizadoras”, ocorreu uma abertura em direção a uma virada epistemológica para o indivíduo, compreendendo-se como objeto da História as racionalidades e estratégias acionadas pelas comunidades, ao invés de estruturas e mecanismos reguladores. Com a 3ª geração dos *Annales*, o indivíduo surge como porta de entrada para o estabelecimento de questões mais amplas, pois “uma boa biografia [deveria] ser capaz de passar do particular ao geral, do específico ao problema global, pois o que se [pretendia era] privilegiar o enfoque social e integrador” (AVELAR, 2011: 142 – inserções nossas).

Qual seria a importância da biografia enquanto recurso teórico-metodológico? Para Avelar (2011), o interesse pelo indivíduo seria justificado pelo que ele concentra de características coletivamente compartilhadas, a partir dele chegando-se a uma realidade social, intelectual, econômica ou política de uma época, país ou grupo. Essa análise encontra críticas da seguinte maneira: pode produzir uma ideia de que comportamentos e vontades de um grupo são a soma dos comportamentos e vontades de seus componentes. Contudo, a aposta biográfica, verificada na Micro-História, por exemplo, busca promover uma valorização do microcosmo, das experiências-limite e da singularidade. Para o autor, não se deixa de fazer história

¹⁷⁶ Como bem pontuam Souza e Crippa (2010: 86), “explicar os procedimentos de coleta de dados e análise a partir do meio de sua elaboração não exclui a concepção de que a história tem critérios e regras, mas obriga o historiador a expô-los e justifica-los, reforçando a ideia de que retórica e prova não são antagônicas”.

tradicional, mas muito do que se produz tem considerado o enfoque da história-problema dos *Annales*, continuando-se na pretensão de

desvendar os esquemas de organização social, suas hierarquias, práticas e valores, sem descuidar da porção de liberdade que os sujeitos possuem para agir dentro dos sistemas normativos. A partir de personagens comuns e de homens pouco conhecidos, essa biografia interroga a racionalidade dos atores, as relações entre grupo e indivíduos, lançando luzes sobre os vínculos entre experiência comum e autonomia individual (AVELAR, 2011: 144).

Nesse jogo complexo de interações múltiplas,

A uma concepção, certamente um tanto genérica, de “história vista de baixo”, soma-se o alargamento da noção de representatividade para grupos subalternos, pois “alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”. Todos os indivíduos, em maior ou menor grau, partilham de elementos comuns da vida cultural e intercambiam experiências e projetos. A aposta biográfica deposita na singularidade as expectativas de rompimento com o excesso de coerência do discurso histórico, recuperando as incertezas do passado e as possibilidades perdidas (AVELAR, 2011: 144).

Com esse “retorno da biografia”, ocorreu um redimensionamento de várias problemáticas concernentes à escrita da história e às relações sociais, evitando a formulação de paisagens monolíticas do passado, pois os indivíduos possuem margens de manobra. Nesse sentido, os atores sociais são revalorizados e o passado é compreendido como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida.

Entretanto, nesse retorno da biografia pode-se dotar uma experiência individual de sentidos que somente são construídos a partir de sua narrativização numa ordem cronológica, de acordo com interesses e disposições que o entrevistador possui, incorporados pelo pesquisador. É dentro dessa percepção, de forma crítica a essa noção, que Pierre Bourdieu (2006) compreende que exista uma “ilusão biográfica”, na qual o sujeito é contemplado como autossuficiente. Em nossa pesquisa, apesar de utilizarmos como fonte os relatos produzidos por agentes em conflito alocados por nós no grupo *Comunidades*, não esquecemos, embora seja difícil, que suas histórias são contadas dentro de um contexto em que se produzem violências de diversos tipos, inclusive aquela construída a partir de silenciamentos.

Para Bourdieu (2006), a noção de *história de vida*, para nós muito próxima à de biografia ou trajetória, é uma incorporação pela ciência de uma categoria do senso comum. Tratando-se de histórias de vida, muitas vezes se aceita tacitamente que essas vidas relatadas

por agentes são um conjunto coerente de acontecimentos cronologicamente pontuados, uma “expressão unitária de uma ‘interação’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 2006: 184):

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato [...] propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica [...], tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis.

Contudo, o real é múltiplo. Nas entrevistas, segundo o autor, acaba por ocorrer uma propensão do interlocutor a tornar-se “o ideólogo de sua própria vida”, fornecendo os recortes ao pesquisador que, “por conta da cumplicidade natural do biógrafo”, acaba por aceitar essa “criação artificial de sentido”. Compreender essas disposições não faz com que rejeitemos os relatos de vida enquanto fonte, mas apenas nos legitima a pensá-los como um recorte da realidade social, um produto de uma época, como são os outros tipos de fonte. A saber, “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (BOURDIEU, 2006: 185). Dessa forma, devemos estar atentos aos “mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade” (Idem).¹⁷⁷

Devemos compreender a entrevista como uma relação de troca. Nós, enquanto historiadores, adentramos em universos particulares a partir de fontes orientadas por referenciais teórico-metodológicos, segundo objetivos específicos de pesquisa e compreensão social. Mas esta aproximação profunda a outras realidades é também uma busca por sentido existencial, a nosso ver, que é possível pela interação entre pessoas num contexto. A entrevista, nesse sentido, como relação de troca, é também aprendizagem, e não podemos fugir, enquanto seres humanos no tempo, de problematizar nossa própria atuação nesse contexto particular¹⁷⁸.

Existem distintas visões de mundo em jogo. Para pessoas advindas de campos como o jurídico e o acadêmico, a luta se dá em outros moldes, seja o da atuação jurídico-política ou a

¹⁷⁷ Para Bourdieu (2006: 189), “tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações”.

¹⁷⁸ Voltaremos a essa problematização no próximo tópico.

escrita acadêmica, que podem culminar na militância, como é o caso de Guilherme Zagallo, advogado e militante do Movimento de Defesa Ilha, movimento ainda recente que surgiu no ano de 2015 como resposta ao processo de tentativa de modificação de capítulos do Plano Diretor do Município de São Luís, de acordo com Santos (2016). Mas Zagallo foi também militante de outro movimento, já estudado por Alves (2014), que é evocado ainda hoje como um dos grandes agentes que contribuiu para barrar a implantação do Polo Siderúrgico em 2004. Falamos do Reage São Luís, que uniu pessoas de diversas origens em torno de temas como a poluição crescente em São Luís, o questionamento do modelo de desenvolvimento ludovicense e maranhense em geral, e incisivamente o repúdio em transformar a Zona Rural de São Luís em Distrito Industrial.

Nosso contato com Zagallo tem sido feito ao longo de alguns anos, durante nossas participações em eventos, audiências, reuniões e mobilizações diversas em torno da questão dos conflitos que ocorrem na Zona Rural de São Luís, mas na composição desta dissertação de mestrado, o entrevistamos pela primeira vez. Percebemos que sua atuação na região da Zona Rural é correspondente ao período no qual surgiu possibilidade de instalação do Polo Siderúrgico, e este marco temporal tem sido evocado por ele em suas análises do processo.¹⁷⁹ Sua experiência enquanto advogado lhe possibilitou acessar alguns espaços, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos, círculos acadêmicos e a própria Zona Rural de São Luís, o que lhe possibilitou compreender os processos conflituivos a partir da junção entre saber científico e popular. Mas, antes de adentrar nesse aspecto, cabe destacar algo interessante e que contribuiu para sua percepção destas questões, como ele mesmo colocou na entrevista:¹⁸⁰ por ter sido funcionário da empresa Vale quando trabalhou, antes dos anos 2004, em Vitória-ES, pode acessar dados relativos a empreendimentos, empregos e poluição que podem ser considerados privilegiados, pois não acessíveis a qualquer pessoa que os procure.¹⁸¹ O entrevistado exemplificou este momento quando relatou sua inserção na discussão a respeito do Polo Siderúrgico, em outubro de 2004, quando foi a uma reunião com o MPF representando a OAB, enquanto conselheiro de seccional. Segundo Zagallo, tentou levar a discussão à Ordem,

¹⁷⁹ Não só por ele, mas por todos os entrevistados, em graus diferentes.

¹⁸⁰ Realizada em 01.12.2016. Acervo pessoal.

¹⁸¹ Não apenas no quesito disponibilidade, haja vista que muitas informações podem ser encontradas em relatórios como os que analisamos nesta pesquisa, mas no quesito leitura. Ou seja, os dados podem estar disponíveis para qualquer pessoa, mas devido à linguagem adotada – técnico-científica – nem sempre são legíveis. Neste caso, Guilherme Zagallo, agente com conhecimentos advindos do campo técnico/científico, pode compreender os dados e interpretá-los, como o faz muitas vezes em eventos, audiências e manifestações, inclusive adaptando-os a uma linguagem que seria mais acessível a todos.

mas ao ver que não seria considerada, resolveu se inserir individualmente, pois também participava de discussões nesse sentido enquanto advogado trabalhista. Percebeu um conflito da seguinte forma:

[...] fui representar a OAB numa reunião no Ministério Público Federal que ia tratar da implantação do Polo Siderúrgico, e percebi que a Vale estava falseando dados, estava subdimensionando os impactos... pela minha experiência de ter sido empregado da empresa, conhecia os problemas de convivência comunidade/siderúrgica, no caso de Vitória. Sabia que era uma relação conflituosa, lá com muito mais gravidade do que aqui. [...] Tentei levar o assunto pra que a OAB obtivesse uma atuação mais intensa de acompanhamento desses impactos. Não obtive sucesso. Houve algumas pessoas da ordem que se interessaram pelo assunto, mas o Conselho Seccional da OAB deliberou por não atuar nessa questão. Então eu, como cidadão, comecei a fazer, buscar outras entidades que estavam discutindo isso.¹⁸²

Segundo o entrevistado, ele conhecia a situação da Zona Rural, mas não possuía relação próxima. Percebemos em sua fala uma noção de conhecimento relacionada à convivência,¹⁸³ o que ele foi adquirindo com o passar dos anos, ao ponto de ser, na atualidade, uma das referências quando se trata dos conflitos ambientais naquela região, e também como conselheiro para membros de comunidades e organizações quando situações de conflito se instauram.

E esta função de aconselhamento se dá também, a nosso ver, por Zagallo possuir uma facilidade de inserção no campo acadêmico, jurídico e militância entre as comunidades rurais de São Luís. Já ressaltamos o tipo de linguagem que utiliza, sendo este fator importante em sua atuação, mas também podemos pontuar que o advogado possui escritos a respeito de resistência popular,¹⁸⁴ realizando palestras em eventos científicos¹⁸⁵ e em encontros mobilizatórios em comunidades.¹⁸⁶ Nesse sentido, Zagallo utiliza seu capital acadêmico de forma que o permita transitar em outros espaços onde porventura capitais distintos estejam sendo acionados, num

¹⁸² Entrevista realizada em 01.12.2016. Acervo pessoal.

¹⁸³ Por exemplo, quando afirma: “Tinha a Vila Itaqui, que era a região onde hoje está o Terminal de Grãos, segundo o Beto [do Taim]. Eu não cheguei a conhecer essa comunidade. Quer dizer: *conheci, assim de passar, mas não de conviver com eles*” – grifos nossos.

¹⁸⁴ *Polo Siderúrgico de São Luís: como as comunidades disseram não à Vale, Baosteel, Thyssen e Posco* (ZAGALLO, 2015), é um dos exemplos.

¹⁸⁵ Como exemplo, a palestra sobre o Plano Diretor de São Luís proferida durante as atividades do Ocupa UFMA em 2016, no Centro de Ciências Humanas da UFMA.

¹⁸⁶ Apresentou dados a respeito da poluição industrial emitida pelos empreendimentos situados na Zona Rural de São Luís durante a assembleia popular que ocorreu em maio de 2015 na Escola Familiar Casa das Águas, comunidade Taim, propondo inclusive a necessidade de uma moratória para que os índices de poluição possam ser diminuídos a fim de se restabelecer índices aceitáveis de ar puro para pessoas, animais e plantas da região. Nesta assembleia também foi deliberada a autoinstituição da RESEX de Tauá-Mirim (dados coletados durante trabalho de campo).

esforço de adequação a outras linguagens. Como referência enquanto importante agente do processo reivindicatório, aciona também este lugar social para apresentar suas informações, que passam a adquirir um status de válidas, pois ancoradas numa experiência individual de longa duração, verificável por outras pessoas, como lideranças comunitárias com atuação também antiga, e na validade social que possui toda informação advinda do campo técnico-científico ou acadêmico.

Entrevistamos também a Élio de Jesus Pantoja Alves, sociólogo e professor do DESOC, da Universidade Federal do Maranhão. É também um dos coordenadores e membro fundador do GEDMMA. Sua inserção na Zona Rural de São Luís se deu desde os anos 2004, por conta da discussão do Polo Siderúrgico, o que ele pontua também como momento de gestação do GEDMMA.¹⁸⁷ Atualmente, faz parte do Movimento de Defesa da Ilha e tem atuado nos debates e enfrentamentos acerca do conflito que ocorre, desde 2014, na comunidade Cajueiro. Entrevistá-lo foi uma escolha decorrente de nossas análises de outras entrevistas e documentos, que nos levaram a compreender o GEDMMA como um dos agentes no território de conflitos.

Isso não se deu tranquilamente. Como ressaltamos desde o início desta dissertação, nós fazemos parte do GEDMMA desde 2011, e perceber o grupo como um agente no conflito leva a questionamentos profundos, ligados ao papel das instituições universitárias, e da própria universidade, no campo dos conflitos. Isto porque se por um lado evoca-se, em alguns campos, a ideia da neutralidade científica como capaz de produzir um conhecimento aceito pela sociedade, em outros campos, esta neutralidade vem sendo questionada há bastante tempo, e a pesquisa é pensada nos termos de uma aproximação com sujeitos e realidades, antes considerados objetos distantes. Pensar no GEDMMA como um grupo de pesquisas com atividade militante não é fácil, pois leva-nos a relembrar algumas críticas feitas a nós em momentos ao longo de nossa trajetória acadêmica, nas dificuldades dos membros do grupo de conciliarem a atividade científica com a reivindicatória, e ainda nas consequências desta escolha.¹⁸⁸

¹⁸⁷ De acordo com Alves (2014: 24), “as atividades do GEDMMA iniciaram em 2005 quando elaboramos o Projeto de Pesquisa ‘Modernidade, Desenvolvimento e Consequências Sócio-Ambientais: a Implantação do polo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA’, aprovado pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Nesse mesmo período, o GEDMMA foi cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. O projeto buscou investigar a implantação do projeto do polo siderúrgico no município de São Luís-MA, suas consequências socioambientais e sua relação com a demanda de instalação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim”.

¹⁸⁸ Pesquisadores do GEDMMA já foram ameaçados por pessoas das comunidades, empresas e anonimamente, no sentido de não continuarem suas atividades de pesquisa. Mais informações podem ser encontradas na reportagem

Nesse sentido, lembramos do que apontou Leonor Arfuch (2010: 272):

[...] uma vez iniciado o intercâmbio, no âmbito das respectivas regras e contextos institucionais, *ambos* os partícipes serão responsáveis pelo resultado do encontro, mas aquilo que o pesquisador vai buscar não se encontra performado em nenhum outro lugar; *produz-se* sob os olhos, por assim dizer, no devir *atual* do diálogo, por mais que estejam em jogo a memória e o arquivo. Mais uma vez, “a vida” adquirirá forma e sentido na montagem da narração. Depois virão as marcas dos relatos, os *rastros* que a análise tornará inteligíveis e falarão, eles sim, de remissões, persistências, cristalizações, estereótipos e, talvez, daquela coisa singular que sempre dá alento no imaginário da pesquisa.

Trabalhando com esses relatos, que nós consideramos como *relatos de vida*, podemos observar que isso pressupõe compreendê-los como “um acontecimento de palavra que convoca uma complexidade dialógica e existencial” (ARFUCH, 2010: 258). É um trabalho sobre a diferença – mas o quanto dessa diferença não é semelhança entre o pesquisador e os pesquisados? – “que leva ao reconhecimento do ‘enunciado autoral’ e, portanto, à autorreflexão sobre os modos de assumir e retomar a palavra do outro [...] a partir de uma posição de autoridade centrada, monológica, ou da permissão de assomar a multiplicidade de línguas e vozes, deixando ‘*apalpar (no enunciado) o corpo do discurso alheio*’ (ARFUCH, 2010: 260)

Como observamos acima, do ponto de vista metodológico, as desconfianças referentes ao distanciamento que visa uma objetividade não têm mais fundamento, já que a ilusão da objetividade e neutralidade há tempos foi desfeita e, no caso da pesquisa de campo, mais especificamente das entrevistas, o lugar do sujeito investigador é legítimo no aspecto dialogal da própria pesquisa. O professor Élio Pantoja Alves, nesse sentido, tendo acompanhado a atuação do grupo desde seu início, pode contribuir com informações a respeito deste agente.

Pudemos notar em sua fala que muitas de suas percepções enquanto pesquisador estão ligadas ao campo acadêmico, especificamente aos estudos que têm realizado na Zona Rural II. E ainda à sua proximidade com a questão do Cajueiro, nos últimos anos, na qual engajou-se. Mas suas percepções enquanto indivíduo muitas vezes mesclam-se ao GEDMMA enquanto grupo, o que, para nós, é sintoma para compreendermos outros grupos, no sentido que estamos dando nesta dissertação: em que sentido empresários, gestores, pesquisadores, funcionários, políticos e outros segmentos sociais acionam noções e sentidos às suas ações a ponto de se

URGENTE: *Casal de idosos é pressionado no Cajueiro; pesquisador também na mira*, do Jornal Vias de Fato, disponível em <http://www.viasdefato.jor.br/index/?p=821> e na reportagem do mesmo jornal *Ato contra casal no Cajueiro: CTDCCP desmente autoria da ação*, disponível em <http://www.viasdefato.jor.br/index/?p=886>. Acessos em 12.05.17.

autoidentificarem enquanto um grupo?¹⁸⁹ Quais mecanismos o seu campo lhes proporciona para manterem-se coesos a ponto de elaborarem discursos distintos para públicos distintos, como constatamos em nossas idas a reuniões e eventos em que estes agentes encontravam-se?¹⁹⁰

Entrevistar Alexandre Soares também foi uma escolha. Desde 2011, acompanhando as pesquisas de Darlan Rodrigo Sbrana a respeito da atuação do Ministério Público Federal nos casos de conflitos ambientais em São Luís,¹⁹¹ pudemos compreender um pouco de sua atuação enquanto procurador do MPF, e nos interessou compreender como um indivíduo ligado ao Estado construía sua atuação, em grande medida favorável às comunidades. Sabemos que estas definições são subjetivas e dependem de diversos fatores, inclusive das opções pessoais dos agentes, os campos nos quais estão inseridos, e o contexto histórico. Buscando compreender a atuação de Alexandre Soares, pudemos compreender um pouco da atuação de um setor do MPF no Maranhão, e ainda suas percepções acerca do processo e perspectivas.

A partir destas impressões, também de caráter também pessoal, podemos prosseguir nossa análise para a compreensão do que é o que aqui estamos chamando de *território de conflitos*, buscando elencar as noções e conceitos que acionam, as temporalidades nas quais inscrevem-se os agentes e que também evocam, e ainda suas experiências e expectativas individuais e coletivas, para posteriormente, no tópico final deste capítulo, desenhar nossa hipótese de uma imaginário desenvolvimentista, a partir desta pesquisa.

3.2.2 Tradução e traição: dissecando narrativas¹⁹²

Os entrevistados conhecem as distinções entre os saberes. Por exemplo, Guilherme Zagallo afirmou que “o primeiro movimento que teve na época do Polo Siderúrgico foi lançado pela Associação dos Geólogos do Maranhão, sobretudo, na época, um trabalho conduzido pela

¹⁸⁹ Como FIEMA, prefeitura, INCID, e outros.

¹⁹⁰ Durante reunião, em 2015, na SEDIPOP, no Palácio Henrique de La Rocque, em São Luís, representantes da SEINC demonstraram interesse e disponibilidade em participarem de levantamentos de projetos previstos para a região da RESEX, a fim de, juntamente a outras secretarias, auxiliarem na composição de uma contraproposta ao governo em relação à área. Contudo, em evento na FIEMA, que já foi referenciado neste estudo, pudemos ouvir falas que demonstravam uma *certeza* para o empresariado local e brasileiro: não existe gente na Zona Rural e o governo permite a construção de grandes empreendimentos. Ou seja, para públicos distintos, falas distintas.

¹⁹¹ *Levantamento de conflitos socioambientais no Maranhão no Ministério Público Federal* (2012).

¹⁹² Nessa pesquisa, nos deparamos com a dificuldade característica da análise das fontes: a tradução, no sentido de falar de um outro com palavras de nosso momento histórico, ainda que estejamos falando de discursos proferidos por pessoas que vivem numa mesma sociedade e num mesmo tempo – contudo, em lugares sociais diferentes. O quanto desta análise é transcrição “neutra” e o quanto é “traição”? Isto no sentido de um jogo de palavras que existe na língua italiana e expressa, para nós, as dificuldades da transcrição: “Traduttore, traditore”.

professora Ediléia Pereira, que é professora da UFMA, e o geólogo da CAEMA Eduardo Padilha, já falecido. [...] Eles fizeram um documento mais técnico”. Questionado a respeito do documento, Zagallo afirmou que teria sido o primeiro, sucedido por outro, ao qual tivemos acesso, redigido, dentre outras pessoas, pelo professor José Alcântara, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, “um documento mais de divulgação, menos técnico no sentido e mais de informação mesmo pra população”, intitulado *Considerações Preliminares sobre a implantação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luís* (2004). Observe-se a oposição entre um conteúdo técnico, acadêmico e científico, de um lado, e, de outro, popular e de divulgação.¹⁹³

Na entrevista concedida a nós, observamos que ele usou a linguagem acadêmica com maior constância, percebendo, a nosso ver, que nós somos do campo acadêmico. Compreendendo os objetivos da entrevista – direcionada a uma pesquisa de mestrado –, e nosso lugar social – a academia – o entrevistado pode acionar seu capital acadêmico, haja vista que numa relação de entrevista nenhum dos agentes é neutro, produz sentidos e possui objetivos específicos referentes à entrevista, os quais busca atingir de diferentes formas (BOURDIEU, 2008). Devemos buscar compreender essas linguagens, conceitos, representações e objetivos revelados ou não que advém dos entrevistados e dos pesquisadores, numa problematização constante pois, de acordo com Arfuch (2010: 256 – grifos nossos),

[...] mais do que tomar como terreno uma categoria de sujeitos já definidos como integrantes de um universo social singular, [devemos] centrar a indagação na *produção dessas categorias*, na produção de identidades coletivas às quais elas correspondem e tal como intervêm nos intercâmbios da vida cotidiana. [...] Busca que apontará, então, para as *lógicas comunicacionais* que se estabelecem entre os diferentes grupos, posições e identidades e, prioritariamente, entre as geradas no curso da entrevista, entre o pesquisador e seus interlocutores.

A respeito do processo compreendido como um suceder de datas e eventos, numa espécie de cronologia, as temporalidades evocadas pelos entrevistados oscilaram. Foram remetidos tempos “imemoriais”, como o da colonização,¹⁹⁴ da chegada dos primeiros moradores às comunidades¹⁹⁵ e dos vestígios materiais;¹⁹⁶ tempos dos antigos ou antepassados,

¹⁹³ Entrevista realizada em 01.12.2016. Acervo pessoal.

¹⁹⁴ Entrevista concedida a nós por Dona Máxima em 06.07.13. Acervo pessoal.

¹⁹⁵ Entrevista concedida a nós por Dona Máxima em 06.07.13. Acervo pessoal.

¹⁹⁶ Entrevista concedida a nós por Rosana Mesquita em 04.08.12. Acervo pessoal.

como o dos pais e avós¹⁹⁷ e das festas entre comunidades;¹⁹⁸ da infância e juventude;¹⁹⁹ da chegada dos empreendimentos,²⁰⁰ com as primeiras mudanças na paisagem,²⁰¹ nas relações,²⁰² e conseqüentemente os primeiros conflitos.²⁰³ Neste ponto, as informações apresentavam grau mais elaborado de apresentação e riqueza de detalhes pois, como compreendemos, ao informar os objetivos de nossa pesquisa, os entrevistados situavam-se nesse contexto, buscando auxiliar nossa percepção afirmando nossa hipótese²⁰⁴ ou refutando o que falamos.²⁰⁵

O tempo do Polo Siderúrgico, por exemplo, surgiu como norteador dos relatos sobre os conflitos, seguido, em menor grau, pelo tempo da chegada dos empreendimentos relacionado ao Programa Grande Carajás ou às empresas Vale e Alcoa/ALUMAR. Como exemplo, Guilherme Zagallo remeteu, inicialmente, à década de 1970 como início dos conflitos derivados de grandes projetos em implantação na região de estudo. Mas focou-se nos anos 2004, a “época do Polo Siderúrgico”. De acordo nossa observação, este período é sempre evocado por pessoas envolvidas nos conflitos aqui estudados e que alocamos no grupo *Comunidades*, por ser também um momento constitutivo das mobilizações mais incisivas, de movimentos sociais, grupos e instituições que futuramente tornaram-se importantes no processo (ALVES, 2014).

Em todas as entrevistas pudemos notar uma nítida compreensão temporal a respeito do conflito. Em muitos casos, o entrevistado demarcou inclusive datas ou anos considerados como importantes para o entendimento do processo, o que coincidiu com falas de outros entrevistados, embora feitas em separado:

Acho que os conflitos são incentivados a partir dos dois decretos onde a União passa o domínio de duas áreas em São Luís pro governo do Estado. Visto que São Luís é uma ilha, aí pela Constituição é patrimônio da União, aí tudo que é feito é licenciado pela União, dentro de ilhas ou dentro de uma determinada faixa próximo do mar; e os governos de 1970, ou até um pouco antes, pleitearam isso – isso tá registrado em documentos do patrimônio da União

¹⁹⁷ Grupo focal com as senhoras Babita, Dúlia, Ieda e Bebeta em 21.06.14. Acervo pessoal.

¹⁹⁸ Entrevista concedida a nós por Dona Máxima em 06.07.13 e grupo focal com as senhoras Babita, Dúlia, Ieda e Bebeta em 21.06.14. Acervo pessoal.

¹⁹⁹ Entrevista concedida a nós por Dona Máxima em 06.07.13 e grupo focal com as senhoras Babita, Dúlia, Ieda e Bebeta em 21.06.14. Acervo pessoal.

²⁰⁰ Entrevista concedida a nós por Leila Letícia de Jesus dos Santos e Rafaela Mesquita dos Santos em 04.08.12. Acervo pessoal.

²⁰¹ Entrevista concedida a nós por Leila Letícia de Jesus dos Santos e Rafaela Mesquita dos Santos em 04.08.12 e por Alberto Cantanhede em duas ocasiões: 12.01.15 e 05.12.16. A primeira entrevista realizada com Beto do Taim foi feita por nós e pela pesquisadora Ana Kely de Lima Nobre. Acervo pessoal.

²⁰² Entrevista concedida a nós por Rosana Mesquita em 03.12.16. Acervo pessoal.

²⁰³ Entrevista concedida a nós por Alberto Cantanhede em 05.12.16. Acervo pessoal.

²⁰⁴ Entrevista concedida a nós por Alexandre Soares em 02.12.16, e por Élio Pantoja Alves em 01.12.16. Acervo pessoal.

²⁰⁵ Entrevista concedida a nós por Hilton Barbosa, o Seu Tenente, em 21.06.14. Acervo pessoal.

que pedem a concessão do domínio útil dessas duas áreas, que são as glebas chamadas Gleba Itaqui Bacanga e a Gleba Tibiri-Pedrinhas – um decreto é de 1970 e o outro é de 1977. Com esses dois decretos, os governos dos estados passam a ter o domínio útil dessas duas áreas e [...] os decretos têm um objetivo claro: o governo do Estado que pede a concessão do domínio útil dessas áreas pede com o intuito de fomentar a industrialização dessas duas áreas, os próprios decretos já são específicos, já são bem focados nisso.²⁰⁶

[...] A gente olhando pra esse momento, esse cenário mais recente, quer dizer, em 2004 pra cá, [...] a gente vai recuar no tempo, [...] nos interessa entender o histórico mais a longo prazo, porque, se a gente pega essa faixa litorânea, que observa alguns documentos, decretos, por exemplo, portarias que foram emitidas lá desde os anos 70, o que acontece... tem inúmeros documentos. Documentos federais, documentos estaduais, principalmente [...] decretos estaduais e decretos federais sobre a questão da gestão do território, essa questão do controle territorial.²⁰⁷

Para nós, esta percepção está ligada ao fato dos componentes do grupo *Comunidades* estarem há bastante tempo num processo reivindicatório, convivendo entre si, adentrando espaços semelhantes ou os mesmos, o que os leva a afinar o discurso, aparando possíveis ruídos na comunicação que os levariam, talvez, a contradições dentro do grupo que os deixariam vulneráveis em relação aos outros dois grupos. A complexidade dos grupos reside nisso também: indivíduos que tornam-se agentes diversos passam a falar uma mesma linguagem, evocando noções, conceitos, histórias e exemplos muitas vezes parecidos, e isto demarca uma coesão interna que pode ofuscar as rachaduras dentro do grupo, pois elas continuam a existir.

Como esta pesquisa durou dois anos,²⁰⁸ não entrevistamos as mesmas pessoas²⁰⁹ com as quais conversamos em tempos anteriores, a não ser as lideranças Rosana Mesquita e Beto do

²⁰⁶ Entrevista realizada por nós com Alberto Cantanhede em 05.12.2016. Acervo pessoal.

²⁰⁷ Entrevista realizada com Élio Pantoja em 01.12.2016. Acervo pessoal.

²⁰⁸ Embora seja um dos maiores motivos, outros também devem ser pontuados: já em 2014, escrevendo a monografia de graduação, rumamos para um caminho de pesquisa mais voltado para análise de documentação escrita, poucas vezes recorrendo a entrevistas – como na execução da pesquisa a respeito de deslocamentos compulsórios a partir da análise de jornais impressos a partir da década de 1970, que foi continuada e concluída por Santos (2016) – e também nos afastamos de momentos que poderiam propiciar maior diálogo com antigos interlocutores como as jovens Rafaela Mesquita e Leila Letícia – não participamos, desde 2013, do curso de extensão de Educação Ambiental promovido pelo GEDMMA na Zona Rural II de São Luís. Contudo, tivemos outras oportunidades de conversar com essas pessoas, durante eventos, confecção de artigos acadêmicos e ainda o rico momento que é o de mobilização política, formado por manifestações, audiências públicas, etc. Pensando neste “contato quebrado” com algumas pessoas, refletimos que talvez seria pretensioso querer, em 2015 e 2016, entrevista-las. Esta relação de amizade ou companheirismo dentro de lutas sociais guiou inclusive nosso roteiro de entrevistas e as pessoas que buscamos entrevistar, o que não poderíamos deixar de esclarecer. Não apenas nossas particularidades, mas as vidas pessoais dos nossos antigos entrevistados também foram consideradas quando pensamos em quem procurar – como exemplo, citamos o caso de Dona Máxima que, passando por problemas pessoais, a nosso ver, estaria impossibilitada de reservar tempo para nossas conversas.

²⁰⁹ Nos referimos a Élio Pantoja, Guilherme Zagallo e Alexandre Soares.

Taim.²¹⁰ Contudo, as falas de alguns entrevistados estão registradas em outros meios, como na obra *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim* (SANT'ANA JÚNIOR et Al., 2009), especialmente duas entrevistas com Beto do Taim e Dona Máxima,²¹¹ reproduzidas integralmente, possibilitando que nós percebêssemos possíveis mudanças em suas abordagens e discursos. Interessa-nos também compreender as relações que fazem referência a experiência e expectativa, especialmente porque decorreram mais de dez anos desde o requerimento de abertura do processo para a implementação da RESEX de Tauá-Mirim. Boa parte dos entrevistados acompanhou esse processo desde o início, excluindo o procurador da República Alexandre Soares, que só começou a envolver-se nestas questões enquanto representando do Ministério Público Federal após os anos 2005, como ele relatou.²¹²

Algumas pessoas remetem o conflito a tempos mais recuados, como os anos 1960 e 1970, o que percebemos nas falas de Beto do Taim, Élio Pantoja e Guilherme Zagallo. Contudo, todos focaram nos momentos mais recentes, especialmente no caso da comunidade Cajueiro, que sofre com a tentativa de instalação de um porto privado da empresa WPR/WTorre em seu território, especificamente na área que faz parte do traçado da reserva extrativista, a praia de Parnauçu.²¹³ Este conflito tem sido, até o presente momento, grande vetor de fissuras internas na comunidade Cajueiro e em outras, como Rio dos Cachorros e Taim, devido, dentre outras coisas, ao desgaste que as lideranças desses povoados enfrentam, decorridos mais de dez anos de luta.

Nas entrevistas realizadas em dezembro de 2016 com Rosana Mesquita e Alberto Cantanhede, pudemos perceber este desgaste das lideranças na constante evocação que ambos fizeram de um processo de renovação de lideranças, convidando ou mesmo inserindo outras pessoas, mais jovens, nas reivindicações. Temos, como exemplo, a jovem Francivania (França) Gonçalves Silva, uma das pessoas que tem acompanhado os debates acerca da RESEX de Tauá-Mirim e as mobilizações em prol de sua implantação jurídica. Contudo, de acordo com os

²¹⁰ Também não entrevistamos novamente a Leila Letícia, Rafaela Mesquita, Maria Máxima Pires, Dona Rosa, Hilton Barbosa, Dúlia Costa Veras, Ieda Pires e Teodelinda Pires.

²¹¹ A primeira realizada pelos pesquisadores Ana Caroline Pires Miranda, Maiãna Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar. A segunda por Ana Maria Pereira dos Santos e Elizângela Maria Barboza.

²¹² No processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, a primeira referência ao procurador Alexandre Soares aparece na instauração de Inquérito Civil Público para apurar a demora na implementação da RESEX de Tauá-Mirim, em 08 de agosto de 2010. Ele confirmou sua entrada no período citado durante a entrevista de 02.12.16.

²¹³ A comunidade enquanto bairro da Zona Rural II de São Luís é composta por outras comunidades, genericamente denominadas Cajueiro. São elas: Cajueiro, Morro do Egito, Guarimanduba, Parnauçu e Andirobal. Em 2012, na última redefinição do traçado da unidade de conservação, apenas a praia de Parnauçu, local de pesca para pessoas do Cajueiro e de outras comunidades rurais, permaneceu no traçado.

relatos, de Beto e Rosana, os jovens não se interessam pela causa, o que deve ser problematizado, se levarmos em consideração os relatos de jovens da comunidade Vila Maranhão, elencados em momentos anteriores, disponibilizados na *Avaliação técnica da proposta da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (SEDINC, 2013).

Por outro lado, a demanda de funcionários para as empresas situadas ao redor das comunidades também influencia na atuação desses jovens como possíveis lideranças. Segundo D. Máxima (SANTOS; BARBOZA, 2009: 214 - 215), com a pouca escolarização, o jovem “termina o 2º grau e vai tentar trabalhar em loja, vai tentar vaga nessas empresas e muitas vezes não são chamados porque não tem qualificação adequada para isso também”. E ainda completa:

Muitos jovens aqui terminaram o 2º grau, e também a gente vê isso como um desafio pra nós que já passamos por essa fase, que somos mães, a gente tem pensado nisso porque a nossa juventude termina o 2º grau, antigamente [...] a gente estudava, meu pai pelo menos dizia assim: “– Bom, precisa aprender a botar o nome e pronto”, porque a qualidade de vida que se tinha não exigia muito [...]. Então, era isso o que bastava, a escola que tinha era no Maracanã, que foram, depois para Pedrinhas e temos aqui uma assistente social, que se formou e mora aqui e tem orgulho de dizer, a Jercenilde, que nasceu aqui [...]. E a juventude termina o 2º grau e não tem nada pra fazer, a gente agora que está buscando qualificação porque termina o 2º grau e aí vai fazer o que, vai trabalhar do que [...]. Vai pescar? Já não tem mais peixe no rio, quer dizer já acabou com a autoestima nesse sentido, dessa atividade.

Analisando essa conjuntura, pode-se ressaltar que a qualificação profissional constitui-se em uma das muitas estratégias criadas por esses indivíduos para garantirem sua sobrevivência no local face às novas demandas do mercado de trabalho, já que esses agentes estão constantemente se atualizando para melhor se armarem e conseguirem atingir seus objetivos nessa disputa desigual de forças. Portanto, compreender essas estratégias de luta é imprescindível para o reconhecimento de que tais lutas socioambientais já não são mais “questões sem sujeito”, pois há nos últimos tempos o reconhecimento de que

a construção desses sujeitos é coletiva e se vincula ao advento de vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ou seja, pelas denominadas “populações tradicionais” (ALMEIDA, 2010: 44).

Alguns entrevistados apresentaram um interessante controle sobre o andamento da entrevista, evocando sua autoridade enquanto agente conhecedor do processo devido à sua participação nas lutas desde o início. Isto foi importante para entendermos como algumas pessoas, após anos de reivindicação, tornam-se referências para outras pessoas e grupos, ainda

que no início não tenham aparecido com tanta ênfase. Nesse sentido, é interessante notar que o GEDMMA surge enquanto grupo de estudos e pesquisas a partir da demanda de comunidades e estudantes que começavam a tentar compreender os conflitos que envolveram a possibilidade de implementação do Polo Siderúrgico, em 2004. Ou seja, este grupo passa a ser uma espécie de referencial para muitos membros de comunidades, muitas vezes deixando de lado o fato de ser um grupo acadêmico, ligado a uma instituição do Estado, que é a UFMA.

Para praticamente todos, o momento presente é reflexo da intrusão das empresas nos anos 1970, mas alguns relatos remetem aos anos 2000, com a possibilidade de instalação do Polo Siderúrgico, e ainda o conflito do Cajueiro, mais recente (2014). O processo, portanto, é pensado nos termos da luta, da reivindicação e das dificuldades, com muitas derrotas e poucas vitórias, consideradas significativas. As poucas vitórias referem-se ao impedimento de instalação de empresas na época do Polo Siderúrgico²¹⁴ ou atualmente, com a revogação de licenças e decretos expedidos pelo governo estadual,²¹⁵ à criação de novos movimentos contestatórios,²¹⁶ à publicação de documentos que “atestam” os dados das comunidades,²¹⁷ à participação de membros das comunidades em eventos da academia e dos governos²¹⁸ e às manifestações públicas noticiadas ou não.²¹⁹

A título de exemplo, para Guilherme Zagallo, o Reage São Luís foi um movimento importante no processo contestatório ao Polo Siderúrgico em 2004, e ele observa que

[...] o movimento estava no lugar com certo, na hora certa, com as pessoas certas, teve uma junção importante de academia, conhecimento acadêmico, com mobilização popular. Se tivesse tido só os levantamentos técnicos, os

²¹⁴ Entrevista realizada com Guilherme Zagallo em 01.12.16. Acervo pessoal.

²¹⁵ Citemos a suspensão do decreto de desapropriação da área para a instalação do Terminal Portuário do Cajueiro expedido pelo governador Flávio Dino em 12.01.15. O governador anterior, Arnaldo Melo, havia expedido decreto autorizando a desapropriação da área para instalação do Terminal Portuário em 31.12.14. Fonte: http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/2015_02_01_archive.html. Acesso em 15.04.17.

²¹⁶ Nos referimos a dois movimentos, o Defesa da Ilha, criado como resposta ao processo de alteração de capítulos do Plano Diretor de São Luís no decorrer de 2015, e o Coletivo Nódoa, formado por estudantes que, de forma independente, tem promovido ações nas quais a comunidade Cajueiro é o centro, tendo como lema “Cajueiro pelo Cajueiro”, título também de um projeto de extensão. Mais informações nos endereços <http://www.defesadailha.com/> e <https://pt-br.facebook.com/coletivonodoa/>.

²¹⁷ Como os já citados *RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil* (GEDMMA, 2013) e *Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (GEDMMA; NEGO; NERA; NUPEDD, 2016).

²¹⁸ Alberto Cantanhede, como referimos anteriormente, recebeu o Prêmio FAPEMA Honra ao Mérito Mestres do Saber Popular, em 2015. A FAPEMA é a fundação que patrocina pesquisas a partir de recursos públicos no Maranhão.

²¹⁹ Exemplo de manifestação que não foi noticiada pela mídia local e nacional, exceto da TV Cultura, foi a passeata ocorrida como resultado do Seminário Internacional Carajás 30 anos, em maio de 2015, cujo destino final foi o Palácio do Governo do Maranhão, conhecido como Palácio dos Leões.

estudos técnicos, mas sem as comunidades do Rio dos Cachorros, Taim e Porto Grande a gente não tinha ido pra lugar nenhum e vice-versa, se tivesse tido só a mobilização, sem os dados técnicos, sem essa junção de informação técnica com a resistência das comunidades, acho que foi o diferencial desse movimento que acabou mesmo com um empreendimento bilionário sendo o vencedor nessa disputa territorial, ainda que uma disputa, uma vitória parcial [...].²²⁰

A parcialidade das vitórias, tema presente em todas as entrevistas, se deu, nesse caso, porque parte da área foi transformada em zona industrial e outras empresas foram instaladas, “mesmo com resistência desses mesmos grupos”, demonstrando que “não existem vitórias permanentes na área ambiental”.²²¹

Para Rosana Mesquita, as dificuldades surgem também na relação com os empreendimentos. Ela conta que participou de vários cursos ministrados por funcionários de empresas como Alcoa/ALUMAR e Votorantim, e também pleiteou projetos para melhoras nas condições da comunidade, como o acesso ao porto. Contudo, por mais que o projeto, a seu ver, respondesse aos requisitos de aceite impostos pelas empresas, nunca foi aceito completamente. Abaixo reproduzimos um trecho extenso da entrevista realizada em 03.12.2016, relatando este ocorrido:

Rosana - [...] Tinham algumas instituições que eles [a empresa Votorantim] estavam dizendo que estavam apadrinhando, e aí eles estavam querendo que a gente fizesse os projetos do jeito que eles queriam, eles não queriam aprovar o que a gente tava querendo, porque se eles dissessem “ó, o recurso é de vocês, vocês fazem o que quiserem, vocês fazem o projeto que vocês quiserem com esse valor de 70.000”. Quando chegou lá, tudo o que a gente dizia “não, porque isso aqui...”, eles botavam um monte de dificuldade, a gente sempre querendo melhorar o acesso do porto da comunidade pros pescadores, né, porque eles perdiam muito tempo pra chegar na parte seca, né?, e aí então atrapalhava muito, então a gente queria melhorar o acesso pra ele, quanto mais próximo do rio eles fossem, pra eles melhor, pra eles descerem do rio e pra eles voltarem pra casa pra vender, pra comer, pra se alimentar, pra ter menos esforço físico mesmo, porque era muito ruim. Aí toda vez eles diziam “não, não sei o que, porque... e quem que vai ganhar com isso?”, aí eles começavam a dizer..., “olha, as comunidades que vem se abastecer de água no Taim, eles são os pescadores?” A comunidade mais fácil de pegar água aqui nesse Rio dos Cachorros é a nossa, do rio pra dentro da comunidade é a mais perto, as outras são tudo muito longe [...], então, ia beneficiar essas comunidades, esses pescadores que tão aí no rio. Aí tudo eles “não, não sei o que, é quantas

²²⁰ Entrevista realizada em 01.12.2016. Acervo pessoal.

²²¹ “Você pode conseguir consolidar um movimento que obtém uma vitória num determinado embate, mas nada impede que logo em seguida um outro empreendimento, às vezes aprendendo com os erros dos antecessores [se instale]. Por exemplo, a Termelétrica tomou uma decisão técnico-econômica que foi fundamental pro êxito dela na implantação: ela decidiu usar água do mar pra resfriar as caldeiras, diferente da Usina”.

famílias? – Sim, não importa, mas a gente não tá dizendo que é o melhor pra nossa comunidade!?! Então pronto.” Só que aí eles ficaram com aquele negócio de “ah, então volta pra comunidade e vão pensar junto com a comunidade o que que vocês querem”, agora nós já fomos com a ideia formada de dentro da comunidade, a gente já sabia o que a gente queria. A comunidade já tinha decidido. [...] Quando a gente chegou lá eles... menino, eles fizeram de tudo pra mudar o que a gente queria!

Tayanná – Vocês discutiram de novo o mesmo projeto com a comunidade?

Rosana – A mesma coisa. [...] aí teve que vir, veio. Aí sabe o que aconteceu? Em vez da gente ir pra lá, veio um representante deles pra cá e quando ele chegou aqui, nós nos reunimos na Casa das Águas com ele. Aí ele viu a estrutura da Casa das Águas, a gente explicou de novo ele olhando, tirou foto, olhando a realidade, aí que ele disse “não, gente, vocês estão certos, esse povo lá é que tá doido”, ele mesmo disse. Aí tava Beto, tava Seu Antonio, Zé Reinaldo, Leidivânia e eu. A gente reuniu com ele lá na Casa das Águas, aí ele disse que não tinha mais argumento, não tava, que o argumento era esse mesmo.

Tayanná – O projeto foi aprovado?

Rosana – Foi. Aí eles mandaram o recurso no final do meu mandato, aí que foi disponibilizado, aí a gente tá esperando só o outro presidente que tá... que foi... botar o projeto.

Tayanná – Já executou?

Rosana – Mais ou menos. [...] Porque do jeito que a gente idealizou eles não conseguiram fazer, mas pelo menos melhorou bastante, porque até onde a lama dava pra eles descer pra chegar aqui na comunidade na parte mais alta era mais difícil.

É interessante destacar que um dos discursos que aparecem nos relatórios de sustentabilidade da empresa Alcoa/ALUMAR, como já nos referimos, é o do trabalho voluntário de seus funcionários em comunidades afetadas pelo empreendimento, como forma de suplantar carências locais e produzir políticas mitigatórias. Contudo, cabe-nos questionar se o processo faz-se de forma harmônica como aparece nos relatórios, que são um recorte voltado para um fim. Pois, como observou Rosana Mesquita, esses processos são conflituosos.

Para Alberto Cantanhede, as investidas contrárias à instituição da RESEX de Tauá-Mirim vêm de setores do Estado. Em 2012 e 2013, quando ocorreram discussões entre a SEDINC, o MPF, o ICMBio e representantes comunitários a fim de conciliar interesses relativos à área em disputa, foi apresentado por uma analista técnica da SEDINC a incompatibilidade entre a RESEX de Tauá-Mirim e outras áreas de proteção maranhenses. Contudo, como já citamos anteriormente, Alberto retrucou afirmando que a RESEX de

Cururupu fica na APA Reentrâncias Maranhenses, o que inclusive auxilia na fiscalização desta APA, pois os pescadores que usufruem do espelho d'água da RESEX de Cururupu auxiliam os técnicos do IBAMA a observarem possíveis intrusões de pessoas ou grupos na APA. A seu ver, a demora em conceder dados, respostas e acesso a documentos que deveriam ser disponibilizados para as pessoas interessadas é maior quando são membros de comunidades ou grupos parceiros, o que ele considera como estratégia de obstrução do Estado.²²²

A demora em concluir o processo da RESEX juridicamente, ainda que esteja instituída politicamente, acarreta em inúmeros conflitos locais que descaracterizam a área. A saber,

[...] a mineração tem colocado, tem imposto também um outro tipo de conflito, porque ela afeta os brejos, né, os lençóis freáticos, expõe os olhos d'água, né, o lençol de água mesmo tá sendo exposto e aí a gente tá perdendo essa produção de água por evaporação ou por vazão, ou ela escorre pra dentro do mangue, do brejo, ou ela tá evaporando por ficar exposta ao sol, e isso afeta também a produção de frutas de ciclo anual, né, que é exatamente o extrativismo dessa região, mais fortes que nós tínhamos, como a juçara, o buriti, que depende dos brejos saudáveis. Então hoje a maioria dos brejos que ainda restam têm uma produção pequena ou quase zero, você tem brejos hoje que não produz quase nada. Na Vila Maranhão os brejos tão todos mortos praticamente. Da Vila Maranhão pra cá alguns outros, no Limoeiro, ainda tão com um pouco de capacidade ainda, tão resistindo, mas pressionados tanto pela mineração quanto pela poluição vindo pelo ar, a gente percebe muitas outras frutas de características nativas que reduz a sua produção: as jaqueiras, as mangueiras, o babaçu... até o babaçu hoje tá afetado, que a gente percebe uma queda na produtividade. Os cachos são menores, o murici, que é uma planta bastante resistente, mas tem ano que as flores ficam queimadas e não consegue germinar, não consegue passar do estágio de flor pra fruto. Então tem essas coisas que são bem possíveis de se ver, né, da gente notar que tá uma poluição muito concentrada. [...] os conflitos são um constante das várias naturezas, nós temos a tomada da parte física mesmo do território, aí tem a poluição que, aonde o empreendimento não ocupa, mas ele polui de outra forma, ele já toma de outra forma – se a gente for lá pra região do Jacamim nós vamos ver que as fruteiras estão todas empesteadas de pó de alumina. [...] as fruteiras, mesmo as mais resistentes, como mangueiras, jaqueiras, cajueiro, todas estão com a produtividade menor, né, tão toda comprometida, e quando a gente olha o manguezal, o manguezal não está se renovando, porque o manguezal tem uma renovação constante, né, de novos indivíduos crescendo sempre. As raízes vão caindo, vão germinando e vão crescendo, então você tem normalmente várias camadas do mangue em crescimento. Naquela região onde predomina a direção do vento saindo do Porto da ALUMAR a gente vai perceber que só tem os mangueiros velhos, então em pouco tempo pode virar uma grande clareira porque os mangueiros velhos vão morrer e não tem mangueiros novos pra ir ocupando o espaço. Então é uma situação bastante... é bem visível, isso é visível. O outro conflito se dá pelos rios, né, pela água. Além da contaminação da água – e já foi detectado metais pesados, a própria universidade federal tem uma pesquisa da região do Cajueiro, onde a Camboa

²²² Informação disponível na entrevista realizada em 05.12.2016. Acervo pessoal.

dos Frades com... metais pesados na água –, nós temos também a ocupação física do espaço aquático, né, com empreendimentos. Além do porto, uma navegação intensa com uma concentração de barulho enorme que impede a prática da pescaria em pelo menos uns quase 20 km de extensão entre o Porto da ALUMAR e o Porto da Vale lá na praia do Boqueirão. Então é essa a situação hoje em São Luís com relação aos empreendimentos, e aí o conflito tá estabelecido.²²³

Como estratégias, membros das comunidades têm feito denúncias, passeatas, obstruções de vias, audiências públicas, e também requerido documentos como relatórios, laudos, pareceres que demonstram as informações que eles verbalizam. Por mais que estas falas sejam carregadas de percepções advindas da experiência individual e coletiva dos agentes, é necessário, no campo dos conflitos, documentos que respaldem os seus dados, e por isso encontram formas de fazê-lo, contactando a parlamentares, pesquisadores, pessoas de ONGs e outras instituições, como a ex vereadora Rose Sales, os pesquisadores do GEDMMA e do NERA e o Coletivo Nódoa. A alternativa mais radical foi a autoinstituição da RESEX e a criação de seu conselho gestor, composto por representantes de entidades que possuem relação com as comunidades como o ICMBio, o IFMA, a UEMA, a UFMA, o CIMI, etc.²²⁴

Nesse sentido, utilizam noções e conceitos criados a partir da luta, apropriando-se de conceitos advindos dos debates em que adentram em várias instâncias, adaptando-se aos espaços institucionais com os quais precisam lidar. Em muitas falas proferidas em diversos eventos pudemos notar que o posicionamento das pessoas é de não ser contra o desenvolvimento, já que este aparece como uma realidade necessária e validada socialmente, ainda que apresentem as contradições do desenvolvimento, especialmente aquelas que denotam violências características dos conflitos ambientais. Mesmo com esse posicionamento, em suas ações acabam demonstrando o contrário.²²⁵

Trajetórias individuais, portanto, mesclam-se às histórias das comunidades em processo reivindicatório, aos campos em que adentram, aos discursos que produzem, e aos projetos de vida que esboçam na busca pela concretização da RESEX de Tauá-Mirim. Ainda que a experiência, ao longo dos anos, tenha demonstrado uma infinidade de impedimentos para a consolidação da unidade de conservação e, com ela, uma possibilidade de permanência no território, as expectativas, por mais variadas que sejam, oscilam entre a expulsão e a

²²³ Entrevista realizada com Alberto Cantanhede em 05.12.2016. Acervo pessoal.

²²⁴ Informações provenientes de gravações de áudios capturados por nós durante a Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, em maio de 2015.

²²⁵ Esta percepção é do professor Horácio Antunes, e nos sentimos à vontade para concordar com o pesquisador.

permanência, alimentada, esta última, pelos fôlegos adquiridos na caminhada. Nesse processo, são construídas individual e coletivamente estratégias diversas de luta, que precisam ser consideradas como resultantes do processo histórico e da transformação dos agentes no conflito.

Como sabemos, a instituição jurídica da RESEX de Tauá-Mirim tem suscitado inúmeros debates, tanto por parte do grupo *Comunidades*, como dos grupos *Governos* e *Empresas*. Embora os agentes do terceiro grupo referido apregoem discursos como o da responsabilidade ambiental, “o que está em jogo em estratégias empresariais desta ordem é a propriedade da terra visando o controle efetivo de toda a evolução das espécies vegetais e o controle do conhecimento absoluto da flora” (ALMEIDA, 2004: 41). Segundo Alves (2010: 261),

O discurso da “responsabilidade social” tem sido um instrumento sistematicamente utilizado, vislumbrando-se os efeitos supostamente benéficos (indenização, capacitação profissional, contratação de mão-de-obra local nos empreendimentos, programas de geração de emprego e renda, projetos de habitação e equipamentos urbanos, computadores e escolas).

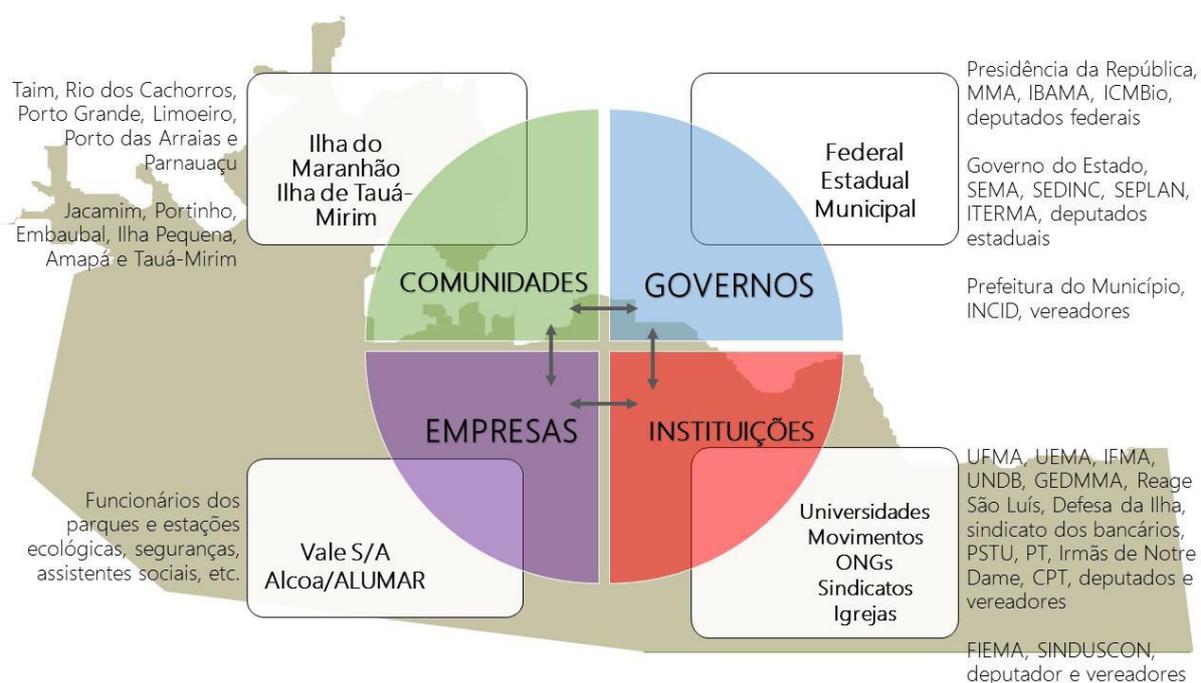
Nesse sentido, uma das estratégias para agentes do grupo *Comunidades* é compreender como atuam as empresas. Na época dos debates acerca da criação do Polo Siderúrgico, Beto do Taim afirmou que membros das comunidades começaram a discutir os certificados dos produtos da ALUMAR, pois “a ALCOA tem [inúmeros] certificados internacionais, de reconhecimento do produto, inclusive o que reconhece a boa relação com a comunidade, o cuidado com o meio ambiente, todos são prêmios que agregam valor ao produto deles, então nós começamos a questionar” (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009: 180). A respeito da atuação do poder público, Beto do Taim afirmou que no âmbito das discussões sobre a criação do polo siderúrgico houve alguns momentos em que o poder público municipal demonstrou apoio ao grupo de empresas responsável pela criação do polo, modificando o Plano Diretor do município de São Luís para distanciar as comunidades das discussões sobre o referido empreendimento.²²⁶ Segundo Beto, a Vale S.A. “não precisou nem se manifestar no processo, porque ela tinha a estrutura oficial, o que é uma contradição, inclusive do ponto de vista

²²⁶ Que, segundo Beto, foi um grande impedimento para o desenvolvimento das comunidades. “Um outro prejuízo que não está contabilizado, é que todas essas comunidades aqui estavam discutindo projetos produtivos, de produção, com o Banco do Nordeste, com a Agência do Maranhão, que estavam com um pacote de projetos para o Taim, o Jacamim e várias outras comunidades pra financiar a pesca e a agricultura. Quando se abre essa discussão do polo siderúrgico, os projetos foram engavetados, porque o banco não queria assumir riscos, pois não vão botar dinheiro e depois essas comunidades não vão ser indenizadas ou vão ser remanejadas [...]” (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009: 204).

constitucional, pois o Estado é para mediar conflito e não pra assumir o conflito, e aqui foi assim (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009: 177 - 204).

À luz desses dados, buscamos propor como seria o *território de conflitos*, sabendo que é um recorte e possui lacunas que devem ser preenchidas. Esta proposta liga-se ao próximo capítulo, no qual esboçaremos os motivos pelos quais podemos considerar a existência de um *imaginário desenvolvimentista*. Observe-se que quatro são os grupos elencados, pois a *Governos, Empresas e Comunidades* soma-se o grupo *Instituições* que, assim como os outros, é composto por agentes que podem transitar nos outros grupos. Sua característica, a saber, é possuir mais flexibilidade, ainda que algumas instituições possuam menor inclinação em corroborar com as ações de grupos específicos. A intenção em propor esta síntese em forma visual é também de apontar caminhos que derivam das lacunas desta pesquisa, como a necessidade de estudar a ação de instituições na construção de um saber voltado para a implementação de projetos de desenvolvimento.

Figura 15. Proposta de síntese do território de conflitos



Fonte: a própria autora, 2017.

A seguir, o quarto capítulo.

4 Um imaginário desenvolvimentista?

Viviam como cegos num grande aposento, percebendo apenas aquilo que esbarravam (e mesmo assim só de modo imperfeito) mas incapazes de ver o aspecto geral das coisas. O rio, a floresta, toda aquela terra grandiosa palpitante de vida, eram como um imenso vazio. Nem a radiosa luz do sol lhes revelava algo inteligível. Coisas surgiam e sumiam diante dos seus olhos, de maneira desconexa e sem sentido. O rio parecia-lhes vir de lugar nenhum e seguir para parte alguma.

(*Coração das Trevas*, Joseph Conrad)

As representações que os sujeitos e grupos fazem deste território remetem a seus lugares sociais como ponto de partida, e estes lugares sociais têm em sua constituição e continuidade um imaginário que também não é estanque, pois pertence a uma época, sendo, desse modo, passível de transformação histórica. A força deste imaginário aumenta a partir de suas ressignificações construídas pelos sujeitos, fomentando os discursos a favor de sua permanência, ainda que de uma forma que não possa ser apreendida completamente por eles, já que estão inseridos em um lugar social construído historicamente. Devemos, portanto, pensar essas representações que remetem a um território²²⁷ em suas assimilações, resistências, transgressões e ressignificações em relação ao imaginário desenvolvimentista, cada uma delas ligada às trajetórias dos sujeitos, seus lugares e suas vozes.

Levamos em consideração, ainda, que estes grupos em conflito fizeram-se a partir de processos históricos e de construção de lugares sociais.²²⁸ Nesse entendimento situa-se a violência que pontuamos logo no título desta dissertação: nossa intensão foi apresentar como processos de violência, embora nem sempre explícitos, ocorrem na Zona Rural II de São Luís, e como estas questões condicionam a construção social, no âmbito do fazer-se, dos grupos que são analisados nesta pesquisa, construídos a partir de trajetórias individuais e coletivas.²²⁹ O

²²⁷ A própria categorização de território é também uma representação fruto de lutas de significação, como buscamos demonstrar pela análise da construção histórica de categorias como *conflitos ambientais, populações tradicionais, território e região*.

²²⁸ Aludimos ao fazer-se da classe operária, de Thompson (1998), não em relação a uma classe em si, mas a um grupo que reivindica-se enquanto comunidades tradicionais e detém um projeto para um espaço, territorializado, que nasceu processualmente. Ou seja, pensar uma fazer-se “porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos”, assim como o da classe operária de Thompson, que “não surgiu tal como o sol numa hora determinada”, presente que estava em seu próprio fazer-se (THOMPSON, 1998: 09).

²²⁹ E ainda a processos mais antigos, como a colonização e a escravização. Começamos a esboçar esta compreensão em nossa monografia (JESUS, 2014), com a noção de *duas violências*, formulada a partir da pesquisa a respeito da comunidade Rio dos Cachorros e do contato que tivemos com outras comunidades, podendo compreender como

modelo desenvolvimentista, e o imaginário de mesmo nome, têm características catastróficas ou progressistas que são ressaltadas de acordo com o direcionamento de sua colocação (BENJAMIN, 1985): para povos e comunidades tradicionais, a faceta do desenvolvimento é a da catástrofe, entendida como sua expulsão; para empreendedores, gestores governamentais e a grande maioria da sociedade maranhense, é a do progresso, compreendida como tecnologia, emprego e urbanidade. Contudo, dentro dessa segunda face a primeira não se apaga, pois convive-se no Maranhão com uma realidade contraditória na qual ao mesmo tempo surgem empresas e favelas, empregados e desempregados, técnicos e analfabetos numa mesma paisagem. Dessa forma, pensar os grupos em conflito e suas posições dentro de uma arena discursiva permeada por um imaginário comum é buscar quais ferramentas estes grupos acionam nesta disputa.

Os estudos a respeito de imaginário e representações têm sido frequentes na historiografia brasileira. Esse campo tem crescido e encontrado adeptos em várias correntes, como a História Cultural e a História Política. Em nossa pesquisa observamos a importância de compreender os conflitos ambientais a partir dos estudos de imaginário, já que tratam-se de disputas por definições, representações e discursos, e estes trazem em si uma carga simbólica legitimadora (BOURDIEU, 2012).

Imersa em polêmicas envolvendo adeptos e opositores, a historiografia dos estudos do imaginário tem ganhado corpo e aceitação nos últimos anos, incorporando vertentes de pesquisa antes inconcebíveis a partir deste olhar. Segundo Pesavento (1995: 11), as correntes do pensamento histórico anteriores foram estabelecendo critérios de classificação que expulsavam o campo do simbólico da análise, como o historicismo de Ranke, o positivismo de Comte e o marxismo leninista. Com Descartes “o saber racional se separou do imaginário, numa postura que se estenderia até Comte e que opunha o cientificismo, como critério de verdade, ao ilusório da ficção”, constituindo etapas de extinção do simbólico.

uma memória referente à escravidão e aos quilombos pode ser sentida mais fortemente do que a da escravização e massacre de povos indígenas, situada em período mais recuado no tempo. Ambos os processos possuem graus de violência, aparecendo o primeiro na memória oral por situar-se mais próximo ao presente, e também por conta das conquistas de grupos sociais como quilombolas, o que faz com que se perceba mais ativamente nas comunidades da Zona Rural II de São Luís. O distanciamento temporal e geográfico em relação a populações indígenas (boa parte está em cidades no interior do estado, como Santa Inês e Grajaú) impossibilita que se reconheçam as reminiscências indígenas na Zona Rural II, embora algumas pesquisas, como as colocadas no início desta dissertação, apontem-nas. A violência surge neste aspecto: o apagamento de ancestralidades indígenas por ancestralidades quilombolas é rastro de um apagamento maior advindo dos projetos coloniais para o Maranhão, cujos traços também estão presentes nos projetos de desenvolvimento atuais. Para uma compreensão mais detalhada e abrangente a respeito do processo de violências históricas que reside e constrói o campo maranhense, ver Mendonça (2017).

Porém essa mesma postura, sendo “iconoclasta com relação a seus valores”, acabou resgatando a importância das imagens a partir das contribuições da psicanálise e da etnologia, tendo em Freud, Malinowski, Dumezil e Lévi-Strauss os seus principais expoentes. Ainda assim, estes autores não conseguiram romper totalmente com a longa tradição de rejeição ao imaginário como campo de análise, o que ocorreu apenas a partir de 1940, com Bachelard, em sua tentativa de reconciliar a ciência e o sonho, sem êxito imediato e direto na historiografia. Segundo Pesavento (1995: 12),

Reabilitada, a imaginação ocuparia o papel de base ou referência da atitude científica, nela repousando o *élan* criador. Estabelecia-se, assim, o entendimento da ciência e da imaginação como ordens consistentes da realidade. Não haveria ruptura entre racional e imaginário, embora, segundo Bachelard, seus eixos de constituição fossem diferentes.

A reabilitação do imaginário na ciência histórica foi sendo executada gradativamente a partir da escola dos *Annales* francesa, ocorrendo também a incorporação da cultura no interior do próximo marxismo, na conhecida história social inglesa desenvolvida em torno dos estudos de E. P. Thompson, Christopher Hill e Raymond Williams, tendo os estudos sobre o imaginário, “a mentalidade coletiva” e a cultura popular ganhado força a partir dos anos 1960 e 1970. E não apenas estudiosos de épocas mais recuadas no tempo passaram a utilizar as formulações do imaginário para compreender seus objetos de estudo, como também pesquisadores dos estudos contemporâneos e de História do Tempo Presente.

No que concerne aos estudos referentes a tempos contemporâneos (séculos XX e XXI), autores como Bronislaw Baczko trazem novas questões elucidativas para as análises no campo dos mitos políticos, podendo abranger também períodos anteriores, como o século XIX. Focando nas análises de questões relativas ao período contemporâneo, Baczko (1985) pergunta-se a respeito da iminência da imaginação política social na conjuntura partidária contemporânea, por exemplo. Nesse contexto, a “imaginação própria é exaltada” e é feita uma denúncia de sua ausência ou mediocridade nos adversários, e os meios de comunicação de massa, por um lado, contribuíram de maneira particular para a inflação destes termos (1985: 296). Para este autor, há um deslocamento da imaginação no campo discursivo, um deslizamento semântico que demonstra a polissemia atribuída ao imaginário, que começa a se configurar a partir de 1968, quando ocorre uma explosão da imaginação *no poder*.

Entender o poder político a partir das ciências humanas poderia ser feito destacando-se “o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações

coletivas. [Sendo] o domínio do imaginário e do simbólico [...] um importante lugar estratégico” (BACZKO, 1985: 297). Necessita-se, então, entender que o poder político é rodeado por representações coletivas e está numa posição central como o domínio do imaginário e do simbólico, e que esse imaginário coletivo intervém no exercício do poder político. E ainda: estas ações são guiadas por representações, modelando comportamentos e legitimando violências.

A saber, o exercício do poder simbólico pode ser caracterizado por uma duplicação e reforço da dominação efetiva pela apropriação dos símbolos, além de uma garantia da obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Havendo uma luta pelos bens simbólicos, podemos entender que os dispositivos de repressão dos poderes provam o caráter imaginário destes bens (emblemas de poder, monumentos e carisma dos chefes) (BACZKO, 1985).

Pierre Bourdieu talvez seja um dos autores com maior influência nos estudos que visam compreender as distintas formas de se instituir uma realidade a partir de diversas dominações, físicas e simbólicas. Na nomeação distintiva, os grupos investem-se de poderes específicos, de acordo com os campos em que situam-se dentro de um processo histórico de conflitos. E, além disso, essa tomada de posição e de voz de acordo com capitais próprios é efetuada no interior de um imaginário dominante – desenvolvimento – que é histórico e, portanto, é constitutivo pelo corpus mental de uma época. Ou seja, estes grupos em conflito formulam seus discursos no interior desse imaginário, consolidando-o, rejeitando seus termos e/ou ressignificando-os. Em todos estes momentos o poder está presente e, para compreendê-lo, consideramos que o poder deve ser descoberto onde ele se deixa ver menos e “onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012: 08).

Falar de um imaginário desenvolvimentista é, portanto, compreender uma força discursiva instituidora de realidades que está em disputa por vários grupos políticos, dentro das sociedades contemporâneas, como o Brasil. Sua instituição é feita por uma enunciação que instaura uma disparidade entre grupos desenvolvidos e não desenvolvidos, por exemplo. Mas esta disparidade não é observada como arbitrariedade e sim como a própria realidade. Aí está o poder simbólico, ou seja, um poder que constitui o dado pela enunciação, “faz ver e faz crer”, confirma ou transforma a visão do mundo e a ação sobre o mundo, permitindo obter o

equivalente daquilo que é obtido pela força a partir do efeito de mobilização, exercendo-se a partir de um reconhecimento (BOURDIEU, 2012).

A instituição e eficácia do desenvolvimento como imaginário pode ser compreendida levando-se em consideração os estudos de Baczko, aqui já referidos. No período que inicia-se em 1970 começa-se a ser delineado um modelo de industrialização maranhense que é noticiado nas mídias da época, com especial ênfase nos jornais impressos. Ao observar notícias veiculadas no periódico *O Estado do Maranhão* a partir de 1973,²³⁰ encontramos relatos das associações entre governantes locais, como senadores, deputados, governador e prefeitos, e a esfera política federal, nesse momento governada a partir da Ditadura Empresarial-Militar, tendo como fim a transformação de espaços “improdutivos” do Brasil em locais de produção industrial, “motores do progresso” e “úteis” para o crescimento da nação.

O local privilegiado para essa política desenvolvimentista, como bem sabemos, foi a Amazônia brasileira, estando nela inserida o estado do Maranhão. Para tanto, coloca-se uma imagem já antiga da “vocação natural” do territ rio²³¹ que aparece em falas de representantes governamentais, como o então senador José Sarney (proprietário do periódico), do prefeito de São Luís Haroldo Tavares e do governador Pedro Neiva de Santana. Esta fonte   significativa para percebermos como uma forma o discursiva pr -desenvolvimento calcada na industrializa o poderia chegar para a popula o maranhense e, em especial, ludovicense, por meio das representa es do progresso veiculadas pelo jornal.

Dessa forma, Chartier (2011: 16) nos ajuda a compreender como observar uma representa o:

Qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma rela o imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representa o das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identific -los   uma condi o obrigatória para entender as situa es ou práticas que são o objeto da representa o.

²³⁰ Esta documenta o foi recolhida na pesquisa de inicia o científica *Projetos de desenvolvimento, deslocamentos compulsórios e conflitos ambientais em São Luís – MA*, produzida por Santos (2016), referida anteriormente.

²³¹ Nos remetemos a essa imagem como antiga porque, para nós, ela remete   afirma o de Prado Júnior (2011) a respeito do sentido da coloniza o. Este autor coloca que a colônia era movida seguindo os desígnios da metrópole, tendo sua existência demarcada pela necessidade metropolitana de crescimento a partir do escoamento de produtos primários. Pau-Brasil, açucar, ouro, drogas do sertão, algodão, pedras preciosas... estes produtos todos, colocados no âmbito da exporta o, davam sentido   colônia e o autor observa que este sentido   o mesmo, pois observava ainda em sua época a mesma ideia permeando as consciências dos brasileiros, pondo no minério o novo sentido do país.

O imaginário pode ser percebido por imagens, que são representações. As correlações de forças e também os antagonismos entre estas coexistem no interior das representações e entendê-las é também compreender como essas contradições existem e são traduzidas nelas, a partir dos interesses dos grupos. Por isso, devemos ter em mente também que a representação instaura uma realidade, não podendo ser vista como uma “fantasmagoria” ou “falseamento” do real (ESPIG, 1998). Para Chartier (2011: 20), o conceito de representação assinala e articula as diversas relações que os indivíduos e grupos mantêm com o mundo social de forma mais apropriada do que o conceito de mentalidade. Segundo este autor, pode-se entender melhor

As operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade [e também] as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. [...] É possível, portanto, compreender de que maneira os enfrentamentos fundados na violência bruta, na força pura, se transformam em lutas simbólicas, ou seja, em lutas que têm as representações por armas e apostas.

O que pudemos observar nesta dissertação foi esse campo de disputas em torno do controle dos bens simbólicos que coloca Chartier, e cujos resultados apresentados por meio das representações serão ressignificados a partir dos interesses dos grupos que os “recebem”. A saber, segundo Baczko (1985: 299), “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também 'guardiões' do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos” o que, para nós, pode ser visto como uma das funções da mídia jornalística.

O imaginário do desenvolvimento aparece a partir de imagens em oposição, podendo ser analisado a partir de pares conceituais, como os conjuntos rural/urbano, atrasado/moderno, velho/novo, passado/futuro, roça/indústria, lavrador/empresário, e muitos outros, que instauram um antagonismo entre os espaços que representam os termos que vêm em primeiro plano e os espaços que representam os termos em segundo plano. Ou seja, territórios como a Zona Rural II de São Luís, vistos como contraditórios por serem a “zona rural” de uma cidade em processo de industrialização devem ser eliminados em suas formas próprias de vivências para que se instaure um novo regime socioeconômico oposto ao antigo.

Compreendida como um bloco homogêneo, a Zona Rural II é percebido como espaço do rural, atrasado, velho, passado, roça e lavrador, logo associados à pobreza e à miséria que devem ser eliminadas e transformadas em “algo útil” para o Estado. Esse território de conflitos se configura permeado pelo imaginário do desenvolvimento que orienta as consciências de todas as pessoas, que podem ressignificá-lo. Entender a formação da Zona Rural de São Luís II é compreender a implementação do imaginário do desenvolvimento no Maranhão e também as formas como este imaginário homogeneizante apaga gradativamente a espontaneidade dos modos de vida e das formas como se pensa e se sente a duração da vida no tempo, multifacetada em si.

Em que consistiria esse *imaginário desenvolvimentista*, que nos arriscamos a definir, embora inicialmente, nesta pesquisa? Autores latino-americanos têm se debruçado sobre a questão do desenvolvimento há bastante tempo em áreas como Sociologia e Antropologia do Desenvolvimento, desde aqueles cujas disciplinas estiveram voltadas para instituir mecanismos de desenvolvimento em áreas consideradas como não desenvolvidas (como no caso da Antropologia Aplicada, que vigorou no início da institucionalização da Antropologia como ciência) a olhares que tentam reivindicar outros lugares para os grupos e sociedades considerados não desenvolvidos em momentos mais recentes (Estudos Pós-coloniais). Este segundo grupo nos interessa de maneira particular pois, de modo geral, tenta ampliar as percepções a respeito dos continentes latino-americano, asiático e africano como povoados de gente e história, contrapondo-se a uma concepção que possui rastro antigo, na qual uma visão eurocêntrica do conhecimento se sobrepõe como único caminho para a análise (ESCOBAR, 2014).

Nesse sentido, os autores observam que devemos compreender o panorama teórico do dito Terceiro Mundo, ou países em subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, para podermos pensar como o que chamamos de imaginário desenvolvimentista ganha força, mas também como surgem vozes dissonantes, questionando esta perspectiva. A análise do desenvolvimento como um discurso começou a ser pensada no âmbito das teorias Pós-Estruturalistas dos anos 1980 e 1990, fazendo um questionamento do conceito de desenvolvimento, cuja raiz é ocidental e sua feitura é a de operar enquanto um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo. Os principais argumentos desta vertente são: 1) como discurso, o desenvolvimento se difundiu no começo do período após a Segunda Guerra Mundial, tendo raízes mais antigas; neste momento deu-se a invenção do “Terceiro Mundo”; 2) o desenvolvimento possibilitou a criação de um vasto aparato institucional através do qual o

discurso se converteu em uma força social real e efetiva, transformadora das realidades econômica, social, cultural e política das sociedades terceiro-mundistas. Os mecanismos de atuação do desenvolvimento enquanto discurso instaurador de realidades foram a) uma profissionalização em torno da questão do desenvolvimento ligada ao surgimento de conhecimentos especializados e áreas de saber específicas para lidar com os aspectos do subdesenvolvimento; b) uma institucionalização do desenvolvimento e a criação de uma enorme rede de organizações; c) a vinculação sistemática de conhecimentos e práticas (formas de conhecer e poder) por meio de projetos e intervenções particulares; e d) a exclusão dos conhecimentos, vozes e preocupações dos “pobres” da Ásia, África e América Latina, que deveriam beneficiar-se desse processo (ESCOBAR, 2014; RADOMSKY, 2011).

Na década de 1990, imaginar o fim do desenvolvimento foi o corolário da tarefa desconstrutivista. No bojo deste pensamento, nasceu o conceito de pós-desenvolvimento que, embora controverso, é também duradouro e tem ressurgido nos debates contemporâneos. A saber, este conceito nasceu da análise do desenvolvimento enquanto um conjunto de discursos e práticas com impacto profundo na forma como Ásia, África e América Latina foram consideradas como subdesenvolvidas e tratadas enquanto tal. Esta análise, segundo Escobar (2014), está vinculada aos estudos pós-estruturalistas foucaultianos, à teoria anti e pós-colonial, aos estudos culturais e também aos pós-marxismos, tendo em autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe grandes expoentes.²³² Segundo Esteva (2000), ainda que o desenvolvimento tenha fracassado enquanto projeto socioeconômico,²³³ o discurso desenvolvimentista continua contaminando a realidade social, o que produz vários empecilhos à construção de outras

²³² Escobar (2014) aponta que, apesar desta pouca repercussão, há utilidades na noção de pós-desenvolvimento, pois ela demonstra uma necessidade de descentrar o desenvolvimento enquanto um *descriptor social*, possibilita o questionamento das práticas de conhecimento do desenvolvimento e permite a formulação de uma crítica às ideias de crescimento, progresso e modernidade.

²³³ Neste ponto cabe um adendo: temos observado, a partir de nossa análise, que o desenvolvimento enquanto realidade instituída não fracassou, pois ocorreu um grande avanço tecnológico a partir do final da década de 1940, por exemplo, que é pontuado por Escobar (2007) como a “criação” do desenvolvimento em um discurso proferido pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Esse avanço tecnológico não dirimiu as mazelas sociais pois, mesmo tendo em sua concepção discursiva o acionamento dessa bandeira – transformar realidades ditas ruins em boas – a instituição do desenvolvimento ampliou o horizonte de conflitos sociais. Mas estas duas faces coexistem no desenvolvimentismo, não anulando-se mutuamente. Portanto, ao invés de um fracasso, temos aqui um êxito, pois o desenvolvimento é concebido como realidade tangível e existente, embora em discursos políticos, por exemplo, se utilize a afirmação de que o desenvolvimento ainda precisa ser implantado. Catástrofe e progresso são componentes do desenvolvimento, portanto, sua instituição foi exitosa. A distinção feita por Esteva denota uma separação do desenvolvimento enquanto projeto socioeconômico, entendido como uma mudança na situação das pessoas – de uma realidade social e econômica ruim, a saber, com menos acesso a bens de consumo, a uma realidade melhor – e enquanto discurso. Para nós, que estamos elaborando esta noção de desenvolvimento como imaginário, ambas as facetas estão interligadas.

alternativas, ou mesmo à aceitação de ideias distintas daquelas inseridas no discurso desenvolvimentista.

Para Taylor (2010: 162), na era moderna, ocorreu o “nascimento do conceito que leva agora o nome de 'desenvolvimento'. Ficou difícil [...] concebermos a sociedade e a história humanas sem tal conceito. Parece até que não saberíamos o que fazer ou como definir o bem social sem ele”. Essa impossibilidade, para nós, foi engendrada durante o processo de consolidação da modernidade e também de ocidentalização a partir do colonialismo. Obviamente, tal processo não ocorreu de forma abrupta, mas sim lenta e gradual. Arturo Escobar aponta que só no século XX, após o segundo entre guerras, a ideia de desenvolvimento encontrou espaço para sua consolidação enquanto discurso dominante, invadindo imaginários e, arriscamos, tornando-se um imaginário social. Na Guerra Fria, esta noção encontrou justificadores importantes, como a principal oposição entre países capitalistas e países socialistas/comunistas, ou a oposição entre liberdade e opressão. Com o discurso de posse do então presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman, em 1949, o desenvolvimento passou a ser uma força operante no imaginário social, entendido como um direito de todos, caminho para a paz e necessidade, de acordo com Escobar (2007).²³⁴ Secularmente, o caminho foi aplainado para que o desenvolvimento surgisse enquanto imaginário definidor de quem são os sujeitos passíveis de desenvolver-se – os pobres, os analfabetos, os marginais – e também os empecilhos para a consolidação do desenvolvimento. Dessa forma, criou-se o subdesenvolvimento e o Terceiro Mundo, noções ainda vívidas e efetivas para América Latina, África e Ásia (ESCOBAR, 2007).

Escobar (2007) afirma que, até fins dos anos 1970, o cerne das discussões a respeito dos continentes asiático, africano e latino-americano era a natureza de seu desenvolvimento. Guilherme Radomsky (2011) exemplifica tal questão apontando a feitura de uma antropologia aplicada que consistia na ida de pesquisadores aos territórios considerados primitivos e sem desenvolvimento para compreender por que as pessoas destes lugares não se desenvolviam, auxiliando os estados a implementar políticas de crescimento para estas regiões. Este momento foi o da imprescindível necessidade do desenvolvimento, a saber

²³⁴ Em *La invención del Tercer Mundo* (2007), Escobar destaca trechos significativos deste discurso, apontando uma definição sucinta, porém efetiva, do que seria entendido como desenvolvimento a partir de então. Para informações mais detalhadas, ver especificamente o capítulo primeiro desta obra, intitulado *Introducción – el desarrollo y la antropología de la modernidad*.

[...] parecía imposible calificar la realidad social en otros términos. Por doquier se encontraba la realidad omnipresente y reiterativa del desarrollo: gobiernos que diseñaban y ejecutaban ambiciosos planes de desarrollo, instituciones que llevaban a cabo por igual programas de desarrollo en ciudades y campos, expertos de todo tipo estudiando el “subdesarrollo” y produciendo teorías *ad nauseam* (ESCOBAR, 2007: 22).

Inclusive um corpo de profissionais advindos das mais variadas áreas do conhecimento buscou entender estas regiões não desenvolvidas e o porquê de seu subdesenvolvimento posterior. A produção destes profissionais começou a recheiar o imaginário desenvolvimentista, pois foram criadas noções como as de pobreza, fome, miséria, subdesenvolvimento, analfabetismo, entre outras, que passam a conformar o que seria a realidade do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2007). Dos anos 1970 em diante, instituições foram criadas, ocorrendo também o aperfeiçoamento de antigos órgãos como o Banco Mundial, para definir e implantar políticas de monitoramento e consolidação do desenvolvimento nestas regiões. Padrões e índices de análise como o IDH passaram a definir quem são os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, em explícita relação do padrão de riqueza das pessoas com os contextos territoriais nos quais habitam (ESCOBAR, 2007; VIÉGAS, PINTO e GARZON, 2014). Ou seja, passou-se a compreender o dito atraso do continente africano, por exemplo, a partir da persistência de relações “tribais” consideradas retrógradas, ou costumes pejorativamente denominados como inferiores, estes elementos sendo considerados os causadores da pobreza, fome, miséria e doenças da população dos países africanos.

Imagens como a da criança africana subnutrida e faminta passaram a compor o conjunto de representações referentes ao Terceiro Mundo, como exemplos do subdesenvolvimento e, enquanto tais, como representativos da ameaça advinda daquelas partes do mundo aos países ricos e desenvolvidos. O território hoje denominado América Latina, a saber, não teria séculos de vivência humana constituindo-se historicamente dentro de culturas ancestrais e modos de vida consolidados no decorrer do tempo. A partir da instituição do desenvolvimento, apagou-se a multiplicidade e dotou-se à realidade um traço indistinto de determinação a partir daquele imaginário. O único discurso válido e coerente passou a ser esse, e qualquer outra proposta passou a ser vista como inexistente. Dessa forma, matou-se a vida em sua pluralidade, tornando-a em um espaço homogêneo e vazio, tal qual o tempo histórico a partir da instauração da modernidade e do ocidente (TAYLOR, 2010). Segundo Mitchell, de acordo com Escobar (2007: 26) a definição do que é Ocidente e do que não é acabou por criar um contexto no qual o mundo estaria dividido em duas partes, uma real e, a outra, espelho do real: “un campo de

meras representaciones y un campo de lo 'real'; exhibiciones, por un lado, y una realidad externa, por el outro; em una orden de simples modelos, descripciones o copias, y una orden de originales”.

Este processo deve ser compreendido, a nosso ver, considerando-se o longo processo de consolidação do capitalismo, ou sua mundialização, descrito por Marx e Engels. A saber,

Os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho [...], um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial* (MARX; ENGELS, 2007: 40).

Entender, portanto, o desenvolvimento como um imaginário do capitalismo, misto de progresso e catástrofe, é útil para compreendermos os efeitos perversos de uma realidade instituída não apenas enquanto discurso, mas como prática. Como imaginário, o desenvolvimento tem força política a ponto de ser utilizado nas mais variadas esferas da vida, desde as relações cotidianas até a elaboração de projetos econômicos. E, ainda que esta noção tenha sofrido desgastes, o conceito continua com muita força pois, de acordo com Escobar, mesmo as pessoas que faziam críticas ao desenvolvimento nos primeiros momentos de sua instituição não podiam expressar-se sem colocar-se neste campo discursivo, pois a linguagem também estava *colonizada pelo desenvolvimento*:

Aun quienes se oponían a las estrategias capitalistas del momento se veían obligados a expresar sus críticas en términos de la necesidad del desarrollo, a través de conceptos como “otro desarrollo”, “desarrollo participativo”, “desarrollo socialista”, y otros por el estilo. En resumen, podía criticarse un determinado enfoque, y proponer modificaciones o mejoras en concordancia con él, pero *el hecho mismo del desarrollo y su necesidad, no podían ponerse en duda*. El desarrollo se había convertido en una *certeza en el imaginario social* (ESCOBAR, 2007: 22 – grifos nossos).

Essa instituição do desenvolvimento como *certeza e necessidade* é central para o entendimento dos processos de apagamento de realidades que divirjam do sistema hegemônico. O plural e o múltiplo não podem coexistir num sistema que é constituído por uma homogeneização do mundo. Dessa forma, progresso e catástrofe convivem no desenvolvimento, ocultando diferenças e massacrando divergências.

Para nós, a presença no jogo político desta negação da discordância e da busca pela resolução do conflito por meios “pacíficos”, evitando, por exemplo, a judicialização,²³⁵ dá-nos

²³⁵ Essa tendência em evitar a judicialização dos conflitos, buscando negociações “por fora”, foi analisada por Viégas, Pinto e Garzon (2014) e, de acordo com nossa análise, é um processo recorrente nos conflitos envolvendo

uma possibilidade de compreender a recusa em se instalar a RESEX de Tauá-Mirim por parte do governo estadual anterior.²³⁶ Ainda que inserida no contexto das resoluções negociadas de conflito, por mínima que seja a divergência entre a proposta de RESEX – enquanto salvaguarda de populações tradicionais – e a efetividade do desenvolvimento maranhense – como modelo econômico dominante, e mesmo que esta alternativa esteja inserida no sistema capitalista, sua consolidação é vista como ameaça, já que

[...] com todas as vicissitudes e os desgastes, a ideia de desenvolvimento (e todos os derivados que geralmente aparecem ligados ao termo “desenvolvido”: sub, semi, pós) não perde a força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar. Artifício ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução (RADOMSKY, 2011: 149).

Porém, mesmo com toda a força do desenvolvimento enquanto imaginário de nossa época, resistências em diversas partes do mundo continuam ocorrendo, rejeitando a dominação pura e simples, indo além do que é estabelecido como única realidade possível. E no Maranhão, território de conflitos histórico, doze comunidades ainda resistem, sobrevivendo a inúmeros ataques. Em maio de 2015, como ato de resistência, recusa em se calar diante da morte de seu modo de vida, pessoas que fazem parte do território de conflitos aqui estudado, desde membros de comunidades a apoiadores ligados a sindicatos, instituições de pesquisa, órgãos governamentais, comunidades religiosas e tantos outros *parceiros* decidiram, mediante todas as recusas e ataques advindos de governos e empresas, criar a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, sem decreto governamental, apenas com a força de muitas pessoas que resistem. A RESEX foi criada em 17 de maio de 2015, durante a *Assembleia Popular da Casa das Águas*, no Taim, numa autointitulação, determinada por comunidades tradicionais da Zona Rural de São Luís, como donas de sua própria história e de seu futuro. Mesmo com uma força tão avassaladora que é o desenvolvimento, as resistências sobrevivem. E ainda nos perguntamos por que.

as comunidades rurais aqui estudadas. Como exemplo, o procurador da República Alexandre Soares e o advogado popular Guilherme Zagallo, entrevistados por nós, trouxeram exemplos de como representantes governamentais, por meio de conversas com representantes empresariais e comunitários buscam resolver os conflitos a partir da promessa em implantar reparações em termos de políticas públicas, como levar linhas de ônibus coletivo para comunidades que ainda não tem, mas sem adentrar na questão da implantação da RESEX de Tauá-Mirim como um dos passos de resolução possível dos conflitos, ainda que não seja o único.

²³⁶ E do atual também, a nosso ver, por não produzir uma resposta “oficial”, deixando a indefinição como marca de suas respostas para este conflito.

Considerações finais

Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento.

(*Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire)

Como toda dissertação – perdão pela generalização – esta é mais um trabalho inconcluso. Mas isto não me deixa menos satisfeita com o trabalho materializado em escrita. Pelo contrário, adquirir esta compreensão não foi fácil, após alguns anos pesquisando as comunidades da RESEX de Tauá-Mirim, escutando histórias, traduzindo e tentando compreender minha própria ação. Esta dissertação, como afirmei no início, é uma busca por respostas, e termina como foi classificada a minha monografia, em 2014, pelo professor Flávio Soares: como uma grande *hipótese*. Não foi fácil escutar que um trabalho de pesquisa, escrita, análise, transcrição e tantas outras artes de um trabalho historiográfico era *apenas* – e eu adicionei esta palavra – uma *grande hipótese*.

Hoje compreendo pois, como Franz Kafka escreveu n’*A Colônia Penal*, “a compreensão atinge até os mais estúpidos” (!). E fico feliz em compreender o meu trabalho como algo incompleto que precisa ser posto à prova, reescrito, redesenhado, assim como toda composição que é disponibilizada para muitos ouvidos. Uma música pode ser cantada por muitas vozes ou nenhuma, e o que escrevi nesta dissertação é parte de um esforço de tentar compor algo conjuntamente, não apenas com minhas companheiras e companheiros acadêmicos, mas com todas aquelas pessoas que a todo momento me perguntam sobre os resultados da pesquisa. Como expliquei ao longo do texto, *faço parte* do território de conflitos, o descrevo e busco transformá-lo, e nenhuma transformação se faz sozinho.

Afirmo que minhas hipóteses precisam ser testadas. Há muitos aspectos que necessitam ser apurados. Desde já, meu interesse é continuar este estudo enfocando as instituições de pesquisa que têm atuado, no Maranhão, para promover um tipo de saber voltado para o desenvolvimento, o que foi aparecendo ao longo das fontes e não pude analisar devido ao meu objeto. Mas há também lacunas que precisam ser preenchidas, como uma análise mais apurada das comunidades que fazem parte da Ilha de Tauá-Mirim, com as quais tive contatos mas não tive condições de adentrar em suas narrativas, focando meu olhar, como pode-se perceber, nas comunidades da Ilha do Maranhão. E ainda, precisa-se analisar a Zona Rural de São Luís como um todo, não apenas as doze comunidades da RESEX de Tauá-Mirim, mas as

comunidades do entorno, as pertencentes à Zona Rural I e tantas outras que ainda nem conhecemos. Nesse intuito, o GEDMMA busca aprovação de projeto de pesquisa para realizar mapeamento nestas comunidades, num esforço conjunto de conhecê-las.

E o (re)conhecimento destas comunidades foi a tônica desta pesquisa: (re)conhecimento de um processo longínquo de seu apagamento e de sua resistência, para que, com essa compreensão, eu pudesse elaborar uma pesquisa que auxiliasse outros estudos que também busquem entender o Maranhão e o desenvolvimentismo maranhense. Apostei, portanto, nos estudos de imaginário para compreender o desenvolvimento, e sei dos riscos desta escolha. Portanto, aponto também este possível desdobramento para pesquisas futuras, a fim de refinar uma hipótese inicial. Todas estas colocações estão voltadas para compreender uma história violenta que me interessa conhecer e traduzir há bastante tempo.

O tema da violência, embora apareça no título, surge, para mim, apenas de forma subjetiva, e não realizei uma discussão teórico-metodológica para afinar esta perspectiva, o que pode ser feito futuramente. Contudo, decidi manter o tema – ou o *nome*, num esforço de denominação – para demarcar que nenhuma análise aqui efetuada deixou de considerar a violência como fator estrutural da história do Maranhão, e em seu aspecto de *luta de classes*. Pois esta é uma história de transformações, dinâmica e dialética como vida. Se a violência de todo o processo não pode ser percebida, é necessário ainda abrir bem os olhos e sentir o cheiro no ar. Esta dissertação, portanto, é um *convite*.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, A. M. A. L. Cidadania e sustentabilidade – o caso da Reserva Extrativista do Médio Juruá – AM. Manaus: Mestrado em Ciência e Ambiente, 2003. Dissertação de Mestrado In SEDINC. **Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: SEDINC/ Governo do Maranhão, 2013. Mimeo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização”. In: **Travessia**. maio/agosto: 1996, pp. 30-35.

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” In ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALVES, Élio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o movimento Reage São Luís em São Luís-MA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Tese de doutorado. Mimeo.

ARAÚJO, Renata Maucher. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Populações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, N. Sér., v. 20, n. 1, p. 41 – 76, jan. - jun. 2012, pp. 41-76.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico nas ciências sociais In ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Trad.: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARRUTI, José Maurício P. A. O Quilombo Conceitual: para uma sociologia do “Artigo 68”. **Projeto Egbé – Territórios Negros (KOINONIA)**: 2002, pp. 01-39

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**. Uberlândia, vol. 13, nº 22, jan-jun de 2011, pp. 137-155.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social In EDMUND et Al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Érica Garreto Santos; ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do; TRINTA, Patrícia (Orgs.). **Leitura urbana**: São Luís. Prefeitura de São Luís/ Instituto da Cidade, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985. 3ª ed.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2011. 7ª ed.

_____. A ilusão biográfica In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 8ª ed.

_____. Compreender In BOURDIEU, Pierre (Dir.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008. 7ª ed.

_____. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 16ª ed.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011. 11ª ed.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: Escola dos *Annales* 1929-1989. Trad.: Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CAMERON, S. R. Resource Use and Conservation in the Proposed Middle Juruá Extractive Reserve: Community and Household variations and their implications for Reserve Success. Michigan: Michigan State University/ Master of Arts, 1999. Dissertação de Mestrado In SEDINC. **Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: SEDINC/ Governo do Maranhão, 2013. Mimeo.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Niterói: PPGH/UFF, 2012. Tese de doutorado. Mimeo.

_____. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a Ditadura. Niterói: EDUFF, 2014.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Políticas de desenvolvimento regional-territorial e governança**: uma análise recente sobre o Estado do Maranhão (Brasil). Rio Claro: UNESP/ Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Tese de doutorado. Mimeo.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 3ª ed.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Dourados, v. 13, n. 24, jul/dez, 2011, pp. 15-29.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, 11(5), 1991, pp. 173-191.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (orgs.). Marabá: Editorial iGuana, 2015.

COSTA, Wagner Cabral da. Pedrinhas \$.A.: a violência do negócio e o negócio da violência. **Catirina**, São Luís, número 0, pgs. 9 – 53, dezembro de 2014.

_____. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: EDUFMA, 2006.

COUTINHO, Joana. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

DAVIS, Mike. **Apologia dos bárbaros: ensaios contra o império**. Trad.: Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2008.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Trad. de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

_____. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. **Anos 90**. Porto Alegre, n.10, dez, 1998, pp. 151-167.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder**. Trad.: Vera Lúcia M. Joscelyne; Susana de Gyalokay; Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

FEITOSA, Raimundo Moacyr Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas/ UFMA, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010. 8ª ed.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 8ª ed.

FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada” – Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPJSV/ Editora UFRJ, 2010. 3ª ed.

_____. O imperialismo brasileiro In INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG Et al. (orgs.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **Plano diretor passo a passo.** Coord.: Mariana Moreira. São Paulo, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

GEDMMA. **RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil.** São Luís: GEDMMA/UFMA, 2013. Relatório socioantropológico. Mimeo.

GEDMMA; NEGO; NERA; NUPEDD. **Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.** São Luís: UFMA, 2016. Relatório socioantropológico. Mimeo.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Trad.: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 2ª ed.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas.** São Luís: Minerva, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais, o princípio educativo In GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 8ª ed.

_____. Por uma outra regionalização: a região como artefato. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 109-155.

_____. **Território e Multiterritorialidade: Um debate.** Universidade Federal Fluminense, 2004. Mimeo.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental.** Trad.: Annahid Burnett. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins.** Nº 5, 2009, pp. 01-24.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX.** Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 2ª ed.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Trad.: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 6ª ed.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JESUS, Tayanná Santos Conceição de. **Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: GEDMMA/ UFMA, 2012. Relatório de pesquisa. Mimeo.

_____. **Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: GEDMMA/ UFMA, 2013. Relatório de pesquisa. Mimeo.

_____. **Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: GEDMMA/ UFMA, 2014. Relatório de pesquisa. Mimeo.

_____. **Violência, memória e resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)**. São Luís: DEHIS/UFMA, 2014. Monografia de graduação. Mimeo.

JESUS, Tayanná Santos Conceição de; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Ancestralidade, Trajetórias e Resistências: conflitos ambientais em Rio dos Cachorros, São Luís – MA. **Revista Ensino e Multidisciplinaridade**. São Luís, v. 1, n. 2, p. 55 – 77, jul/dez 2015, pp. 55-77.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad.: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad.: Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias falaces de la sustentabilidad. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol. 7, nº 1 (ene.-abr.), 2001. p. 149 – 160. Versão digital.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 2ª ed.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história In BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, Nº 20, maio – agosto de 2016, pp. 121-164.

MACIEL, R. C. G. M. Ilhas de Alta Produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2003. Dissertação de mestrado In SEDINC. **Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: SEDINC/ Governo do Maranhão, 2013. Mimeo.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA; Paris: Universidade Paris 13, 2007. Tese de Doutorado. Mimeo.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad.: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 2ª ed.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad.: Rubens Enderle; Nélío Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 2ª ed.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELO, Demian. Ditadura “civil-militar”? : controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**. Ano XIII, Nº 27, 2º semestre de 2012, pp. 39-53.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: DESOC/ UFMA, 2006. Monografia de graduação. Mimeo.

_____. **Continuum Colonial**: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil. São Luís: PPGCSOC/UFMA, 2017. Tese de doutorado. Mimeo.

_____. Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e progresso na Amazônia Legal Brasileira In SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

MENDONÇA, Sonia. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiãna Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim In SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: PPGCSoc/UFMA, 2015. Dissertação de mestrado. Mimeo.

NOBRE, Ana Kely de Lima. OLIVEIRA, Josemiro Ferreira. JESUS, Tayanná Santos Conceição de. **Discurso desenvolvimentista e suas práticas**: estudo de caso das comunidades

Limoeiro e Rio dos Cachorros (Zona Rural II de São Luís – MA). São Luís: GEDMMA/UFMA, 2015 – no prelo.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**. 1993, pp. 43-63.

_____. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Josemiro Ferreira. **Arraial do Furo (Vila Maranhão):** uma perspectiva sócio-histórica. São Luís: DESOC/UFMA, Monografia de graduação, 2016. Mimeo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, pp. 9-27.

PINHEIRO, Larissa; TRIGUEIRO, Aline. Audiência Pública como instrumento da política ambiental: um balanço analítico. **Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo**. V. 1, 2014, pp. 1-22.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015. 3ª ed.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 1ª ed.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **RBCS**, v. 26, n. 75, 2011, pp. 149-193.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental. **Vias de Fato**, São Luís – MA, 07 ago. 2013. p. 6 – 7. (<http://www.viasdefato.jor.br>).

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Ana Maria Pereira dos; BARBOZA, Elizângela Maria. Entrevista com Maria Máxima Pires In SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Dayanne da Silva. **Projetos de desenvolvimento, deslocamentos compulsórios e conflitos ambientais em São Luís/MA**. São Luís: GEDMMA/DESOC, 2016. Relatório de pesquisa. Mimeo.

SANTOS, Milton et. Al.. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000 In HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 8ª ed.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, Walkerlene Cecília Soeiro. **Levantamento do processo histórico de ocupação dos povoados do Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande e Cajueiro**. São Luís: GEDMMA/UFMA, 2013. Relatório de pesquisa. Mimeo.

SBRANA, Darlan Rodrigo. **Entre reis, morubixabas, príncipes e principais: chefes tupinambá do Maranhão e terras circunvizinhas no tempo da aliança com os franceses (1612-1614)**. São Luís: DEHIS/UFMA, 2014. Monografia de graduação. Mimeo.

_____. Etnogênese e etnocídio: duas ou três coisas sobre o processo histórico de ocupação da área que compreende a autointitulada Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. **Seminário Interno de Pesquisas do GEDMMA**, 2015. Mimeo.

_____. **Levantamento de conflitos socioambientais no Maranhão no Ministério Público Federal**. São Luís: GEDMMA/DEHIS/UFMA, 2012. Relatório de pesquisa. Mimeo.

SHIVA, Vandana. Recursos In SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder**. Trad.: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Sislene Costa da. **Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território**. São Luís: PPGSoc/UFMA, 2009. Dissertação de mestrado. Mimeo.

SOUSA, Allan de Andrade. O ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís In SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como um país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, William Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. Limites e contribuições da História Oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo. **SÆCULUM – Revista de História**. João Pessoa, nº 23, jul/dez de 2010, pp. 75-89.

TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. Trad.: Nélio Schneider e Luiza Araújo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs.: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 2ª ed.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Nova. **Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

ZAGALLO, Guilherme Carvalho (org.). Considerações preliminares sobre a implantação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luís, São Luís, 2004. Mimeo.

ZAGALLO, Guilherme. Polo Siderúrgico de São Luís: como as comunidades disseram não à Vale, Baosteel, Thyssen e Posco In FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Na Justiça:** instrumentos de litígio e defesa de comunidades afetadas pela mineração. Trad.: Mariana Marcoantonio e Pablo Moronta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Justiça Global; Justiça nos Trilhos, 2015.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação In ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FONTES:

Documentação escrita:

ALCOA. **Código de Conduta.** 2014. Mimeo.

_____. **Guia ALCOA de sustentabilidade em compras.** 2009. Mimeo.

_____. **Política Anti Corrupção.** 2015. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2002. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2003. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2005. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2007. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2011. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2012. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2013. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2014. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2015. Mimeo.

BARBOSA, Érica Garreto Santos; ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do; TRINTA, Patrícia (Orgs.). **Leitura urbana:** São Luís. Prefeitura de São Luís/ Instituto da Cidade, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal.** 1988. Coleção Constituições Brasileiras do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

CNPT; IBAMA-MA. **Laudo Sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim.** 2006; 2007. Mimeo.

MMA; CNPT; ICMBio. **Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.** 2015. 6 volumes. Mimeo.

MPF. **Nota técnica nº 002/2015-BIO/PRMA/MPF** que trata do Inquérito Civil – IC nº 1.19.000.001547/2015-90. 2015. Mimeo.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental do Terminal Portuário de São Luís.** 2014. Mimeo In MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações:** o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: PPGCSoc/UFMA, 2015. Dissertação de mestrado. Mimeo.

SEDINC; GOVERNO DO MARANHÃO. **Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.** 2013. Mimeo.

VALE. **Carta aberta ao Brasil sobre mudanças climáticas.** 2009. Mimeo.

_____. **Código de Ética e Conduta.** Sem data. Mimeo.

_____. **Política de Desenvolvimento Sustentável.** 2009. Mimeo.

_____. **Política de Direitos Humanos.** 2014. Mimeo.

_____. **Política de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.** 2012. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2006. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2007. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2008. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2009. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2010. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2011. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2012. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2013. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2014. Mimeo.

_____. **Relatório de sustentabilidade.** 2015. Mimeo.

_____. **Relatório Vale em Canaã dos Carajás.** 2014. Mimeo.

_____. **Relatório Vale em Parauapebas.** 2014. Mimeo.

VAZZI, Vivianni. **Cronologia da luta – território tradicional RESEX e comunidade Cajueiro.** São Luís: GEDMMA, 2015.

Legislação:

Decreto do Poder Executivo nº 85.387, de 24 de novembro de 1980 - Composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e outras providências.

Decreto Estadual nº 18.842, de 17 de julho de 2002 – Reformulação do Distrito Industrial de São Luís, MA.

Decreto nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 – Criação do Programa Grande Carajás.

Decreto nº 99.353, de 27.06.1990 – Desmembramento do Programa Grande Carajás.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Lei nº 3.523, de 1992 – Lei de Zoneamento vigente em São Luís, MA.

Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 – Criação da SUDAM.

Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 – Criação da SUDENE.

Lei nº 9.985, de 18 de julho 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986 – Critérios básicos e diretrizes para a Avaliação de Impacto Ambiental.

Resolução Conama nº 009, de 03 de dezembro de 1987 – Critérios básicos e diretrizes para Audiências Públicas.

Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997 – Critérios básicos e diretrizes para o Licenciamento Ambiental.

Entrevistas:

Alberto Cantanhede (Beto do Taim), em 12.01.15 e 05.12.16.

Alexandre Soares, em 02.12.16.

“Dona Roxinha”, em 31.01.16.

Dúlia Costa Veras, Iêda Pires, Teodelinda de Jesus (Dona Bebeta) e Maria Bárbara Pires (Dona Babita), em 21.06.14.

Élio de Jesus Pantoja Alves, em 01.12.16.

Esterlina Pires, em 21.06.14.

Guilherme Zagallo, em 01.12.16.

Hilton Barbosa (Seu Tenente), em 21.06.14.

Maria Máxima Pires (Dona Máxima), em 06.07.13.

Rafaela Mesquita e Leila Letícia, em 04.08.12.

Rosana Mesquita, em 04.08.12 e 03.12.16.

Rosilda dos Santos (Dona Rosa), em 28.01.15.

Gravações:

Audiência pública no bairro Cidade Operária, em 06.08.15.

Audiência pública no bairro Sacavém, em 08.08.2015.

Audiência pública na UFMA, região Itaqui-Bacanga, em 13.08.2015.

Audiência pública no bairro São Francisco, em 18.08.2015.

Audiência pública no bairro COHATRAC, em 20.08.2015.

Audiência pública no bairro Vila Maranhão, em 12.09.2015.

Audiência pública no Parque do Bom Menino, região Centro-Apicum, em 04.11.2015.

Depoimentos na comunidade Murtura para construção de laudo socioantropológico, em 08.12.15.

Depoimentos na comunidade Laranjeira para construção de laudo socioantropológico, em 08.12.15.

Depoimentos na comunidade Maruaí para construção de laudo socioantropológico, em 08.12.15.

Depoimentos na comunidade Piçarra para construção de laudo socioantropológico, em 30.01.16.

Depoimentos na comunidade Inhaúma para construção de laudo socioantropológico, em 30.01.16.

Depoimentos na comunidade Andirobal para construção de laudo socioantropológico, em 30.01.16.

Depoimentos na comunidade Igarauá para construção de laudo socioantropológico, em 30.01.16.

Reunião do Conselho da Cidade, Escola de Governo do Estado do Maranhão – Renascença, em 09.03.16.

28º Encontro sobre o Corredor Centro-Norte: o estado da arte do TEGRAM e ferrovia Norte-Sul, Auditório Alberto Abdala, FIEMA, em 22.06.16.

Sítios eletrônicos:

<http://www.sema.ma.gov.br/paginas/view/default.aspx>. Acesso em 05.02.2017 e 11.04.2017.

<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/Os-10-principios>. Acesso em 11.04.17.

<http://www.eneva.com.br/pt>. Acesso em 29.08.2016 e 11.04.2017.

<http://www.ma.gov.br/>. Acesso em 29.08.2016 e 11.04.2017.

<http://www.seinc.ma.gov.br/>. Acesso em 29.08.2016 e 11.04.2017.

<http://www.fiema.org.br/>. Acesso em 07.07.2016 e 11.04.2017.

<http://www.saoluis.ma.gov.br/>. Acesso em 07.07.2016 e 11.04.2017.

<http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>. Acesso em 30.08.2016 e 11.04.2017.

<http://www.alcoa.com/brasil/pt/default.asp>; <http://www.alumar.com.br/>. Acesso em 30.08.2016 e 11.04.2017.

<http://www.vale.com/brasil/PT/people/oportunidades-brasil/programa-especializacao-profissional/Paginas/default.aspx>. Acesso em 18.04.17.

<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7964-premio-vale-capes-selecao-melhores-trabalhos-sobre-sustentabilidade-no-pais>. Acesso em 18.04.17.

<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/1583-nota-da-anpocs-relativa-a-4a-edicao-do-premio-vale-capes-de-ciencia-e-sustentabilidade>. Acesso em 18.04.17.

http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/2015_02_01_archive.html. Acesso em 15.04.17.

<https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/08/comunista-dino-promete-choque-de-capitalismo-no-ma.htm>. Acesso em 18.04.17.

<http://www.defesadailha.com/>. Acesso em 15.04.17.

<https://pt-br.facebook.com/coletivonodoa/>. Acesso em 15.04.17.

<http://www.gedmma.ufma.br>. Acesso em 19.04.17.

<https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFruhAA>. Acesso em 19.04.17.

<http://www.viasdefato.jor.br/index/?p=821>. Acesso em 12.05.2017.

<http://www.viasdefato.jor.br/index/?p=886>. Acesso em 12.05.2017.

ANEXOS

Anexo 1. Decreto de criação da RESEX do Taim, que não chegou a ser instituída juridicamente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

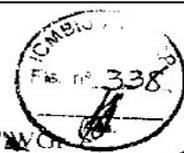


Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista "Taim", no Município de São Luis, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e do constante no processo nº 02007.003650/2001-61,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista "Taim", no Município de São Luis, Estado do Maranhão, com uma área aproximada de 15.329,549 hectares (quinze mil trezentos e vinte e nove hectares e quinhentos e quarenta e nove centiares), com base cartográfica elaborada a partir da carta DSG/IBGE 549 - SA.23-Z-A-V, escala 1:100.000 e imagens ortoretilicada Landsat GeoCover e CBERS e com o seguinte memorial descritivo: A área proposta para a criação da Reserva Extrativista do Taim, no município de São Luis, Estado do Maranhão, tem o seguinte memorial descritivo: Partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 44°21'23,15"WGr e 02°35'31,47"S, localizado no mangue na margem da Baía de São Marcos; deste, segue contornando o mangue por uma distância aproximada de 2.912,635 metros até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 44°20'26,03"WGr e 02°35'40,79"S, localizado na margem direita Igarapé Buenos Aires; deste, segue por uma reta de azimute 116°51'42" e distância aproximada de 913,357 metros, até o ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 44°19'59,63"WGr e 02°35'54,21"S, localizado à aproximadamente 600 metros da estrada de ferro; deste, segue por uma reta, no sentido sudeste paralelamente à estrada de ferro, de azimute 163°07'40" e distância aproximada de 2.942,021 metros, até o ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 44°19'31,93"WGr e 02°37'25,89"S, localizado próximo à Vila Maranhão; deste, segue por uma reta de azimute 224°27'51" e distância aproximada de 456.815 metros até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 44°19'42,29"WGr e 02°37'36,51"S, localizado na margem do Igarapé Arapapai; deste, segue por uma reta de azimute 153°10'34" e por uma distância aproximada de 797,255 metros até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 44°19'30,63"WGr e 02°37'59,68"S, localizado na margem do Igarapé Pindoba; deste, segue por uma reta de azimute 132°14'38" e distância aproximada de 649,559 metros até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 44°19'15,05"WGr e 02°38'13,89"S, localizado na nascente de um Igarapé sem denominação; deste segue por uma reta, no sentido sudeste paralelamente à estrada de ferro, de azimute 157°45'36" e distância aproximada de 3.855,478 metros até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas de 44°18'27,73"WGr e 02°40'10,08"S, localizado na margem esquerda do Riacho dos Cachorros; deste segue pela margem esquerda do Riacho dos Cachorros por uma distância aproximada de



7.868,430 m até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 44°21'46,79"WGr e 2°40'35,85"S, localizado na sua confluência com o Estreito dos Coqueiros; deste segue no sentido geral sul, pela margem continental do Estreito dos Coqueiros por uma distância de 18.850,220 metros até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 44°23'15,74"WGr e 2°47'50,44"S localizado na margem continental do Estreito dos Coqueiros; deste segue por uma reta de azimute 230°16'56" e distância aproximada de 167,054 metros até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 44°23'19,9"WGr e 02°47'53,92"S, localizado na margem do Estreito dos Coqueiros na Ilha de Tatipé; deste segue pela margem insular do mesmo Estreito no sentido oeste por uma distância aproximada de 2.401,494 metros até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 44°24'20,52"WGr e 2°47'53,62"S, localizado na confluência do Estreito dos coqueiros com a Baía de São Marcos; deste segue por uma reta de azimute 269°58'40" e distância aproximada 2.909,336 metros até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 44°25'54,75"WGr e 02°47'53,70"S, localizado próximo à divisa municipal Cajapió/Bacabeira/São Luís; deste segue por uma reta de azimute 07°32'36" e distância 17.177,745 até o ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 44°24'41,99"WGr e 02°38'39,07"S; deste segue por uma reta de azimute 43°10'43" e distância aproximada de 7.450,433 metros, até o ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 44°21'56,97"WGr e 02°35'42,04"S; deste segue por uma reta de azimute 72°45'33" e distância aproximada de 1.093,749 metros até o ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de 70.445,580 metros e área aproximada de 15.329,549 hectares.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade do Taim, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

Art. 3º A administração da unidade de conservação ora criada fica cometida ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que adotará as medidas necessárias para a sua implantação e controle, na forma do art. 18 e seguintes da Lei nº 9.985, de 2000, ficando autorizado a celebrar contratos de concessão de direito real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, bem como acompanhar cumprimento das condições resolutivas neles estipuladas.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que porventura vierem a ser identificados na unidade de conservação ora criada, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000.

§ 1º O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto -lei nº 3.363, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria Geral Federal, órgão da Advocacia Geral da União, através sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação ora criada.

Art. 5º Ficam transferidas para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, as terras públicas e seus acessórios de domínio da União Federal afetadas pela



unidade de conservação ora criada, ficando a mencionada autarquia autorizada a promover a matrícula e o registro dos bens em seu nome, perante o Registro de Imóveis competente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de setembro de 2008; 185º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CARLOS MINC BAUMFELD
Ministra de Estado do Meio Ambiente